

Perspetivas Económicas em África 2018



AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP

As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente as posições oficiais do Banco Africano de Desenvolvimento, dos seus conselhos de administração ou dos países que eles representam. Este documento e quaisquer dados e mapas aqui incluídos foram elaborados sem prejuízo do estatuto ou soberania de qualquer território, da delimitação de limites e fronteiras internacionais e do nome de qualquer território, cidade ou área.

ISBN 978-9938-882-44-5 (impresso)

ISBN 978-9938-882-47-6 (online)

Design da capa pelo Banco Africano de Desenvolvimento, com base em imagens de Shutterstock.com

© Banco Africano de Desenvolvimento 2018

É permitido copiar, transferir ou imprimir este material para uso próprio e incluir trechos desta publicação em documentos, apresentações, blogues, websites e materiais didáticos de ensino, desde que o Banco Africano de Desenvolvimento seja adequadamente referenciado como fonte e proprietário dos direitos de autor.

PREFÁCIO

As economias africanas têm sido resistentes e estão a ganhar dinamismo. Estima-se que o crescimento real da produção tenha aumentado 3,6 por cento, em 2017, e que registará uma aceleração de 4,1 por cento, em 2018 e 2019. De um modo geral, a recuperação do crescimento tem sido mais rápida do que o previsto, particularmente nas economias não dependentes de recursos.

A economia mundial também se apresenta em melhor forma, com um crescimento mais acelerado e mercados de capitais dinâmicos. Além disso, os investidores institucionais e os bancos comerciais gerem mais de 100 biliões de dólares americanos em ativos em todo o mundo, enquanto procuram projetos com bons rendimentos, o que oferece várias opções, para além dos recursos internos e da ajuda externa, para os países africanos apoiarem os respetivos investimentos.

Contudo, continuam a existir desafios, principalmente ao nível das transformações estruturais, que criariam mais empregos e reduziriam a pobreza através da reafetação de mão de obra, de atividades tradicionais com produtividade reduzida, principalmente no setor da agricultura, para atividades de produtividade elevada, nos setores modernos da agricultura, do fabrico e dos serviços.

Como tal, a diversificação económica é essencial para a resolução dos problemas do continente, nomeadamente no contexto de uma estrutura demográfica complexa. Uma das primeiras prioridades dos governos africanos deve ser o encorajamento de uma mudança em direção a planos de crescimento que absorvam a mão de obra. Uma segunda prioridade é o investimento em

capital humano, particularmente nas capacidades de empreendedorismo dos mais jovens, de modo a facilitar a transição para setores modernos de produtividade mais elevada.

São necessários esforços macroeconómicos contínuos e prudentes, para a criação de incentivos e de um contexto empresarial que permitam ao setor privado desempenhar o seu papel. As políticas macroeconómicas devem procurar garantir a competitividade externa, de modo a evitar sobrevalorizações da taxa de câmbio real e a beneficiar plenamente do comércio, melhorar a receita fiscal e racionalizar a despesa pública. De modo a concretizar estes objetivos, a estrutura macroeconómica deve efetuar a conjugação entre a flexibilidade da taxa de câmbio real, a mobilização de receitas internas e a gestão criteriosa da procura.

São também necessários grandes investimentos em infraestruturas, o tema especial deste ano. De modo a aproveitar o grande potencial de desenvolvimento de infraestruturas, o governo terá de implementar medidas institucionais mais eficazes, que permitam uma gestão mais eficaz das tarefas complexas de planeamento, design, coordenação, implementação e regulamentação de projetos. Deve também concentrar-se na vertente menos direta do desenvolvimento de infraestruturas – resolução dos grandes problemas relacionados com as políticas e os regulamentos, formação das equipas envolvidas na elaboração dos planos de financiamento e realização de pesquisas frequentes de acompanhamento de novos conhecimentos.



Um novo trabalho do Banco revela que os requisitos de infraestruturas em África representam anualmente 130–170 mil milhões de dólares americanos. É um valor muito superior ao generalizadamente aceite há vários anos, de 93 mil milhões de dólares americanos. No entanto, não é necessário os países africanos resolverem todos os seus problemas de infraestruturas antes de poderem alcançar um crescimento sustentado e inclusivo. Devem concentrar-se na melhor forma de utilizarem os escassos orçamentos para infraestruturas de que dispõem, de modo a alcançar a maior rentabilidade económica e social possível.

Tal como se concluiu nas Perspetivas, os projetos de infraestruturas são um dos investimentos mais lucrativos que as sociedades podem realizar. Quando são produtivos, contribuem e permitem a sustentabilidade do crescimento económico de um país. Deste modo, fornecem os recursos financeiros para tudo o resto.

Akinwumi Adesina, Presidente
Grupo Banco Africano de Desenvolvimento

ÍNDICE

Prefácio	iii
Agradecimentos	ix
Sobre o relatório Perspetivas Económicas deste ano	xi
Destaques das PEA de 2018	xiii
Parte I	
Desenvolvimento macroeconómico e mudança estrutural	1
Capítulo 1	
Desempenho e perspetivas macroeconómicas em África	3
As economias africanas têm sido resistentes aos choques negativos	5
Os choques externos agravaram os desequilíbrios macroeconómicos	13
Poupanças internas, receitas fiscais e dinâmicas da dívida	19
Conclusões e implicações nas políticas	30
Anexo 1.1	33
Notas	35
Referências	35
Capítulo 2	
Crescimento, emprego e pobreza em África	37
Dinâmicas de crescimento: acelerações, picos, recuperações e arranques do crescimento falhados	38
A ligação crescimento–emprego–pobreza	44
Aprendizagens da ligação crescimento-emprego-pobreza	57
Medidas recomendadas em termos de políticas	59
Notas	64
Referências	65

Parte II	69
Infraestruturas e respetivo financiamento	69
Capítulo 3	
Infraestruturas de África: Potencial elevado, mas impacto reduzido no crescimento inclusivo	71
As infraestruturas são fundamentais para um crescimento sustentável e um desenvolvimento inclusivo	73
O stock reduzido de infraestruturas em África reflete o nível reduzido de desenvolvimento de muitos países do continente.	75
Fatores que explicam o fornecimento reduzido de infraestruturas em África	86
Nos últimos anos, o financiamento de infraestruturas tem vindo a diminuir em África	93
Os governos nacionais continuam a ser as principais fontes de financiamento de infraestruturas em África	95
Um maior financiamento de infraestruturas de qualidade elevada contribuiria para os bens públicos mundiais e abordaria alguns dos maiores desafios do mundo	99
Anexo 3.1 As necessidades de investimento de África: Nota sobre a metodologia	103
Notas	106
Referências	107
Capítulo 4	
Financiamento das Infraestruturas de África: Novas estratégias, mecanismos e instrumentos	109
Um pacto global de financiamento de infraestruturas em África e de estímulo à industrialização geraria dividendos importantes à escala global	110
Uma nova abordagem relativamente ao financiamento de infraestruturas em África: Dos “défices em matéria de infraestruturas” ao direccionamento estratégico	113
Captação de financiamento de infraestruturas para África: Riscos	114
Potenciais novas fontes de financiamento para infraestruturas em África	116
Captação de investidores institucionais	118
Participação de privados no financiamento de infraestruturas em África	120
Novos mecanismos de financiamento possíveis de apoio a infraestruturas em África	121
Instituições financeiras	126
Recomendações sobre políticas	127
Anexo 4.1 Declaração Conjunta de Aspirações dos BMD para Atrair Financiamento Privado	139
Notas	141
Referências	142
Notas sobre países	145
Caixas	
1.1 Efeitos dos preços dos produtos de base no crescimento de África	14
1.2 Custos e benefícios das uniões monetárias	20
1.3 Aumentar a receita fiscal de Lagos através de reformas sensatas	25
1.4 Financiamento do saldo da balança corrente de África	29
2.1 Preparar os trabalhadores africanos para a Quarta Revolução Industrial	55
2.2 A pobreza dificulta o crescimento – ou facilita-o?	57
2.3 Três ilações da China aplicáveis a África	58
3.1 As contradições empíricas das infraestruturas e do crescimento	77

3.2	Stocks, necessidades e lacunas de infraestruturas: Um vocabulário prático	78
3.3	Necessidades de infraestruturas: Entre 93 mil milhões e 130–170 mil milhões de dólares americanos anuais	80
3.4	Termos de referência do Comité Presidencial de Coordenação de Infraestruturas	88
3.5	Emprego, industrialização e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	100
4.1	Um Fundo Global de Transformação Estrutural	111
4.2	Fundos para o desenvolvimento de projetos destinados a infraestruturas em África	117
4.3	Os países africanos têm obtido empréstimos a taxas inferiores às praticadas nas economias da Zona Euro	118
4.4	Investidores institucionais africanos	119
4.5	Aumento das parcerias locais e internacionais em África [add call out]	121
4.6	Parcerias público-privadas em projetos de infraestruturas em África	122
4.7	Moçambique: Utilização de subsídios para fortalecer a capacidade de obter financiamento	125
4.8	PPP – práticas aconselháveis e desaconselháveis	132
4.9	O Fundo África 50 para as Infraestruturas: Um «balcão único» para o desenvolvimento de infraestruturas	133
4.10	Atrair o financiamento do setor privado para infraestruturas na Índia	134
4.11	A Estrada com portagem N4 do Corredor de Maputo	137

Figuras

1.1	Taxa de crescimento real do PIB em África, 2009–19	5
1.2	Taxa de crescimento real do PIB per capita em África, 2009–19	6
1.3	Componentes do PIB em África, 2009–16	7
1.4	Composição setorial do PIB em África, 2000–16	8
1.5	Percentagens setoriais do emprego em África e em outras regiões do mundo	9
1.6	Crescimento do PIB em países selecionados de África, 2017	11
1.7	Taxa de crescimento real do PIB em sub-regiões selecionadas África, 2009–19	12
1.8	Taxas de inflação medianas em África e em grupos de países selecionados, 2009–19	15
1.9	Taxas de inflação mediana e média nos países que utilizam o franco CFA, 2009–19	16
1.10	Taxas de inflação medianas em África e em outras regiões, 2009–19	16
1.11	Saldos orçamental e da balança corrente em África, 2009–19	17
1.12	Termos de troca dos exportadores e não exportadores de petróleo em África, 2000–16	18
1.13	Variação percentual das taxas de câmbio nominais em países selecionados, 2015–16 e 2016–17	19
1.14	Receitas fiscais e não fiscais em África, enquanto percentagem do PIB, 2006–14	22
1.15	Relação entre a receita fiscal/poupança interna e o rendimento per capita	24
1.16	Receitas públicas, despesas públicas e dívida concessional em África, em percentagem do PIB, 2008–15	26
1.17	Dívida total, externa e interna em África	27
1.18	Dívida externa enquanto percentagem do PIB em países africanos antes e depois da iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPME)	31
2.1	Taxas de crescimento nos países africanos com e sem acelerações, 1960–2014	39
2.2	Dinâmicas de crescimento nos países africanos que registaram acelerações do crescimento	40
2.3	Elasticidade do emprego em relação ao PIB em países africanos selecionados, 2000–14	47
2.4	Emprego e crescimento do PIB em países africanos selecionados	48
2.5	Produtividade setorial e crescimento do emprego em África, 2000–10	49
2.6	Indicadores do mercado de trabalho selecionados para países africanos, 2016	50
2.7	Estrutura do emprego em países africanos selecionados	51
3.1	Desigualdade de oportunidades e desenvolvimento de infraestruturas em países africanos selecionados	76

3.2	Índice de infraestruturas de África 2018	81
3.3	Formação bruta de capital fixo per capita em regiões mundiais selecionadas, 1960–2015	82
3.4	Acesso a eletricidade e água nos países africanos, em comparação com a China e a Índia	83
3.5	Acesso a eletricidade e PIB per capita, 2014	84
3.6	Penetração da Internet em regiões selecionadas do mundo	84
3.7	Lacunas de financiamento de infraestruturas até 2040 e necessidades de investimento até 2030, em regiões selecionadas	91
3.8	Quanto deve o mundo investir em infraestruturas?	92

Infográficos

3.1	Os compromissos gerais para com as infraestruturas de África de todas as origens comunicadas diminuiram para 62,5 mil milhões de dólares americanos, o valor mais reduzido em cinco anos	96
3.2	O financiamento de infraestruturas depende fortemente do financiamento externo, que corresponde aproximadamente ao financiamento pelos governos nacionais	97

Tabelas

1.1	Decomposição do crescimento anual na produtividade da mão de obra em países selecionados de África	10
1.2	Elasticidade das receitas públicas em relação às taxas de tributação em África	23
1.3	Utilização prevista das emissões de obrigação do Estado em países africanos selecionados	28
A1.1	Desenvolvimentos macroeconómicos em África, 2013–19	33
A1.2	Pontos de decisão e realização para os países africanos, no âmbito da iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPME)	34
2.1	Acelerações do crescimento e episódios de crise em países africanos selecionados	41
2.2	Crescimento anual médio do PIB per capita durante os picos de crescimento	42
2.3	Contribuição da reafetação setorial de mão de obra para o crescimento	45
2.4	Condições de emprego no Egito, no Mali, na África do Sul e na Zâmbia	53
2.5	Tendências populacionais projetadas, 2013–63	54
2.6	Efeito das acelerações do crescimento na pobreza	56
2.7	Efeito das acelerações do crescimento na desigualdade	56
3.1	Indícios selecionados sobre os benefícios do desenvolvimento de infraestruturas no crescimento	75
3.2	Valores preliminares sobre as necessidades de investimento (em milhares de milhões de dólares americanos)	79
3.3	Dados de acesso a infraestruturas para regiões selecionadas do mundo	85
3.4	Impacto dos serviços de infraestruturas pouco fiáveis no setor produtivo	86
3.5	Tendências do financiamento de infraestruturas em África, por fonte	93
3.6	Desembolsos em infraestruturas de 62,5 mil milhões de dólares americanos por setor em África, 2016	94
3.7	Desembolsos em infraestruturas em África, por região, 2016	95
3.8	Aumento previsto da produção e do emprego no G20, devido à industrialização em África e nos PMD	102
A3.1	Três cenários de elevada qualidade	104
4.1	Exemplos de projetos em África	123
4.2	Ativos e apetência pelo investimento potencial em infraestruturas em África	127
4.3	riscos das PPP e atribuição do risco por tipo de infraestruturas	136
A4.1	Mobilização do financiamento privado pelos BMD: Todos os países de operação	139
A4.2	Mobilização do financiamento privado pelos BMD: Países de baixo e médio rendimento	140

AGRADECIMENTOS

O relatório Perspetivas Económicas em África (PEA) de 2018 foi elaborado sob a supervisão de Celestin Monga (Vice-presidente, Governação Económica e Gestão de Conhecimento, ECVP). Os funcionários do front office do gabinete do ECVP, Amah Ezanin Marie-Aude Koffi, Vivianus Ngong e Davina Osei, forneceram apoio essencial.

Abebe Shimeles (Diretor interino, Política Macroeconómica, departamento de Previsão e Investigação, ECOMR) coordenou a elaboração do relatório com uma equipa formada por Amadou Boly (Gestor do Projeto), John Anyanwu, Zorobabel T. Bicaba, El-Hadj M. Bah, Jacob Oduor, Anthony Simpasa, Audrey Chouchane, Charlotte Karagueuzian, Andinet Woldemichael e Thouraya Triki. O Departamento de Estatísticas do BAfD forneceu os dados subjacentes às perspetivas e projeções, sob a orientação de Charles Lufumpa, Diretor do Departamento de Estatísticas. Louis Kouakou liderou a equipa de Estatísticas sobre questões de dados sobre infraestruturas, que incluía Anouar Chaouch, Mbiya H.K. Kadisha, Soumaila Karambiri, Stephane Regis Hauhouot, Slaheddine Saidi, Nirina Letsara e Guy Desire Lakpa. Vários consultores internos (Adams Adama, Betty Y. Camara, Chuku Chucku, Charlotte Karagueuzian, Linguere M. Mbaye, Tiguene Nabassaga e Zackary Seogo) e estagiários (Amandine Nakumuryango e Kebba Jammeh) forneceram contribuições essenciais. Foi fornecido apoio administrativo por Veronique Aka, Patience Gogo, Eve A. Kra e Abiana Nelson.

Os seguintes consultores e investigadores externos contribuíram para diferentes

capítulos: Ahmadou *Aly Mbaye* e Ameth Saloum Ndiaye (Universidade Cheikh Anta Diop); Stevan Lee (Oxford Policy Management) para o Capítulo 1; Jean-Claude Berthelemy (Universidade de Paris 1 Panthéon Sorbonne) para o Capítulo 2; Haroon Borat (Universidade da Cidade do Cabo) e Morne Oosthuizen (Universidade da Cidade do Cabo) para o Capítulo 2; e David Stiggers (Consultor) e Cledan Mandri-Perrott (Grupo do Banco Mundial) para o Capítulo 3.

Foram fornecidos comentários e análises bastante construtivos relativamente ao Capítulo 1 pelo falecido Calestous Juma (Universidade de Harvard), Christopher Adams (Universidade de Oxford), David L. Bevan (Universidade de Oxford) e Willi Leibfritz; Calestous Juma (Universidade de Harvard) e Augustin Fosu (Universidade do Gana) relativamente ao Capítulo 2; e Shem Simuyemba (Banco Africano de Desenvolvimento), Jean Kizito Kabanguka (Banco Africano de Desenvolvimento) e Lufeyo Banda (Banco Africano de Desenvolvimento) relativamente ao Capítulo 3.

Ferdinand Bakoup, Diretor interino, Departamento de Economia Nacional, trabalhou com os Economistas Principais (Assitan Diarra-Thioune, Stefan Muller, Abraham Mwenda e James Wahomé) e com os Economistas Nacionais do BAfD (consultar a tabela) na elaboração das notas de país. Amadou Boly garantiu a coordenação geral. Este trabalho beneficiou de contribuições dos consultores de países selecionados (Gerard Adonis, Pascual Afugu, Efreem Tesfai Biedemariam, Benjamin Camara, Prosper Chitambara, Mohamed

El Dahshan, Salome Kimani, Michel Matamona, Cassandro Mendes, Dickson Malunda, Jean Pascal Nkou, Jorge Retana De La Peza, Aliou Saho, Engy Salah, Klaus Schade, Mohamed Djournaid Soilihi, Kabbashi M. Suliman, Almadjir Tassiou); e foi revisto por uma equipa interna formada por Amandine Nakumuryango, Eric Kéré, Thouraya Triki, Kebba Jammeh, Linguere M. Mbaye, Adams Adama, Chuku Chuku, Mark Eghan, Audrey Chouchane, Tiguene Nabassaga, Betty Camara e El Hadj Bah. Os autores das notas de país encontram-se na tabela abaixo.

País	Economistas/ autoresnacionais
Argélia	Hervé LOHOUES Tarik BENBAHMED
Angola	Joel MUZIMA
Benim	Linguere M'BAYE
Botsuana	George J. HONDE
Burquina Faso	Facinet SYLLA
Burundi	Thierry KANGOYE
Cabo Verde	Adalbert NSHIMYUMUREMYI
Camarões	Richard Antonin DOFFONSOU
República Centro-Africana	Kalidou DIALLO
Chade	Claude N'KODIA
Comores	Alassane DIABATE
República do Congo	Adamon Mukasa NDUNGU
Costa do Marfim	Zorobabel BICABA
República Democrática do Congo	Jean Marie Vianney DABIRE
Djibuti	Guy Blaise NKAMLEU
Egito	Hervé LOHOUES
Guiné Equatorial	Dominique PUTHOD
Eritreia	Nyende MAGIDU
Etiópia	Admit Wondifraw ZERIHUN Edward Batte SENNOGA
Gabão	Dominique PUTHOD
Gâmbia	Adalbert NSHIMYUMUREMYI
Gana	Eline OKUDZETO
Guiné	Olivier MANLAN
Guiné Bissau	Toussaint HOUENINVO Khadidiatou GASSAMA
Quénia	Walter ODERO Zerihun ALEMU
Lesoto	Edirisa NSEERA
Libéria	Patrick HETTINGER

Laetitia Yattien-Amiguet e Justin Kabasele contribuíram para o design da capa. A edição, tradução e disposição são da responsabilidade de uma equipa da Communications Development Incorporated, liderada por Bruce Ross-Larson e incluindo Jonathan Aspin, Joe Brinley, Joe Caponio, Meta de Coquereumont, Mike Crumplar, Mary Fisk, Susan Graham, Christopher Trott e Elaine Wilson, com apoio ao design de Debra Naylor e apoio à tradução de Jean-Paul Dailly e de uma equipa da JPD Systems.

País	Economistas/ autoresnacionais
Líbia	Kaouther ABDERRAHIM-BEN SALAH
Madagáscar	Tankien DAYO
Malawi	Peter Engbo RASMUSSEN
Mali	Abdoulaye KONATE Hamaciré DICKO
Mauritânia	Marcellin NDONG NTAH
Maurícia	Ndoli KALUMIYA
Marrocos	Kaouther ABDERRAHIM-BEN SALAH Vincent CASTEL
Moçambique	Andre ALMEIDA SANTOS
Namíbia	Andre ALMEIDA SANTOS
Níger	Facinet SYLLA
Nigéria	Jacob ODUOR Audrey CHOUCHANE-VERDIER
Ruanda	Edward Batte SENNOGA
São Tomé e Príncipe	Flavio SOARES DA GAMA
Senegal	Toussaint HOUENINVO Khadidiatou GASSAMA
Seicheles	Tilahun TEMESGEN
Serra Leoa	Jamal ZAYID
Somália	Richard WALKER Salome KIMANI
África do Sul	Wolassa Lawisso KUMO
Sudão do Sul	Guy Blaise NKAMLEU
Sudão	Suwareh DARBO
Suazilândia	George J. HONDE
Tanzânia	Prosper CHARLE Chidodzie EMENUGA
Togo	Carpophore NTAGUNGURIA
Tunísia	Philippe TRAPE
Uganda	Alexis RWABIZAMBUGA Vera Kintu OLING
Zâmbia	Peter Engbo RASMUSSEN
Zimbabue	Joel MUZIMA

SOBRE O RELATÓRIO PERSPETIVAS ECONÓMICAS DESTE ANO

O relatório Perspetivas Económicas em África preenche uma lacuna de conhecimento essencial sobre as diversas realidades socioeconómicas das economias africanas, através de uma análise frequente, rigorosa e comparativa. Fornece previsões de curto a médio prazo sobre a evolução de indicadores macroeconómicos essenciais para os 54 países-membros regionais, assim como análises sobre o estado dos desafios e dos progressos socioeconómicos realizados em cada país. Representa as análises dos economistas do Banco Africano de Desenvolvimento sobre o desenvolvimento económico africano durante o ano anterior e o futuro próximo. Tornou-se o relatório mais importante do Banco Africano de Desenvolvimento, assim como um material de referência para todos os interessados no desenvolvimento de África, incluindo investigadores, investidores, organizações da sociedade civil e parceiros para o desenvolvimento.

Tendo em conta as rápidas e constantes mudanças em África e na ordem económica internacional, procedeu-se a uma reformulação do relatório Perspetivas Económicas em África, de modo a melhorar sua relevância em termos de políticas, garantindo simultaneamente que é adequado às operações do Banco. Destacam-se três alterações principais.

Em primeiro lugar, de modo a aumentar a relevância do relatório PEA ao longo do tempo, a data de lançamento será antecipada, para que o Banco, enquanto instituição líder africana, seja o primeiro a fornecer os números de destaque sobre o desempenho macroeconómico e as perspetivas de África. O lançamento do relatório PEA está previsto para meados de janeiro de cada ano.

Em segundo lugar, de modo a promover as recomendações e o diálogo sobre políticas, o relatório PEA de 2018 será resumido para um máximo de quatro capítulos e 54 Notas de País, totalizando cerca de 175 páginas, em comparação com as mais de 300 páginas nos anos anteriores.

Em terceiro lugar, serão produzidos relatórios de Perspetivas Económicas Regionais para as cinco sub-regiões de África. Estes relatórios autónomos e independentes concentram-se em áreas prioritárias de interesse para cada sub-região e fornecem análises sobre a situação económica e social. Destacam também questões urgentes de interesse atual.

Como anteriormente, os economistas nacionais do Banco elaborarão Notas de País detalhadas e muito mais longas para a versão de maio, juntamente com um conjunto completo de projeções de crescimento atualizadas. No entanto, para a versão de janeiro, cada Nota consistirá apenas numa página, fornecendo um perfil de cada país, com os principais desenvolvimentos e perspetivas mais recentes.

CONTEÚDO TEMÁTICO DAS EDIÇÕES ANTERIORES

Edição	Título temático
2003	Privatização
2004	Oferta e procura de energia
2005	Financiamento do desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME)
2006	Promoção e financiamento das infraestruturas dos transportes
2007	Acesso a água potável e saneamento em África
2008	Formação técnica e vocacional
2009	Tecnologias da informação e comunicação em África
2010	Mobilização dos recursos públicos e ajuda
2011	África e os seus parceiros emergentes
2012	Promoção do emprego jovem
2013	Transformação estrutural e recursos naturais
2014	As cadeias de valor globais e a industrialização de África
2015	Desenvolvimento territorial e inclusão espacial
2016	Cidades sustentáveis e transformação estrutural
2017	Empreendedorismo e desenvolvimento industrial

DESTAQUES DAS PEA DE 2018

As Perspetivas Económicas em África deste ano efetuam uma análise dos desenvolvimentos macroeconómicos e mudanças estruturais recentes em África e estabelecem as expectativas para 2018 (Parte I). Em seguida, concentram-se na necessidade do desenvolvimento das infraestruturas de África e recomendam novas estratégias e instrumentos de financiamento inovadores pelos quais os países podem optar, dependendo do nível de desenvolvimento e das circunstâncias específicas (Parte II).

PARTE I: DESENVOLVIMENTO MACROECONÓMICO E MUDANÇA ESTRUTURAL

As economias africanas têm sido resistentes: o nível real de produção aumentou, o que reflete as políticas macroeconómicas geralmente positivas, o progresso nas reformas estruturais (particularmente em relação ao desenvolvimento de infraestruturas) e as estruturas políticas adequadas

Os choques mundiais e internos de 2016 fizeram abrandar o crescimento em África. No entanto, em 2017, já existiam sinais de recuperação. Estima-se que o crescimento real da produção aumentou 3,6 por cento, em 2017, em relação a um aumento de 2,2 por cento, em 2016, e que registará uma aceleração de 4,1 por cento, em 2018 e 2019. De um modo geral, a recuperação do crescimento tem sido mais rápida do que o previsto, particularmente nas economias não dependentes de recursos, sublinhando a resistência de África.

A recuperação no crescimento pode assinalar um ponto de viragem nos países exportadores líquidos de produtos de base, nos quais a diminuição continuada dos preços das exportações fez diminuir as receitas das mesmas e agravou os desequilíbrios macroeconómicos.

Os fundamentos económicos e a resistência melhoraram em vários países africanos. Em alguns, a mobilização de recursos internos ultrapassa atualmente a de homólogos da Ásia e da América Latina. Contudo, ainda é insuficiente para satisfazer o nível elevado de financiamento necessário para a ampliação de infraestruturas e de capital humano.

Os países africanos devem fortalecer este dinamismo económico para projetar as respetivas economias para um novo equilíbrio de crescimento, impulsionado pela inovação e produtividade e não pelos recursos naturais

Muitas economias africanas estão mais resistentes e encontram-se agora em melhor posição para lidar com as difíceis condições externas, comparativamente ao passado. Contudo, o final do superciclo do preço dos produtos de base fez diminuir os ganhos das exportações primárias em muitos países, prejudicando os investimentos planeados. As condições externas mais frágeis expuseram vulnerabilidades orçamentais, tanto nas economias dependentes de recursos naturais como em muitas outras.

Apesar de a mobilização da receita interna ter melhorado substancialmente nas últimas décadas, os rácios receitas fiscais/PIB permanecem reduzidos, na maioria dos países africanos. Os regimes de receita têm de capturar de modo mais eficiente os ganhos do crescimento e das mudanças estruturais, à medida que as economias se formalizam e se tornam mais urbanizadas.

Com a redução significativa da ajuda pública externa ao desenvolvimento e um maior apetite pela dívida para o financiamento de infraestruturas e setores sociais, muitos governos africanos recorreram aos mercados de capitais internacionais para satisfazer as necessidades de financiamento. Resultado: uma acumulação de dívida, grande parte em termos comerciais. Apesar do aumento, os níveis da dívida da maioria dos países ainda não ultrapassaram os indicadores de limiar tradicionais. Na realidade, diminuíram em nove países africanos – por vezes mecanicamente, devido à mudança de base do produto interno bruto – e mantiveram-se estáveis noutros.

Prevê-se um aumento das taxas de juro do dólar e um alargamento dos diferenciais das obrigações soberanas, aumentando o risco de paragens súbitas nos fluxos de capital privado. Os principais investimentos em infraestruturas, financiados principalmente por empréstimos externos, aumentaram a preocupação com um possível desfasamento entre a divisa e os prazos de vencimento do serviço da dívida, uma vez que os fluxos de receita são predominantemente acumulados nas divisas locais e as obrigações da dívida vencem antes do início desses fluxos.

Com exceção do franco CFA, utilizado em 14 países africanos, que está indexado a uma taxa de câmbio fixa em relação ao euro, desde o início de 2015, a maioria das divisas africanas perdeu

cerca de 20–40 por cento do valor em relação ao dólar. No entanto, a resultante desvalorização competitiva da divisa não significará necessariamente uma vantagem forte de preço nos mercados das exportações.

Está a ocorrer uma mudança estrutural, mas a um ritmo muito lento. O impulso de crescimento nas economias dependentes de recursos está a ser sustentado por reformas estruturais, condições macroeconómicas sólidas e por uma procura interna dinâmica. Um recente trabalho empírico demonstrou que o crescimento recente e a redução da pobreza em África estão associados a uma diminuição da percentagem da mão de obra na agricultura – particularmente desde o início da década de 2000 e mais notoriamente para as mulheres rurais. Esta diminuição foi acompanhada por um aumento da produtividade da mão de obra, à medida que passou do setor da agricultura, de produtividade reduzida, para os serviços e o fabrico, com maior produtividade. A percentagem de emprego no setor do fabrico não se encontra em rápida expansão. Na maioria dos países africanos de baixo rendimento, a percentagem do emprego no setor do fabrico ainda não atingiu o valor máximo e ainda se encontra em expansão, apesar de partir de níveis muito reduzidos.

Os países africanos devem fortalecer este dinamismo económico, de modo a projetar as respetivas economias para um novo equilíbrio de crescimento, impulsionado pela inovação e a produtividade, e não pelos recursos naturais. A estratégia de políticas macroeconómicas deve procurar garantir a competitividade externa, de modo a evitar uma sobrevalorização da taxa de câmbio real e a beneficiar plenamente do comércio, melhorar a receita fiscal e racionalizar a despesa pública. De modo a concretizar estes objetivos, a estrutura macroeconómica deve efetuar a conjugação entre a flexibilidade da taxa de câmbio real, a mobilização de receitas internas e a gestão criteriosa da procura.

A médio prazo, a área mais importante da política orçamental é a reforma tributária. De modo a aumentar as receitas fiscais, será essencial efetuar o alargamento da base tributável (eliminando muitas isenções e fugas), ao invés de efetuar um aumento das já elevadas taxas de imposto

marginais. Nenhuma destas opções de políticas orçamentais é simples. Todas têm consequências complexas na distribuição e no bem-estar – e todas são intensamente políticas.

Os responsáveis políticos devem garantir que a política orçamental não atrase os efeitos promotores de crescimento provenientes do recente aumento do investimento público, invertendo os avanços conquistados na redução da pobreza, na saúde e na educação em todo o continente. Nenhuma destas decisões orçamentais é simples. Todas são intensamente políticas e têm consequências complexas na distribuição e no bem-estar. As decisões devem ser tomadas tendo em conta as circunstâncias e as prioridades de desenvolvimento específicas para cada país. Assim, os projetos e os programas de desenvolvimento em preparação devem ser equilibrados com outras necessidades. As despesas recorrentes devem ser permanentemente controladas, principalmente através da prevenção do crescimento da massa salarial do setor público.

As desvalorizações da taxa de câmbio real podem ser vistas como ferramentas úteis. No entanto, devido ao fortalecimento do dólar americano em relação a muitas divisas africanas, as desvalorizações competitivas podem não significar necessariamente uma vantagem significativa de preço nos mercados de exportação.

África necessita de mais financiamento para o desenvolvimento. Contudo, a acumulação de dívida deve ser consistente com as necessidades de desenvolvimento de cada país e com as capacidades de cumprimento das obrigações dos empréstimos sem comprometer os fundamentos para o crescimento futuro. A dívida deve ser implementada em investimentos produtivos, que produzam fluxos de rendimento para o autofinanciamento e o crescimento da economia, de modo a criar a capacidade de uma maior mobilização de recursos internos, que pode diminuir a dívida externa dos países e prevenir o possível sobre-endividamento. Grande parte da recuperação do equilíbrio externo será possível através de medidas de redução da despesa.

O investimento em infraestruturas em África, financiado em grande parte pela contração de empréstimos externos, deve ser cuidadosamente

analisado, de modo a garantir que os fluxos de receitas (gerados na divisa local) são suficientemente fortes para cumprir as obrigações da dívida, quando estas vencem.

Crescimento sem emprego? O crescimento do emprego corresponde apenas a metade do crescimento da produção

O crescimento sustentado deve criar empregos, que impulsionam a redução da pobreza e criam um crescimento mais inclusivo. No entanto, as elevadas taxas de crescimento recentes em África não foram acompanhadas por elevadas taxas de crescimento do emprego. Entre 2000 e 2008, a taxa de emprego cresceu a uma média anual de 2,8 por cento, cerca de metade da taxa de crescimento económico. Apenas cinco países – Argélia, Burundi, Botsuana, Camarões e Marrocos – registaram uma taxa de crescimento do emprego superior a 4 por cento.

Entre 2009 e 2014, a taxa anual de crescimento do emprego aumentou para uma média de 3,1 por cento, apesar do abrandamento do crescimento económico. Contudo, este valor ainda se encontrava 1,4 pontos percentuais abaixo do crescimento económico médio. O lento crescimento da taxa de emprego afetou principalmente as mulheres e os jovens (com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos). Em 2015, estima-se que África tinha 226 milhões de jovens, prevenindo-se um aumento de 42 por cento desse valor, para 321 milhões, até 2030.

A falta de crescimento do emprego atrasou a redução da pobreza. Não obstante a proporção de população pobre em África ter diminuído de 56 por cento, em 1990, para 43 por cento, em 2012, o número de pessoas pobres aumentou. A desigualdade também aumentou, com o coeficiente de Gini a aumentar de 0,52, em 1993, para 0,56, em 2008 (o mais recente valor disponível).

Nas próximas décadas, África tornar-se-á o continente mais jovem e populoso. A população ativa aumentará de 620 milhões, em 2013, para praticamente 2 mil milhões, em 2063.

Um “dividendo demográfico” pode constituir uma excelente oportunidade para África – assim como para o resto do mundo, que deverá sofrer

O crescimento sustentado deve criar empregos, que impulsionam a redução da pobreza e criam um crescimento mais inclusivo

PARTE II: FINANCIAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS: ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS

de uma grande escassez de mão de obra no futuro. No entanto, os avanços tecnológicos poderão fazer baixar o valor desse dividendo demográfico.

Face ao rápido crescimento populacional e aos riscos acrescidos de agitação ou descontentamento social, o crescimento sem emprego representa a maior preocupação para os responsáveis políticos africanos. Nunca é demais destacar a importância da implementação de reformas para atrair investimento estrangeiro direto em setores com elevado potencial competitivo e, assim, permitir a criação de “bons empregos” suficientes no setor privado.

Um grande número de histórias de sucesso do continente (picos de crescimento não seguidos de crises) pode servir de fonte de inspiração para os responsáveis políticos africanos e sugerir formas para evitar arranques falhados. As experiências de países como a Maurícia, a Etiópia e o Ruanda fornecem aprendizagens úteis para todo o continente.

Os arranques de crescimento bem-sucedidos exigem o aumento da produtividade. As reafetações de mão de obra – dos setores tradicionais, de subsistência e produtividade reduzida, para os setores modernos, de elevada produtividade – devem ser uma parte essencial das acelerações do crescimento africano. Exigem não só a criação de empregos nos setores modernos da agricultura, indústria e serviços, mas também de políticas que promovam a capacitação dos mais pobres e dos trabalhadores pouco qualificados, de modo que possam beneficiar das novas oportunidades decorrentes da transformação estrutural.

Uma das primeiras prioridades dos governos africanos deve ser o encorajamento de uma mudança em direção a planos de crescimento que absorvam a mão de obra. Devem implementar programas e políticas destinados à modernização do setor agrícola, que emprega a maioria da população e constitui, geralmente, o primeiro passo para a industrialização.

Uma segunda prioridade é o investimento em capital humano, particularmente nas capacidades de empreendedorismo dos mais jovens, de modo a facilitar a transição para setores modernos de produtividade mais elevada.

As necessidades de financiamento das infraestruturas de África – de 130–170 mil milhões de dólares americanos por ano – resultam numa lacuna de financiamento até 108 mil milhões de dólares americanos. Contudo, através de melhores estratégias, ainda é possível alcançar um crescimento sustentado e inclusivo em contextos com grandes lacunas de infraestruturas.

África tem de se industrializar, de modo a acabar com a pobreza e a criar emprego para os 12 milhões de jovens que todos os anos se juntam à população ativa do continente. Um dos principais fatores que atrasam a industrialização tem sido o stock insuficiente de infraestruturas produtivas nos serviços da energia, da água e dos transportes, que permitiriam que as empresas prosperassem em setores com vantagens comparativas fortes. Novas estimativas do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) sugerem que as necessidades de infraestruturas do continente totalizam 130–170 mil milhões de dólares americanos anuais, com uma lacuna de financiamento de cerca de 68–108 mil milhões de dólares americanos.

Com uma lacuna de infraestruturas e necessidades urgentes nas áreas da saúde, educação, capacidade administrativa e segurança, África precisa de atrair capital privado, de modo a acelerar a criação de importantes infraestruturas, essenciais para que o continente estimule o seu potencial. Mas os países africanos não precisam de esperar que todas as lacunas de financiamento sejam preenchidas para poderem transformar as suas estruturas económicas.

Atualmente, África apresenta uma receita fiscal anual de cerca de 500 mil milhões de dólares americanos, 50 mil milhões de dólares americanos em ajuda externa, 60 mil milhões de dólares americanos em remessas e 60 mil milhões de dólares americanos em entradas de IED. Em todo o mundo, os investidores institucionais e os bancos comerciais gerem mais de 100 biliões de dólares americanos. Os países africanos que procuram recursos financeiros dispõem agora de

Um grande número de histórias de sucesso do continente (picos de crescimento não seguidos de crises) pode servir de fonte de inspiração para os responsáveis políticos africanos e sugerir formas para evitar arranques falhados

uma grande variedade de opções, muito além da ajuda externa. Os fundos soberanos e o financiamento do mercado também são importantes.

A economia mundial beneficiaria enormemente da industrialização de África e da construção de infraestruturas produtivas no continente

O excesso de poupança em muitos países avançados poderia ser utilizado para o financiamento de projetos de infraestruturas lucrativos em África. Uma pequena fração do excesso de poupança global e dos recursos de rendimento reduzido seria suficiente para acabar com a lacuna de financiamento de África e para financiar infraestruturas produtivas e lucrativas. O aumento da produção de bens de capital e de consumo nas economias do G20 e em África também ativaria vários efeitos multiplicadores, criando um procura adicional de insumos intermediários, aumentando os rendimentos e o emprego. Isto criaria 7,5 milhões de empregos nas economias do G20.

O aumento da percentagem do setor do fabrico no PIB de África (e noutros países menos desenvolvidos, ou PMD) pode impulsionar o investimento do G20 em cerca de 485 mil milhões de dólares americanos e o consumo dos agregados familiares em cerca de 1,4 biliões de dólares americanos. O impacto da industrialização de África (e de outros PMD) nas economias do G20 também seria significativo. As exportações diretas de bens de capital e de consumo aumentariam mais de 92 mil milhões de dólares americanos. Além disso, os efeitos indiretos associados a este aumento nas exportações – tendo em conta as ligações domésticas entre os exportadores do G20 e outros produtores nacionais – aumentariam a produção do G20 em 132 mil milhões de dólares americanos. Isto criaria 7,5 milhões de empregos nas economias do G20. Aumentaria a procura agregada, criaria emprego nos países pobres e ricos e colocaria o mundo na rota da paz e prosperidade. O facto de esta transação global e mutuamente rentável não estar a ocorrer representa um dos maiores paradoxos da atualidade.

Em circunstâncias políticas ideais, seria estabelecido um pacto global e mutuamente rentável para o financiamento das infraestruturas de África,

para que o continente pudesse aproveitar estes benefícios duplamente positivos. Uma avaliação realista dos problemas mundiais de governação e de economia política nas economias avançadas sugere que África não deve esperar pela comunidade internacional para compreender os potenciais benefícios mundiais da sua industrialização ou para financiar a lacuna de infraestruturas do continente, de 130–170 mil milhões de dólares americanos.

Em vez disso, o continente deve adotar uma abordagem mais pragmática ao financiamento de infraestruturas, focando-se principalmente em novos modelos de financiamento. Os países africanos podem saltar diretamente para a economia mundial através da criação de infraestruturas bem orientadas com vista ao fornecimento de apoio a indústrias e setores competitivos, em parques industriais e zonas de processamento de exportações relacionados com os mercados mundiais. Ao atrair investimento e empresas estrangeiras, até os países africanos mais pobres podem melhorar a logística de comércio, aumentar os conhecimentos e capacidades dos empreendedores locais, ganhar a confiança dos compradores internacionais e, gradualmente, aumentar a competitividade das empresas locais.

Os projetos de infraestruturas são um dos investimentos mais lucrativos que as sociedades podem realizar. Quando são produtivos, contribuem e permitem a sustentabilidade do crescimento económico de um país, fornecendo assim os recursos financeiros para tudo o resto. Contudo, muitos governos tentam fazer demasiadas coisas simultaneamente e acabam por fazer muito pouco de realmente substancial. Ou então dão prioridade às indústrias e aos setores errados e dedicam os recursos financeiros, administrativos e humanos limitados de que dispõem a atividades que não são competitivas e não podem criar ganhos suficientes para permitir a sustentabilidade do desenvolvimento.

O acesso universal a infraestruturas de qualidade elevada apenas pode ser um objetivo a longo prazo. A tentativa de concretização deste objetivo com recursos limitados fez com que os governos tenham gastado demasiado num número exagerado de projetos com rentabilidade económica reduzida, que dão um impulso muito reduzido ao

O excesso de poupança em muitos países avançados poderia ser utilizado para o financiamento de projetos de infraestruturas lucrativos em África

Alguns países do continente utilizam um vasto número de mecanismos de financiamento para apoiar os investimentos em infraestruturas, sendo que o número de novas abordagens bem-sucedidas deverá aumentar

crescimento industrial e à criação de emprego. No entanto, não é necessário que os países africanos resolvam *todos* os seus problemas de infraestruturas antes de poderem alcançar um crescimento sustentado e inclusivo. Em vez disso, devem concentrar-se na melhor forma de utilizarem os escasos orçamentos para infraestruturas de que dispõem, de modo a alcançar a maior rentabilidade económica e social possível.

Como tal, uma recomendação de políticas fundamental é a concentração em setores e locais específicos

Felizmente, as atuais condições financeiras mundiais são favoráveis e deverão continuar a sê-lo a médio prazo. Estão a ser desenvolvidos novos instrumentos, com o objetivo de mitigar os riscos mais elevados enfrentados pelos investidores em muitos países africanos.

É importante compreender que o financiamento privado de infraestruturas continuará provavelmente a representar uma pequena percentagem da despesa mundial em infraestruturas, estimada em 5–10 por cento. Os governos podem otimizar a utilização das infraestruturas existentes, de modo a reduzir a ineficiência e o desperdício e dar prioridade a investimentos em projetos com rentabilidade económica e social mais elevada.

Como tal, são essenciais medidas institucionais mais eficazes, que permitam uma gestão mais eficaz das tarefas complexas de planeamento, design, coordenação, desenvolvimento, implementação e regulamentação de projetos.

De modo a melhorar a eficiência, os governos também devem concentrar-se na vertente menos direta do desenvolvimento de infraestruturas – questões de políticas e regulamentos, educação e formação das equipas envolvidas no financiamento de infraestruturas, assim como pesquisas frequentes de acompanhamento de novos conhecimentos.

Os países africanos deveriam fazer um melhor aproveitamento dos fundos públicos e dos investimentos em infraestruturas, incentivando simultaneamente a participação do setor privado. Contudo, os diferentes estágios de desenvolvimento dos países africanos significam que as abordagens de políticas têm de ser específicas para

cada país. Poderiam ser implementados alguns novos mecanismos de financiamento em todos os países africanos, tendo em conta as circunstâncias económicas específicas e as estruturas de produção das economias nacionais.

Os investidores em África ainda não consideram a dívida em infraestruturas como uma importante classe de ativos. No entanto, alguns países do continente utilizam um vasto número de mecanismos de financiamento para apoiar os investimentos em infraestruturas, sendo que o número de novas abordagens bem-sucedidas deverá aumentar.

A criação de uma classe de “ativos de infraestruturas” para atrair investidores institucionais e a utilização melhorada de garantias por parte do governo ou instituições de financiamento do desenvolvimento podem reduzir o risco perceptível do setor privado e impulsionar o financiamento.

As obrigações com opção de venda sobre projetos destinam-se a efetuar a mobilização de fundos de pensões e de seguros de vida, assim como de fundos soberanos para as PPP, em economias emergentes. Financiariam fundos de investimento de longo prazo, desde o início até à conclusão de um projeto, evitando o risco de refinanciamento. Várias entidades – incluindo a MIGA, o BAfD e a GuarantCo – e instituições – como a InfraCredit, na Nigéria – oferecem a mitigação dos riscos, melhorias de crédito e garantias de apoio às medidas financeiras, às parcerias público-privadas e ao acesso a mercados de capitais locais e internacionais.

De modo a facilitar o financiamento a longo prazo, um BMD pode fornecer uma opção de venda, após o período de construção e de arranque, e receber um prémio de garantia. O BMD assumiria assim o risco de construção e da primeira fase da operação, de modo a facilitar o financiamento, complementado por empréstimos comerciais, caso seja necessário.

De modo a comprar *debentures* ou obrigações convertíveis para o financiamento das fases iniciais de um projeto, um BMD poderia fornecer empréstimos flexíveis a curto prazo aos governos. As obrigações seriam emitidas por um veículo de finalidade especial (SPV), que assumiria a criação e operação das infraestruturas e financiaria a fase inicial do projeto.

Após a criação e após alguns dos riscos iniciais terem diminuído, o governo venderia as obrigações aos investidores no mercado e utilizaria o valor obtido para efetuar o reembolso ao BMD. Os acordos de PPP de longa duração com base na produção podem apoiar a oferta de serviços

básicos, nos casos em que as preocupações relativamente a políticas justificariam o financiamento público como complemento ou substituição das taxas de utilização. Reduzem a responsabilidade do desenvolvimento de recuperar todos os custos apenas através dos custos de ligação e tarifários.

PARTE I
**DESENVOLVIMENTO
MACROECONÓMICO E
MUDANÇA ESTRUTURAL**



DESEMPENHO E PERSPETIVAS MACROECONÓMICAS EM ÁFRICA

1

MENSAGENS PRINCIPAIS

Este capítulo efetua uma análise do desempenho económico de África em 2017 e apresenta uma previsão do crescimento do PIB para 2018–19. Analisa os resultados de crescimento e debate alguns dos choques e vulnerabilidades que os países africanos enfrentam, assim como os respetivos efeitos no financiamento do desenvolvimento. Da análise, surgem várias conclusões e recomendações principais:

- Em 2017, existiu uma recuperação do crescimento da produção real. Muitas economias africanas encontram-se agora em melhor posição para lidar com as difíceis condições externas, em comparação com as últimas duas décadas. Desde meados de 2016, as condições mundiais melhoraram ligeiramente, melhorando também as perspetivas para África. Contudo, os países da região ainda enfrentam grandes desafios macroeconómicos. Os preços dos produtos de base recuperaram, mas não regressaram aos valores anteriores à crise, e a procura de exportações tradicionais e não tradicionais de África continua moderada. Apesar de as posições da balança corrente terem melhorado, não são suficientemente robustas; prevê-se um aumento das taxas de juro em dólares, arrastando consigo o custo do capital; e os rácios da dívida externa começaram a aumentar em toda a região.
- O investimento em infraestruturas na região, financiado em grande parte pela contração de empréstimos externos, deve ser cuidadosamente monitorizado, de modo a garantir que os fluxos de receitas (gerados na divisa local) são suficientemente fortes para cumprir as obrigações da dívida, quando estas vencem. A política orçamental não deve atrasar os efeitos promotores de crescimento do recente aumento do investimento público e reverter os avanços conquistados na redução da pobreza, na saúde e na educação em todo o continente.
- A curto prazo, a política macroeconómica deve conjugar a flexibilidade da taxa de câmbio real e a gestão criteriosa da procura. As desvalorizações da taxa de câmbio real serão importantes. No entanto, devido ao fortalecimento do dólar americano, as desvalorizações competitivas da divisa podem não significar necessariamente uma vantagem significativa em termos de preço nos mercados das exportações. A gestão da procura interna pode ter de suportar uma maior percentagem do fardo da recuperação do saldo externo. Os projetos de infraestruturas em curso terão de ser concluídos e mantidos, e os projetos em preparação devem ser equilibrados com outras necessidades. As despesas recorrentes, incluindo a massa salarial do setor público, devem ser cuidadosamente monitorizadas.

África necessita de mais financiamento para o desenvolvimento. Contudo, a acumulação de dívida deve ser consistente com as necessidades de desenvolvimento dos países e com as capacidades de cumprimento das obrigações dos empréstimos

- A médio e longo prazo, a área mais importante da política orçamental é a reforma tributária. A mobilização da receita interna melhorou substancialmente nas últimas décadas, mas os rácios receitas fiscais/PIB permanecem abaixo do limite de 25 por cento, considerado suficiente para o aumento da despesa nas infraestruturas. São urgentemente necessários melhores regimes de receitas – incluindo a eliminação progressiva do grande número de isenções e fugas, muito frequentes nos sistemas fiscais – de modo a capturar os ganhos do crescimento e da rápida mudança estrutural que estão a ocorrer em alguns países.
- Nenhuma destas decisões orçamentais é simples. Todas são intensamente políticas e têm consequências complexas na distribuição e no bem-estar. A adoção e implementação de uma política orçamental coerente e equitativa oferece as melhores perspetivas para um crescimento sustentado, quando as condições externas melhorarem.

Os choques regionais e mundiais de 2016 fizeram abrandar o crescimento em África. No entanto, em 2017, já existiam sinais de recuperação. Estima-se que o crescimento real da produção aumentou 3,6 por cento, em 2017, em relação a um aumento de 2,2 por cento, em 2016, e que registará uma aceleração de 4,1 por cento, em 2018 e 2019.

Existe uma grande heterogeneidade em todos os países africanos. Alguns apresentam um desempenho extraordinário, enquanto outros registam um crescimento moderado. As melhorias na transformação estrutural e na produtividade são evidentes em alguns países não dependentes de recursos. A expansão deste processo em todo o continente é essencial para a sustentabilidade do crescimento, a criação de emprego e a aceleração da redução da pobreza.

A recuperação no crescimento pode assinalar um ponto de viragem nos países exportadores líquidos de produtos de base, nos quais a diminuição continuada dos preços das exportações fez diminuir as receitas das mesmas e agravou os desequilíbrios macroeconómicos. Em 2017, embora as receitas tenham diminuído e as despesas aumentado nessas economias, a inflação e as posições da balança corrente em todo o

continente melhoraram, graças a melhores políticas cambiais. De um modo geral, a recuperação do crescimento tem sido mais rápida do que o previsto, particularmente, nas economias não dependentes de recursos, sublinhando a resistência de África. O impulso de crescimento nas economias dependentes de recursos está a ser sustentado por reformas estruturais, condições macroeconómicas sólidas e uma procura interna dinâmica. Os países africanos devem fortalecer este dinamismo económico para projetar as respetivas economias para um novo equilíbrio de crescimento, impulsionado pela inovação e produtividade e não pelos recursos naturais.

Os fundamentos económicos e a resistência aos choques melhoraram em vários países africanos. Em alguns, a mobilização de recursos internos ultrapassa atualmente a de países asiáticos e latino-americanos com um nível semelhante de desenvolvimento. Contudo, ainda é insuficiente para satisfazer o nível elevado de financiamento necessário para a ampliação de infraestruturas e de capital humano.

Com um apoio externo oficial ao desenvolvimento per capita significativamente mais reduzido e o aumento do apetite pela dívida para o financiamento de infraestruturas e setores sociais, muitos governos africanos recorreram aos mercados de capitais internacionais para satisfazer as necessidades de financiamento. Isto resultou numa acumulação de dívida, grande parte em termos comerciais. Apesar do aumento, os níveis da maioria dos países ainda não ultrapassaram os indicadores de limiar tradicionais. Na realidade, os níveis da dívida diminuíram em nove países africanos e mantiveram-se estáveis noutros.

África necessita de mais financiamento para o desenvolvimento. Contudo, a acumulação de dívida deve ser consistente com as necessidades de desenvolvimento dos países e com as capacidades de cumprimento das obrigações dos empréstimos sem comprometer os fundamentos para o crescimento futuro. A dívida deve ser implementada em investimentos produtivos, que produzam fluxos de rendimento para o auto-financiamento e o crescimento da economia, de modo a criar a capacidade de uma maior mobilização de recursos internos, que ajuda os países

a diminuir a dívida externa e a prevenir o possível sobre-endividamento.

O capítulo está organizado da seguinte forma. A secção inicial analisa o desempenho das economias africanas. A secção 2 debate os choques externos e os desequilíbrios macroeconómicos. A secção 3 examina as poupanças internas, as receitas fiscais e as dinâmicas da dívida. A última secção resume as implicações do capítulo nas políticas.

AS ECONOMIAS AFRICANAS TÊM SIDO RESISTENTES AOS CHOQUES NEGATIVOS

Após um crescimento anual moderado de 2,2 por cento, em 2016, o PIB real médio recuperou, alcançando os 3,6 por cento, em 2017. Em 2018 e 2019, prevê-se um crescimento de 4,1 por cento por ano (figura 1.1).

Nenhum fator específico explica esta melhoria. Reflete as melhores condições económicas mundiais; a recuperação dos preços dos produtos de base (sobretudo o petróleo e os metais); a procura interna sustentada, parcialmente complementada pela substituição das importações; e as melhorias na produção agrícola.

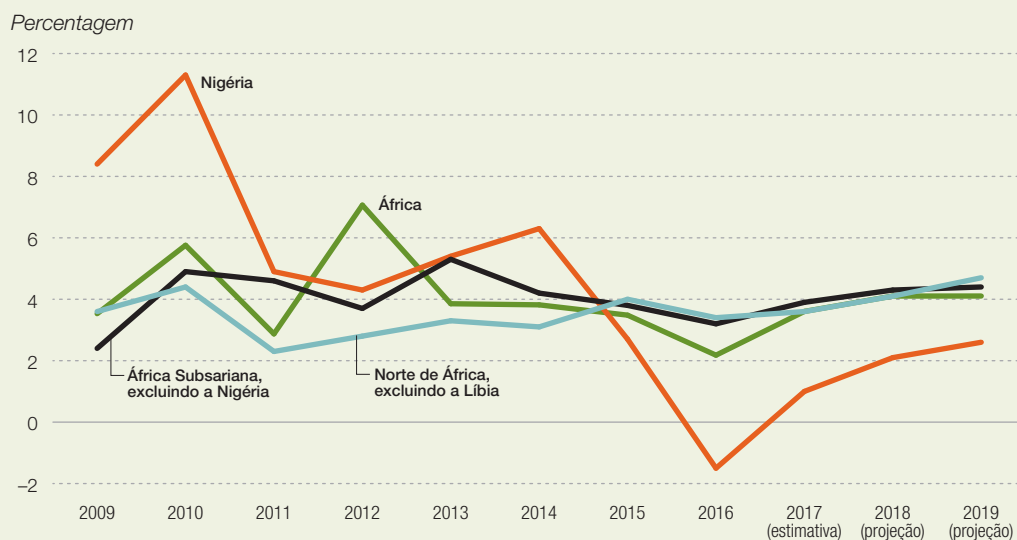
A variação ao nível de cada país é significativa. Efetivamente, grande parte da contração económica está relacionada com a recessão na Nigéria, onde a produção diminuiu 1,5 por cento, em 2016, em consequência dos baixos preços do petróleo e dos desafios das políticas, incluindo os atrasos nos ajustes da taxa de câmbio. Em 2017, a recuperação dos preços do petróleo reforçou a produção. Em conjunto com o forte desempenho na agricultura, retirou a economia da recessão que sofreu no ano anterior, embora o crescimento ainda tenha sido moderado, situando-se em 0,8 por cento. A Nigéria prepara-se para uma recuperação, que se prevê mais fraca do que a média do continente.

Em 2016, entre as outras grandes economias do continente, a África do Sul apresentou um crescimento muito lento (0,3 por cento), enquanto o Egito beneficiou de um crescimento acima da média (4,3 por cento).

No Norte de África, excluindo a Líbia, a contração económica de 2016 foi mais branda do que noutros países, com o crescimento a sofrer um abrandamento de 4 por cento, em 2015, para 3,4 por cento, em 2016 (a Líbia é excluída porque o crescimento extremamente volátil do país distorce a análise, ainda que apenas represente

A dívida deve ser implementada em investimentos produtivos, que produzam fluxos de rendimento para o autofinanciamento e o crescimento da economia

FIGURA 1.1 Taxa de crescimento real do PIB em África, 2009–19



Fonte: Estatísticas do BAfD.

O desempenho económico de África tem sido resistente, no contexto de um ambiente externo difícil, nos últimos anos

menos de 5 por cento do PIB de África). Em 2017, o crescimento recuperou para 3,6 por cento e, em 2018, deverá acelerar para 4,1 por cento, ganhando impulso em 2019, para 4,7 por cento. O crescimento na África Subsariana, excluindo a Nigéria, abrandou de 3,8 por cento, em 2016, para 3,2 por cento, em 2017. Em 2018 e 2019, prevê-se um crescimento anual com valores superiores a 4 por cento. O crescimento nos países importadores líquidos de petróleo registou uma taxa média de 3,9 por cento, em 2017, um aumento de 2,9 por cento em relação ao valor de 2016.

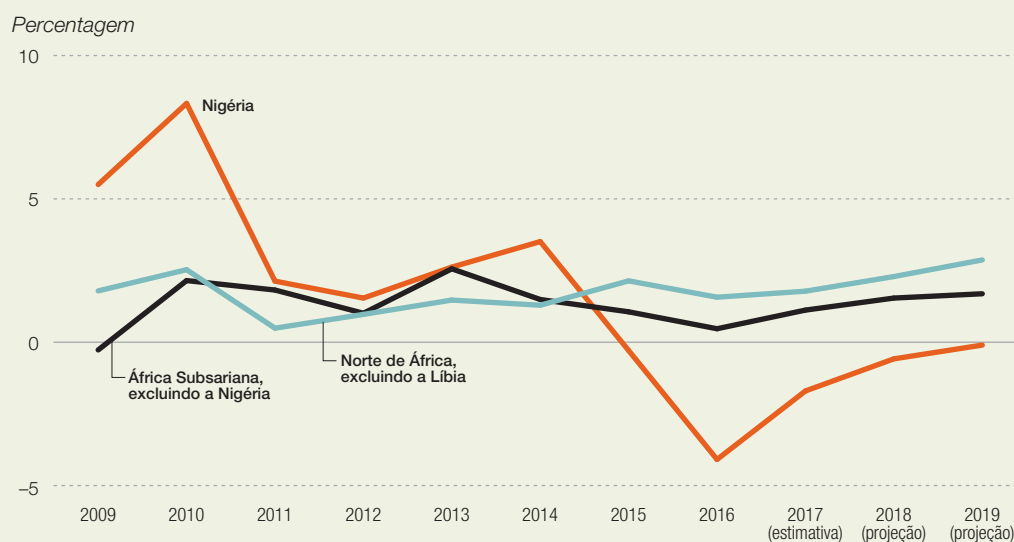
Em 2016, África registou um crescimento menor do que a média mundial; em 2017, registou um crescimento com uma taxa semelhante à da economia mundial. Contudo, como o crescimento populacional é maior do que na maioria das outras regiões, o crescimento per capita permaneceu abaixo da média mundial. No Norte de África, excluindo a Líbia, aumentou apenas 1,8 por cento, em 2017, e prevê-se que aumente apenas 2,3 por cento e 2,9 por cento, em 2018 e 2019, respetivamente. Na África Subsariana, excluindo a Nigéria, o rendimento per capita aumentou apenas 1,1 por cento, em 2017, prevendo-se que aumente apenas 1,5 por cento,

em 2018, e 1,8 por cento, em 2019. Na Nigéria, o rendimento per capita diminuiu 1,7 por cento, em 2017, mas prevê-se uma redução da contração de 0,6 por cento, em 2018, e uma nova redução de apenas 0,1 por cento, no ano seguinte.

Estima-se um crescimento económico mundial de 3,1 por cento, em 2016, para 3,6 por cento, em 2017, e 3,7 por cento, em 2018.¹ Este crescimento pode dar origem a preços dos produtos de base mais elevados, o que pode beneficiar alguns países africanos.

O desempenho económico de África tem sido resistente, no contexto de um ambiente externo difícil, nos últimos anos. Os produtos de base representam as principais exportações do continente. Os preços dos produtos de base beneficiaram de uma longa conjuntura de crescimento, antes da crise de 2008 e em grande parte dos anos subsequentes. Essa conjuntura terminou. No início de 2016, os preços de muitos produtos de base diminuíram para valores mínimos locais e o valor de muitas exportações de África, incluindo o petróleo, o ouro e o café, diminuiu também entre 2014 e 2016. Em 2016 e 2017, os preços do petróleo e dos metais recuperaram significativamente, embora se tenham mantido abaixo dos valores máximos de 2010–14. O aumento

FIGURA 1.2 Taxa de crescimento real do PIB per capita em África, 2009–19



Fonte: Estatísticas do BAfD.

dos preços impulsionou a procura (e, em muitos casos, a produção) de exportações de produtos de base africanos.

O PIB e todas as suas componentes aumentaram

O PIB em África aumentou em termos reais todos os anos, desde 2009 – apesar de os lucros das exportações terem sido afetados pela diminuição dos preços dos produtos de base, em 2013–15. O investimento público e privado aumentou todos os anos, entre 2012 e 2016 (figura 1.3). O investimento privado abrandou em 2015, mas recuperou em 2016.

O valor real das exportações diminuiu em 2013–15, recuperando ligeiramente em 2016. As receitas mais reduzidas vindas das exportações diminuíram a procura de importações enquanto percentagem do PIB. Entre 2012 e 2015, as importações aumentaram anualmente apenas 1,5 por cento, registando mesmo uma diminuição em determinados anos.

O crescimento do consumo foi forte, especialmente em 2013 e 2015. Aumentou mais rapidamente do que as importações, levando à substituição da importação – um ajuste saudável às menores receitas vindas das exportações e uma

das principais razões pelas quais o PIB não diminuiu entre 2013 e 2015.

A mudança estrutural tem sido lenta

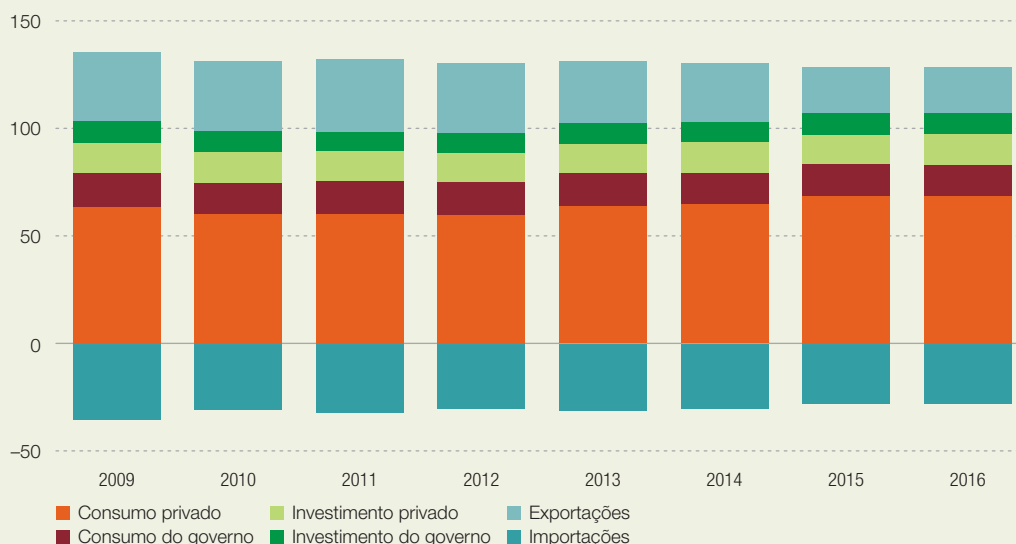
A transformação estrutural envolve mudanças grandes e permanentes na estrutura de produção. O processo pode levar décadas.

Existem poucos indícios da existência de uma mudança estrutural no continente como um todo (apesar de os dados agregados poderem ocultar mudanças individuais em países). Entre 2000 e 2016, a composição setorial do PIB permaneceu relativamente constante (figura 1.4). A percentagem do setor extrativo no PIB aumentou entre 2000 e 2008, diminuindo em 2009 e, novamente, em 2012–15. Contudo, a maioria deste movimento refletiu alterações na procura internacional e nos preços internacionais, em vez de mudanças estruturais. A exclusão do setor extrativo revela como foi limitada a transformação estrutural que ocorreu neste período, no continente como um todo (painel b da figura 1.4). A agricultura representava 18,9 por cento da produção não relacionada com o setor extrativo, em 2000, e 19,2 por cento, em 2016. Em 16 anos, o setor dos serviços retirou apenas 2 pontos percentuais ao setor do fabrico.

O PIB em África aumentou em termos reais todos os anos, desde 2009 – apesar de os lucros das exportações terem sido afetados pela diminuição dos preços dos produtos de base, em 2013–15

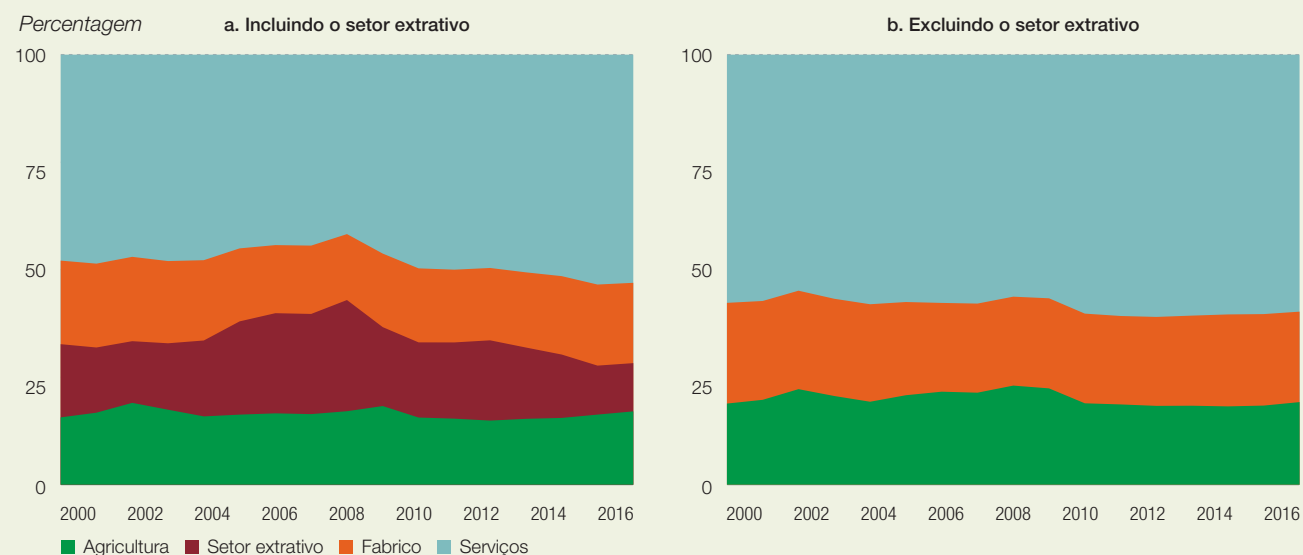
FIGURA 1.3 Componentes do PIB em África, 2009–16

PIB de 2009 = 100



Fonte: Estatísticas do BAfD.

FIGURA 1.4 Composição setorial do PIB em África, 2000–16



Fonte: Estatísticas do BAfD.

Entre 2012 e 2016, houve uma diminuição acentuada na percentagem do setor extrativo. No entanto, representou ajustamentos dos preços dos produtos de base a médio prazo, em vez de mudanças estruturais.

O ajuste descendente da percentagem do setor extrativo foi mais forte na Nigéria do que em outras economias africanas. Entre 2012 e 2016, a percentagem do setor extrativo diminuiu de 16 por cento para 6 por cento da produção, com os setores do fabrico e dos serviços a aumentarem as respetivas percentagens.

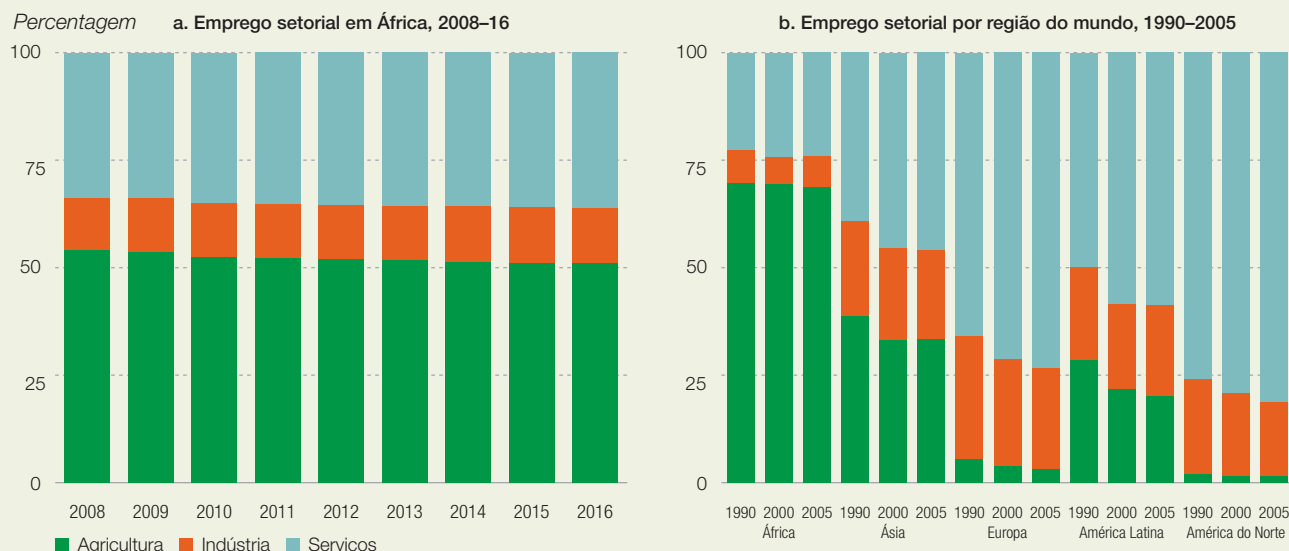
A mão de obra não se movimentou dos setores de baixa produtividade para os de produtividade elevada: Em toda a região, a distribuição da mão de obra nos setores produtivos foi ainda menos dinâmica do que as mudanças nas percentagens da produção (figura 1.5). Este padrão é muito mais estático em África do que em outras regiões. Entre 1990 e 2005, na Ásia e na América Latina, a mão de obra passou do setor agrícola para o setor dos serviços. Na Europa e na América do Norte, a mudança fez-se do setor da indústria para o dos serviços. Em África, no seu conjunto, ocorreu muito pouco movimento, apesar de esta análise agregada ocultar a mudança estrutural em alguns países.

Após uma diminuição persistente durante a década de 1990, a produtividade da mão de obra aumentou no início do milénio. A produtividade da mão de obra pode surgir de ganhos dentro de cada setor e do movimento de trabalhadores de setores menos produtivos para setores mais produtivos. Em 2000–13, a produtividade da mão de obra aumentou 2,2 por cento anualmente. O crescimento dentro de cada setor representou cerca de 73 por cento desse aumento, indicando que, a nível continental, existiu muito pouca reafetação de mão de obra.

Ocorreram algumas mudanças estruturais em alguns países (tabela 1.1). No Senegal, por exemplo, todo o crescimento na produtividade da mão de obra refletiu mudanças estruturais. No entanto, em muitos outros países, o aumento da produtividade da mão de obra refletiu, em grande medida, o crescimento da produtividade dentro de cada setor. O aumento da produtividade da mão de obra através do movimento de trabalhadores de setores de baixa produtividade para outros de produtividade elevada é fundamental para o crescimento a longo prazo.

A Costa do Marfim registou uma mudança estrutural moderada – contudo, os ganhos dentro de cada setor foram muito superiores aos

FIGURA 1.5 Percentagens setoriais do emprego em África e em outras regiões do mundo



Fonte: Estatísticas do BAfD.

Nota: O setor da indústria inclui o setor extrativo.

movimentos entre setores. Entre 2000 e 2016, cerca de 3,5 por cento dos trabalhadores mudaram-se do setor agrícola para o setor dos serviços. Uma vez que a produtividade média no setor dos serviços foi 3,2 vezes superior à do setor agrícola, mesmo esta pequena mudança gerou ganhos significativos de produtividade entre setores. Durante esse período, a produção por trabalhador nos setores da agricultura e dos serviços aumentou 50 por cento. No setor industrial, que empregava apenas 5,2 por cento da população ativa, mas representava 23,4 por cento da produção, em 2000, os ganhos de produtividade aumentaram ainda mais rapidamente. Consequentemente, em 2016, contribuía para 31,7 por cento do PIB.

O desempenho do crescimento variou significativamente entre países e sub-regiões

O crescimento económico variou significativamente entre países (figura 1.6) e nas cinco sub-regiões de África (figura 1.7).

África Oriental. A África Oriental continua a ser a sub-região de África com o crescimento mais

acelerado, apresentando um crescimento estimado de 5,6 por cento, em 2017, um aumento em relação ao valor de 4,9 por cento, de 2016. Prevê-se a continuidade de um crescimento dinâmico, alcançando 5,9 por cento, em 2018, e 6,1 por cento, em 2019. O crescimento robusto é generalizado na sub-região, com muitos países (Djibuti, Etiópia, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda) a registarem um crescimento igual ou superior a 5 por cento. O consumo privado é o impulsor mais importante do crescimento nas Comores e no Quênia; o investimento público nas infraestruturas tem sido fundamental no Djibuti e na Etiópia. Após as fracas colheitas de 2017, a agricultura recuperará, particularmente em partes da África Oriental.² A atividade de construção civil permanecerá forte. Em alguns países, a expansão continuada do setor dos serviços, incluindo as tecnologias de informação e comunicação, será essencial. A atividade de fabrico poderá aumentar a percentagem do setor industrial, particularmente no Quênia e na Tanzânia.

Norte de África. Em 2017, o Norte de África registou uma taxa de crescimento de 5 por cento, a

TABELA 1.1 Decomposição do crescimento anual na produtividade da mão de obra em países selecionados de África

País	1975–90			2000–13		
	Crescimento médio anual da produtividade da mão de obra	Crescimento da produtividade da mão de obra dentro de cada setor	Crescimento da produtividade da mão de obra entre setores (transformação estrutural)	Crescimento médio anual da produtividade da mão de obra	Crescimento da produtividade da mão de obra dentro de cada setor	Crescimento da produtividade da mão de obra entre setores (transformação estrutural)
África do Sul	0,05	-1,03	1,08	3,72	3,40	0,32
Botsuana	3,77	1,34	2,43	2,38	2,23	0,15
Egito	4,47	3,56	0,91	3,14	2,43	0,70
Etiópia	-1,63	-1,59	-0,03	2,07	1,63	0,44
Gana	-1,31	-1,33	0,03	2,20	1,07	1,14
Malawi	-0,55	-0,49	-0,06	0,60	-0,61	1,21
Maurícia	2,80	2,00	0,80	4,94	4,18	0,76
Nigéria	-1,04	-1,48	0,44	2,88	2,98	-0,11
Quênia	-0,02	-0,44	0,42	0,71	-0,02	0,73
Senegal	-1,78	-2,31	0,53	0,76	-0,12	0,88
Tanzânia	0,03	-0,16	0,19	1,21	0,34	0,87
Zâmbia	-0,80	0,09	-0,89	1,85	1,76	0,09
Média	0,33	-0,15	0,49	2,21	1,61	0,60

Fonte: Dados do Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen.

Nota: As médias e os valores não ponderados podem não corresponder devido ao arredondamento.

segunda maior em África, e um aumento em relação à taxa de 3,3 por cento, de 2016. Prevê-se uma aceleração do crescimento da sub-região, para 5,1 por cento, em 2018, seguindo-se um abrandamento, em 2019, para 4,5 por cento.

A recuperação na produção de petróleo na Líbia sustentou este crescimento. Após diminuições nos anos anteriores, o PIB do país aumentou 55,1 por cento, em 2017 – mas a produção manteve-se cerca de um terço inferior aos valores registados antes da revolução árabe, de 2011.

O Egito continuou a registar um crescimento estável, para 4,1 por cento, em 2017, uma ligeira diminuição em relação ao crescimento de 4,3 por cento, de 2016. O crescimento beneficiou do regresso do investimento estrangeiro direto (IED) e das exportações líquidas, impulsionados pela desvalorização da taxa de câmbio real, após a respetiva liberalização.

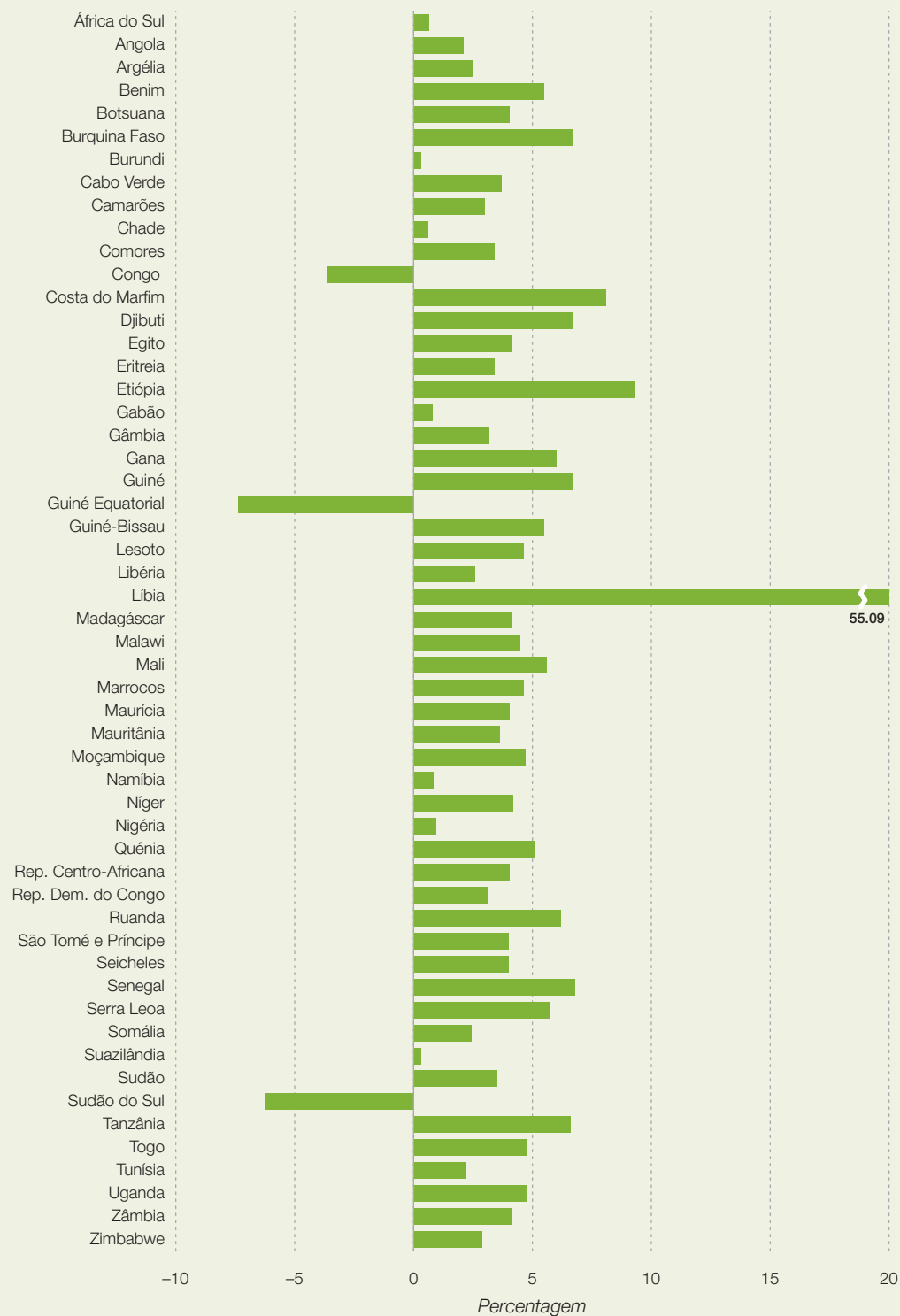
Uma margem de manobra orçamental e monetária mais ampla permitiu à Argélia mitigar

os efeitos adversos dos preços baixos do petróleo na economia, evitando uma diminuição mais acentuada do crescimento, após a queda dos preços do petróleo. Em 2017, o governo respondeu à redução dos rendimentos públicos, através da redução significativa da despesa pública (de 42 por cento do PIB, em 2016, para 36 por cento).

África Austral. Em 2017, o crescimento na África Austral quase duplicou, para 1,6 por cento, um aumento em relação ao valor de 0,9 por cento, de 2016. Tal reflete o melhor desempenho dos três principais exportadores de produtos de base: A África do Sul, que duplicou o crescimento (embora permaneça reduzido, em 0,9 por cento); Angola, onde a produção expandiu 2,1 por cento; e a Zâmbia, que registou um crescimento de 4,1 por cento. Os três países representavam cerca de 1 ponto percentual da taxa de crescimento de África.

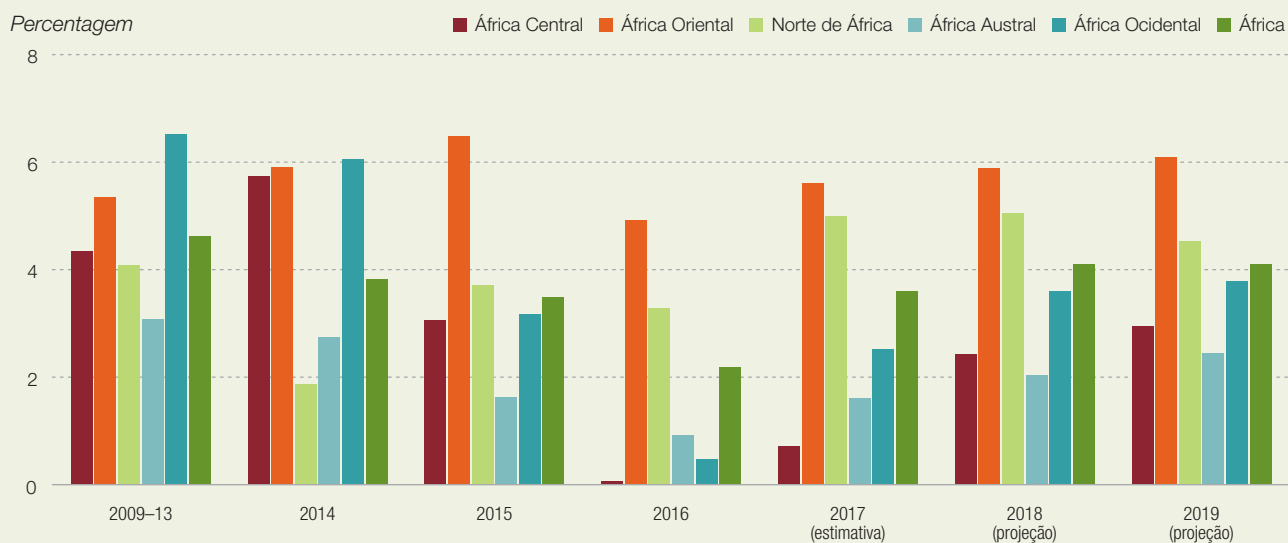
Prevê-se um aumento do crescimento de 2 por cento, em 2018, e 2,4 por cento, em 2019,

FIGURA 1.6 Crescimento do PIB em países selecionados de África, 2017



Fonte: Estatísticas do BAfD.

FIGURA 1.7 Taxa de crescimento real do PIB em sub-regiões selecionadas África, 2009–19



Fonte: Estatísticas do BAfD.

As persistentes vulnerabilidades de diversas origens justificam um otimismo cauteloso a médio prazo

suportado pela expansão nos setores da agricultura, mineração e serviços. Estes valores são inferiores à média africana, principalmente devido ao crescimento lento na África do Sul, que tem fortes efeitos de contágio (através do comércio e da partilha de receitas) na união aduaneira da sub-região. A incerteza das políticas na África do Sul pode atrasar ajustes fiscais extremamente necessários, sobretudo de apoio às empresas estatais. Prevê-se um crescimento igual ou superior a 4 por cento no Lesoto, no Malawi, na Maurícia e em Moçambique, apesar de a contribuição destes países para o PIB da sub-região ser reduzida.

África Ocidental. Prevê-se que a Nigéria consolide os ganhos conquistados em 2017, com o apoio do aumento da produção de petróleo e o crescimento da produção agrícola. Consequentemente, prevê-se uma aceleração do crescimento na África Ocidental, para 3,6 por cento, em 2018, e 3,8 por cento, em 2019. Outros países grandes que contribuem para esta expansão incluem a Costa do Marfim, o Gana e o Senegal; também está previsto um crescimento igual ou superior a 5 por cento para alguns países mais pequenos (Benim, Burquina Faso, Serra Leoa e Togo).

África Central. A região central de África continuou a apresentar um desempenho inferior, mesmo após a recuperação dos preços do petróleo. Ocorreu uma acentuada contração da produção na República do Congo (-4 por cento) e na Guiné Equatorial (-7,3 por cento), fazendo diminuir o crescimento geral da região para 0,9 por cento, em 2017. A recuperação moderada na República do Congo impulsiona o crescimento na região, que deverá recuperar para 2,6 por cento, em 2018, e 3,4 por cento, em 2019.

As condições macroeconómicas deterioraram-se significativamente, em grande parte devido à queda dos preços do petróleo. A profunda dependência do petróleo na sub-região, juntamente com a taxa de câmbio fixa e a falta de alavancas de política monetária independentes para efetuar um ajustamento correspondente às mudanças nas condições económicas (uma vez que estes cinco países são membros da Comunidade Económica e Monetária da África Central [CEMAC]), causou um abrandamento no crescimento.

As alterações económicas e políticas podem fazer abrandar o crescimento

As persistentes vulnerabilidades de diversas origens justificam um otimismo cauteloso a médio

prazo. A recuperação dos preços dos produtos de base continua a ser frágil e dependente do fortalecimento contínuo da economia mundial, particularmente nas economias dos mercados emergentes, como a China. Os preços voltaram aos valores anteriores à crise, sugerindo uma recuperação mais lenta. As mudanças estruturais no mercado da energia – especialmente a revolução do petróleo e gás de xisto, que catapultou os Estados Unidos para o topo do mercado das exportações de petróleo – podem impedir a recuperação total do preço do petróleo para o nível anterior à crise. Nos próximos 20 anos, os Estados Unidos serão responsáveis pela produção de 17,03 bilhões de pés cúbicos de gás de xisto, superando o Canadá (3,82 bilhões); outros produtores serão responsáveis pelos restantes 1,36 bilhões de pés cúbicos. A Arábia Saudita também está a tentar procurar alternativas ao petróleo. Estas mudanças estruturais podem alterar as dinâmicas do mercado mundial do petróleo (caixa 1.1). Os responsáveis políticos africanos devem criar mecanismos de adaptação a estas possíveis alterações.

A contração das condições financeiras mundiais (devido à subida da taxa de juro de referência dos Estados Unidos, em junho de 2017, e ao encerramento do programa de estímulo) restringe a liquidez mundial, o que pode reduzir a procura mundial. Os sentimentos protecionistas em países como a Tanzânia e a incerteza das políticas na África do Sul também reduzem a confiança dos investidores e os fluxos de recursos, abrandando o crescimento.

Vários riscos políticos espreitam, sobretudo nos países que realizaram eleições gerais recentemente (Quênia e Libéria) ou que as vão realizar, em 2018 (Zimbabwe) e 2019 (África do Sul). Podem afetar negativamente o ambiente macroeconómico, já desestabilizado por choques recentes.

OS CHOQUES EXTERNOS AGRAVARAM OS DESEQUILÍBRIOS MACROECONÓMICOS

O recente choque dos preços dos produtos de base agravou os desequilíbrios macroeconómicos de várias economias africanas dependentes de recursos.

A inflação aumentou acentuadamente

Em África, a taxa mediana da inflação aumentou acentuadamente, de 3,6 por cento, em 2015, para 5,4 por cento, em 2016, acima da taxa das regiões comparativas e do mundo (figura 1.8). Este aumento foi impulsionado, em parte, pela desvalorização das taxas de câmbio e pelo aumento dos défices orçamentais, provocados pelo choque nos preços dos produtos de base. A taxa mediana de inflação em África deverá diminuir em 2018 e 2019 e permanecer em valores de um único dígito, à medida que o efeito do choque dos preços dos produtos de base desapareça e as posições orçamentais melhorem.

Nos países que utilizam o franco CFA, a inflação é geralmente inferior à mediana de África (figura 1.9). Estes países estão protegidos por uma inflação mais reduzida na zona euro, a divisa de referência da união monetária.

Em 2017, todas as regiões, exceto a África Central e a África Oriental, registaram taxas de inflação iguais ou superiores a 5 por cento. (figura 1.10). A inflação disparou para perto de 10 por cento na África Oriental, impulsionada pelo aumento dos preços dos alimentos, especialmente no Quênia, onde os efeitos da seca reduziram a colheita de milho, causando escassez crónica desse alimento de base. Prevê-se uma diminuição acentuada da inflação mediana da África Oriental, parcialmente resultante das melhores colheitas. Em 2017, os países exportadores de petróleo, em particular, viveram um ano difícil, com a inflação a alcançar os 18,3 por cento, um aumento em relação ao valor de 12,7 por cento, de 2016. Nestes países, a queda dos preços do petróleo provocou desvalorizações da taxa de câmbio, que, por sua vez, impulsionaram a inflação importada.

As pressões inflacionistas aumentaram o custo de vida nos países afetados. O custo da gestão do governo também aumentou, expandindo as necessidades de financiamento e aumentando o défice orçamental.

Os países africanos exportadores de petróleo beneficiaram dos preços mais reduzidos; a inflação diminuiu ligeiramente, de 6 por cento, em 2016, para 5,7 por cento, em 2017. Para vários países africanos, nomeadamente os países em uniões monetárias, a inflação permaneceu reduzida ou moderada, entre 1 e 4 por cento, graças à estabilidade da taxa de câmbio.

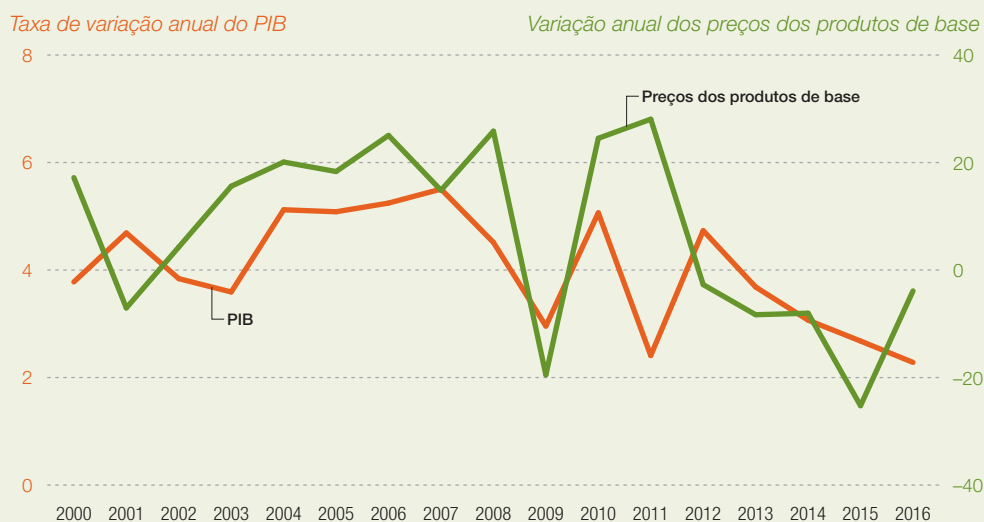
A contração das condições financeiras mundiais restringe a liquidez mundial, o que pode reduzir a procura mundial

Vários riscos políticos espreitam, sobretudo nos países que realizaram eleições gerais recentemente

CAIXA 1.1 Efeitos dos preços dos produtos de base no crescimento de África

Nas economias dependentes de recursos, a produção e os preços dos produtos de base evoluem em conformidade com um coeficiente de correlação de 0,49 (caixa-figura 1). Por este motivo, muitos destes países acabam por ficar com poucas formas de proteção contra os choques externos, como a recente redução dos preços dos produtos de base.

CAIXA-FIGURA 1 Taxa de crescimento real do PIB e preços dos produtos de base em África, 2000–16



Fonte: Estatísticas do BAfD.

É utilizado um modelo autorregressivo de desfaseamento (ARDL, do inglês *autoregressive lags distributed*) para fazer a estimativa do efeito que a variação dos preços dos produtos de base tem no crescimento real da produção dos países africanos:

$$\Delta \ln GDP_{it} = (\alpha_1 - 1) \Delta \ln GDP_{it-1} + \sum_{j=1}^{m-1} \beta_j \Delta \ln P_{it-j} + \sum_{j=1}^k \alpha_j \ln GDP_{it-j} + \sum_{j=0}^m \beta_j \ln P_{i+t-j} + f_i + f_t + \epsilon_{it}$$

no qual $\ln GDP$ indica o logaritmo do PIB real; $\ln P$ é o logaritmo do índice de preços dos produtos de base Deaton-Miller; Δ é o operador da mudança; f_i e f_t indicam os efeitos fixados por país e os efeitos temporais, respetivamente; e ϵ_{it} é um termo de erro de ruído branco.

A curto prazo, o PIB real aumentaria 0,2–0,36 pontos percentuais se os preços dos produtos de base aumentassem 1 por cento, sublinhando a importância dos preços dos mesmos para o desempenho do crescimento de África (caixa-tabela 1).

(continuada)

CAIXA 1.1 Efeitos dos preços dos produtos de base no crescimento de África (continuada)

CAIXA-TABELA 1 Efeito no crescimento de África de um aumento de 1 por cento nos preços dos produtos de base

	Todos os produtos de base	Agrícolas	Minerais	Alimentos	Energia	Metal	Matéria-prima agrícola
Impacto a curto prazo	0,2055	0,1990	0,2616	0,3608	0,2701	0,2714	0,3719
Impacto a longo prazo	1,7513	0,9044	0,9412	1,1690	1,1290	1,1483	2,1800
Duração do ajuste (em anos)	4,1150	5,4640	4,4440	5,7470	5,1810	5,4050	5,5550

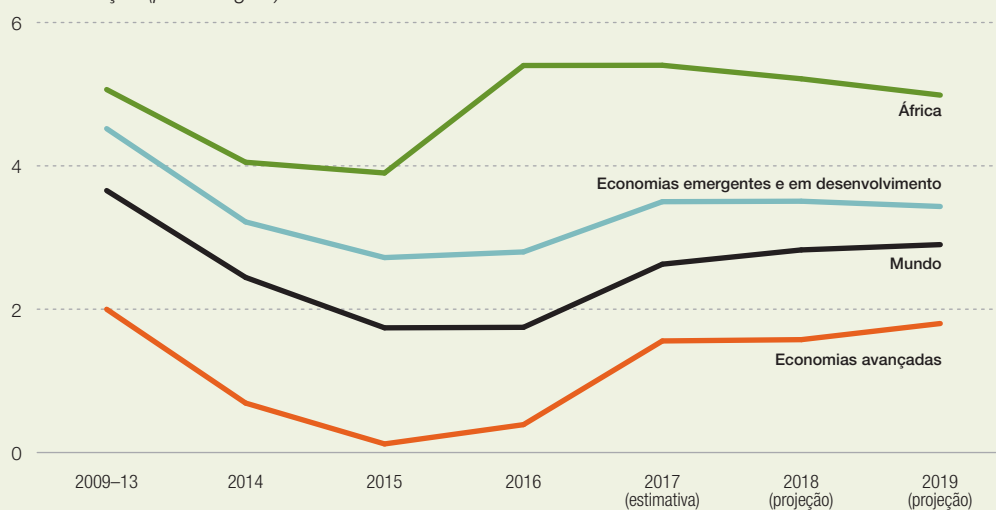
Fonte: Dados do BAfD, da COMTRADE e do FMI.

Nota: Os resultados são baseados numa amostra que incluiu os países seguintes: África do Sul, Angola, Argélia, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Comores, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Mali, Marrocos, Maurícia, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbábwe.

A taxa mediana de inflação em África deverá diminuir em 2018 e 2019 e permanecer em valores de um único dígito

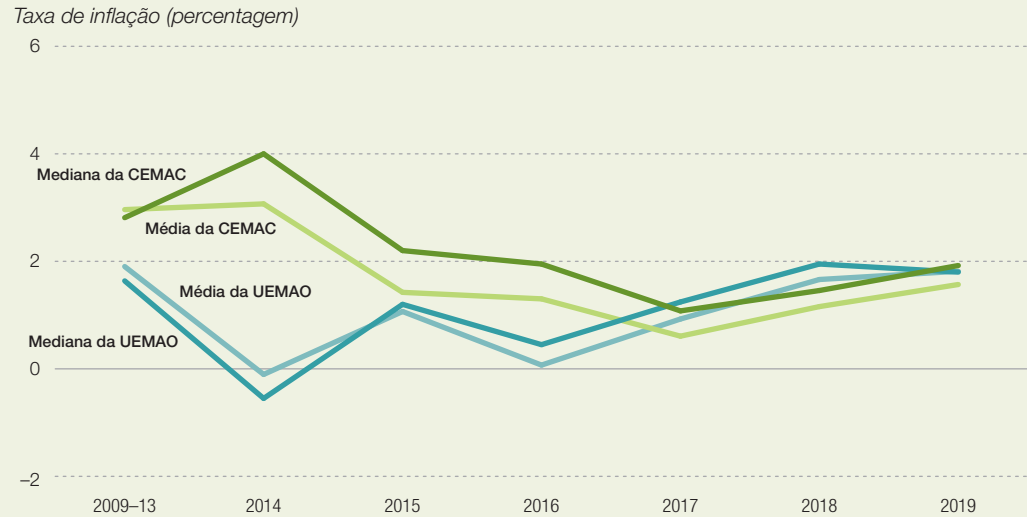
FIGURA 1.8 Taxas de inflação medianas em África e em grupos de países seleccionados, 2009–19

Taxa de inflação (percentagem)



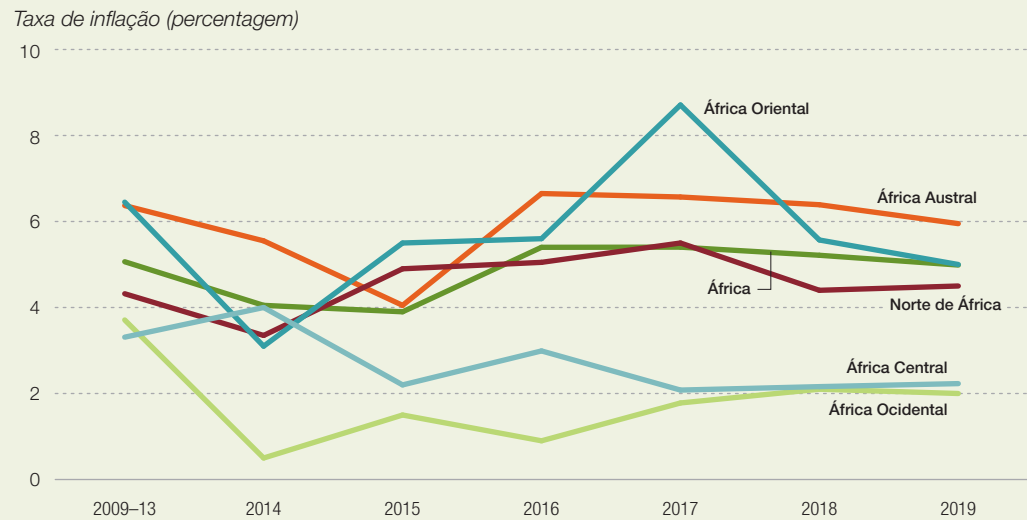
Fonte: Estatísticas do BAfD e do FMI, Perspetiva Económica Mundial (outubro de 2017).

FIGURA 1.9 Taxas de inflação mediana e média nos países que utilizam o franco CFA, 2009–19



Fonte: Estatísticas do BAfD e FMI, Perspetiva Económica Mundial (outubro de 2017).

FIGURA 1.10 Taxas de inflação medianas em África e em outras regiões, 2009–19



Fonte: Estatísticas do BAfD e FMI, Perspetiva Económica Mundial (outubro de 2017).

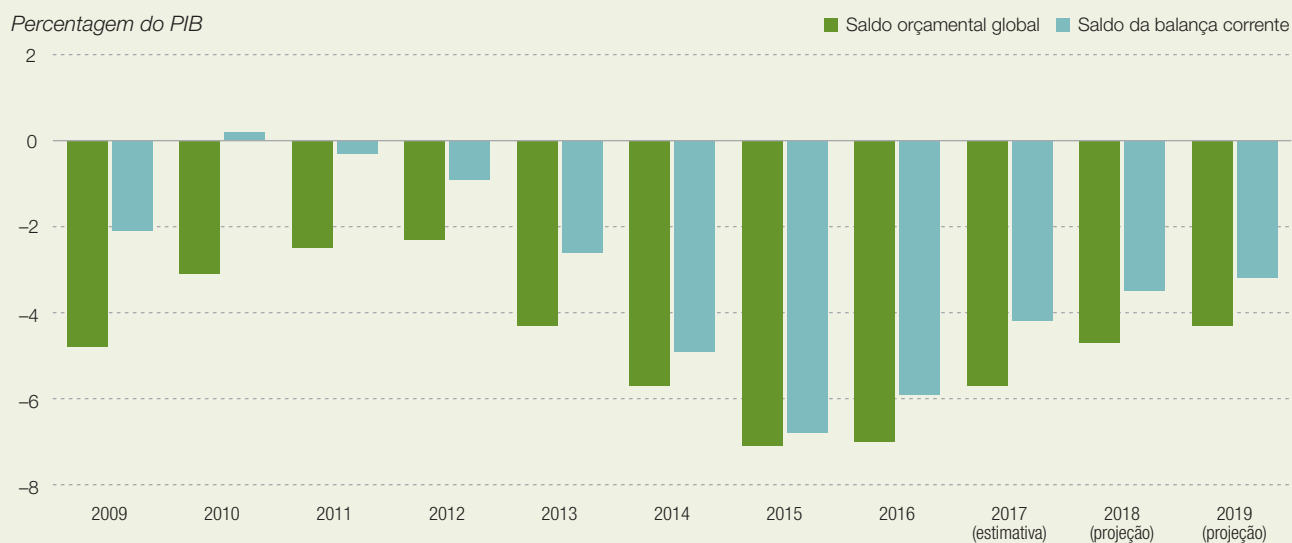
As posições orçamental e da balança corrente melhoraram, mas mantêm-se preocupantes

A queda dos preços dos produtos de base aumentou os défices orçamental e da balança corrente de África. Em 2017, o défice orçamental de

África, no seu conjunto, diminuiu de 7 para 5,7 por cento do PIB, em grande parte devido a medidas de ajuste orçamental nas economias dependentes e não dependentes de recursos (figura 1.11).

O aumento contínuo do preço do petróleo bruto – de uma média de 44 dólares americanos

FIGURA 1.11 Saldos orçamental e da balança corrente em África, 2009–19



Fonte: Estatísticas do BAFD.

por barril, em 2016, para mais de 50 dólares americanos, em 2017 – aliviou os orçamentos dos governos e as balanças correntes. O défice orçamental entre os exportadores de petróleo foi de 6,7 por cento do PIB, em 2017, superior ao dos países importadores líquidos de petróleo, cuja média foi de 4,6 por cento do PIB. Outros preços dos produtos de base, nomeadamente o preço dos metais, também aumentaram, beneficiando os países exportadores. Os países também responderam às receitas mais reduzidas, através da redução da despesa pública.

O défice orçamental médio em África deverá atingir 4,5 por cento do PIB, em 2018–19. Esta redução cria ganhos nos países exportadores líquidos de petróleo, nos quais se prevê que o défice diminua para uma média de 4,7 por cento do PIB, em 2018–19, uma redução em relação a 6,7 por cento, em 2017.

Será necessária uma consolidação orçamental adicional para conter o aumento dos níveis da dívida, nomeadamente a redução na despesa recorrente. A consolidação orçamental de Angola foi conseguida à custa das despesas de capital. Dada a importância do investimento público para catalisar o investimento privado, particularmente nas infraestruturas centrais (como a energia e

o transporte), a despesa pública deve ser bem orientada, de modo a garantir que os setores sociais de redução da pobreza e os principais investimentos nas infraestruturas estão adequadamente protegidos.

Com a recuperação dos preços dos produtos de base e os aumentos subsequentes nas receitas das exportações, as posições da balança corrente deverão melhorar. Os défices da balança corrente atingiram 4,2 por cento do PIB, em 2017, uma redução em relação a 5,9 por cento, em 2016. Prevê-se que reduzam para 3,5 por cento, em 2018, e 3,2 por cento, em 2019.

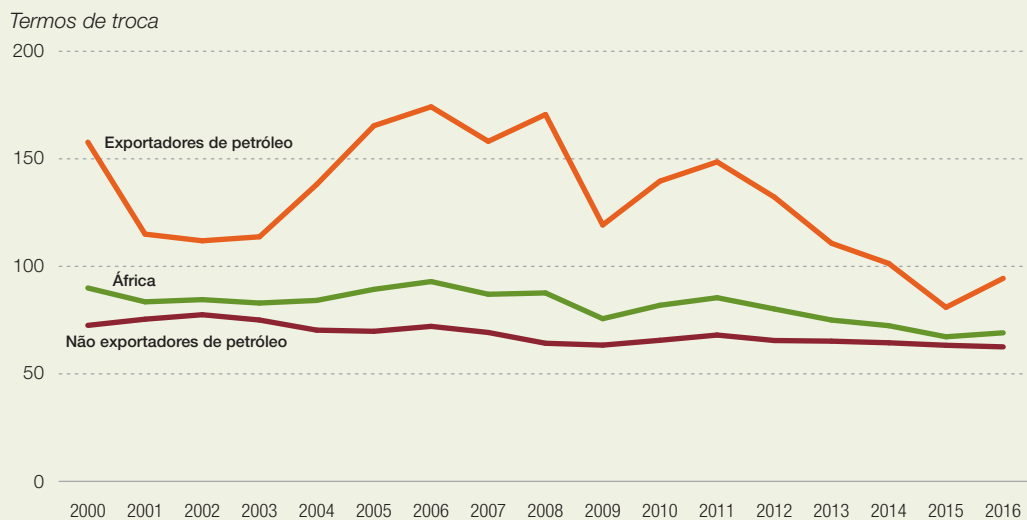
Os choques externos e as pressões no mercado cambial representam um mau presságio para o crescimento

Em muitos países africanos, os desequilíbrios tornaram as divisas mais fracas. Em 2015–16, a maioria dos países sofreu desvalorizações da taxa de câmbio nominal e os efeitos do choque no preço dos produtos de base, que se manifestou numa redução dos termos de troca, especialmente nos países exportadores de petróleo. Entre 2011 e 2016, os termos de troca neste grupo de países sofreram uma redução precipitada (figura 1.12). Os preços mais elevados dos produtos de

O défice fiscal médio de África, no seu conjunto, diminuiu de 7 para 5,7 por cento do PIB

Entre 2011 e 2016, os termos de troca neste grupo de países sofreram uma redução precipitada

FIGURA 1.12 Termos de troca dos exportadores e não exportadores de petróleo em África, 2000–16



Fonte: Estatísticas do BAfD.

base, em meados de 2016, aumentaram as perspectivas de uma melhoria nos termos de troca e no crescimento e reduziram o ritmo da desvalorização da taxa de câmbio.

O preço dos produtos de base causou a desvalorização das taxas de câmbio, particularmente nos países exportadores de petróleo. Recentemente, em alguns desses países, incluindo Argélia, Angola e Nigéria, esta tendência inverteu-se. Outros países, incluindo o Botsuana, o Quênia, Marrocos, a Namíbia e a Zâmbia, registaram uma valorização das taxas de câmbio, em 2016/17. No entanto, a maioria dos países africanos registou desvalorizações, tanto em 2015/16 como em 2016/17 (figura 1.13). O ritmo acelerado da desvalorização causou impactos negativos nas variáveis macroeconómicas de vários países, incluindo obrigações de reembolso da dívida e inflação.

A adesão a uma união monetária tem benefícios – e custos

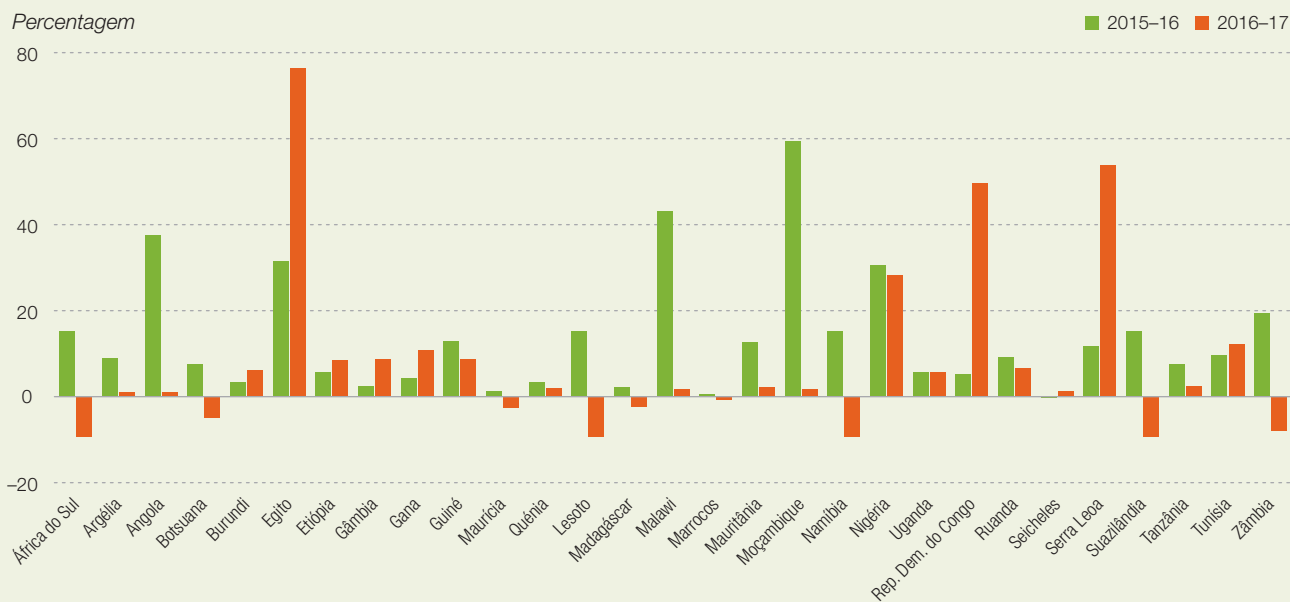
Os países em uniões monetárias enfrentaram um desafio diferente face à queda dos preços dos produtos de base: a deterioração da competitividade. A adesão a uma união monetária cria benefícios – contudo, os custos podem ser elevados (caixa 1.2). A falta de flexibilidade nas políticas

pode suplantar os benefícios do estatuto de membro, que exige aos países a implementação de condições que garantam o sucesso da união.

Nas duas zonas que utilizam o franco CFA em África, a divisa está vinculada ao euro e a convertibilidade externa da mesma é garantida através de um compromisso por parte da França.

A falta de instrumentos cambiais diferenciados representa um problema geral para todas as uniões monetárias, quando os choques são assimétricos (uma vez que uma resposta comum de política monetária, embora geralmente adequada, não será a ideal para nenhum estado-membro individualmente). No entanto, as circunstâncias para o franco CFA são duplamente complexas, uma vez que, nas duas zonas que utilizam o franco CFA, os bancos centrais não estão a escolher a resposta monetária/cambial comum ideal para os respetivos estados-membros. A zona CFA consiste antes numa conjugação de uma união monetária entre os países africanos e uma taxa de câmbio fixa de acordo com o Euro (indexada pela França). Como tal, ao contrário da Zona Euro ou da suposta União Monetária da África Oriental, os bancos centrais da UEMAO e da CEMAC não se questionam sobre qual é a melhor resposta monetária para a zona. Na realidade, o Banco Central Europeu define a política monetária

FIGURA 1.13 Variação percentual das taxas de câmbio nominais em países selecionados, 2015–16 e 2016–17



Fonte: Cálculos do BAfD.

Nota: A amostra abrange os países com taxas de câmbio com regimes de flutuação livre ou flutuação impura que dispõem de dados. As variações nas taxas de câmbio nominais são expressas enquanto percentagem da taxa de câmbio $t - 1$. Os números positivos (negativos) indicam as desvalorizações (ou valorizações) da taxa de câmbio nominal. Os países com regimes de taxa de câmbio fixa não estão incluídos.

para a Zona Euro, que pode não ser de todo adequada para as zonas da UEMAO e CEMAC.

Em suma, apesar de as uniões monetárias poderem oferecer uma inflação reduzida e uma maior estabilidade em tempos prósperos, a inexistência de uma taxa de câmbio nominal que sirva de âncora pode significar que ficam vulneráveis ao desequilíbrio persistente da taxa de câmbio real, o que, consequentemente, enfatiza a importância de resolver as questões relacionadas com a flexibilidade fiscal.

POUPANÇAS INTERNAS, RECEITAS FISCAIS E DINÂMICAS DA DÍVIDA

A mobilização de recursos internos tem de aumentar e os níveis da dívida têm de ser contidos

Em África, na América Latina e Caraíbas e na Ásia Oriental e Pacífico, as poupanças internas e

o PIB per capita estão correlacionados de forma positiva. Uma taxa mais elevada de poupanças internas parece estar associada a um rácio mais elevado entre o investimento e a produção e, consequentemente, a um PIB per capita também mais elevado.

Durante 1990–95, esta correlação foi mais acentuada em África, onde o coeficiente de correlação entre o PIB e a taxa de poupanças internas foi de 0,74. Durante 2011–16, caiu para 0,58. O coeficiente de África convergiu com o da Ásia Oriental e Pacífico, à medida que o nível de desenvolvimento aumentou. No entanto, a maioria dos países africanos ainda apresenta taxas de poupanças internas e PIB per capita inferiores aos homólogos da Ásia Oriental e Pacífico.

À medida que os países africanos visam as transformações económicas, será essencial melhorar a mobilização da receita interna. O aumento das poupanças internas que ocorreu, particularmente na última década, representa um

Os países em uniões monetárias enfrentaram a deterioração da competitividade

CAIXA 1.2 Custos e benefícios das uniões monetárias

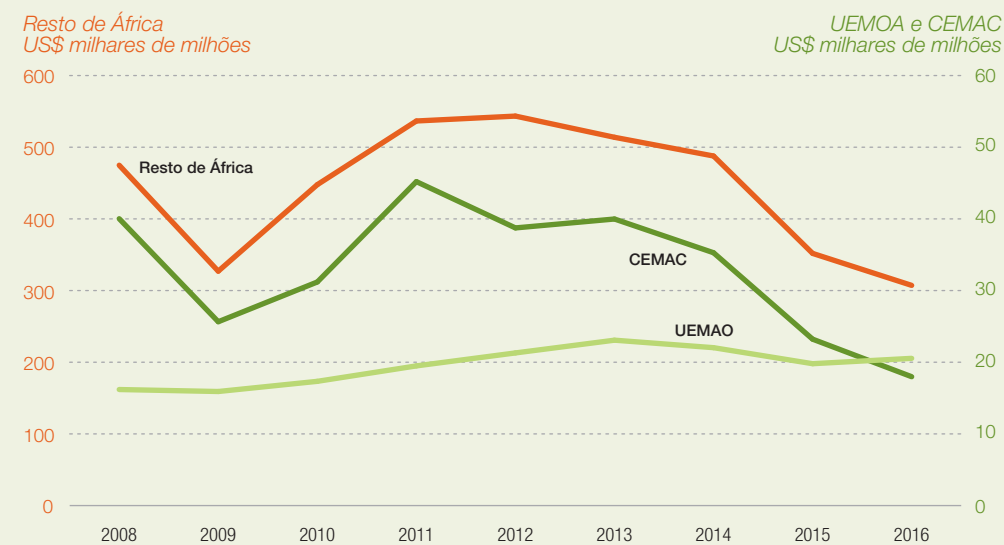
Os países aderem a uniões monetárias na esperança de colher benefícios macroeconómicos e estruturais. Os benefícios incluem uma taxa de câmbio estável, uma menor volatilidade externa, um ambiente macroeconómico estável, um comércio intrarregional mais elevado, custos de transação mais reduzidos (uma vez que os custos de conversão de divisa são reduzidos), maior integração financeira e convergência entre os países-membros.

Mas também existem custos. As uniões monetárias limitam a flexibilidade dos países em ajustarem-se individualmente a choques externos, utilizando instrumentos de política monetária. Os choques que afetam os estados da África Ocidental são, maioritariamente, específicos a cada país (assimétricos). Como tal, exigem respostas diferenciadas em termos de políticas, que não são possíveis no âmbito de uma união monetária.

De forma a ser eficaz, uma união monetária precisa de instituições e regras fiscais bem implementadas entre países, que podem ser aplicadas no contexto de uma boa governação económica, de modo a ajudar os países-membros na resposta a choques assimétricos. Por exemplo, uma autoridade central deve ser capaz de organizar transferências financeiras para os países-membros afetados por um choque negativo. A livre circulação de bens e mão de obra deve ser uma realidade – ao invés de apenas um objetivo. Os défices e as políticas relacionadas com a dívida devem ser consistentes em toda a união e monitorizados cuidadosamente por uma autoridade central credível. Os setores financeiro e bancário devem ser cuidadosamente supervisionados por uma instituição independente que englobe toda a união e que seja capaz de garantir a aplicação de regras prudenciais rigorosas. As políticas da união devem visar uma convergência real entre os países-membros. Apesar de algum progresso, os países que utilizam o franco CFA ainda não cumpriram estes importantes requisitos.

No culminar da crise dos preços dos produtos de base, a região da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) registou uma forte queda nas exportações. A queda foi mais acentuada do que na *União Económica e Monetária da África Ocidental* (UEMAO) e no resto de África, uma vez que os países da CEMAC exportavam maioritariamente petróleo.

CAIXA-FIGURA 1 Exportações dos países que utilizam o franco CFA para o resto de África, 2008–16



Fonte: Cálculos do BAfD.

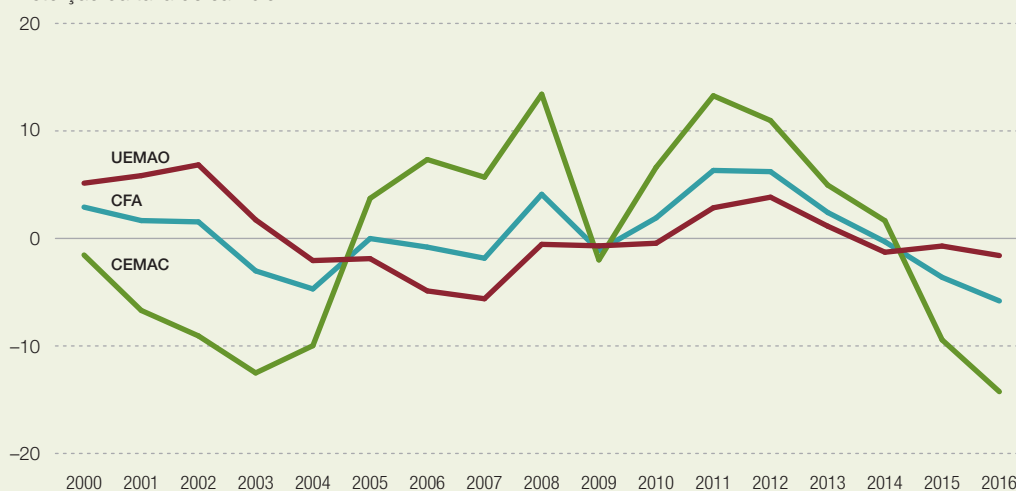
(continuada)

CAIXA 1.2 Custos e benefícios das uniões monetárias (continuada)

As taxas de câmbio reais destes países também foram sujeitas a enorme pressão. A caixa-figura 2 apresenta a extensão da distorção da taxa de câmbio real na UEMAO, na CEMAC e nas zonas CFA no seu conjunto. Em 2014, quando os preços dos produtos de base começaram a reduzir, os países da UEMAO e da CEMAC registaram uma sobrevalorização da taxa de câmbio, apesar de a gravidade da distorção da taxa de câmbio real ser mais pronunciada na CEMAC do que na UEMAO, na qual os membros não são exportadores líquidos de petróleo e são mais diversificados. Na região CEMAC, a distorção aumentou proporcionalmente à queda das receitas do petróleo de 2014–16. Após o choque nos preços dos produtos de base, em 2014, os países que utilizam o franco CFA registaram uma sobrevalorização real; outros países registaram (em média) taxas de câmbio reais subvalorizadas.

CAIXA-FIGURA 2 Distorção da taxa de câmbio em África, 2000–16

Distorção da taxa de câmbio



Fonte: BAfD.

Nota: Os números negativos (positivos) indicam uma sobrevalorização (subvalorização) real. Os países indexados ao rand incluem o Lesoto, a Namíbia e a Suazilândia.

As uniões monetárias podem ficar vulneráveis ao desequilíbrio persistente da taxa de câmbio real

bom presságio para a mobilização de recursos internos.

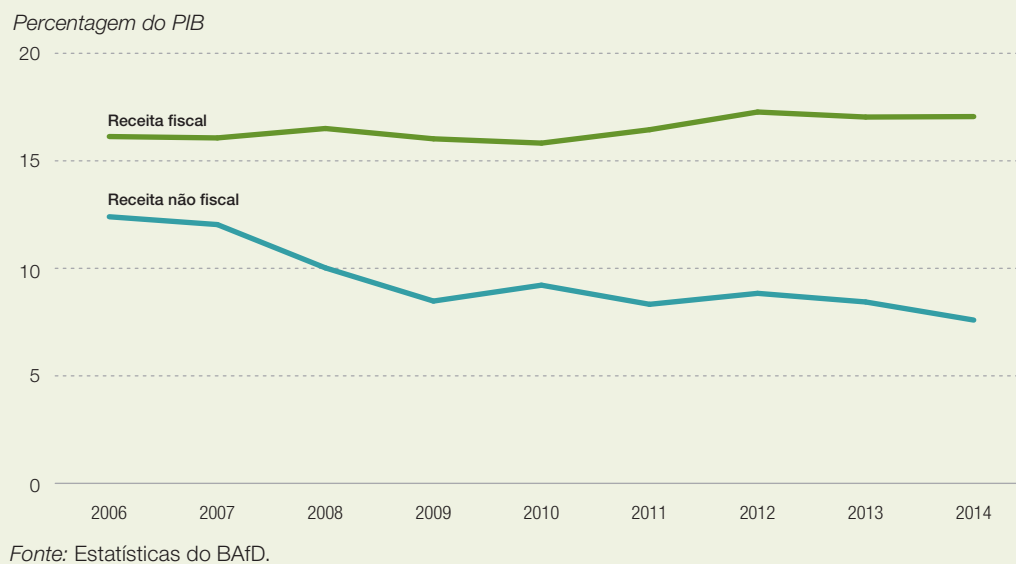
Nos últimos 15 anos, as receitas fiscais aumentaram significativamente em termos absolutos, à medida que os países africanos ficavam mais ricos. Entre 2006 e 2016, as receitas fiscais aumentaram 2,3 por cento, em termos absolutos. Através do controlo do nível de rendimentos per capita, alguns países africanos apresentaram receitas fiscais mais elevadas do que os homólogos da Ásia e da América Latina. Apesar desse aumento, a relação entre as receitas fiscais e o PIB em África foi

de apenas 17,1 por cento, em 2014 (figura 1.14), um valor muito inferior ao limiar ideal, cerca de 25 por cento, necessário para o financiamento do desenvolvimento.

As variações entre países são substanciais. O rácio receitas fiscais/PIB do Lesoto excede 50 por cento, enquanto na Nigéria é apenas de cerca de 3 por cento (excluindo rendas do petróleo). Em África, as receitas não relacionadas com impostos são, em média, ainda mais reduzidas e têm vindo a diminuir. De modo a compensar este facto, a Nigéria aumentou os impostos. Contudo, estes aumentos não foram suficientes para compensar

À medida que os países africanos visam as transformações económicas, será essencial melhorar a mobilização da receita interna

FIGURA 1.14 Receitas fiscais e não fiscais em África, enquanto percentagem do PIB, 2006–14



a queda das receitas não relacionadas com impostos.

As recentes reformas e tributações dos recursos ajudaram os países africanos, embora continuem a existir desafios, entre eles, as fracas administrações fiscais e aduaneiras; a falta de confiança dos contribuintes; a má governação; a prevalência de setores de difícil tributação, incluindo pequenas empresas, pequenas explorações agrícolas e profissionais independentes; e as dificuldades que muitos países ricos em recursos enfrentam na projeção e implementação de regimes orçamentais transparentes e capazes de efetuar a tributação de recursos naturais e minerais.

Os pequenos setores modernos existentes na maioria dos países africanos sugerem que a imposição de taxas marginais de tributação sobre a produção interna e os rendimentos pode não ser eficaz. A imposição deste tipo de taxas de tributação também pode ser contraproducente e introduzir distorções, uma vez que pode provocar movimentos para o setor informal.

A tabela 1.2 apresenta os resultados de uma regressão num painel agregado e desequilibrado de países africanos. Demonstra que um aumento das taxas de tributação também pode

ter um impacto negativo significativo nas receitas públicas totais em África (colunas 2 e 3) e que um aumento de 1 por cento nas receitas fiscais cria, em média, um aumento de 0,8 por cento nas receitas públicas totais (coluna 1).

A prosperidade económica continua a ser um poderoso impulsionador da mobilização de receita. Em muitos países africanos, os rendimentos per capita permanecem reduzidos, mesmo nos países com rendimentos médios na região. No entanto, as receitas fiscais e as poupanças internas tendem a aumentar mais do que proporcionalmente em relação ao rendimento per capita, conforme o painel A da figura 1.15 ilustra. As elevadas poupanças internas e receitas fiscais fazem aumentar os recursos internos necessários para o financiamento de investimentos públicos impulsionadores do crescimento, o que também faz aumentar o rendimento per capita. Por sua vez, o aumento dos rendimentos impulsiona as poupanças internas e aumenta as receitas fiscais, criando um poderoso círculo virtuoso.

Uma intermediação financeira eficaz também pode aumentar a taxa de poupanças internas. Contudo, muitos países africanos são caracterizados pelo desenvolvimento reduzido do setor

TABELA 1.2 Elasticidade das receitas públicas em relação às taxas de tributação em África

Variável dependente: Receita, excluindo subvenções (percentagem do PIB)	1	2	3
Registo da receita fiscal (percentagem do PIB)	0,774*** (0,0283)		
Registo da taxa de tributação total (percentagem de lucros comerciais)		-0,0830** (0,0405)	-0,086** (0,0407)
Registo da taxa real do PIB per capita	-0,00752 (0,0047)	-0,00195 (0,0079)	
Registo da taxa real do PIB			-0,00347 (0,00442)
Constante	0,904*** (0,0828)	3,302*** (0,164)	3,377*** (0,191)
R-quadrado	0,570	0,015	0,017
N	6,0	3,7	3,7

Fonte: Estatísticas do BAfD.

Nota: Definição das variáveis: Receita, excluindo subvenções: Encaixes provenientes dos impostos, das contribuições sociais e de outras receitas, como multas, taxas, rendas e rendimentos de imóveis ou vendas. Estão excluídas as subvenções, embora também sejam consideradas receitas. Receita fiscal: Transferências obrigatórias para o governo central, para fins públicos. Estão excluídas determinadas transferências obrigatórias, como multas, prescrições penais e a maioria das contribuições para a segurança social. Os reembolsos e as correções das receitas fiscais cobradas erroneamente são tratados como receita negativa. Taxa de tributação total: Impostos e contribuições obrigatórias, a pagar pelas empresas após a contabilização de deduções e isenções. Estão excluídos os impostos retidos ou cobrados e remetidos às autoridades fiscais (como o valor acrescentado, as vendas e os impostos sobre bens ou serviços). Os desvios-padrão são apresentados entre parênteses. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$.

Alguns países africanos apresentaram receitas fiscais mais elevadas do que os homólogos da Ásia e da América Latina

financeiro, dispondo de um número limitado de instrumentos fiscais para a atração de poupanças. Na mobilização de recursos internos através dos impostos, o desempenho de África chega mesmo a ser superior ao da China e da Índia: No mesmo nível de rendimentos, as receitas fiscais são mais elevadas em África do que na Índia ou na China, tanto em economias dependentes de recursos como em economias não dependentes de recursos (painéis B e C da figura 1.15).

Capacidade contributiva refere-se às características estruturais que determinam o volume de receitas que um Estado pode arrecadar. A respetiva contraparte é o esforço contributivo – por exemplo, a extensão das isenções e dos abatimentos –, que é determinado pelas opções em termos de políticas, pela eficiência administrativa e pela corrupção. As reformas que reforçam a conformidade, reduzem a fraude e fortalecem os processos de administração de impostos internos

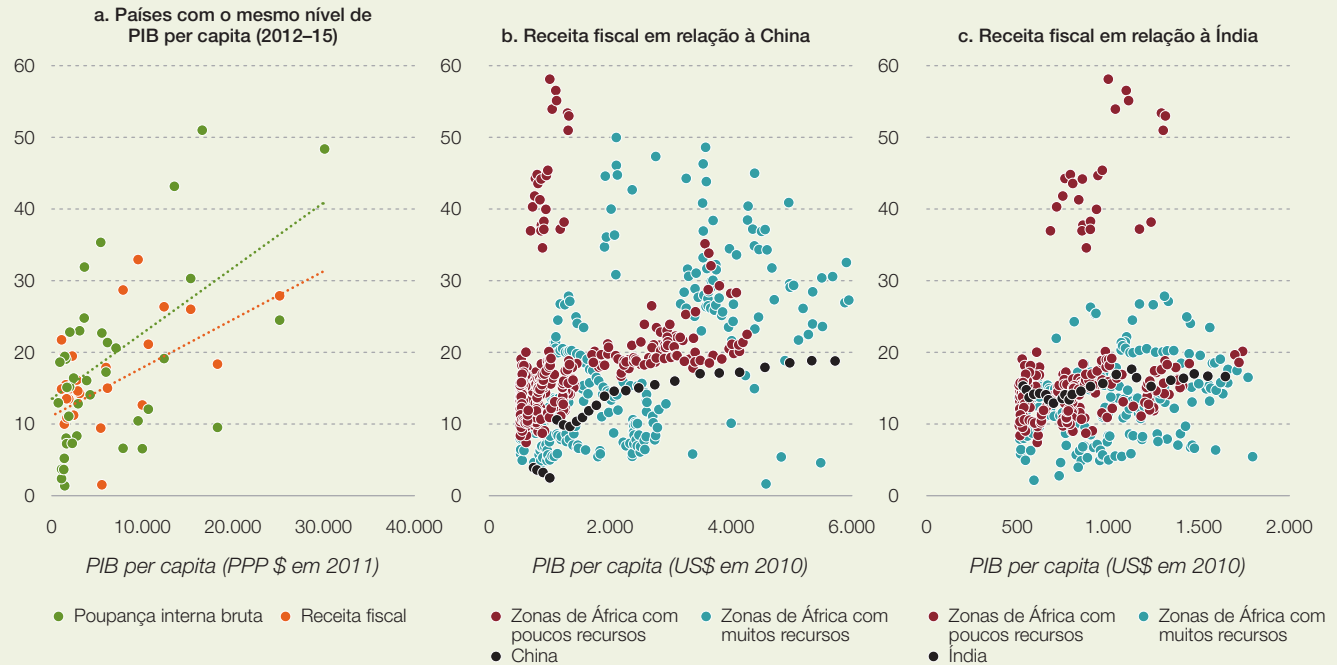
podem desempenhar um papel importante no impulsionamento das receitas (caixa 1.3).

A maioria dos países africanos enfrenta desafios na tributação do setor informal, que representa uma grande parte das respetivas economias. Os responsáveis políticos devem adotar formas inovadoras de aumento da conformidade fiscal, particularmente no setor informal. Têm de avaliar a capacidade das empresas e dos indivíduos no pagamento de impostos e taxas de utilizador, promovendo também a possibilidade de passarem para o setor formal.

Atualmente, os países africanos estão a fortalecer as respetivas leis tributárias, de modo a melhorar a conformidade. Oito países africanos (Etiópia, Lesoto, Quênia, Nigéria, Ruanda, Somália, África do Sul e Zimbábwe) implementaram reformas ao imposto de propriedade imobiliária, durante 2011–15.³ Vários países tomaram medidas adicionais para melhorar a administração de

FIGURA 1.15 Relação entre a receita fiscal/poupança interna e o rendimento per capita

Porcentagem do PIB



Fonte: Estatísticas do BAfD.

Nota: O painel A agrupa países africanos com níveis semelhantes de rendimentos; os pontos representam grupos de países. Os painéis B e C agrupam dados conjuntos para os países com PIB per capita igual ou inferior ao da China ou Índia, durante o período de 1990–2014.

impostos. O Botsuana, o Quênia, Marrocos e o Ruanda, por exemplo, dispõem de sistemas de pagamento de impostos online.⁴

Despesas públicas eficientes podem reforçar os resultados socioeconómicos

Uma melhor eficiência da despesa pública garante que a política orçamental não atrasa os efeitos promotores de crescimento resultantes do recente aumento do investimento público e que não reverte os avanços conquistados na redução da pobreza e na oferta de serviços nos setores da saúde e educação.

A eficiência da despesa pública pode ter um impacto enorme nos resultados do setor da saúde (e também noutros serviços sociais). A melhoria dos controlos financeiros internos e o acompanhamento próximo da despesa pública, fortalecendo o papel de supervisão dos comités

parlamentares de contas públicas e dos gabinetes do auditor geral, poderiam ajudar na redução do vazamento de recursos, garantindo que alcançam os beneficiários visados.

O investimento público tem de ser reavaliado, de modo a evitar um aumento excessivo dos níveis da dívida

Muitos países têm dificuldade em encontrar meios para o financiamento de projetos de desenvolvimento de infraestruturas, necessários para impulsionar o crescimento económico e melhorar os padrões de vida. Nos últimos anos, este desafio foi dificultado pela redução do financiamento concessional, uma vez que os principais países doadores continuam a sofrer restrições orçamentais apertadas. A relação entre a receita total do governo e o PIB manteve-se fixa, enquanto a relação entre a despesa e o PIB aumentou, entre 2008 e 2015, deixando aos governos africanos a

CAIXA 1.3 Aumentar a receita fiscal de Lagos através de reformas sensatas

Na Nigéria, o estado de Lagos distinguiu-se como um modelo na mobilização de recursos internos. O estado gerou consistentemente a maior percentagem de receita interna, representando 40 por cento dos 2,2 mil milhões de dólares americanos cobrados na Nigéria, em 2015, de acordo com a Agência Nacional de Estatísticas da Nigéria. Este dinamismo das receitas fiscais torna Lagos um dos poucos estados da Nigéria com uma notação de crédito soberano a longo prazo positiva (B+).

O sucesso do estado de Lagos depende, em grande parte, do seu esforço contributivo inovador, revelado na respetiva administração de impostos e na gestão de reformas. As reformas foram impulsionadas pelo facto de o estado ter compreendido que a causa da reduzida conformidade era uma administração de impostos não eficaz. De modo a enfrentar estes desafios, o Serviço de Finanças do estado de Lagos implementou reformas fiscais de grande alcance:

- Facilitou o preenchimento, através da redução do formulário de tributação, de seis páginas para duas, modificando-o para permitir a sua utilização em impostos diretos e autoliquidação e traduzindo-o para iorubá e inglês pidgin.
- Ofereceu incentivos à conformidade voluntária.
- Melhorou o acesso à administração e ao apoio tributário, abrindo gabinetes da administração fiscal adicionais, de forma a promover o fácil acesso aos contribuintes; estabeleceu um balcão de atendimento ao cliente em todas as estações fiscais; e configurou uma linha direta de atendimento ao cliente em inglês, inglês pidgin e iorubá.
- Investiu em tecnologia, de modo a facilitar o processo de pagamento de impostos, introduzindo certificados eletrónicos de pagamento de impostos, portais de pagamento online de várias modalidades, envio eletrónico de reformas anuais e calculadoras de impostos na Web.
- Implementou uma estratégia de comunicação eficaz, através de todas as plataformas de comunicação social e da Unidade de Simplificação de Impostos.
- Formou parcerias e ações coordenadas com instituições estaduais e federais relevantes, de modo a combater a tributação múltipla e a garantir a harmonização do processo fiscal.

Estes esforços aumentaram a segurança e a conformidade fiscal, promoveram a execução e resultaram em ganhos significativos de receitas fiscais.

Uma melhor eficiência da despesa pública garante que a política orçamental não atrase os efeitos promotores de crescimento resultantes do recente aumento do investimento público

única opção de confiar no financiamento do défice através da contração de empréstimos (figura 1.16).

Desde a crise de 2008/09, o financiamento concessional diminuiu gradualmente, apesar de ter registado um ligeiro aumento, em 2015. De forma a colmatar a lacuna de rendimentos, alguns países africanos recorreram aos mercados de capitais internacionais, como fonte alternativa de financiamento. Esta prática resultou num aumento dos níveis da dívida, renovando as preocupações sobre o peso da dívida. No Gana, por exemplo, onde, apenas em 2016, a dívida externa aumentou 41 por cento, 92 por cento da dívida foi não concessional. Em 2016, o empréstimo de obrigações soberanas do euro representou 70 por cento dos empréstimos não concessionais. Os

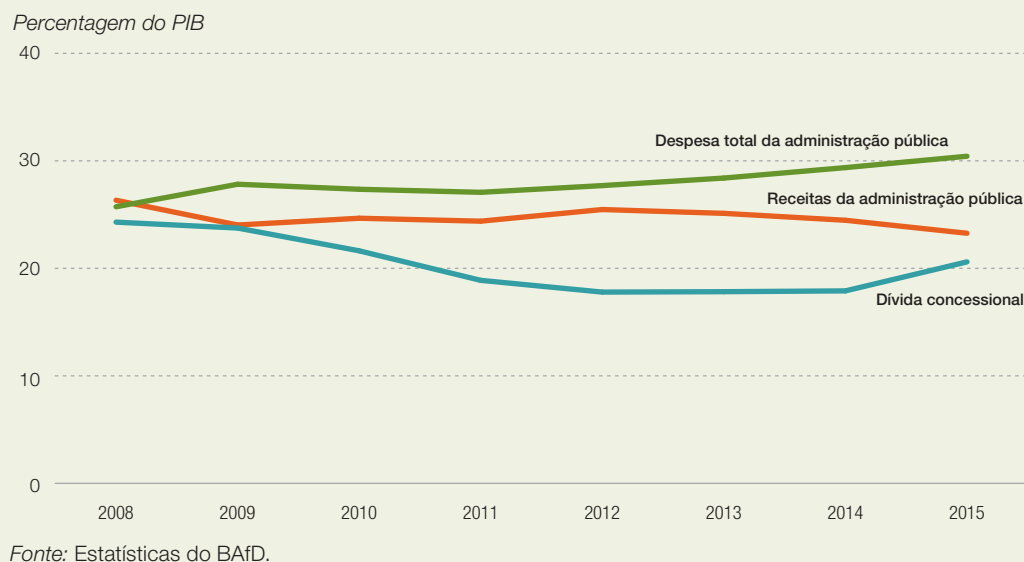
empréstimos de doadores multilaterais e bilaterais representaram 24 por cento da dívida africana e os empréstimos de não membros do Clube de Paris, 71 por cento.

Após um longo período de declínio, apoiado parcialmente pela iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPME) e pela *Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM)*, os rácios da dívida pública estão novamente a aumentar. A recuperação reflete o aumento da pressão macroeconómica em todo o continente, o aumento das necessidades de financiamento do desenvolvimento e o maior acesso aos mercados de capitais comerciais internacionais.

Durante a conjuntura de aumento significativo dos preços, os países implementaram planos

A relação entre a receita total do governo e o PIB manteve-se fixa, enquanto a relação entre a despesa e o PIB aumentou, entre 2008 e 2015

FIGURA 1.16 Receitas públicas, despesas públicas e dívida concessional em África, em percentagem do PIB, 2008–15



de despesa ambiciosos, visando principalmente a melhoria das infraestruturas. As taxas de juro reduzidas tornaram o empréstimo soberano historicamente baixo. Após a queda dos preços dos produtos de base, em meados de 2014, os países utilizaram o financiamento da dívida para manter os planos de despesa. A dívida externa e a dívida interna aumentaram significativamente (figura 1.17). Em 2013–16, a dívida bruta da administração pública aumentou em 84 por cento dos países e 73 por cento dos países da região registaram aumentos da dívida externa. Os rácios da dívida entre os países exportadores de petróleo aumentaram cerca de 15 pontos percentuais do PIB, entre 2014 e 2016, para um valor médio de 50 por cento.

Quando a dívida é utilizada para o financiamento de investimentos que aumentam o crescimento, pode servir de base para um círculo virtuoso, no qual o crescimento mais elevado não só reduz o peso da dívida (um efeito de stock), como também melhora os saldos orçamental e da balança corrente (efeitos de fluxo). Muitos países africanos encontram-se nesta fase essencial de desenvolvimento, precisando urgentemente de financiamento para projetos de infraestruturas com o potencial de aumentar o crescimento e os padrões de vida.

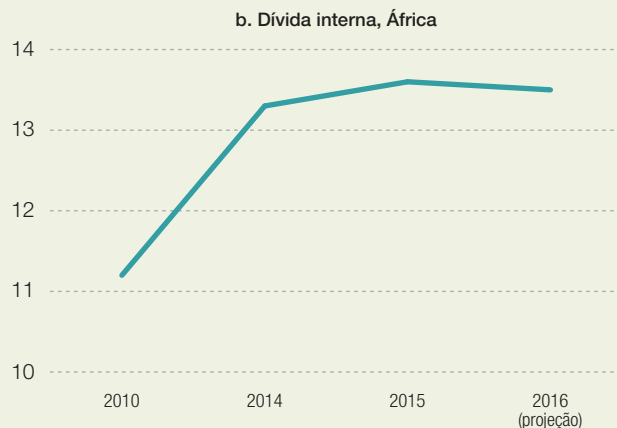
O investimento em infraestruturas públicas pode impulsionar indiretamente o crescimento, através da acumulação de investimento privado. A dívida tem impactos fortes e significativos no crescimento real do PIB em África. Existe uma correlação positiva forte entre os investimentos públicos e a dívida, particularmente nos países africanos muito endividados. Apesar de correlação não implicar causalidade, estes resultados sugerem que o aumento da dívida em alguns países africanos pode ter promovido o crescimento económico.

Desde 2000, a percentagem do investimento público no PIB aumentou consistentemente em África. Em 2015, o investimento público representou 7,7 por cento do PIB em África – uma percentagem de produção superior às registadas na América Latina (5,2 por cento) ou nas economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia (6,2 por cento).

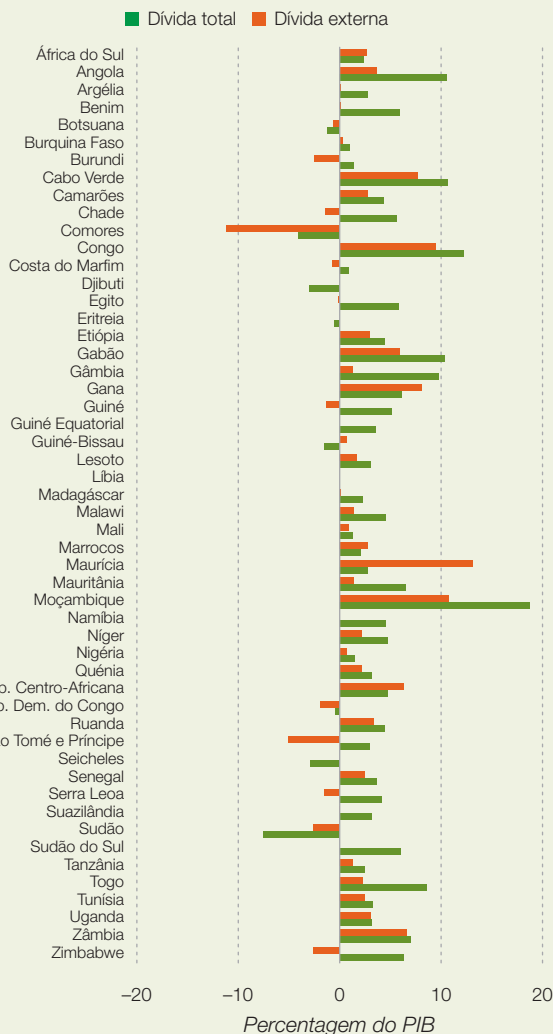
Devido ao seu efeito catalisador sobre os investimentos, a dívida pode ser necessária para desbloquear o potencial de crescimento a longo prazo nos países com rendimentos reduzidos e com défices de investimento. No entanto, com a importante condição de a dívida ser utilizada em investimentos produtivos. Os países muito

FIGURA 1.17 Dívida total, externa e interna em África

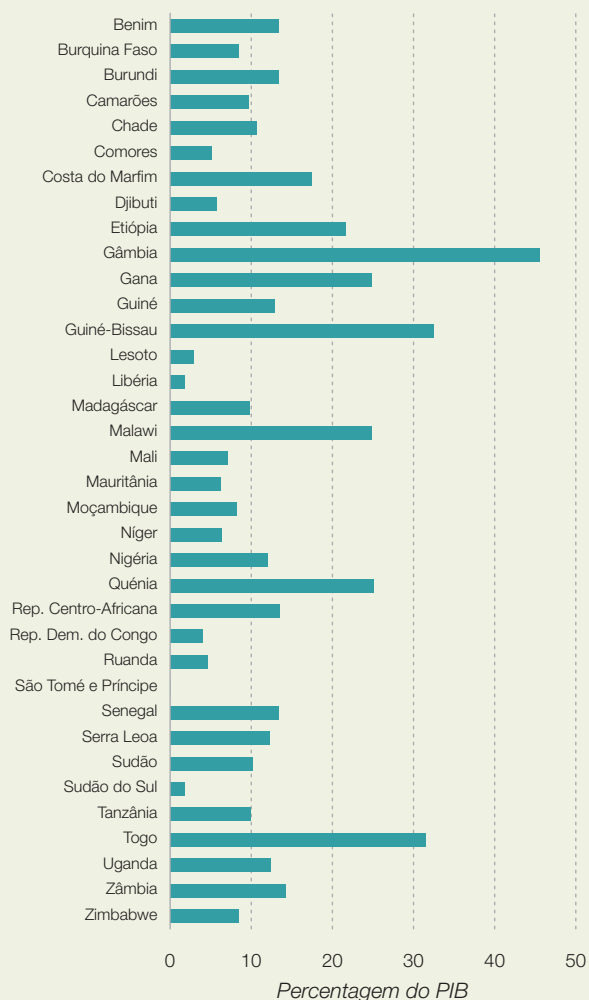
Percentagem do PIB



c. Variação da dívida total e da dívida externa



d. Dívida interna por país, 2010–16



Fonte: Estatísticas do BAfD.

A possibilidade de a dívida desbloquear o crescimento a longo prazo depende da capacidade dos países no que diz respeito ao fortalecimento da ligação entre a dívida e o investimento público.

endividados também possuem valores inferiores de investimento público em relação ao PIB, sendo que os investimentos destes países são muito mais voláteis do que os dos países com dívidas baixas e médias, indiciando que não estão a utilizar a dívida para o financiamento de investimentos em infraestruturas.

Os países estão cada vez mais dependentes de obrigações soberanas internacionais como fonte de financiamento de infraestruturas (tabela 1.3). O papel dos mercados de capitais internos no financiamento de infraestruturas também está a tornar-se mais abrangente, apesar de, na maioria dos países, serem dominados por bancos comerciais, que dão prioridade ao financiamento a curto prazo.

A possibilidade de a dívida desbloquear o crescimento a longo prazo depende da capacidade dos países no que diz respeito ao fortalecimento da ligação entre a dívida e o investimento público. Isso requer o fortalecimento da capacidade de absorção dos países. As estimativas sugerem que cerca de 40 por cento do valor potencial do investimento público nos países de baixo rendimento

se perde devido a ineficiências no processo de investimento, causadas por atrasos, custos excessivos e manutenção inadequada.⁵

Alguns países africanos utilizaram a dívida para reduzir os défices orçamentais. A correlação entre os “défices gémeos” e a dívida externa era mais negativa em 2005–09 do que em 2010–16, indiciando que os países africanos estão a utilizar cada vez menos a dívida externa para resolver os problemas do défice orçamental e da balança corrente, direcionando, em vez disso, esses recursos para as infraestruturas públicas (caixa 1.4).

Na maioria dos países, a dívida não atingiu os níveis anteriores à iniciativa para os PPME (figura 1.18) e, em mais de 60 por cento dos países africanos, o risco de sobre-endividamento ainda é reduzido ou moderado. Embora os níveis da dívida tenham aumentado, apenas alguns países que beneficiaram da iniciativa para os PPME registaram acumulação de dívida superior aos níveis dos PPME. Na maioria dos países, a dívida continuou inferior aos valores anteriores à iniciativa para os PPME. No entanto, noutros países (como a Gâmbia, a Mauritânia, São Tomé e Príncipe e

TABELA 1.3 Utilização prevista das emissões de obrigação do Estado em países africanos selecionados

País	Ano	Valor (US\$ milhões)	Utilização
Costa do Marfim	2014	750	Investimento público, especialmente nas áreas da saúde e educação
	2015	1.000	Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), centrado nas infraestruturas, na educação, na saúde e na redução da pobreza
Etiópia	2014	1.000	Infraestruturas, nomeadamente a Grande Represa do Renascimento
Gana	2013	750	Despesas de capital e refinanciamento da dívida pública, para reduzir o custo dos empréstimos
Nigéria	2013	2.000	Projetos de infraestruturas e reembolso de um empréstimo de 600 milhões de dólares americanos, que venceu em agosto de 2014
Quénia	2014	1.000	Projetos no setor da eletricidade, em processo de privatização, e apoio à mudança de empréstimos internos para crédito estrangeiro mais barato
Ruanda	2013	400	Construção de uma central hidroelétrica de 28 megawatts, construção de um hotel e pagamento de parte da dívida da empresa pública RwandAir
Senegal	2014	500	Construção de uma via rápida principal e modernização e reparação das infraestruturas de energia

Fonte: Compilação do BAfD, com base em várias fontes.

CAIXA 1.4 Financiamento do saldo da balança corrente de África

Os desequilíbrios da balança corrente são uma característica persistente das economias africanas. Impulsionados principalmente pelos défices comerciais, os défices da balança corrente de África aumentaram consistentemente, especialmente entre 2009 e 2015, causando preocupações sobre a sua sustentabilidade.

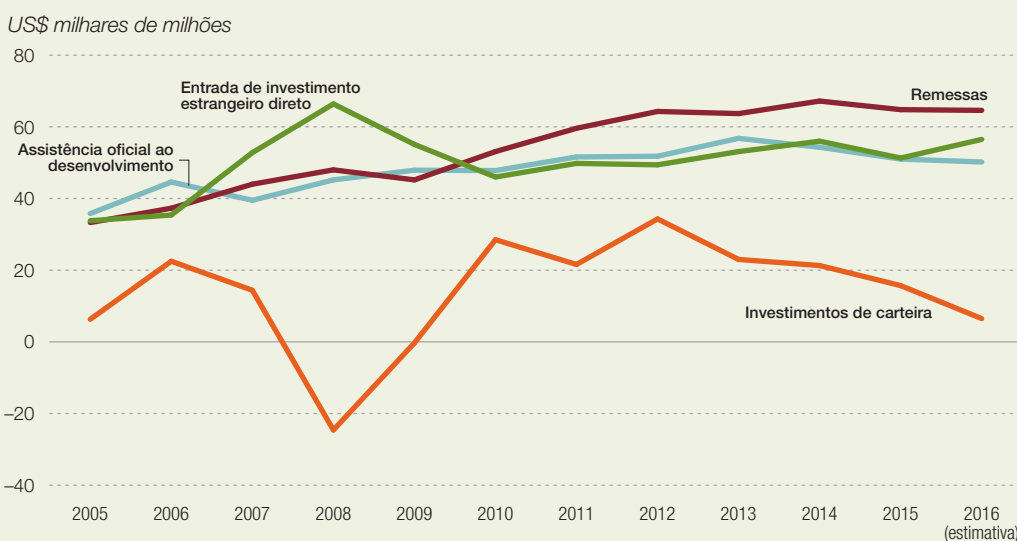
Os défices de balança corrente insustentáveis são um indicador do estado precário de uma economia. Afastam os investidores estrangeiros da ideia de deter ativos denominados em divisas africanas. Os défices de balança corrente muito elevados também aumentam a probabilidade de uma crise monetária. Levam à acumulação de dívida externa, que terá de ser reembolsada em determinada altura, originando expectativas, por parte de investidores internos, de impostos mais elevados com vista à manutenção e ao pagamento da dívida. Estas expectativas reduzem o investimento – e, conseqüentemente, a produção e o emprego.

Devido à volatilidade das componentes da balança corrente, principalmente a balança comercial, os défices variam significativamente. Grande parte dessa volatilidade surge de variações nos preços dos produtos de base e nas exportações. Durante os períodos de aumento dos produtos de base, os países exportadores líquidos de recursos tendem a registar excedentes de balança corrente e os países importadores líquidos de recursos tendem a registar défices elevados de balança corrente. Em 2016, a tendência crescente dos défices da balança corrente em África inverteu-se; prevê-se que continue a diminuir, especialmente devido ao recente aumento dos preços dos produtos de base.

Apesar do progresso recente, a mobilização da receita interna mantém-se reduzida, em África. Como tal, o continente depende fortemente de fontes estrangeiras de financiamento dos défices da balança corrente, incluindo o IED, o investimento de carteira, as remessas, o apoio oficial ao desenvolvimento e a dívida externa (caixa-figura 1).

Como tal, o continente depende fortemente de fontes estrangeiras de financiamento dos défices da balança corrente

CAIXA-FIGURA 1 Fontes de financiamento externo de África, 2005–16



Fonte: Cálculos do BAfD.

(continuada)

Muitas economias africanas estão mais resistentes e encontram-se agora em melhor posição para lidar com as difíceis condições externas

CAIXA 1.4 Financiamento do saldo da balança corrente de África (continuada)

Desde 2010, as remessas têm sido a maior fonte de fluxos financeiros internacionais para África, representando cerca de um terço das entradas de fluxos financeiros externos. São a fonte de fluxos financeiros mais estável.

As entradas de IED estão a aumentar, impulsionadas pelo investimento internacional e regional no setor extrativo, nas infraestruturas e nas indústrias orientadas para o consumidor. Esta conjuntura de crescimento dos recursos reformulou a balança de capital, promovendo um aumento acentuado da entrada de IED.

Em muitos países africanos, a ajuda pública ao desenvolvimento continua a representar uma grande fonte de financiamento, apesar da queda recente, principalmente em consequência das condições económicas nos países doadores.

Devido ao nível de desenvolvimento relativamente reduzido dos mercados de capitais na maioria dos países africanos, as entradas de investimentos de carteira (em património líquido e obrigações) não são significativas. Estas entradas, incluindo os investimentos internacionais em património e títulos de dívida emitidos por entidades não residentes, tendem a ser mais voláteis do que as entradas de IED. As entradas de investimento de carteira registaram uma volatilidade persistente, atingindo o valor mínimo, em 2008, tendo posteriormente recuperado significativamente, em 2010, voltando a entrar em declínio, em 2013.

o Uganda), o rácio dívida pública/PIB mantém-se acima dos 50 por cento. Se não forem implementadas medidas de redução do crescimento da dívida, estes países poderão enfrentar uma implosão no stock da dívida externa e nos custos de manutenção.

A recente descida das notações de crédito soberano de alguns países é ilustrativa do potencial risco para o mercado. Se não for controlada, a taxa de acumulação da dívida poderá transformar-se numa grande fonte de instabilidade macroeconómica. No entanto, a calibração dos indicadores da dívida deve ser consistente com as necessidades de financiamento dos países africanos e com a respetiva capacidade de realização do reembolso, à medida que as economias crescem e as receitas dos projetos de investimento público acumulam, em grande parte, em divisas nacionais, tornando o pagamento da dívida mais difícil quando as obrigações vencem.

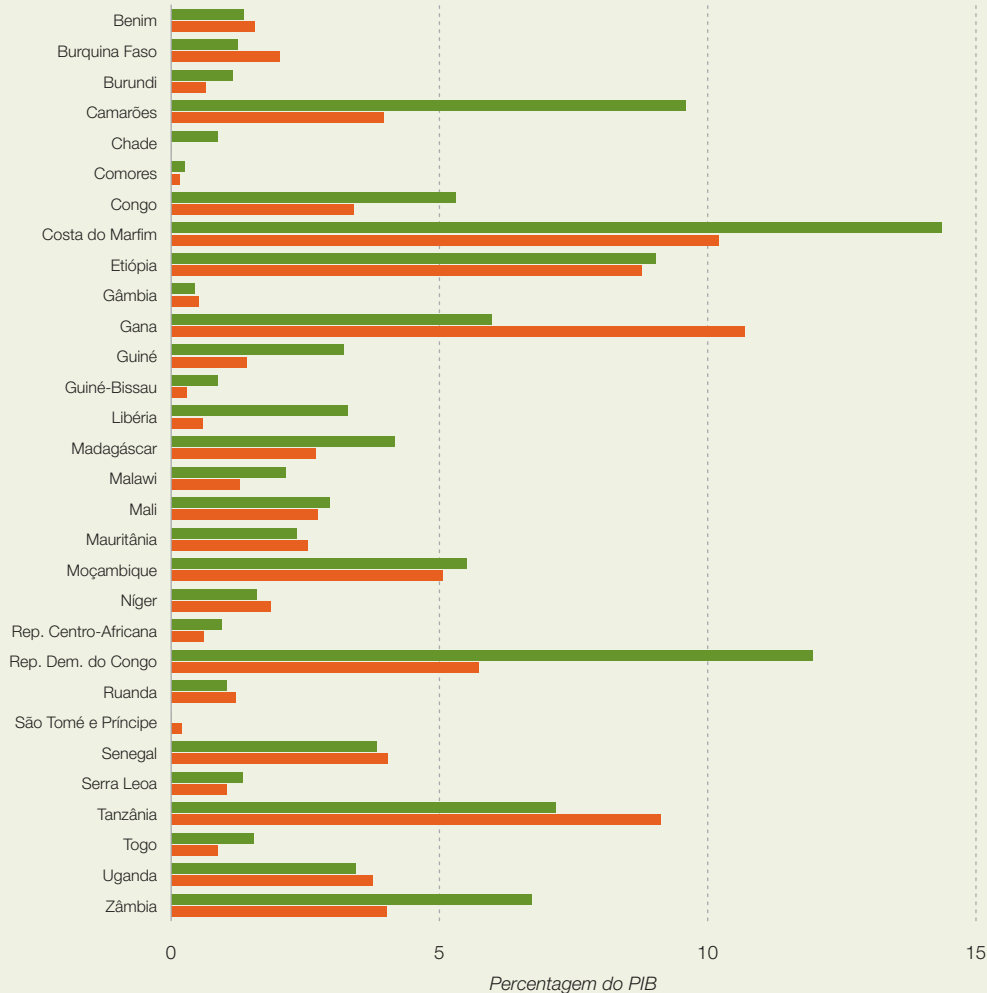
CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS

Muitas economias africanas estão mais resistentes e encontram-se agora em melhor posição

para lidar com as difíceis condições externas, comparativamente ao passado. Contudo, o final do superciclo do preço dos produtos de base fez diminuir os ganhos das exportações primárias em muitos países, prejudicando os investimentos planeados. As condições externas mais frágeis expuseram vulnerabilidades orçamentais internas latentes, tanto nas economias dependentes de recursos naturais como noutros países. Prevê-se um aumento das taxas de juro do dólar e um alargamento dos diferenciais das obrigações soberanas, aumentando o risco de paragens súbitas nos fluxos de capital privado. Desde o início de 2015, a maioria das divisas africanas perdeu cerca de 20–40 por cento do valor em relação ao dólar. No entanto, a resultante desvalorização competitiva da divisa não significa necessariamente uma vantagem significativa em, termos de preço nos mercados das exportações. Grande parte da recuperação do saldo externo será possível através de medidas de redução da despesa.

Os principais investimentos em infraestruturas, financiados maioritariamente por empréstimos externos, aumentaram a preocupação com um possível desfasamento entre a divisa e os prazos de vencimento do serviço da dívida,

FIGURA 1.18 Dívida externa enquanto percentagem do PIB em países africanos antes e depois da iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPME)



Fonte: Cálculos do BAfD.

Nota: Consultar a tabela A.2, em anexo, para identificar os pontos de decisão e realização de todos os países.

Os principais investimentos em infraestruturas, financiados principalmente por empréstimos externos, aumentaram a preocupação com um possível desfasamento entre a divisa e os prazos de vencimento do serviço da dívida

uma vez que os fluxos de receita são predominantemente acumulados nas divisas locais e as obrigações da dívida vencem antes do início desses fluxos. Os responsáveis políticos devem garantir que a política orçamental não atrase os efeitos promotores de crescimento provenientes do recente aumento do investimento público, revertendo os avanços conquistados na redução da pobreza, na saúde e na educação em todo o continente. Assim, os projetos em preparação devem ser equilibrados com outras necessidades. As despesas recorrentes devem ser

permanentemente controladas, incluindo através da prevenção do crescimento da massa salarial do setor público.

A estratégia de política macroeconómica deve efetuar a conjugação entre o ajuste da taxa de câmbio real, a mobilização de receitas internas e a gestão criteriosa da procura. A médio prazo, a área mais importante da política orçamental é a reforma tributária. Apesar de a mobilização da receita interna ter melhorado substancialmente nas últimas décadas, os rácios receitas fiscais/PIB permanecem reduzidos, na maioria dos

países africanos. Existe uma necessidade urgente de efetuar a implementação de regimes de receita que capturem de modo mais eficiente os ganhos do crescimento e das mudanças estruturais registrados em alguns países, à medida que as economias se formalizam e se tornam mais urbanizadas. O alargamento da base tributável (que implicará a eliminação progressiva do elevado número de isenções e fugas, muito frequentes nos sistemas fiscais do continente), ao invés de qualquer aumento nas taxas de imposto marginais já

elevadas, será indispensável para o aumento das receitas fiscais.

Nenhuma destas opções de política orçamental é simples. Todas têm consequências complexas na distribuição e no bem-estar – e todas são intensamente políticas. A adoção e implementação de um ajuste orçamental coerente e equitativo oferece as melhores perspectivas para uma adaptação sem problemas às condições atuais e para um crescimento sustentado, quando as condições externas melhorarem.

A adoção e
implementação
de um ajuste
orçamental coerente
e equitativo oferece
as melhores
perspetivas para
uma adaptação
sem problemas

ANEXO 1.1

TABELA A1.1 Desenvolvimentos macroeconómicos em África, 2013–19

Variável	2009–19	2014	2015	2016	2017 (estimativa)	2018 (projeção)	2019 (projeção)
<i>Taxa de crescimento real do PIB (percentagem)</i>							
África Central	4,3	5,7	3,1	0,1	0,7	2,4	3,0
África Oriental	5,3	5,9	6,5	4,9	5,6	5,9	6,1
Norte de África	4,1	1,9	3,7	3,3	5,0	5,1	4,5
África Austral	3,1	2,7	1,6	0,9	1,6	2,0	2,4
África Ocidental	6,5	6,0	3,2	0,5	2,5	3,6	3,8
África	4,6	3,8	3,5	2,2	3,6	4,1	4,1
África, excluindo a Líbia	4,3	4,3	3,6	2,2	3,1	3,8	4,2
Norte de África, incluindo o Sudão	3,9	1,9	3,8	3,3	4,9	4,9	4,5
África Subsariana	4,9	4,9	3,3	1,5	2,8	3,5	3,9
África Subsariana, excluindo a África do Sul	5,8	5,7	3,8	1,8	3,3	4,1	4,4
Países exportadores de petróleo	4,8	3,8	3,4	1,7	3,4	4,1	3,9
Países importadores de petróleo	4,3	3,9	3,6	2,9	3,9	4,2	4,5
<i>Inflação medida pelo índice de preços no consumidor (percentagem)</i>							
África Central	5,5	2,4	1,3	2,6	9,4	10,3	8,8
África Oriental	13,6	12,1	10,3	12,7	15,1	9,4	8,1
Norte de África	7,3	6,3	7,6	7,8	14,4	13,2	9,3
África Austral	6,8	6,2	5,7	10,5	9,5	7,9	6,9
África Ocidental	9,8	7,3	8,2	12,7	13,3	11,6	11,0
África	8,5	7,1	7,4	10,0	13,0	11,1	9,0
África, excluindo a Líbia	8,6	7,1	7,4	9,9	12,9	10,9	8,8
Norte de África, incluindo o Sudão	8,3	8,3	8,3	8,5	15,7	13,6	9,8
África Subsariana	9,8	7,5	7,3	11,2	12,2	9,8	8,9
África Subsariana, excluindo a África do Sul	8,4	6,3	6,4	9,9	11,0	8,8	7,9
Países exportadores de petróleo	9,8	8,3	8,8	12,7	18,3	15,3	11,9
Países importadores de petróleo	6,3	5,4	5,3	6,0	5,7	5,2	5,1
<i>Saldo orçamental global, incluindo subvenções (percentagem do PIB)</i>							
África Central	0,0	-2,5	-5,3	-4,1	-2,1	-0,7	-0,2
África Oriental	-3,0	-4,0	-4,6	-4,2	-3,9	-3,9	-3,8
Norte de África	-4,8	-10,9	-13,9	-12,7	-9,1	-6,3	-5,7
África Austral	-3,2	-4,6	-4,5	-4,5	-5,0	-4,6	-4,2
África Ocidental	-2,9	-2,8	-3,7	-5,0	-4,8	-4,4	-4,0
África	-3,4	-5,7	-7,1	-7,0	-5,7	-4,7	-4,3
África, excluindo a Líbia	-3,7	-5,0	-6,1	-6,1	-5,1	-4,3	-3,7
Norte de África, incluindo o Sudão	-4,5	-10,0	-12,6	-11,4	-8,0	-5,6	-5,1
África Subsariana	-2,8	-3,6	-4,3	-4,6	-4,5	-4,1	-3,8
África Subsariana, excluindo a África do Sul	-2,2	-3,5	-4,2	-4,7	-4,5	-4,0	-3,7
Países exportadores de petróleo	-2,7	-6,4	-8,7	-8,7	-6,7	-5,0	-4,5
Países importadores de petróleo	-4,3	-4,5	-4,8	-4,7	-4,5	-4,3	-3,9

(continuada)

Variável	2009–19	2014	2015	2016	2017 (estimativa)	2018 (projeção)	2019 (projeção)
<i>Balança corrente externa, incluindo subvenções (percentagem do PIB)</i>							
África Central	-2,3	-5,0	-9,3	-11,2	-6,1	-3,7	-4,0
África Oriental	-6,5	-9,1	-8,5	-6,8	-5,4	-5,6	-5,3
Norte de África	0,3	-6,2	-8,3	-8,9	-6,5	-3,4	-2,4
África Austral	-2,5	-5,1	-6,3	-4,8	-3,8	-4,3	-4,7
África Ocidental	1,0	-1,6	-4,2	-1,8	-1,0	-1,4	-1,1
África	-1,2	-4,9	-6,8	-5,9	-4,2	-3,5	-3,2
África, excluindo a Líbia	-1,7	-4,2	-6,4	-5,8	-4,3	-3,8	-3,3
Norte de África, incluindo o Sudão	-0,2	-6,3	-8,2	-8,5	-5,8	-3,1	-2,2
África Subsariana	-1,9	-4,4	-6,2	-4,6	-3,4	-3,6	-3,5
África Subsariana, excluindo a África do Sul	-1,3	-4,2	-6,6	-4,9	-3,6	-3,7	-3,5
Países exportadores de petróleo	2,4	-3,1	-6,8	-5,7	-3,2	-1,8	-1,3
Países importadores de petróleo	-5,9	-7,5	-6,7	-6,2	-5,5	-5,7	-5,7

Fonte: Departamento de estatísticas do BAfD.

TABELA A1.2 Pontos de decisão e realização para os países africanos, no âmbito da iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPME)

País	Ponto de decisão	Ponto de realização	País	Ponto de decisão	Ponto de realização
Benim	2000	2003	Malawi	2000	2006
Burquina Faso	2000	2002	Mali	2000	2003
Burundi	2005	2009	Mauritânia	2000	2002
Camarões	2000	2006	Moçambique	2000	2001
Chade	2001	2015	Níger	2000	2004
Comores	2010	2012	República Centro-Africana	2007	2009
Congo	2006	2010	República Democrática do Congo	2003	2010
Costa do Marfim	2009	2012	Ruanda	2000	2005
Etiópia	2001	2004	São Tomé e Príncipe	2000	2007
Gâmbia	2000	2007	Senegal	2000	2004
Gana	2002	2004	Serra Leoa	2002	2006
Guiné	2010	2012	Togo	2008	2010
Guiné-Bissau	2000	2010	Uganda	2000	2000
Libéria	2008	2010	Tanzânia	2000	2001
Madagáscar	2000	2004	Zâmbia	2000	2005

Nota: “Ponto de decisão” refere-se ao período no qual o Banco Mundial e o FMI determinam formalmente se um país é elegível para o alívio da dívida. “Ponto de realização” refere-se ao período no qual os países recebem o saldo do alívio da dívida com que a comunidade internacional se comprometeu no ponto de decisão, geralmente após a implementação bem-sucedida de reformas fundamentais e medidas concretas de redução da pobreza.

NOTAS

1. OCDE, 2017.
2. No Quênia, por exemplo, as chuvas fora de estação, especialmente na parte ocidental do país,

melhoraram as perspectivas para a produtividade agrícola e pecuária (Fewsnets 2017).

3. Franzsen e McCluskey (2017).
4. Banco Mundial (2017).
5. FMI (2014).

REFERÊNCIAS

BAfD (Banco Africano de Desenvolvimento), 2017. *Empreendedorismo e Industrialização: Perspetivas Económicas em África 2017*. Abijão, Costa do Marfim.

FEWSNET. 2017. *Kenya Food Security Outlook*. Washington, DC.

Franzsen, R.C.D. e W.J. McCluskey. (editores). 2017. *Property tax in Africa: Status, challenges and prospects*. Cambridge, Massachusetts: Lincoln Institute of Land Policy.

FMI (Fundo Monetário Internacional). 2014. *Sub-Saharan Africa: Staying the Course; World Economic and Financial Surveys: Regional Economic Outlook (REO)*. Washington, DC.

McMillan, M. e D. Rodrik. 2011. "Globalization, Structural Change, and Economic Growth." Em *Making Globalization Socially Sustainable*, editado por M. Bachetta e M. Jansen. Genebra: Organização Internacional do Trabalho e Organização Mundial do Comércio.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). 2017. *Perspetivas Económicas de novembro de 2017*. Paris.

Shoo, Rumishael. 2007. "Reducing Child Mortality: The Challenges in Africa." *UN Chronicle* XLIV (4).

Banco Mundial. 2017. *Doing Business 2018: Reformar para Gerar Empregos*. Washington, DC.

CRESCIMENTO, EMPREGO E POBREZA EM ÁFRICA

MENSAGENS PRINCIPAIS

Ímpeto de crescimento de África nos últimos 25 anos tem sido notável em termos históricos. Foi marcado por dinâmicas de crescimento que preveem um crescimento sustentado? Os episódios de crescimento foram acompanhados por alterações nos fundamentos económicos? O crescimento em África tem criado empregos e sido inclusivo? Quais são os aspetos em comum que fazem a ligação entre o crescimento rápido e a expansão contínua das oportunidades de emprego?

Este capítulo explora estas questões e fornece conhecimentos especializados e indícios sobre o tópico do crescimento a longo prazo, assim como sobre a forma como está relacionado com o emprego e a pobreza. Destacam-se cinco mensagens principais da análise:

- Em pelo menos dois terços dos países africanos que disponibilizam dados, o rendimento per capita aumentou em oito anos consecutivos, a uma taxa de 3,5 por cento, ou mais, entre 1950 e 2016. Este desempenho do crescimento foi sustentado por melhorias nos fundamentos económicos, em alguns desses países.
- Em alguns países africanos, as acelerações do crescimento foram, em grande parte, possíveis através de aumentos na produtividade total dos fatores e não através da acumulação de capital. Estes indícios são contrários à teoria da armadilha do rendimento médio.
- Arranques do crescimento bem-sucedidos exigem aumentos da produtividade, em conjunto com o crescimento do investimento. As reafetações de mão de obra – do setor tradicional para o moderno – são um componente essencial das acelerações do crescimento africano. Exigem não só a criação de empregos modernos, mas também de políticas que promovam a capacitação dos mais pobres.
- As acelerações do crescimento deram origem a uma diminuição significativa da pobreza e da desigualdade. Os países onde ocorreram três episódios de aceleração do crescimento reduziram a pobreza em 1,3 pontos percentuais, ou mais, por ano e a desigualdade em 0,2 pontos percentuais, ou mais, por ano, em comparação com os países em que não ocorreu aceleração do crescimento.

- Ocorreram mudanças estruturais positivas em vários países africanos, com a mão de obra a transferir-se de setores de produtividade reduzida para setores de produtividade elevada. No entanto, o crescimento do emprego não acompanhou o ritmo de crescimento da população ativa, deixando uma grande parte da população numa situação de desemprego ou subemprego, particularmente os mais jovens.

DINÂMICAS DE CRESCIMENTO: ACELERAÇÕES, PICOS, RECUPERAÇÕES E ARRANQUES DO CRESCIMENTO FALHADOS

Quando os fundamentos são alterados, as perspetivas a longo prazo evoluem em conformidade com essas alterações, dando origem a acelerações (ou desacelerações) do crescimento

Os países em desenvolvimento são propensos a alternar entre fases de crescimento, estagnação, declínio e até de perda catastrófica.¹ A instabilidade do crescimento sublinha a necessidade de análise e de melhor compreensão dos fatores determinantes das alterações nas taxas de crescimento, centrando atenções nos episódios e nas acelerações do crescimento.

De modo a compreender o potencial e as perspetivas do crescimento sustentado, do emprego e da redução da pobreza em África, este capítulo identifica episódios de aceleração do crescimento, utilizando dados comparáveis relativos às últimas sete décadas. Nele, conclui-se que existem várias acelerações do crescimento – e que os resultados de crescimento a longo prazo estão diretamente relacionados com essas acelerações.

Algumas acelerações são picos para valores mais elevados de PIB per capita. Outras são simplesmente recuperações para valores máximos anteriores. Enquanto outras são arranques do crescimento falhados, que antecedem uma crise. Um exercício comum de contabilidade do crescimento revela as contribuições da acumulação de fatores e da produtividade total dos fatores para o crescimento, durante picos nos episódios de crescimento. A análise também examina o contributo das mudanças estruturais, através da composição setorial da atividade económica, demonstrando que as reafetações setoriais de mão de obra desempenharam um papel importante nos picos de crescimento africanos.

Acelerações do crescimento

Numa estrutura de crescimento convencional, os fundamentos – como os termos comerciais, a tecnologia, as instituições económicas e a governação – determinam as perspetivas a longo prazo de uma economia.² Quando os fundamentos são alterados, as perspetivas a longo prazo evoluem em conformidade com essas alterações, dando origem a acelerações (ou desacelerações) do crescimento.

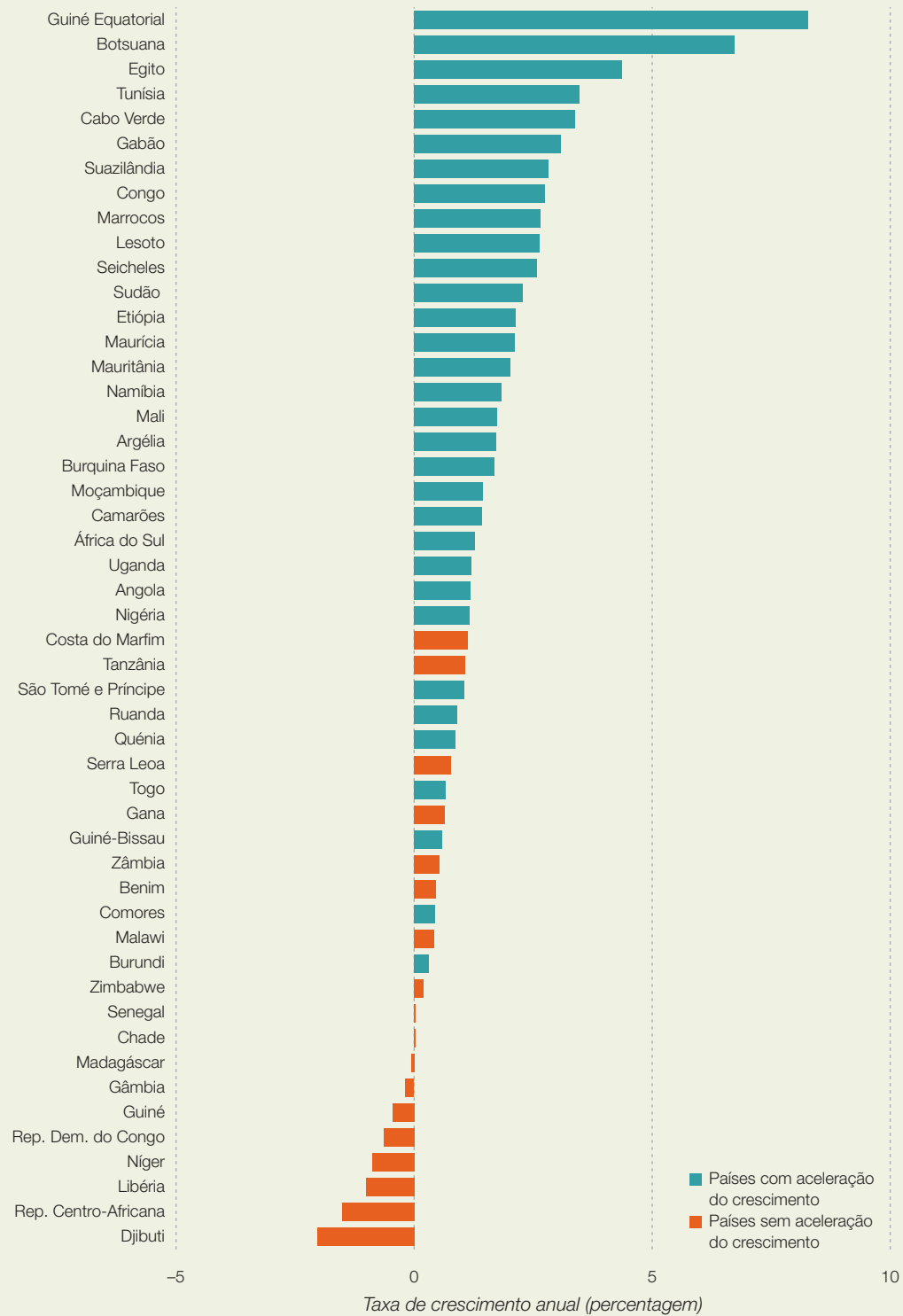
Hausmann, Pritchett e Rodrik (2005) centram-se nos impactos dos termos comerciais, nas reformas da economia de mercado e nos fatores da economia política, como fatores determinantes das acelerações do crescimento. Definem o período de aceleração do crescimento como um período em que a taxa de crescimento anual média é de pelo menos 3,5 por cento do PIB per capita, durante um período de oito anos, e em que o crescimento é pelo menos 2 pontos percentuais mais alto do que nos oito anos anteriores. De modo a descartar episódios de recuperação económica, o nível do PIB real também deve ser mais alto no último ano do período de aceleração do que nos anos anteriores à aceleração.³

Utilizando dados da Penn World Table, versão 9.0, esta secção identifica acelerações do crescimento em 33 dos 50 países africanos que dispõem de dados. A taxa de crescimento foi significativamente mais alta nos países que registaram pelo menos uma aceleração, em comparação com os países sem qualquer aceleração. Os países sem acelerações tiveram taxas de crescimento anual inferiores a 1 por cento (figura 2.1).

Os países movem-se para a direita, ao longo do eixo horizontal, quando a taxa de crescimento do PIB per capita (medido ao longo do eixo vertical) é positiva; quando é negativa, movem-se para a esquerda (figura 2.2). Alguns países (como o Botsuana, o Burquina Faso e o Egipto) registaram múltiplos picos. Outros (como o Gana, o Quênia e a Suazilândia) registaram um único pico. A Costa do Marfim, a Nigéria e o Zimbabwe registaram depressões profundas, que reduziram o PIB per capita, após acelerações iniciais.

O crescimento económico africano não pode ser compreendido sem o estudo cuidadoso dos episódios de crise, que têm sido frequentes. Uma crise refere-se a um período prolongado de

FIGURA 2.1 Taxas de crescimento nos países africanos com e sem acelerações, 1960–2014



Fonte: Dados da Penn World Table, versão 9.0.

Nota: Para alguns países, o período é mais longo (1950–2014) ou mais curto (1970–2014), dependendo dos dados disponíveis.

FIGURA 2.2 Dinâmicas de crescimento nos países africanos que registaram acelerações do crescimento



Fonte: Dados da Penn World Table, versão 9.0.

crescimento negativo. Termina quando a taxa de crescimento regressa a um valor próximo de zero.

Picos de crescimento

Os picos de crescimento são episódios de aceleração que dão origem a um PIB per capita mais elevado – e que não são apenas recuperações após uma crise ou não estão a dar início a uma crise. Durante o período do estudo, África

registou 38 picos de crescimento, em 18 países (tabela 2.1).

A “armadilha do rendimento médio” refere-se à incapacidade dos países de rendimento médio superior em recuperar o atraso em relação aos países desenvolvidos. Pode ser um termo generalizado para todos os países que estão estagnados num rendimento relativamente baixo, após terem registado pelo menos um pico de crescimento.

TABELA 2.1 Acelerações do crescimento e episódios de crise em países africanos selecionados

País	Início Final		Natureza do episódio	Início Final		Natureza do episódio	Início Final		Natureza do episódio	Início Final		Natureza do episódio
África do Sul	2001	2014	Pico de crescimento									
Argélia	1968	1983	Arranque falhado	1983	1995	Crise	1999	2009	Recuperação			
Angola	1973	1994	Crise	2003	2014	Recuperação						
Botsuana	1967	1979	Pico de crescimento	1979	1984	Pico de crescimento	1984	2008	Pico de crescimento			
Burquina Faso	1994	2007	Pico de crescimento	2007	2014	Pico de crescimento						
Cabo Verde	1976	1990	Pico de crescimento	1992	2000	Pico de crescimento	2000	2014	Pico de crescimento			
Camarões	1967	1976	Pico de crescimento	1976	1985	Arranque falhado	1985	1995	Crise			
Congo	1968	1975	Pico de crescimento	1975	1985	Arranque falhado	1985	1997	Crise			
Costa do Marfim	1961	1978	Arranque falhado	1978	1984	Crise	1998	2005	Crise	2007	2014	Recuperação
Egito	1958	1979	Pico de crescimento	1979	1988	Pico de crescimento	1988	2002	Pico de crescimento	2002	2014	Pico de crescimento
Etiópia	1977	1985	Arranque falhado	1985	2002	Crise	2006	2014	Recuperação			
Gabão	1968	1982	Arranque falhado	1982	1989	Crise	1998	2008	Recuperação	2006	2014	Pico de crescimento
Gana	2004	2014	Pico de crescimento									
Guiné Equatorial	1969	1979	Arranque falhado	1979	1990	Crise	1990	2014	Pico de crescimento			
Lesoto	1971	1979	Pico de crescimento									
Malawi	1962	1974	Arranque falhado	1974	1980	Crise						
Mali	1974	1987	Pico de crescimento	1991	2012	Pico de crescimento						
Marrocos	1957	1967	Pico de crescimento	1981	1997	Pico de crescimento	2002	2007	Pico de crescimento	2007	2014	Pico de crescimento
Maurícia	1969	1979	Pico de crescimento	1981	1999	Pico de crescimento	2005	2014	Pico de crescimento			
Mauritânia	1961	1972	Pico de crescimento	2000	2014	Pico de crescimento						
Moçambique	1977	1993	Crise	1995	2008	Recuperação						
Namíbia	2001	2014	Pico de crescimento									
Nigéria	1967	1978	Arranque falhado	1978	1997	Crise	1997	2014	Recuperação			
Quênia	2004	2014	Pico de crescimento									
Ruanda	1983	1996	Crise	2003	2014	Recuperação						
Seicheles	1967	1979	Pico de crescimento	1982	2000	Pico de crescimento						
Serra Leoa	1986	1994	Arranque falhado	1994	2001	Crise	2007	2014	Recuperação			
Suazilândia	1980	1985	Pico de crescimento	1985	1998	Pico de crescimento						
Sudão	1996	2001	Pico de crescimento	2001	2014	Pico de crescimento						
Tunísia	1967	1989	Pico de crescimento	1989	1999	Pico de crescimento	2003	2011	Pico de crescimento			
Uganda	2003	2014	Pico de crescimento									
Zâmbia	1962	1969	Arranque falhado									
Zimbabwe	1964	1975	Pico de crescimento	1977	1994	Arranque falhado	1994	2008	Crise			

Fonte: Dados da Penn World Table, versão 9.0.

Escapar à armadilha do rendimento médio exige vários picos de crescimento – o padrão observado em países emergentes, desde a década de 1950, nomeadamente no leste asiático.⁴

Doze países africanos registaram múltiplos picos de crescimento (em média, 2,7 picos, com uma duração média de 12,3 anos (tabela 2.2)).⁵ Estes picos aumentaram o PIB per capita 158 por

Os picos de crescimento são episódios de aceleração que dão origem a um PIB per capita mais elevado – e que não são apenas recuperações após uma crise ou não estão a dar início a uma crise

TABELA 2.2 Crescimento anual médio do PIB per capita durante os picos de crescimento

País	Crescimento médio anual durante a aceleração (percentagem)	Duração média da aceleração (anos)	Número de acelerações	Crescimento total durante as acelerações (percentagem)	Contribuição para o crescimento histórico (percentagem)
<i>Países com múltiplas acelerações do crescimento</i>					
Botsuana	7,5	13,7	3	3,9	85
Burquina Faso	3,0	10,0	2	60	65
Cabo Verde	4,2	12,0	3	1,2	83
Egito	5,0	14,0	4	2,3	1,1
Mali	3,5	17,0	2	1,8	1,5
Marrocos	4,1	9,5	4	1,7	92
Maurícia	4,6	12,3	3	1,9	1,6
Mauritânia	5,2	12,5	2	1,9	1,9
Seicheles	5,2	15,0	2	1,5	1,1
Suazilândia	5,3	9,0	2	95	77
Sudão (antigo)	5,2	9,0	2	94	94
Tunísia	4,3	13,3	3	1,1	91
Média	4,8	12,3	2,7	1,8	97
<i>Países com uma única aceleração do crescimento</i>					
África do Sul	2,3	13	1	30	36
Gana	5,0	8	1	40	1,7
Lesoto	5,4	8	1	43	30
Namíbia	5,1	13	1	67	68
Quênia	4,1	10	1	41	73
Uganda	4,0	11	1	44	57
Média	4,3	10,5	1	44	62

Fonte: Dados da Penn World Table, versão 9.0.

cento, em média, representando a maioria do crescimento desses países durante o período de observação.

Seis países registaram um único pico de crescimento. O crescimento económico total do PIB per capita alcançado por esses países é inferior ao dos países com múltiplos picos. Ainda assim, é substancial (44 por cento, em média, para uma duração média de 10,5 anos).

Arranques falhados

Os episódios de aceleração do crescimento seguidos de episódios de crise são considerados arranques falhados, como os registados na Argélia, nos Camarões, no Congo, na Costa do Marfim, na Guiné Equatorial, na Etiópia, no

Gabão, no Malawi, na Nigéria, na Serra Leoa, na Zâmbia e no Zimbabwe (consultar tabela 2.1).

Num arranque falhado, a crise tem frequentemente raízes económicas, possivelmente relacionadas com características do episódio de aceleração anterior, que o tornaram insustentável. No início das décadas de 1960 e 1970, por exemplo, a Costa do Marfim e a Nigéria financiaram o rápido crescimento através da contração excessiva de empréstimos externos ou de choques positivos dos termos de troca de curta duração que, mais tarde, originaram uma crise da dívida. No Zimbabwe, os acontecimentos políticos fizeram descarrilar o crescimento. Nestes casos, não se pode considerar que a aceleração inicial contribuiu para o progresso económico. Em média, o

crescimento observado após uma sequência de arranque falhado é ligeiramente negativo.

Em metade dos países (Camarões, Congo, Costa do Marfim, Malawi, Zâmbia e Zimbábwe), o arranque falhado não foi sucedido por uma aceleração (na Costa do Marfim, foi sucedido por outra crise). Na Argélia, Guiné Equatorial, Etiópia, Nigéria, Serra Leoa e no Gabão, o arranque falhado foi sucedido por uma recuperação. Na Nigéria e na Serra Leoa, este segundo episódio de aceleração pós-crise pode ser considerado uma mera recuperação, uma vez que o PIB per capita se manteve abaixo do nível alcançado antes do arranque falhado. Em contraste, a Argélia, Guiné Equatorial, Etiópia e o Gabão encontraram-se numa melhor situação, após o final da sequência de arranque falhado e da recuperação. Nestes casos, a segunda aceleração pode, possivelmente, ser considerada um pico de crescimento, em vez de uma simples recuperação. Nos Camarões, no Congo e no Zimbábwe, uma aceleração inicial, na década de 1960, foi sucedida por um arranque falhado e por uma crise profunda, com início na década de 1980. Nesta sequência, o primeiro episódio de aceleração pode, possivelmente, ser considerado um pico de crescimento.

Três países (Angola, Moçambique e Ruanda) registaram acelerações do crescimento após episódios de crise. Apesar de estas recuperações sugerirem potencial para um crescimento substancial, ainda é demasiado cedo para considerar que as mesmas constituem picos de crescimento, uma vez que grande parte do crescimento observado corresponde apenas a uma recuperação pós-crise.

Fontes de acelerações do crescimento

Numa economia dual, um setor moderno de alta produtividade coexiste com um setor tradicional de baixa produtividade. Nessa estrutura económica, o desenvolvimento depende em grande parte da reafetação de mão de obra com base na teoria de Lewis, de setores de produtividade reduzida para setores de produtividade elevada.⁶

Foi analisada a produtividade da mão de obra, em vez da produtividade total dos fatores, uma vez que não estavam disponíveis dados sobre o capital por setor. Apesar de o estudo exclusivo da produtividade da mão de obra

poder representar uma limitação, permite sublinhar a ligação entre o crescimento e a pobreza. Se a mão de obra se movimentar de setores de produtividade reduzida para setores de produtividade elevada, deve causar um efeito positivo no crescimento e na redução da pobreza. Se o crescimento resulta principalmente dos setores mais produtivos e estes são setores de capital intensivo, o processo será menos propício à redução da pobreza.

O crescimento da produtividade da mão de obra, g_y , decompõe-se em três componentes:

$$g_y = \sum_i w_i g_{yi} + \sum_i w_i g_{li} + \sum_i w_i g_{yi} g_{li},$$

em que g_{yi} representa a taxa de crescimento da produtividade da mão de obra do setor i ; g_{li} representa a taxa de crescimento da percentagem do setor i no emprego total; e w_i representa o peso do setor i no PIB total.⁷

Os três componentes medem as contribuições para o crescimento agregado da produtividade. O primeiro mede a contribuição do crescimento da produtividade dos diferentes setores para o crescimento agregado da produtividade. O segundo mede a contribuição da reafetação de mão de obra de setores de produtividade reduzida para setores de produtividade elevada. O terceiro, geralmente residual, mede a contribuição da reafetação de mão de obra de setores de crescimento de produtividade reduzida para setores de crescimento de produtividade elevada. Os dois últimos termos refletem as mudanças estruturais que envolvem o afastamento do emprego de setores com crescimento e níveis de produtividade da mão de obra mais reduzidos.

Foram utilizadas duas fontes de dados, de modo a avaliar o efeito da reafetação de mão de obra. A primeira, de Timmer et al. (2015), decompõe o PIB em preços constantes e em emprego da mão de obra em 10 setores:

- Agricultura, caça, silvicultura e pescas.
- Mineração e exploração de pedreira.
- Fabrico.
- Fornecimento de eletricidade, gás e água.
- Construção civil.
- Comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração.
- Transporte, armazenamento e comunicação.

Em alguns picos de crescimento, o efeito positivo da reafetação de mão de obra da agricultura para outros setores foi atenuado pelo facto de a mão de obra se ter mudado para o setor dos serviços,

As elevadas taxas de crescimento recentes em África não foram acompanhadas por elevadas taxas de crescimento do emprego

- Finanças, seguros, imobiliário e serviços empresariais.
- Serviços governamentais.
- Serviços comunitários, sociais e pessoais.⁸

Existem dados de 1960 a 2011 ou 2012, relativamente a oito países africanos que registaram picos de crescimento: Botsuana, Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Maurícia, Marrocos e África do Sul.⁹

A segunda fonte de dados, o portal de dados do Banco Africano de Desenvolvimento, decompõe o PIB em preços constantes e emprego em três setores (agricultura, indústria e serviços) durante o período de 1991–2016. São dados mais recentes, mas de qualidade incerta. Como tal, foram utilizados de forma parcimoniosa; não foram utilizados quando a produtividade agregada da mão de obra não era consistente com os dados da Penn World Table, versão 9.0. A Argélia, Cabo Verde e o Mali não foram incluídos na análise, uma vez que os dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial mostram um crescimento muito reduzido da produtividade da mão de obra, durante os recentes picos de crescimento, o que é inconsistente com os dados da Penn World Table, versão 9.0.¹⁰

Além disso, a decomposição em três setores é, provavelmente, demasiado abrangente para fornecer uma avaliação adequada dos efeitos da reafetação de setores. Como tal, quando disponíveis, foram utilizados os dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

Os resultados demonstram uma contribuição significativa da reafetação setorial de mão de obra para o crescimento agregado da produtividade da mão de obra – em alguns países, uma contribuição de até dois terços do crescimento total (tabela 2.3). Este efeito surge, em grande parte, devido à reafetação de mão de obra da agricultura para outros setores. As diferenças entre países são significativas: nos casos em que o peso da agricultura na economia já tinha diminuído (Botsuana, Maurícia, Namíbia, África do Sul e Norte de África), a reafetação de fatores apenas desempenhou um papel modesto (de diminuição).

Em alguns picos de crescimento, o efeito positivo da reafetação de mão de obra da agricultura para outros setores foi atenuado pelo facto de

a mão de obra se ter mudado para o setor dos serviços, que, muitas vezes, apresenta uma produtividade reduzida. Efetivamente, em África, a mudança para outros setores de produtividade reduzida foi sistemática, nas últimas décadas.¹¹ Ao longo do tempo, este efeito negativo aumentou no Egito e em Marrocos, atingiu o seu pico na década de 1970, no Botsuana e na Maurícia, e esteve ausente em recentes picos de crescimento no Gana, no Quênia e no Uganda (no Uganda, a mão de obra mudou-se para setores mais dinâmicos).

Em geral, as reafetações de setores de produtividade reduzida para setores de produtividade elevada, que podem ser associadas a uma redução gradual do dualismo, desempenharam um papel considerável nos passos iniciais do desenvolvimento em África, durante os picos de crescimento. Contudo, em alguns países, o efeito foi anulado por reafetações para setores menos e não mais dinâmicos.

A LIGAÇÃO CRESCIMENTO–EMPREGO–POBREZA

Esta secção efetua a análise da ligação entre o crescimento, o emprego e a pobreza em África e examina as alterações na afetação setorial do emprego. Faz a ligação entre a falta de transformação estrutural e as características do mercado de trabalho em África e identifica políticas que podem promover o crescimento a favor do emprego.

Crescimento sem emprego?

Um corolário esperado do crescimento sustentado é a criação de emprego, que é geralmente necessária para a redução da pobreza e para o crescimento inclusivo. As elevadas taxas de crescimento recentes em África não foram acompanhadas por elevadas taxas de crescimento do emprego. Entre 2000 e 2008, a taxa de emprego cresceu a uma média anual de 2,8 por cento, cerca de metade da taxa de crescimento económico. Apenas cinco países – Argélia, Burundi, Botsuana, Camarões e Marrocos – registaram uma taxa de crescimento do emprego superior a 4 por cento. Entre 2009 e 2014, a taxa anual

TABELA 2.3 Contribuição da reafetação setorial de mão de obra para o crescimento (percentagem, exceto quando indicado o contrário)

País (número de episódios)	Número de setores	Contribuição de ganhos médios de produtividade setorial	Contribuição da reafetação setorial	Contribuição da reafetação setorial dinâmica
África do Sul (1)	10	116,3	-12,0	-4,3
África do Sul (1)	3	86,9	13,1	0,0
Botsuana (1)	10	20,1	58,1	21,7
Botsuana (2)	10	80,4	54,8	-35,3
Botsuana (3)	10	105,8	1,5	-7,3
Burquina Faso (1)	3	93,4	6,4	0,2
Egito (1)	10	70,5	10,9	18,6
Egito (2)	10	121,0	-19,3	-1,7
Egito (3)	10	125,6	-14,7	-10,9
Egito (3)	3	84,6	32,1	-16,6
Egito (4)	10	140,0	-8,8	-31,2
Egito (4)	3	87,3	22,1	-9,4
Etiópia (3)	10	50,0	61,7	-11,7
Gana (1)	10	57,1	33,1	9,8
Gana (1)	3	62,6	45,8	-8,4
Marrocos (1)	10	59,4	43,6	-3,0
Marrocos (2)	10	65,2	33,9	0,9
Marrocos (3)	10	31,5	74,9	-6,4
Marrocos (4)	10	88,1	25,4	-13,5
Maurícia (1)	10	103,7	28,8	-32,5
Maurícia (2)	10	68,4	41,2	-9,5
Maurícia (3)	10	87,5	22,8	-10,3
Maurícia (3)	3	83,3	18,4	-1,7
Mauritânia (2)	3	39,0	58,0	3,1
Namíbia (1)	3	100,1	-0,4	0,3
Quênia (1)	10	81,0	17,1	1,9
Quênia (1)	3	66,2	28,0	5,8
Tunísia (3)	3	92,9	7,5	-0,4
Uganda (1)	3	0,9	45,4	49,0

Fonte: Dados de 10 setores de Timmer, de Vries e de Vries (2015); dados de 3 setores dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

de crescimento do emprego aumentou para uma média de 3,1 por cento, apesar do abrandamento do crescimento económico. Contudo, este valor ainda se encontrava 1,4 pontos percentuais abaixo do crescimento económico médio.

O lento crescimento da taxa de emprego afetou principalmente as mulheres e os jovens

(com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos). Estima-se que África tinha 226 milhões de jovens, em 2015, prevendo-se um aumento de 42 por cento desse valor, para 321 milhões, até 2030. Em 2016, o desemprego jovem no Norte de África foi mais de três vezes superior ao desemprego adulto.¹²

Uma das primeiras prioridades dos governos africanos deve ser o encorajamento de uma mudança em direção a planos de crescimento que absorvam a mão de obra

A falta de crescimento do emprego atrasou a redução da pobreza. Não obstante a proporção de população pobre em África ter diminuído de 56 por cento, em 1990, para 43 por cento, em 2012, o número de pessoas pobres aumentou.¹³ A desigualdade também aumentou, com o coeficiente de Gini a aumentar de 0,52, em 1993, para 0,56, em 2008 (o valor disponível mais recente).¹⁴

A conjugação do elevado crescimento económico e da reduzida criação de emprego deu origem à afirmação de que África está a passar por um crescimento sem emprego. Face ao rápido crescimento populacional e aos riscos acrescidos de agitação ou descontentamento social, o crescimento sem emprego representa uma séria preocupação para os responsáveis políticos africanos. Nunca é de mais destacar a importância da criação de “bons empregos”.

Tendo em conta o papel de pouca importância que a intensidade do capital desempenha nos episódios de crescimento, uma implicação essencial em termos de políticas é a confiança numa conjugação equilibrada entre investimentos e ganhos de produtividade. Os movimentos de atividades de produtividade reduzida para atividades de produtividade mais elevada representam uma fonte de crescimento potencial significativa, em África. Como tal, uma das primeiras prioridades dos governos africanos deve ser o encorajamento de uma mudança em direção a planos de crescimento que absorvam a mão de obra. Devem implementar programas e políticas destinados à modernização do setor agrícola, que emprega a maioria da população. Uma segunda prioridade é o investimento em capital humano, particularmente nas capacidades de empreendedorismo dos mais jovens, de modo a facilitar a transição para setores modernos de produtividade mais elevada.

Existem contrapartidas entre o emprego e o crescimento do PIB?

A procura de mão de obra é uma procura derivada, relacionada com a produção. Como tal, é essencial compreender o relacionamento entre o crescimento do emprego e o crescimento da produção. A solidez deste relacionamento varia entre países e períodos de tempo. Em algumas economias, os mercados de trabalho são muito

sensíveis ao crescimento da produção e os empregos são criados rapidamente, em simultâneo com o crescimento da economia. Noutros países, os mercados de trabalho respondem de forma fraca e são necessárias taxas de crescimento mais rápidas para alcançar uma determinada taxa de crescimento do emprego. Durante a década de 2000, quão estreitamente relacionados estavam o crescimento da produção e o crescimento do emprego em África?

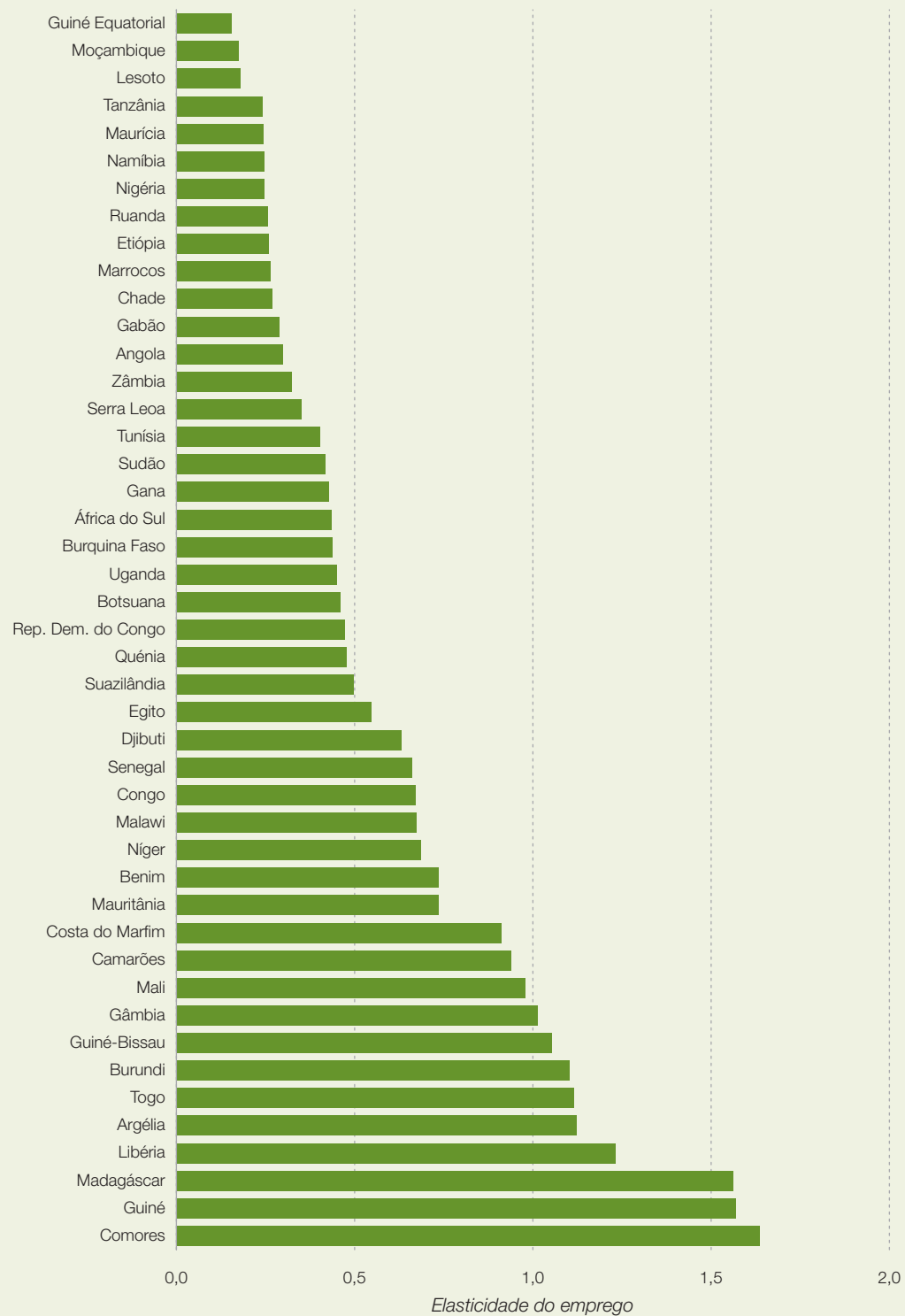
A elasticidade arco do crescimento do emprego em relação ao crescimento do PIB foi calculada para cada país com dados disponíveis.¹⁵ É a razão entre a taxa de crescimento do emprego no período de 2000–14 e a taxa de crescimento do PIB durante o mesmo período. Uma elasticidade superior a 1 significa que o emprego aumentou mais rapidamente do que o PIB; uma elasticidade inferior a 1 significa que o PIB aumentou mais rapidamente do que o emprego; e uma elasticidade de 1 significa que o emprego e o PIB aumentaram proporcionalmente.

A elasticidade média do emprego foi de 0,41 (figura 2.3): isto é, por cada 1 ponto percentual de crescimento económico, o emprego aumentou 0,41 pontos percentuais.

Entre 47 países da amostra, 18 (38 por cento) registaram uma elasticidade do emprego em relação ao PIB de 0,41 ou inferior. Outros 20 países (43 por cento) registaram uma elasticidade de 0,41–1. Como tal, quatro em cinco países africanos registaram um crescimento do PIB mais acelerado do que o crescimento do emprego. Neste grupo de países, a Guiné Equatorial (um grande produtor de petróleo) registou a elasticidade mais baixa (0,16); o crescimento do PIB foi impulsionado exclusivamente pelo aumento do preço do petróleo. Os países restantes registaram elasticidades superiores a 1, indicando que o crescimento do emprego superou o crescimento do PIB, nesse período.

A elasticidade do emprego ideal para países em desenvolvimento é de cerca de 0,7.¹⁶ Tem como base a elasticidade na República da Coreia durante a década de 1970, em que o país apresentava um nível de desenvolvimento e uma dotação de recursos comparáveis aos de alguns países africanos. Com um crescimento da produção de pelo menos 5 por cento, esta elasticidade

FIGURA 2.3 Elasticidade do emprego em relação ao PIB em países africanos selecionados, 2000–14



Fonte: Dados do Banco Mundial (2017a) e da OIT (2011).

Nota: Não são indicadas as elasticidades para o Zimbábue (-5,7) e para a República Centro-Africana (-3).

Idealmente, o crescimento do emprego deve acompanhar os ganhos de produtividade. Contudo, pode existir uma tensão entre ambos

deverá ser suficiente para alcançar um crescimento do emprego de pelo menos 3,5 por cento, superior ao crescimento da população ativa na maioria dos países africanos.

Uma elasticidade de 0,7 permitiria o crescimento na produtividade da mão de obra, que pode reduzir a pobreza. Idealmente, o crescimento do emprego deve acompanhar os ganhos de produtividade. Contudo, pode existir uma tensão entre ambos, em consequência de uma possível relação inversa. A manutenção do equilíbrio ideal representa um desafio e está dependente das prioridades das políticas de cada país. Em países com elevadas taxas de pobreza e mão de obra excedente (caraterísticas partilhadas por vários países africanos), pode ser preferível uma elevada elasticidade do emprego, uma vez que pode produzir um efeito maior na redução da pobreza do que o crescimento na produtividade da mão de obra.¹⁷

Seis países africanos (Senegal, Congo, Malawi, Níger, Benim e Mauritânia) registaram elasticidades próximas dos 0,7; outros 12 registaram elasticidades do emprego mais elevadas. Na maioria dos países africanos, o crescimento do PIB excedeu o crescimento do emprego (elasticidades do emprego reduzidas). Apesar de a elasticidade de

emprego reduzida estar associada ao aumento da produtividade da mão de obra, traduz-se na criação de menos empregos para uma determinada taxa de crescimento da produção.

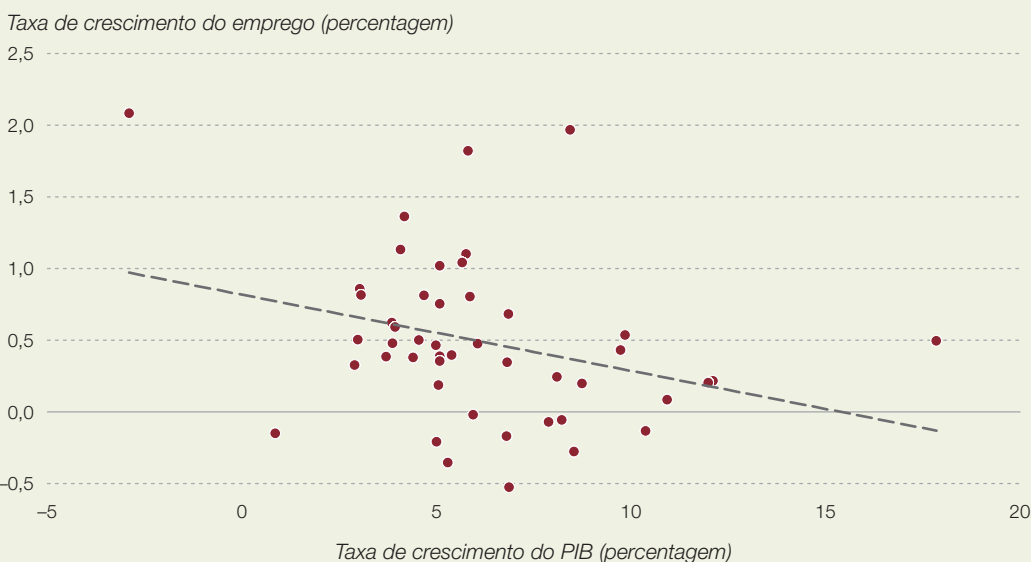
De facto, na última década, os países que apresentaram um crescimento mais rápido em África geraram efetivamente menos empregos do que os países que apresentaram um crescimento mais lento (figura 2.4). A mudança estrutural que promove o movimento rápido de mão de obra de setores de produtividade reduzida para setores de produtividade elevada é necessária para uma rápida redução da pobreza durante o crescimento.

Indícios de mudança estrutural em países africanos selecionados

Para reduzir a pobreza de forma sustentável, as economias devem criar mais empregos produtivos, que são mais bem remunerados.¹⁸ Para que isso aconteça, têm de afastar o capital e a mão de obra dos setores de produtividade reduzida em direção aos setores de produtividade mais elevada.¹⁹ A este processo dá-se o nome de transformação estrutural.

A extensão da transformação estrutural em África no período de 2000–10 (o período de

FIGURA 2.4 Emprego e crescimento do PIB em países africanos selecionados



elevado crescimento) é demonstrada traçando-se o registo de produtividade relativa (produtividade setorial dividida pela produtividade total), calculada através da divisão do PIB pelo emprego para cada setor e para toda a economia, respetivamente, relativamente às alterações do emprego nesses setores, para um agregado regional africano dos 11 países com dados disponíveis. A figura 2.5 indica se as alterações na estrutura económica ocorreram na direção dos setores de produtividade elevada (quadrante superior direito) ou de produtividade reduzida (quadrante inferior direito) e se o emprego se moveu na direção dos setores de produtividade elevada (quadrante superior esquerdo) ou de produtividade reduzida (quadrante inferior esquerdo). Uma linha ajustada inclinada positivamente indica uma transformação estrutural que aumenta a produtividade (e, como tal, impulsiona o crescimento); uma linha ajustada inclinada negativamente indica uma transformação estrutural que reduz a produtividade (e, como tal, reduz o crescimento).

A linha de regressão linear positivamente inclinada sugere uma transformação estrutural que

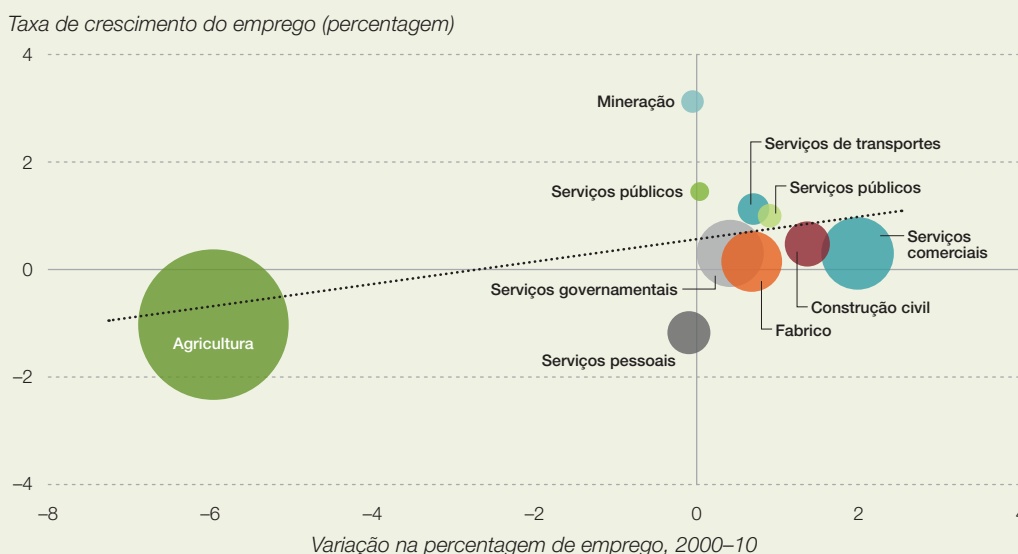
aumenta a produtividade (e, como tal, impulsiona o crescimento). O emprego afastou-se das indústrias com produtividade relativamente reduzida, como a agricultura, e aproximou-se das indústrias com produtividade elevada, como os transportes, os serviços empresariais, os serviços governamentais e a construção civil. Contudo, o efeito impulsionador do crescimento gerado por esta transformação estrutural é fraco e esta conclusão é atenuada pelo facto de o coeficiente estimado da inclinação não ser estatisticamente significativo.

Em grande parte, não ocorreu uma transformação estrutural, devido a quatro motivos principais:

- Em primeiro lugar, o setor agrícola continua a ser a fonte dominante de empregos em África, representando cerca de 51 por cento do emprego nesses países, a maioria na agricultura de subsistência.
- Em segundo lugar, a mudança ocorre para o setor do fabrico, um setor comparativamente pequeno, com o terceiro menor nível de produtividade, depois dos setores da agricultura e dos serviços. Efetivamente, a produtividade

Os países que apresentaram um crescimento mais rápido em África criaram efetivamente menos empregos do que os países que apresentaram um crescimento mais lento

FIGURA 2.5 Produtividade setorial e crescimento do emprego em África, 2000–10



Fonte: Dados da base de dados de 10 setores do Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen (Timmer, De Vries e De Vries, 2015).

Nota: O coeficiente da linha ajustada é 0,17 (estatística-t: 0,16; valor-p: 0,88). Os países incluídos são: África do Sul, Botsuana, Etiópia, Gana, Malawi, Maurícia, Nigéria, Quênia, Senegal, Tanzânia e Zâmbia.

O emprego afastou-se das indústrias com produtividade relativamente reduzida e aproximou-se das indústrias com produtividade elevada

no setor do fabrico é apenas ligeiramente mais alta do que na economia.

- Em terceiro lugar, os recursos de mão de obra que deixaram o setor agrícola moveram-se na direção do comércio por grosso e a retalho, em grande parte caracterizados por atividades informais de produtividade reduzida.²⁰ Na maioria dos países africanos, o setor informal continua a ser uma fonte essencial de emprego, representando 70 por cento dos empregos na África Subariana e 62 por cento no Norte de África.²¹ Na década de 1990, noventa e três por cento de todo o crescimento do emprego em África ocorreu no setor informal.²²
- Em quarto lugar, de um modo geral, o setor público tem sido a principal fonte dos empregos mais bem remunerados no setor formal, na maioria dos países africanos. As restrições fiscais e as alterações demográficas conjugaram-se para limitar o alcance futuro do setor público enquanto motor do crescimento do emprego no setor formal.

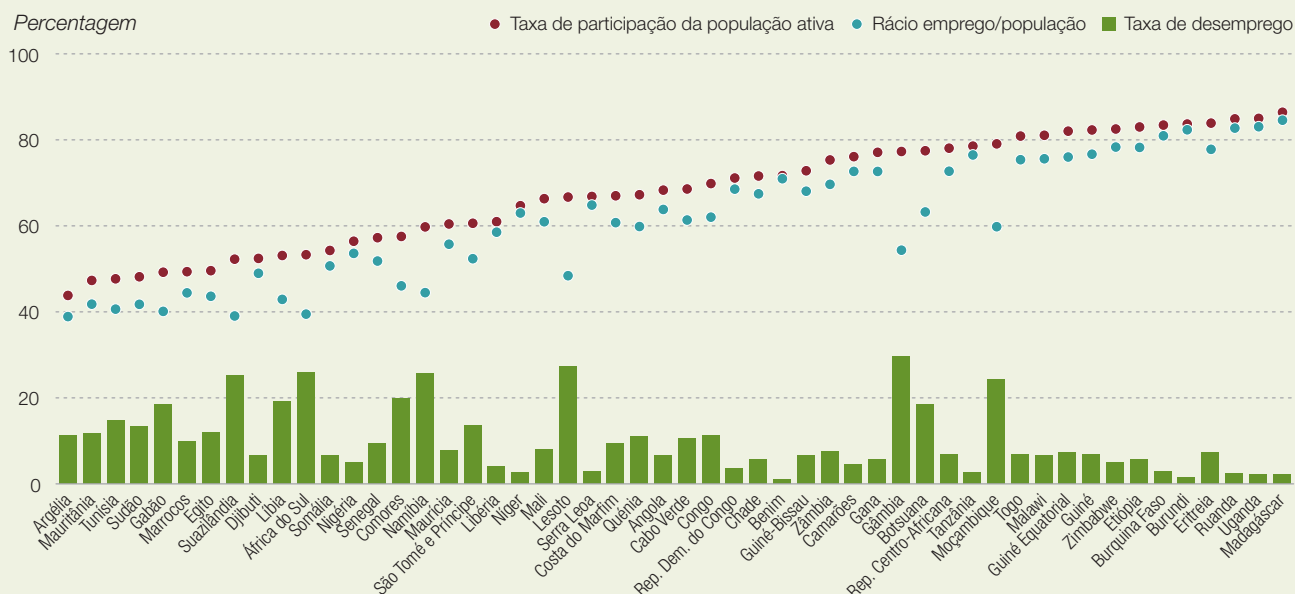
Inflexibilidades estruturais nos mercados de trabalho em África

As características dos mercados de trabalho em África variam significativamente, devido às diferenças nos níveis de desenvolvimento e nas normas de trabalho. A figura 2.6 ilustra as diferenças em três indicadores agregados do mercado de trabalho: a taxa de participação da população ativa, o rácio emprego/população e a taxa de desemprego.

A taxa de participação da população ativa – a proporção de população em idade ativa que faz parte do mercado de trabalho (empregada ou desempregada) – é mais reduzida no Norte de África e mais elevada na África Oriental. Por exemplo, apenas 44 por cento da população em idade ativa na Argélia faz parte da população ativa, em comparação com 86 por cento em Madagáscar.

Os rácios emprego/população variam de 39 por cento na Argélia, África do Sul e Suazilândia, para mais de 80 por cento no Burquina Faso, no Burundi, em Madagáscar, no Ruanda e no Uganda. O desemprego explica as diferenças

FIGURA 2.6 Indicadores do mercado de trabalho seleccionados para países africanos, 2016



Fonte: Banco Mundial 2017b.

Nota: Os dados são as estimativas modeladas da Organização Internacional do Trabalho para cada país. O rácio emprego/população e a taxa de participação da população ativa são baseados na população com 15 anos de idade ou mais.

entre esses rácios e participações da população ativa. Na maioria dos países, as taxas de desemprego são reduzidas: 33 de 52 países apresentavam taxas de desemprego inferiores a 10 por cento, com a mediana do desemprego da região a situar-se em 7,3 por cento. Contudo, as taxas de desemprego são elevadas na África Austral, com o Lesoto, Moçambique, a Namíbia, a África do Sul e a Suazilândia a apresentarem taxas de desemprego entre os 24 e os 28 por cento.

A grande maioria dos países partilha várias características comuns. Quatro dessas características são discutidas neste documento – a informalidade, o domínio da agricultura, a baixa produtividade, o emprego de baixa qualidade e o subemprego.

Informalidade

A informalidade é uma característica permanente dos mercados de trabalho africanos. A economia informal representa cerca de 50–80 por cento do PIB, 60–80 por cento do emprego e até 90 por cento dos novos empregos em África,²³ onde mais de 60 por cento da população tem empregos informais de remuneração reduzida.²⁴

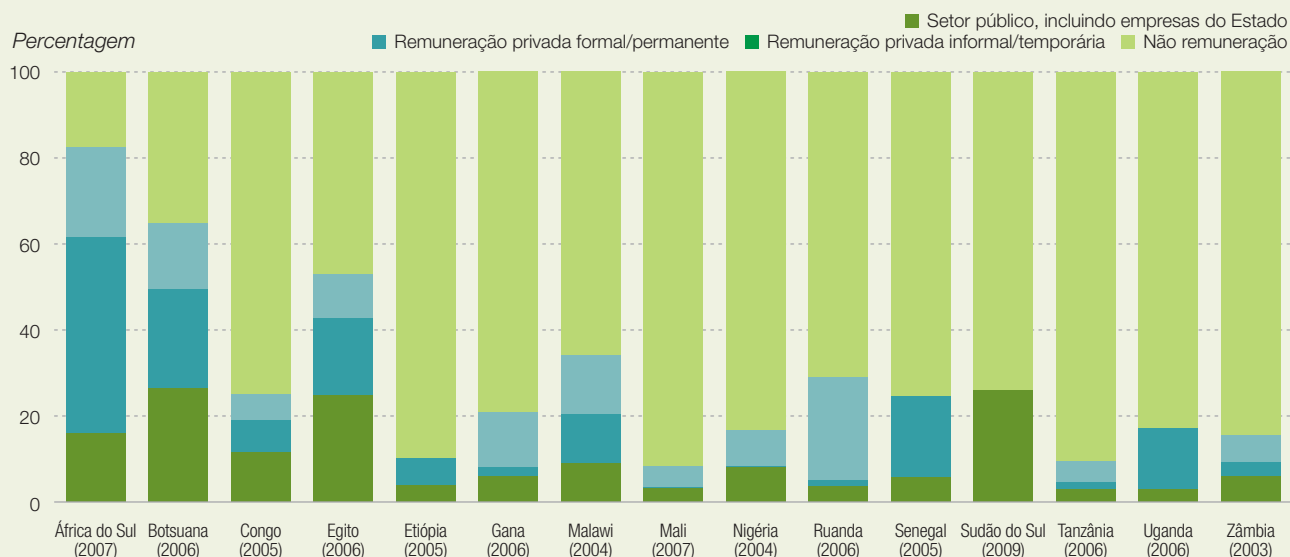
As definições sobre o que constitui o setor informal variam. Para as empresas, os critérios incluem o estatuto de registo, a dimensão, o estatuto fiscal, a conformidade com a legislação de segurança social, a disponibilidade de declarações contabilísticas e a existência de um endereço físico permanente.²⁵ Como tal, a informalidade pode ser vista como um continuum multidimensional, que inclui uma grande variedade de empresas com diferentes motivações, níveis de produtividade e dimensões.

Independentemente da forma como é definido, na maioria dos países africanos, o setor informal representa a maior parte do emprego. Portanto, os responsáveis políticos deveriam reconhecer a diversidade e importância do setor como atividade lucrativa, que pode contribuir para o desenvolvimento económico e para o crescimento.

A figura 2.7 apresenta estimativas da estrutura do emprego em 15 países africanos. O domínio do setor informal – que inclui o emprego assalariado informal privado e o emprego não remunerado – é evidente. Com a exceção da África do Sul (18 por cento), do Botsuana (35 por cento) e do Egito (47 por cento), os trabalhadores não remunerados representam entre dois terços e nove décimos do

A taxa de participação da população ativa é mais reduzida no Norte de África e mais elevada na África Oriental

FIGURA 2.7 Estrutura do emprego em países africanos seleccionados



Fonte: Adaptado de Stampini e outros (2011).

emprego. As mulheres e os jovens estão envolvidos de forma desproporcionada no setor informal.²⁶

Na maioria dos países, o emprego no setor formal é pouco comum; apenas representa a maior parte dos empregos na África do Sul. No Botsuana e no Egito, o setor representa 40–50 por cento do emprego e, na maioria dos restantes países, menos de 20 por cento.

A informalidade não está limitada aos centros urbanos em rápido crescimento dessas regiões. Além do emprego independente na agricultura e do trabalho familiar não remunerado relacionado, uma parte significativa do emprego nas áreas rurais tem lugar em empresas domésticas informais, não relacionadas com a agricultura.

Domínio da agricultura

Em muitos países africanos, o setor agrícola é o principal empregador, em particular nas áreas rurais, onde vive a maioria das pessoas. Entre 2011 e 2016, a percentagem média da agricultura no emprego era de 51 por cento e a percentagem de mais valias na agricultura permanecia praticamente inalterada, nos 15 por cento. Em 16 países, o setor representava mais de 30 por cento da produção e, na Libéria e na Serra Leoa, representava mais de 48 por cento.

A produtividade do setor continua a ser baixa. Durante as últimas décadas, por exemplo, os rendimentos provenientes dos cereais aumentaram 164 por cento no Brasil, 81 por cento no Uruguai, 69 por cento no Chile e 43 por cento na Malásia – no entanto, menos de 40 por cento em África.²⁷ O fraco desempenho deve-se em parte ao investimento reduzido, à fraca qualidade dos insumos e à adoção limitada de tecnologias de produção melhoradas. A produtividade poderia ser melhorada, abordando as seguintes condicionantes: efetuar a ligação da agricultura com outros setores; e criar cadeias de valor agrícolas, incluindo produtores de insumos, agricultores, comerciantes, transformadores de alimentos e retalhistas.²⁸ É necessário analisar a cadeia de valor, de modo a remover os pontos de estrangulamento e a resolver as falhas do mercado.

Produtividade reduzida, emprego de baixa qualidade

Os salários são inferiores na agricultura, em relação aos setores da indústria e dos serviços. Uma

vez que o setor do fabrico é pequeno, poucos trabalhadores em África podem beneficiar dos salários mais elevados no setor. A percentagem de emprego no setor do fabrico no Vietname e no Camboja é cinco vezes superior à dos países africanos de baixo rendimento.²⁹

No Gana, em 2013, os salários foram mais altos no setor dos serviços e mais baixos no setor da agricultura. Os salários no setor da energia foram 3,7 vezes mais elevados, e os do setor público 4,9 vezes, do que os salários na agricultura. Verificam-se tendências semelhantes no Quênia, onde os trabalhadores nos setores das finanças e da energia apresentavam salários entre quatro a seis vezes superiores aos trabalhadores na agricultura.³⁰

Grande parte do emprego informal sofre de precariedade e falta de proteção. As normas de trabalho não conseguem muitas vezes melhorar a situação do trabalhador médio.³¹ E, apesar de a maioria dos países africanos ter ratificado as convenções internacionais do trabalho, o impacto destas foi reduzido, uma vez que apenas são aplicadas ao setor formal, de modo ineficaz e, em alguns casos, não vinculativo.³²

A tabela 2.4 apresenta dados sobre as condições de emprego no Egito, no Mali, na África do Sul e na Zâmbia. Revela o emprego precário e desprotegido típico de muitos países africanos. Por exemplo, apenas cerca de metade dos trabalhadores do Mali e da Zâmbia e um quarto dos trabalhadores do Egito têm contratos por escrito. Um número ainda menor de trabalhadores afirma ter cobertura da segurança social – entre 30 a 40 por cento no Egito, na África do Sul e na Zâmbia; no Mali, menos de 1 em cada 50 trabalhadores beneficia de cobertura da segurança social.

Subemprego

Na maioria dos países africanos, o desemprego é baixo, mas existe o problema mais urgente do subemprego. Efetuar uma análise ao subemprego é uma tarefa complicada, devido à falta de dados sobre as horas de trabalho e às suas complexidades inerentes. Pode considerar-se que um trabalhador está numa situação de subemprego relacionada com o tempo, em subemprego “invisível”, ou em ambas. O subemprego relacionado com o

TABELA 2.4 Condições de emprego no Egito, no Mali, na África do Sul e na Zâmbia

Condição de trabalho	África do Sul (2015)	Egito (2013)	Mali (2016)	Zâmbia (2012)
<i>Tipo de contrato</i>				
Oficial/por escrito	76,6	26,6	54,3	46,3
Verbal	23,5	Não disponível	26,6	50,2
Sem contrato	Não disponível	34,7	19,1	1,8
Não especificado	Não disponível	38,8	Não disponível	1,9
<i>Cobertura da segurança social</i>				
Sim	38,4	32,3	1,9	39,1
Não	58,7	67,0	97,1	56,7
Não sabe	2,9	0,8	1,1	4,2

Fonte: Dados de Inquérito à População Ativa do Egito de 2013; Inquérito à População Ativa do Mali de 2016; Inquérito Trimestral à População Ativa da Nigéria de 2014; Dinâmicas do Mercado de Trabalho Sul-Africano de 2015; Inquérito Trimestral à População Ativa da África do Sul de 2017; e Inquérito à População Ativa da Zâmbia de 2012.

Nota: Para a África do Sul, a cobertura da segurança social refere-se a indivíduos que indicam que o empregador contribui para um fundo de pensão em nome do trabalhador.

tempo descreve os trabalhadores que trabalham menos horas do que gostariam. O subemprego invisível inclui trabalhadores que recebem menos do que o salário mínimo, uma vez que, em muitos casos, é disfarçado através de muitas horas de trabalho a um salário muito baixo.

O subemprego relacionado com o tempo é relativamente baixo em África, representando uma média de 10–15 por cento de todo o emprego.³³ É mais comum na agricultura e no setor informal. É mais comum entre mulheres e moradores urbanos e não está correlacionado com a idade.³⁴

O subemprego invisível apresenta valores muito mais elevados. Em 11 cidades de 10 países (Benim, Burquina Faso, Camarões, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Madagáscar, Mali, Níger, Senegal e Togo), é substancialmente mais elevado do que o subemprego relacionado com o tempo.³⁵

Tendências demográficas e alterações tecnológicas: Alguns desafios

Nas próximas décadas, África tornar-se-á o continente mais jovem e populoso. Várias fontes estimam que a população ativa aumentará

de 620 milhões, em 2013, para cerca de 2 mil milhões, em 2063, uma megatendência que fez aumentar a esperança de um crescimento acelerado, com taxas de rendimentos relativamente constantes (tabela 2.5).

Um “dividendo demográfico” pode constituir uma excelente oportunidade para África – assim como para o resto do mundo, que deverá sofrer de uma grande escassez de mão de obra no futuro. No entanto, os avanços tecnológicos poderão fazer baixar o valor desse dividendo demográfico. A utilização de inteligência artificial e robótica nos setores do fabrico, da agricultura e dos serviços pode prejudicar a criação de emprego. Perante esta ameaça, os países africanos têm de investir consideravelmente na formação e na obtenção de novas capacidades (caixa 2.1).

Efeito das acelerações do crescimento na pobreza e na desigualdade

O crescimento moderadamente sustentado do PIB per capita nas últimas duas décadas não gerou reduções comparáveis na pobreza.³⁶ Uma das principais razões é que, em muitos países, o rápido crescimento teve origem nos setores

Uma vez que o setor do fabrico é pequeno, poucos trabalhadores em África podem beneficiar dos salários mais elevados no setor

TABELA 2.5 Tendências populacionais projetadas, 2013–63 (em milhões, exceto quando indicado o contrário)

Região	População total				População em idade ativa			
	Milhões			Porcentagem média anual de variação	Milhões			Porcentagem média anual de variação
	2013	2063	Change		2013	2063	Change	
Ásia	4.331	5.244	913	0,4	2.939	3.243	304	0,2
Europa	740	693	-47	-0,1	498	390	-108	-0,5
América Latina e Caraíbas	619	787	168	0,5	411	473	62	0,3
América do Norte	351	456	105	0,5	234	268	34	0,3
Oceânia	38	62	24	1,0	25	38	13	0,8
África	1.135	3.095	1.960	2,0	627	1.969	1.342	2,3
Mundo	7.213	10.338	3.124	0,7	4.734	6.381	1.647	0,6
Porcentagem de população subsariana no mundo (%)	15,7	29,9	62,8		13,2	30,8	81,4	

Fonte: Cálculos do BAfD, com base nas Projeções de Variante Média das Nações Unidas.

A população ativa aumentará de 620 milhões, em 2013, para praticamente 2 mil milhões, em 2063

modernos, intensivos em capital, e não nos setores tradicionais (agricultura e setor informal).

Os países com um crescimento rápido apresentaram um desempenho fraco na criação de emprego. Além disso, a desigualdade de rendimentos não diminuiu. Efetivamente, no final da década de 1990 e no início de 2000, o coeficiente de Gini em África aumentou significativamente, nivelando-se novamente mais tarde.³⁷ África é o segundo continente com maior desigualdade no mundo (a seguir à América Latina), o que denota o duplo desafio que os países enfrentam para atacar o problema da pobreza.

Os indícios para os países em desenvolvimento sugerem que o fator responsável por retirar milhões de pessoas da pobreza foi o ritmo das mudanças estruturais. Em todos os países em desenvolvimento, o aumento de 1 por cento no crescimento da população ativa no setor do fabrico esteve relacionado com uma queda de 0,8 por cento no número de pessoas na pobreza.³⁸ Quase 84 por cento da pobreza de África resulta do emprego nos setores da agricultura e dos serviços.³⁹ A natureza dupla da maioria das economias africanas – nas quais a maioria da população ativa trabalha no setor de subsistência, enquanto uma pequena fração da população ativa está empregada em setores de rápido

crescimento e alta produtividade – é o motivo mais importante para a persistência dos valores elevados de pobreza e desigualdade.

A correlação entre a pobreza e as acelerações do crescimento é negativa (tabela 2.6). Os países que completaram pelo menos um episódio de aceleração do crescimento registaram taxas de pobreza 0,5–0,7 pontos percentuais inferiores às dos países sem episódios de aceleração do crescimento; os países que completaram pelo menos três episódios de aceleração do crescimento registaram taxas de pobreza 1,3 pontos percentuais inferiores.

A principal fonte de aceleração do crescimento é a rápida mudança estrutural, através da reafetação de mão de obra. A mudança estrutural, em vez do crescimento do rendimento per capita, é uma potente fonte de redução da pobreza para os países africanos, da mesma forma que o tem sido para a maioria dos países em desenvolvimento. As maiores reduções no rácio per capita ocorreram em países que registaram episódios de aceleração do crescimento (tabela 2.6). Por exemplo, os países que completaram uma aceleração do crescimento conseguiram reduzir 0,5 pontos percentuais mais rapidamente do que os países sem episódios de aceleração. Os países que completaram duas acelerações do crescimento

CAIXA 2.1 Preparar os trabalhadores africanos para a Quarta Revolução Industrial

O conhecimento impulsiona a Quarta Revolução Industrial. Para participar, os países africanos têm de desenvolver rapidamente capacidades nas áreas da ciência, tecnologias da informação e comunicação, engenharia, fabrico e matemática (as áreas impulsionadoras de futuros empregos), ao mesmo tempo que efetuam a aceleração de investimentos na investigação e no desenvolvimento.

Em 2013, a despesa bruta de África na investigação e no desenvolvimento foi de cerca de 0,45 por cento do PIB, em comparação com 2,71 por cento na América do Norte, 2,10 por cento no Sudeste Asiático, 1,75 por cento na Europa, 1,62 por cento na Ásia e 1,03 por cento na América Latina e Caraíbas. África acolhia apenas 2,4 por cento dos investigadores do mundo (1,1 por cento para a África Subsariana e 1,4 por cento para o Norte de África), em comparação com 42,8 por cento na Ásia, 31 por cento na Europa, 18,5 por cento na América do Norte e 3,6 por cento na América Latina e Caraíbas. A percentagem de investigadores na Alemanha (4,6 por cento), na República da Coreia (4,1 por cento) e na França (3,4 por cento) é superior à de todo o continente africano.

Em África, poucos cientistas e engenheiros trabalham em setores que impulsionem a transformação económica. Em 2010, por exemplo, a percentagem de estudantes universitários nas áreas de engenharia, fabrico e construção civil era de 7,3 por cento no Burquina Faso, 3 por cento no Burundi, 4,3 por cento nos Camarões, 4,5 por cento em Moçambique, 5,6 por cento em Madagáscar, 5,9 por cento no Gana e 12,8 por cento em Marrocos. Em 2014, a Áustria, a Alemanha, a Malásia e o México apresentavam percentagens superiores a 20 por cento.

África efetuou avanços na tecnologia digital e móvel, que causavam atrasos nos setores bancário, de comércio a retalho e das telecomunicações. A plataforma móvel de transferência de dinheiro, lançada pela M-Pesa, no Quênia, ajudou a melhorar o acesso financeiro por parte das famílias urbanas e rurais. As inovações na tecnologia digital e móvel estão a afetar os setores dos serviços e da produção. Os telemóveis permitiram aos agricultores ter acesso aos preços das culturas, de modo a aumentar o respetivo poder de negociação. Os investimentos na Internet de alta velocidade e a disseminação dos smartphones em África deverão permitir continuar a ampliação da inovação tecnológica digital e móvel.

Vários programas emblemáticos do BAfD ajudam os países africanos a enfrentar os desafios de emprego. Por exemplo, a iniciativa Jobs for Youth tem como objetivo a criação de 25 milhões de empregos e o desenvolvimento de capacidades em vários setores para 50 milhões de jovens, entre 2016 e 2025.

Fonte: Aker e Mbiti (2010) e Naudé (2017).

A principal fonte de aceleração do crescimento é a rápida mudança estrutural, através da reafetação de mão de obra

conseguiram reduzir 0,7 pontos percentuais mais rapidamente e os países que completaram três acelerações conseguiram reduzir 1,2 pontos percentuais mais rapidamente.

Os países que completaram duas acelerações do crescimento também reduziram a desigualdade mais rapidamente em cerca de 0,1 pontos percentuais por ano; os países que completaram três acelerações reduziram em cerca de 0,2 pontos percentuais (tabela 2.7).

Tradicionalmente, considera-se que o crescimento reduz a pobreza. Uma visão alternativa é a de poder ter sido a redução da pobreza a provocar o crescimento. Berthélemy (2017) fornece dados de apoio para esta hipótese, numa amostra de países africanos que registaram picos de crescimento. Embora os resultados devam ser interpretados com algumas reservas, fornecem uma nova perspetiva para os debates sobre a redução da pobreza e o crescimento em África (caixa 2.2).

As histórias de sucesso do continente (picos de crescimento não seguidos de crises) podem servir de fonte de inspiração

TABELA 2.6 Efeito das acelerações do crescimento na pobreza

Registo do índice de pobreza	1	2	3
Registo da taxa de crescimento real do PIB	-0,254*** (0,0542)	-0,254*** (0,0518)	-0,186*** (0,0505)
Registo do coeficiente de Gini	2,611*** (0,329)	1,963*** (0,336)	1,680*** (0,287)
Simulação (pelo menos uma aceleração do crescimento)	-0,518*** (0,121)		
Simulação (pelo menos duas acelerações do crescimento)		-0,679*** (0,166)	
Simulação (pelo menos três acelerações do crescimento)			-1,257*** (0,181)
Constante	-4,786*** (1,258)	-2,464* (1,260)	-1,843* (1,068)
R-quadrado	0,282	0,307	0,386
N	254	254	254

Fonte: Dados do PovcalNet e da Penn World Table, versão 9.0.

Nota: Mínimos quadrados ordinários agrupados. Erros padrão entre parêntesis.

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

TABELA 2.7 Efeito das acelerações do crescimento na desigualdade

Registo do coeficiente de Gini	1	2	3
Registo da taxa de crescimento real do PIB	0,0132* (0,00734)	0,0117 (0,00737)	0,0199*** (0,00698)
Simulação (pelo menos uma aceleração do crescimento)	0,0373 (0,0239)		
Simulação (pelo menos duas acelerações do crescimento)		-0,115*** (0,0242)	
Simulação (pelo menos três acelerações do crescimento)			-0,154*** (0,181)
Constante	3,670*** (0,0567)	3,742*** (0,0515)	3,677*** (0,0468)
R-quadrado	0,021	0,099	0,109
N	254	254	254

Fonte: Dados do PovcalNet e da Penn World Table, versão 9.0.

Nota: Mínimos quadrados ordinários agrupados. Erros padrão entre parêntesis.

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

CAIXA 2.2 A pobreza dificulta o crescimento – ou facilita-o?

O reforço de círculos viciosos pode manter as famílias ou os países na pobreza e impedir que contribuam para o crescimento nacional. A pobreza pode abrandar o crescimento de várias formas, incluindo:

- O acesso limitado a mercados financeiros ou a outros ativos para investimento privado dificulta o desenvolvimento de atividades produtivas.
- Os problemas de saúde reduzem a produtividade.
- A educação de baixa qualidade limita a capacidade de as pessoas gerarem rendimentos.
- A falta de infraestruturas torna os países pouco atrativos para o investimento estrangeiro.

Em contraste, Berthélemy (2017) concluiu que a redução da pobreza deu origem ao crescimento, na maioria dos picos de crescimento de África – e que surgiu através de reformas, que criaram mais oportunidades de emprego para os mais pobres, assim como de políticas de transferência bem-sucedidas de apoio aos mais pobres.

Esta nova noção pode ser relevante para os responsáveis políticos que defendem a implementação de programas sociais e de luta contra a pobreza para a promoção de um crescimento mais sustentável. Como Perry e outros (2006) observam: “O investimento inteligente nos mais desfavorecidos pode dar origem a círculos virtuosos e a questão da redução da pobreza pró-crescimento talvez seja uma preocupação política tão importante como as preocupações tradicionais com um crescimento favorável aos mais pobres”.

Fonte: Perry e outros (2006), Thorbecke (2013) e Berthélemy (2017).

As acelerações do crescimento sustentado devem envolver melhorias da produtividade

APRENDIZAGENS DA LIGAÇÃO CRESCIMENTO-EMPREGO-POBREZA

Desde a década de 1950, cerca de dois terços dos países africanos registaram pelo menos um episódio de aceleração do crescimento, aumentando a esperança de que os fatores determinantes do crescimento a longo prazo, como os fundamentos económicos e as políticas, tenham mudado para melhor. Muitos países africanos também registaram arranques falhados – acelerações seguidas de crises profundas – particularmente nas décadas de 1960 e 1970. As histórias de sucesso do continente (picos de crescimento não seguidos de crises) podem servir de fonte de inspiração para os responsáveis políticos africanos e sugerir formas para evitar arranques falhados.

Ter em atenção a produtividade e não apenas o investimento

Uma primeira característica marcante dos picos de crescimento é que a intensidade do capital

desempenhou um papel de menor importância em relação à produtividade total dos fatores. Nas décadas de 1960 e 1970, os governos africanos tentaram promover o crescimento através do investimento em infraestruturas e da adoção de políticas de promoção do investimento em capital físico que acabaram por se tornar insustentáveis. Muitas vezes, as políticas expansionistas foram financiadas por aumentos comerciais repentinos de curto prazo ou por empréstimos externos excessivos. Frequentemente, essas políticas dependiam do esgotamento de recursos naturais. Outras vezes, envolviam programas de investimento demasiado avultados em relação à capacidade de absorção, dando origem a “elefantes brancos”.

Estas experiências sugerem que as acelerações do crescimento sustentado devem ser intensivas, em vez de apenas extensivas, e devem envolver melhorias da produtividade. Os responsáveis políticos africanos têm dado muita atenção a estes fatores. As economias bem-sucedidas no Norte de África e na África Austral têm contado com uma conjugação equilibrada de investimentos e ganhos de produtividade.

CAIXA 2.3 Três ilações da China aplicáveis a África

Nos anos anteriores aos processos de reforma e abertura económica, em 1979, a China era um país pobre, com um PIB per capita inferior a um terço da média da África Subariana. Nos 38 anos seguintes, registou um crescimento médio anual de 9,6 por cento. E é a única economia de mercado emergente que não sofreu uma crise sistémica financeira e económica.

Um fator importante no sucesso alcançado pela China foi não ter seguido a corrente dominante de pensamento económico, a “terapia de choque”, que inflige simultaneamente um conjunto de reformas politicamente complexas. Em vez disso, adotou uma abordagem pragmática dupla.

Por um lado, forneceu continuamente proteção e subsídios transitórios às grandes empresas públicas dependentes de capital, que violavam a vantagem comparativa da China, mas eram essenciais para a defesa nacional e para as necessidades básicas da população. O Estado disponibilizou facilidades a essas indústrias para a criação de uma vantagem competitiva, ultrapassando pontos de estrangulamento nas infraestruturas físicas e humanas. Por outro lado, abriu a porta à entrada de empresas privadas e estrangeiras no segmento de mercado dominado pelos setores da indústria chinesa, que exploram a vantagem comparativa da China. As mudanças na vantagem comparativa permitiram ao governo efetuar o aprofundamento de reformas, remover proteções e subsídios e permitir que o mercado seja decisivo na atribuição de recursos.

O desenvolvimento e a transição na economia da China permitiram tirar três ilações aplicáveis a outros países em desenvolvimento.

Em primeiro lugar, ter uma atitude pragmática e realista. É essencial realizar avaliações objetivas e abrangentes das realidades e condições básicas do país – incluindo a fase de desenvolvimento e o património em termos de mão de obra, capital e recursos naturais –, assim como dos principais problemas e respetivas origens.

Da mesma forma, é também essencial realizar uma avaliação sistemática dos países em diferentes fases de desenvolvimento e das relações, diferenças e complementaridades com outros países.

É particularmente importante não copiar incautamente outros países, nomeadamente as teorias, políticas e experiências dos países desenvolvidos, com condições muito diferentes.

Em segundo lugar, formular estratégias de desenvolvimento e transição económica, adequadas a cada país. Estas estratégias englobam várias dimensões, incluindo a das políticas industriais.

A inovação tecnológica e a atualização industrial são os principais impulsionadores do desenvolvimento de um país em desenvolvimento. Contudo, as indústrias atualizadas têm de ser consistentes com as dotações de fatores do país, de modo a garantir que os custos dos fatores das empresas são os mais reduzidos em todo o mundo. Tal não representa uma tarefa fácil, uma vez que os custos de transação para as empresas de países em desenvolvimento são, geralmente, elevados, em consequência do contexto inadequado de infraestruturas, instituições e empresas. É necessário efetuar a redução dos custos de transação das empresas, de modo a aumentar a competitividade destas no mercado.

A melhoria das infraestruturas, do contexto empresarial e das instituições jurídicas é uma responsabilidade do governo. Contudo, este dispõe de recursos limitados que, conseqüentemente, devem ser utilizados estrategicamente na melhoria das infraestruturas e de outras restrições causadoras de entraves, em locais adequados, de forma a reduzir os custos de transação para as empresas visadas, efetuando uma rápida transição de vantagem comparativa para vantagem competitiva.

Desta forma, podem ser acumulados pequenos ganhos, que se transformam em grandes ganhos. Através de um desenvolvimento económico vibrante, a melhoria das infraestruturas, do contexto empresarial e das instituições jurídicas pode ser alargada, passo a passo, a todo o país.

Em terceiro lugar, aprender com os erros da intervenção excessiva do estruturalismo e do *laissez-faire* do neoliberalismo e, em vez disso, permitir que o mercado e o Estado desempenhem os respetivos papéis na transição económica.

Fonte: Adaptação de Lin, 2017.

Fazer com que a política pública facilite as iniciativas privadas

A produtividade dos fatores não pode ser aumentada por decreto. O progresso deve, em grande parte, ser proveniente de iniciativas privadas. O papel das políticas públicas é facilitar e acompanhar essas iniciativas. Os movimentos de trabalhadores de atividades de produtividade reduzida para atividades de produtividade mais elevada representam uma fonte significativa de potencial de crescimento em África, tendo em conta a estrutura dupla das suas economias. As reformas de mercado e o investimento em infraestruturas que aumentem a competitividade podem ajudar a canalizar o desenvolvimento dos setores modernos e a efetuar a reafetação de mão de obra para os mesmos. A criação de boas oportunidades de emprego é um dos desafios críticos que os governos africanos enfrentam, particularmente devido ao rápido crescimento populacional do continente.

Fazer mudanças em direção a planos de crescimento que absorvam a mão de obra

O crescimento económico robusto e sustentado não é suficiente para a expansão do emprego, mas é necessário. Efetivamente, o padrão do crescimento económico determina o seu impacto no emprego. Uma prioridade fundamental em termos de políticas é o encorajamento de uma mudança para um crescimento mais absorvente da mão de obra, caracterizada por fortes ligações, em ambos os sentidos, entre as empresas. As tendências recentes são sintomáticas do padrão de crescimento insuficiente, registado em todo o continente.⁴⁰

Para a criação de emprego em África, é essencial reverter as tendências do setor do fabrico, particularmente no fabrico em poucas quantidades. Isso exige o desenvolvimento de exportações (devido à pequena dimensão dos mercados nacionais de África). Contudo, o facto de muitos países estarem rodeados por fronteiras terrestres dificulta esse processo.⁴¹ A agricultura representa “a via mais promissora para o crescimento liderado pelas exportações, em muitos países africanos”.⁴² Tanto a agricultura como o fabrico são setores com grandes necessidades de mão de

obra, passíveis de melhorias de qualidade através da transferência de tecnologia, e enfrentam mercados internacionais “lucrativos, mas sensíveis à qualidade”. Ambos são prejudicados por climas económicos e empresariais inóspitos e por lacunas relacionadas com as infraestruturas.⁴³ No setor dos serviços, que é altamente heterogéneo, é imperativo desenvolver serviços modernos, ao mesmo tempo que se efetua um aumento da produtividade das atividades informais.

MEDIDAS RECOMENDADAS EM TERMOS DE POLÍTICAS

A capacidade de criação de emprego por parte das economias africanas pode ser aumentada através de várias intervenções. Estas devem trabalhar em conjunto, de modo a apoiar o crescimento de setores com maior necessidade de mão de obra e a aumentar a produtividade e os rendimentos.

Melhorar o contexto regulatório

Os enquadramentos regulamentares têm implicações importantes para as empresas. O objetivo deve ser a eliminação de regulamentos desnecessários, complexos e contraproducentes. Nos últimos anos, muitos países efetuaram progressos neste sentido: 36 de 46 países na África Subariana melhoraram os respetivos contextos regulatórios em 2010–11.⁴⁴ Em 2016, o Ruanda e a Gâmbia estavam classificados entre os 10 melhores desempenhos na (ausência de) regulamentação do governo e apenas um país africano (o Zimbábwe) estava classificado nos últimos 20 lugares.⁴⁵

Também é necessário um contexto regulatório que forneça apoio à economia informal. A política governamental deve apoiar as pequenas empresas e incentivar a progressão para uma maior produtividade; para as grandes empresas, o objetivo deve ser alcançar “um regime regulatório mais eficaz e aplicado de forma mais sistemática”.⁴⁶ Um enquadramento regulamentar simplificado pode ter efeitos consideráveis. Após o Ruanda ter introduzido reformas processuais, o número de novas empresas criadas aumentou para mais do quádruplo, de 700, em 2010, para 3.000, em 2016.⁴⁷

É imperativo desenvolver serviços modernos, ao mesmo tempo que se efetua um aumento da produtividade das atividades informais

Um fator importante no sucesso alcançado pela China foi não ter seguido a corrente dominante de pensamento económico, a “terapia de choque”

Considerar subsídios salariais

Também pode ser considerada a possibilidade de subsídios salariais, para indústrias que são claramente competitivas, mas que enfrentam choques temporários.⁴⁸ Permitem que os empregadores mantenham os empregados na folha salarial, ao invés de os dispensar por motivos económicos – e que contratem jovens trabalhadores ou mulheres, pagando parte do salário durante um determinado período, permitindo que esses trabalhadores adquiram ou desenvolvam capacidades que acabam por proporcionar emprego a longo prazo. Contudo, devido ao facto de alguns empregadores poderem ver os subsídios simplesmente como uma fonte temporária de mão de obra barata, também deve ser considerado o risco de perdas sociais líquidas. Portanto, os governos devem ser prudentes na determinação do nível e da duração do subsídio, uma vez que uma grande dependência do emprego no setor público como fonte de emprego e rendimento produz frequentemente consequências sociais e culturais profundas. Algumas regiões podem encontrar-se numa situação de equilíbrio de dependência, em que os empregos no setor público se tornam na única fonte de rendimentos e as oportunidades para o desenvolvimento do setor privado não se materializam. É criado um círculo vicioso e autorrealizável, no qual o empreendedorismo é desencorajado, enquanto a dependência do governo enquanto meio de subsistência aumenta. Isto pode resultar em poderosos eleitorados políticos constituídos por funcionários do setor público e sindicalistas, que se opõem a reformas do mercado de trabalho.

Os programas de formação para ajudar os trabalhadores novos e despedidos a adquirir ou recuperar capacidades podem contribuir para o aumento da produtividade, se esses programas forem direcionados aos grupos mais necessitados (jovens, pessoas desfavorecidas ou mulheres). Os programas direcionados para a juventude, projetados em colaboração com empresas privadas, de modo a avaliar a procura de capacidades específicas e a fornecer programas de formação personalizados, podem produzir bons resultados. De forma a garantir a possibilidade máxima de sucesso, estes programas devem ser adaptados às necessidades comerciais das indústrias potencialmente competitivas de cada país.

Definir como objetivo atividades económicas viáveis

As reformas e os recursos de educação e do mercado de trabalho devem direcionar atividades, programas e projetos que são economicamente viáveis. Os governos devem trabalhar com o setor privado e com a comunidade académica, de modo a decidir o tipo de educação que deve ser prioritária e a forma de intervenção para aumentar o sucesso. De modo a definir as prioridades no setor da educação, devem ser identificadas algumas indústrias ou linhas de negócios – indústrias em que o país tem vantagem comparativa clara ou latente. Em cada setor prioritário selecionado (agronegócio, fabrico em poucas quantidades, turismo), a conceção e implementação de estratégias de formação de capacidades e planos de desenvolvimento da população ativa devem fornecer um enquadramento que permita às empresas, ao governo e às comunidades trabalharem em conjunto.

Essas estratégias de formação de capacidades e planos de desenvolvimento da população ativa devem incluir uma compreensão holística dos problemas relacionados com a população ativa e reconhecer que o desenvolvimento eficaz de capacidades só pode ocorrer quando planeado enquanto parte da população ativa mais abrangente e do futuro da indústria ou comunidade. Devem identificar problemas comuns a uma indústria ou comunidade, cuja resolução é mais eficaz através de esforços conjuntos – ou que não podem ser abordados apenas por uma organização individual. Todas as partes interessadas relevantes podem então trabalhar em conjunto na análise e resolução dos problemas atuais e futuros da população ativa, que podem afetar a respetiva viabilidade.

Investir em indústrias com retornos elevados

O governo deve selecionar e direcionar-se a setores com potencial competitivo, para que concentrem os respetivos recursos limitados no fornecimento de infraestruturas específicas ao setor, que rapidamente produzirão retornos maiores. As indústrias com maior necessidade de mão de obra incluem o agronegócio e indústrias criativas – tais como a indústria do cinema, que, apenas na

Nigéria, emprega 1 milhão de pessoas. O fabrico em poucas quantidades pode absorver muitos trabalhadores pouco qualificados, que podem receber formação rápida nas áreas do vestuário, dos têxteis, do couro e do turismo. Além disso, alguns serviços modernos e novas indústrias digitais são promissores para os países com um grande número de mão de obra qualificada. A seleção da indústria é fundamental para a criação de emprego, uma vez que os países africanos não dispõem de vantagem comparativa em todos os setores e indústrias. Além disso, não podem pagar enquadramentos genéricos e não direcionados de políticas, com longas listas de reformas “para o melhoramento do contexto empresarial”, como é frequentemente recomendado.

Os países em desenvolvimento podem colher benefícios económicos substanciais do seu estatuto de retardatário e explorar os custos de fatores reduzidos de que dispõem, de modo a promover indústrias com grande necessidade de mão de obra, nas quais têm uma vantagem comparativa. Obviamente, o sucesso exige um trabalho colaborativo sólido entre o setor público e o setor privado, na identificação de novos setores ou linhas de negócios e na definição de prioridades para o investimento em infraestruturas.

Atrair investidores estrangeiros

Uma estratégia proativa pode atrair o investimento estrangeiro direto (IED) para as indústrias competitivas. O IED fornece capital a longo prazo e impulsiona a atualização industrial e a adoção de novas tecnologias, assim como a inovação nos países beneficiários, estimulando o crescimento económico. Também pode estimular o investimento e as exportações fixas e, assim, impulsionar o crescimento económico através do aumento da procura agregada. A médio e longo prazo, contribui para a transformação da estrutura industrial da economia nos países beneficiários e para a composição das mercadorias para exportação, geralmente produtos e serviços de maior valor agregado. A presença de empresas estrangeiras, com tecnologia superior e melhores conhecimentos de gestão, geralmente expõe as empresas nacionais a uma maior competitividade, melhorando o desempenho e fazendo aumentar a despesa dessas empresas na investigação e no

desenvolvimento. Esse processo tem tendência a aumentar a produtividade marginal do capital social na economia beneficiária, promovendo o crescimento. O IED também pode incentivar o desenvolvimento de “economias de aglomeração”, estabelecendo grupos e redes de indústrias que colaboram e competem simultaneamente. O benefício mais importante do IED é provavelmente o aumento do emprego nos países beneficiários, criando novos empregos diretamente e utilizando insumos locais – e criando a procura de serviços adicionais ligados às atividades primárias que atraíram o capital estrangeiro, criando indiretamente mais emprego.

Participar em cadeias globais de valor

O comércio já não é apenas o fabrico de um produto num país para vender noutro. Atualmente, baseia-se na cooperação entre fronteiras e fusos horários, de forma a minimizar os custos de produção e a maximizar a cobertura do mercado. Como tal, as cadeias de valor mundiais constituem a estrutura dominante para o comércio. As estimativas sugerem que a redução das barreiras de cadeias de fornecimento poderia aumentar até seis vezes o PIB mundial, em comparação com a eliminação de todas as tarifas de importação. As simulações indicam que a introdução de melhorias em apenas dois pontos de estrangulamento principais das cadeias de fornecimento – a gestão de fronteiras e as infraestruturas de transporte e comunicação –, que permitisse que os países tivessem o suficiente para igualar apenas metade das condições de que Singapura dispõe, seria suficiente para render um aumento de 2,7 biliões de dólares americanos no PIB mundial (4,7 por cento) e 1,6 biliões nas exportações mundiais (14,5 por cento). Estes valores surpreendentes são comparáveis com os ganhos muito inferiores de uma eliminação de tarifas a nível mundial, que resultaria apenas em 400 mil milhões de dólares americanos no PIB mundial (0,7 por cento) e 1,1 biliões nas exportações mundiais (10,1 por cento).

O comércio e as cadeias de valor mundiais que operam em todo o mundo criam novas oportunidades para os países pobres, num momento em que a emergência de grandes centros industriais, como a China, destrói a abundância de empregos pouco qualificados nas economias mais pobres.⁴⁹

As reformas e os recursos de educação e do mercado de trabalho devem direcionar atividades, programas e projetos que são economicamente viáveis

As infraestruturas permitem que as empresas direcionadas para a exportação possam aceder aos mercados internacionais de forma rápida, económica e eficiente

Criar zonas económicas especiais e parques industriais

Os agrupamentos, os parques industriais, as zonas de processamento de exportações e a promoção ativa do IED são instrumentos pragmáticos para contornar o défice de infraestruturas e capital humano e para superar os problemas de governação persistentes nos países de baixo rendimento. Constituem também pontes úteis para fazer a ligação entre os países pobres e as cadeias de valor mundiais. Além disso, são pilares essenciais da estratégia para o aproveitamento da vantagem comparativa. São instrumentos amplamente utilizados pelas economias de sucesso do Leste Asiático e foram implementados recentemente em países como o Bangladesh, o Camboja, a Maurícia e o Vietname – assim como na Etiópia e no Ruanda. Tal estratégia é superior à estratégia de desenvolvimento convencional de apoio às empresas nacionais, com o objetivo de, numa primeira fase, entrar nos mercados nacionais e, gradualmente, nos mercados internacionais.

Mesmo em contextos empresariais geralmente pobres, as zonas e os parques também podem reduzir o custo dos negócios através da construção de agrupamentos estrategicamente localizados, que permitem atrair investimentos estrangeiros diretos. A tecnologia, as boas práticas de gestão, novos conhecimentos, condições de aprendizagem modernas e o acesso aos grandes mercados mundiais são outras das vantagens desta abordagem. Esta estratégia pragmática de desenvolvimento económico facilita o desenvolvimento dinâmico de empresas privadas competitivas em regiões e indústrias bem selecionadas, oferece emprego a uma população ativa com poucas qualificações e aumenta rapidamente as receitas fiscais. Isso gera um crescimento constante das receitas públicas e das divisas, que, por sua vez, permite a melhoria das infraestruturas noutras partes do país. Por último, também pode criar as condições necessárias para uma maior prosperidade e estabilidade social.

Investir em infraestruturas

Dos 25 países com as classificações mais baixas de infraestruturas no Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial para 2017–18, 19 são africanos.⁵⁰ Um quinto das empresas

africanas inquiridas pelo McKinsey Global Institute citou a falta de eletricidade como um dos três principais obstáculos para os negócios.⁵¹

Os governos estão a dar maior importância às infraestruturas, investindo um valor estimado de 324 mil milhões de dólares americanos em 286 projetos de infraestruturas, em 2016.⁵² As infraestruturas permitem que as empresas direcionadas para a exportação possam aceder aos mercados internacionais de forma rápida, económica e eficiente. Sustentam a competitividade das exportações do setor do fabrico e a capacidade de os exportadores agrícolas cumprirem os requisitos sanitários e fitossanitários nos mercados internacionais. Um investimento insuficiente nas infraestruturas torna mais difícil para os países africanos capitalizarem com o crescimento e com as oportunidades de criação de emprego.

Alguns países melhoraram as infraestruturas nacionais. O aumento para o sêxtuplo nas exportações do Mali para a União Europeia, entre 2003 e 2008, foi associado à criação direcionada de infraestruturas no país, de modo a facilitar as exportações de manga.⁵³

O comércio internacional está associado a efeitos positivos no emprego. Um estudo de 47 países africanos, entre 2006 e 2014, concluiu que “as empresas exportadoras e importadoras empregam mais trabalhadores permanentes a tempo inteiro do que as respetivas contrapartes não comerciais” e que a bonificação é maior nos países onde a qualidade das infraestruturas é maior.⁵⁴ As infraestruturas nas áreas urbanas são essenciais para o aumento da produtividade no setor informal, permitindo que as empresas informais adotem novas tecnologias e reduzam os custos das transações.

Modernizar o setor agrícola

A agricultura tem um enorme potencial de fornecimento de empregos de alta produtividade, criação de riqueza e impulsionamento do crescimento económico em África, especialmente se os países puderem expandir as exportações agrícolas.⁵⁵ Um setor agrícola robusto e próspero também pode estimular um desenvolvimento económico mais abrangente. Como tal, os governos devem procurar estimular a criação de ligações entre setores, em ambos os sentidos, incluindo

nos setores do fabrico, logística e venda a retalho, fortalecendo os operadores locais e estimulando a procura. Esta utilização estratégica de políticas de incorporação nacional pode motivar o desenvolvimento dessas ligações.

O potencial do setor agrícola pode ser atingido através de três intervenções principais:

- Garantir o acesso “razoavelmente igualitário” à terra.
- Facilitar a utilização de insumos, sementes e tecnologias modernas, melhorando o acesso ao crédito e a outros meios.
- Reforçar a capacidade de desenvolver e adaptar tecnologias agrícolas.⁵⁶

De forma a que o emprego no setor aumente, os países têm de melhorar o acesso aos mercados agrícolas internacionais, garantir o equilíbrio entre as exigências socioeconómicas e as considerações ambientais e adaptar-se aos e mitigar os efeitos das alterações climáticas.

Criar capital humano

O principal obstáculo à expansão do emprego na região é a reduzida procura de mão de obra – e não as poucas qualificações dos trabalhadores; nos inquéritos empresariais, poucas empresas citam a falta de instrução como o principal obstáculo.⁵⁷ Apenas 12 por cento das empresas citam capacidades ou instrução insuficientes dos funcionários como um dos três principais obstáculos ao crescimento, colocando estes fatores na posição 11, entre 15 problemas.⁵⁸ Contudo, o investimento em capital humano continua a ser importante. Os governos africanos têm de promover ativamente o acesso ao ensino pós-secundário e, em especial, ao ensino superior. A escassez de capacidades não está limitada aos empregos altamente especializados.

As capacidades também podem constituir um obstáculo ao desenvolvimento do setor informal. Além disso, a falta de acesso a crédito, tecnologia, espaço físico, água e eletricidade são problemas que têm de ser abordados para que o setor informal possa aumentar o emprego e os rendimentos.⁵⁹

Investir na recolha de dados e tornar os dados mais acessíveis

A capacidade estatística de África encontra-se abaixo da média relativamente aos países

de baixo rendimento. No entanto, os países não podem formular e adaptar boas políticas sem acesso a boas estatísticas sobre o mercado de trabalho.⁶⁰ O investimento insuficiente na investigação frequente sobre o mercado de trabalho significa que as políticas costumam basear-se em dados desatualizados ou não representativos. O acesso oportuno a melhores dados públicos permitiria que os países africanos beneficiassem de análises realizadas por pessoal académico e investigadores.

* * *

Em suma: Desde a década de 1950, cerca de dois terços dos países africanos registaram pelo menos um episódio de aceleração do crescimento, aumentando a esperança de que os fatores determinantes do crescimento a longo prazo tenham mudado para melhor. Muitos países africanos também registaram arranques falhados – acelerações seguidas de crises profundas – particularmente nas décadas de 1960 e 1970.

As histórias de sucesso do continente (picos de crescimento não seguidos de crises) podem servir de fonte de inspiração para os responsáveis políticos africanos e sugerir formas de evitar arranques falhados. Desenvolvimentos bem-sucedidos exigem aumentos na produtividade, em conjunto com o crescimento do investimento. As reafetações de mão de obra – do setor tradicional para o moderno – são um componente essencial das acelerações do crescimento africano. Exigem não só a criação de empregos modernos, mas também de políticas que promovam a capacitação dos mais pobres.

Uma das primeiras prioridades dos governos africanos deve ser o encorajamento de uma mudança em direção a planos de crescimento que absorvam a mão de obra. Devem implementar programas e políticas destinados à modernização do setor agrícola, que emprega a maioria da população. Uma segunda prioridade é o investimento em capital humano, particularmente nas capacidades de empreendedorismo dos mais jovens, de modo a facilitar a transição para setores modernos de produtividade mais alta.

Um setor agrícola robusto e próspero pode estimular o desenvolvimento

NOTAS

1. Pritchett, 2000. Por exemplo, na Libéria, entre 1964 e 1974, a taxa de crescimento real do PIB per capita aumentou anualmente de forma consistente, em 4,2 por cento; entre 1989 e 1996, diminuiu anualmente 25 por cento, em consequência da guerra civil. No Zâmbia, entre 1969 e 1980, a taxa de crescimento real do PIB per capita diminuiu anualmente, em média, 4,7 por cento. Após alguns anos de crescimento, sofreu uma diminuição média anual de 4,4 por cento, entre 1985 e 1999. Desde 2000, tem vindo a beneficiar de um período de crescimento.
2. Hausmann, Pritchett e Rodrik, 2005; Arbache e Page, 2007 e 2008.
3. Seguindo Jong-A-Pin e De Haan (2011), as datas iniciais dos episódios de aceleração utilizadas neste documento são as mais antigas possível. A data final de um episódio de aceleração é a primeira data de quando a taxa de crescimento diminui para valores inferiores a 1 por cento. Em alguns casos, uma aceleração independente tem início antes de este valor ser alcançado. Nesses casos, a data final de uma aceleração anterior corresponde à data inicial da aceleração posterior.
4. Berthélemy, 2011.
5. Os critérios de aceleração determinam o número de acelerações. Se tivesse sido escolhido um limite ligeiramente inferior a 3,5 por cento, a África do Sul teria registado vários picos de crescimento, em vez do único pico indicado na tabela 2.2.
6. McMillan, Rodrik e Verduzco-Gallo, 2014.
7. Syrquin, 1982.
8. Timmer, De Vries e De Vries, 2015.
9. No Egito e em Marrocos, a decomposição não inclui serviços comunitários, sociais e pessoais, para os quais os dados de emprego não estavam disponíveis.
10. Devido às inconsistências dos dados, os Indicadores de Desenvolvimento Mundial apenas foram utilizados para os anos posteriores a 2005 para a Maurícia e a Namíbia, 2008 para o Uganda e anteriores a 2005 para o Burquina Faso.
11. De Vries, Timmer e de Vries, 2015.
12. OIT, 2011.
13. BAfD, 2015; Beegle e outros, 2016.
14. Jirasavetakul e Lakner, 2016.
15. Apesar de alguns problemas, a elasticidade do crescimento do emprego é uma ferramenta simples para efetuar a análise da sensibilidade do emprego em relação ao crescimento da produção. Islam e Nazara, 2000.
16. Khan, 2001.
17. Khan, 2001.
18. Söderbom e Teal, 2003.
19. McMillan, Rodrik e Verduzco-Gallo, 2014.
20. McMillan, Rodrik e Verduzco-Gallo, 2014.
21. CEA, 2015.
22. Chen, 2001.
23. Benjamin e Mbaye, 2014.
24. BAfD, 2013.
25. Fields, 2011; Benjamin e Mbaye, 2012; Oosthuizen e outros, 2016.
26. Vanek e outros, 2014.
27. BAfD, 2016.
28. Juma, 2015.
29. Cleland, 2017.
30. Bhorat e Tarp, 2016.
31. Banco Mundial, 2005; CEA, 2005.
32. CEA, 2005.
33. DIAL, 2007; Golub e Hayat, 2014.
34. DIAL, 2007; Roubaud e Torelli, 2013; e Golub e Hayat, 2014.
35. Roubaud e Torelli, 2013.
36. Page e Shimeles, 2015.
37. Shimeles e Nabasaga, 2017.
38. Page e Shimeles, 2015.
39. Shimeles, 2015.
40. Bhorat e outros, 2017a.
41. Bhorat e outros, 2017a.
42. Golub e Hayat, 2014.
43. Golub e Hayat, 2014.
44. McKinsey Global Institute, 2012.
45. FEM, 2016.
46. Benjamin e Mbaye, 2014.
47. McKinsey Global Institute, 2012.
48. Para obter mais detalhes, consultar Lin e Monga (2017).
49. Lin, 2011.
50. FEM, 2016.
51. McKinsey Global Institute, 2012.
52. Deloitte, 2016.
53. McKinsey, 2012.
54. Duda-Nyczak e Viegelaahn, 2017.
55. Golub e Hayat, 2014.
56. Bhorat e outros, 2017a.
57. Golub e Hayat, 2014.
58. McKinsey Global Institute, 2012.
59. Bhorat e outros, 2017b.
60. Beegle e outros, 2016.

REFERÊNCIAS

- BAfD (Banco Africano de Desenvolvimento). 2013. *The Labour Market in Africa: African Statistical Yearbook 2013*. Abijão, Costa do Marfim.
- . 2016. *Feed Africa: Strategy for Agricultural Transformation in Africa 2016–2025*. Abijão, Costa do Marfim.
- Banco Mundial. 2005. *Doing Business in 2006: Criação de empregos*. Washington, DC.
- . 2017a. *Doing Business 2018: Reformar para gerar empregos*. Washington, DC.
- . 2017b. Indicadores de Desenvolvimento Mundial [base de dados]. Washington, DC. Disponível em <http://databank.worldbank.org>.
- Aker, J.C. e I.M. Mbiti. “Mobile Phones and Economic Development in Africa.” *Journal of Economic Perspectives* 24 (3): 207–232.
- Arbache, J. S. e J. Page. 2007. “More Growth or Fewer Collapses? An Investigation of the Growth Challenges of Sub-Saharan African Countries.” Documento de trabalho 4384 sobre políticas, Banco Mundial, Washington, DC.
- . 2008. “Hunting for Leopards: Long Run Country Economic Dynamics in Africa.” Documento de trabalho 4715 sobre políticas, Banco Mundial, Washington, DC.
- Beegle, K., L. Christiaensen, A. Dabalen e I. Gaddis. 2016. *Poverty in a Rising Africa*. Washington, DC: Banco Mundial. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/22575>. [Consultado em 1 de novembro de 2017.]
- Benjamin, N. e A. Mbaye. 2012. *The Informal Sector in Francophone Africa: Firm Size, Productivity and Institutions*. Washington, DC: Banco Mundial.
- . 2014. “Informality, Growth, and Development in Africa.” Documento de trabalho 2014/052 do Instituto Mundial para a Investigação em Desenvolvimento Económico, Universidade das Nações Unidas – Instituto Mundial para a Investigação em Desenvolvimento Económico, Helsinquia, Finlândia.
- Berthélemy, Jean-Claude. 2011. “Health, Education and Emergence from the Development Trap.” *African Development Review* 23 (3): 300–12.
- . 2017. “Dualism, Poverty Exits and Growth Accelerations.” Trabalho de investigação 2017–50 da AFD, Agência Francesa de Desenvolvimento, Paris.
- Bhorat, H., P. Conceição, G.A. Cornia e A. Odusola. 2017a. “Conclusões e recomendações de políticas.” Em *Tendências da desigualdade de rendimentos na África Subsariana: Divergências, determinantes e consequências*, editado por A. Odusola, G.A. Cornia, H. Bhorat e P. Conceição, 399–418. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Bhorat, H., F. Steenkamp e C. Rooney. 2017b. “Compreendendo os determinantes do mal-estar industrial africano.” Em *Tendências da desigualdade de rendimentos na África Subsariana: Divergências, determinantes e consequências*, editado por A. Odusola, G.A. Cornia, H. Bhorat e P. Conceição, 103–28. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Bhorat, H. e F. Tarp (editores). 2016. *Africa's Lions: Growth Traps and Opportunities for Six African Economies*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- CEA (Comissão Económica das Nações Unidas para África). 2005. *Economic Report on Africa 2005: Meeting Challenges of Unemployment and Poverty in Africa*. Adis Abeba: CEA.
- . 2015. *Contribution to the 2015 United Nations Economic and Social Council*. Disponível em: <http://www.un.org/en/ecosoc/integration/2015/pdf/eca.pdf>. [Consultado em 1 de novembro de 2017.]
- Chen, M.A., 2001. “Women in the Informal Sector: A Global View, a Global Movement.” *SAIS Review* 21 (1): 71–78.
- Cleland, J., 2017. “Population Growth, Employment, and Livelihoods: The Triple Challenge.” *Journal of Demographic Economics* 83 (1): 51–61.
- De Vries, Gaaitzen, Marcel Timmer e Klaas de Vries. 2015. “Structural Transformation in Africa: Static Gains, Dynamic Losses.” *Journal of Development Studies* 51 (6): 674–688.
- DIAL (Desenvolvimento, Instituições e Globalização). 2007. *Youth and Labour Markets in Africa: A Critical Review of Literature*. DT/2007–02. Paris.
- Duda-Nyczak, M. e C. Viegelahn. 2017. “Exporters, Importers and Employment: Firm-Level Evidence from Africa.” Documento de trabalho no. 18 do departamento de investigação do FMI. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: http://www.ilo.org/global/research/publications/working-papers/WCMS_555999/lang--en/index.html/. [Consultado em 16 de novembro de 2017.]
- FEM (Fórum Económico Mundial) 2016. *Relatório de Competitividade Global, 2016–2017*. Genebra.
- Fields, G.S., 2011. “Labor Market Analysis for Developing Countries.” *Labour Economics* 18: S16–S22.
- Hausmann, Ricardo, Lant Pritchett e Dani Rodrik. 2005. “Growth Accelerations.” *Journal of Economic Growth* 10 (4): 303–29.

- Islam, I. e S. Nazara. 2000. "Estimating Employment Elasticity for the Indonesian Economy." Nota técnica sobre o mercado de trabalho indonésio, Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- Jirasavetakul, L. e C. Lakner. 2016. "The Distribution of Consumption Expenditure in Sub-Saharan Africa: The Inequality among All Africans." Documento de trabalho 7557. Washington, DC: Banco Mundial.
- Jong-A-Pin, Richard e Jakob De Haan. 2011. "Political Regime Change, Economic Liberalization and Growth Accelerations." *Public Choice* 146 (1-2): 93-115.
- Juma, C., 2015. *The New Harvest: Agricultural Innovation in Africa*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Khan, A., 2001. "Employment Policies for Poverty Reduction." Documento de debate no. 1 sobre questões do emprego e da pobreza, Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- Lin, J.Y., 2011. "From Flying Geese to Leading Dragons: New Opportunities and Strategies for Structural Transformation in Developing Countries", Palestra anual 15 do Instituto Mundial para a Investigação em Desenvolvimento Económico: New Structural Economics. Palestra no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, Maputo, Moçambique. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/event/wider-annual-lecture-15-new-structural-economics>.
- Lin, J.Y. e Célestin Monga. 2017. *Beating the Odds: Jump-Starting Developing Countries*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- McKinsey Global Institute. 2012. *Africa at Work: Job Creation and Inclusive Growth*.
- McMillan, M., D. Rodrik e Í. Verduzco-Gallo. 2014. "Globalization, Structural Change, and Productivity Growth, with an Update on Africa." *World Development* 63: 11-32. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X13002246> [Consultado em 1 de novembro de 2017.]
- Naudé, Wim., 2017. "Entrepreneurship, Education and the Fourth Industrial Revolution in Africa." Documento de debate 10855 do IZA, Instituto de Economia do Trabalho, Bona, Alemanha.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho) 2011. *Towards Decent Work in Sub-Saharan Africa: Monitoring MDG Employment Indicators*. Genebra.
- Oosthuizen, M., K. Lilienstein, F. Steenkamp e A. Casim. 2016. "Informality and Inclusive Growth in Sub-Saharan Africa." Documentos de dados regionais do programa ELLA. Cidade do Cabo, África do Sul: Universidade da Cidade do Cabo. Disponível em: <http://ella.practicalaction.org/knowledge-regional/informality-and-inclusive-growth-in-sub-saharan-africa>. [Consultado em 1 de novembro de 2017.]
- Page, John e Abebe Shimeles. 2015. "Aid, Employment and Poverty Reduction in Africa." *African Development Review* 27 (S1): 17-30.
- Perry, G. P., O. S. Arias, J. Humberto Lopez, W. F. Maloney e L. Serven. 2006. *Poverty Reduction and Growth: Virtuous and Vicious Circles*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Pritchett, Lant. 2000. "Understanding Patterns of Economic Growth: Searching for Hills among Plateaus, Mountains, and Plains." *World Bank Economic Review* 14 (2): 221-250.
- Roubaud, F. e C. Torelli. 2013. "Employment, Unemployment and Working Conditions in Urban Labor Markets of Sub-Saharan Africa: Main Stylized Facts." Em *Urban Labor Markets in Sub-Saharan Africa*, editado por P. de Vreyer e F. Roubaud. Washington, DC: Banco Mundial.
- Shimeles, A., 2015. "Poverty and Wealth in Africa: Shifting Fortunes and New Perspectives." Em *Handbook of African Economies*, editado por Justin Li e C. Monga. Oxford: Oxford University Press.
- Shimeles, A. e T. Nabasaga. 2017. "Why Is Inequality High in Africa?" *Journal of African Economies* 27 (1): 108-126.
- Söderbom, M. e F. Teal. 2003. *How Can Policy towards Manufacturing in Africa Reduce Poverty? A Review of the Current Evidence from Cross-Country Firm Studies*. Centro de estudo das economias africanas, Universidade de Oxford. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.492.2893&rep=rep1&type=pdf>
- Stampini, M., R. Leung, S.M. Diarra e L. Pla. 2011. "How Large Is the Private Sector in Africa? Evidence from National Accounts and Labor Markets." Documento de debate 6267 do IZA, Instituto de Economia do Trabalho, Bona, Alemanha.
- Syrquin, Moises. 1982. *Resource Reallocation and Productivity Growth*. Ramat Gan, Israel: Universidade Bar-Ilan, Departamento de economia, Instituto de Investigação Económica.
- Thorbecke, E., 2013. "The Interrelationship Linking Growth, Inequality and Poverty in Sub-Saharan Africa." *Journal of African Economies* 22 (Suplemento 1): i15-i48.

Timmer, M.P., G.J. de Vries e K. de Vries. 2015. "Patterns of Structural Change in Developing Countries." Em *Routledge Handbook of Industry and Development*, editado por J. Weiss e M. Tribe, 65–83. Londres: Routledge.

Vanek, J., M.A. Chen, F. Carré, J. Heintz e R. Hussmanns. 2014. "Statistics on the Informal Economy: Definitions, Regional Estimates and Challenges." Documento de trabalho da WIEGO (Estatística no. 2), Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO), Cambridge, Massachusetts.

PARTE II

INFRAESTRUTURAS E RESPETIVO FINANCIAMENTO

INFRAESTRUTURAS DE ÁFRICA: POTENCIAL ELEVADO, MAS IMPACTO REDUZIDO NO CRESCIMENTO INCLUSIVO

3

MENSAGENS PRINCIPAIS

África tem de se industrializar, de modo a acabar com a pobreza e a criar emprego para os 12 milhões de jovens que todos os anos se juntam à população ativa do continente.

Um dos principais fatores que atrasam a industrialização tem sido o stock insuficiente de infraestruturas produtivas nos serviços da energia, da água e dos transportes, que permitiriam que as empresas prosperassem em setores com vantagens comparativas fortes.

Novas estimativas do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) sugerem que as necessidades de infraestruturas do continente totalizam 130–170 mil milhões de dólares americanos anuais, com uma lacuna de financiamento de cerca de 68–108 mil milhões de dólares americanos.

Estes valores são muito superiores às estimativas anteriores, de 93 mil milhões de dólares americanos em necessidades de infraestruturas e 31 mil milhões de dólares americanos em lacunas de financiamento anuais, publicadas pela Agência Francesa de Desenvolvimento e pelo Banco Mundial.

Os investidores institucionais, como as seguradoras, os fundos de pensões e os fundos soberanos, dispõem de mais de 100 biliões de dólares americanos em ativos, em todo o mundo. Uma pequena fração do excesso de poupança global e dos recursos de rendimento reduzido seria suficiente para acabar com a lacuna de financiamento de África e para financiar infraestruturas produtivas e lucrativas.

Os países africanos têm de acelerar os respetivos investimentos em infraestruturas, ainda que de forma mais inteligente

África tem de se industrializar, de modo a acabar com a pobreza e a criar emprego para os 12 milhões de jovens que todos os anos se juntam à população ativa do continente. Um dos principais fatores que atrasam a industrialização tem sido o stock insuficiente de infraestruturas produtivas nos serviços da energia, da água e dos transportes, que permitiriam que as empresas prosperassem em setores com vantagens comparativas fortes.

Não obstante os possíveis benefícios a longo prazo, a percentagem de recursos atribuídos às infraestruturas foi reduzida de forma acentuada pelos governos africanos e pelos parceiros para o desenvolvimento, nas décadas de 1980 e 1990, devido aos programas de ajustamento estrutural que a maioria dos países africanos adotou, no âmbito do Consenso de Washington. Isto explica, em parte, o atraso atual de África em termos de infraestruturas, em relação a outras regiões. Apesar de a acumulação de capital ter começado a recuperar novamente no início da década de 2000, o ritmo tem sido demasiado lento para eliminar a lacuna de infraestruturas de África. Novas estimativas do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) sugerem que as necessidades de infraestruturas do continente totalizam 130–170 mil milhões de dólares americanos anuais, com um défice de financiamento de cerca de 67,6–107,5 mil milhões.¹

Os custos económicos do stock insuficiente e da reduzida qualidade das infraestruturas em África são muito elevados para o continente, sendo que a resolução deste problema poderia causar impactos igualmente elevados. O financiamento de infraestruturas em África e em todo o mundo não deve representar um problema de recursos financeiros. Além dos recursos aparentemente ilimitados do setor público nas economias avançadas e dos bancos centrais, os investidores institucionais, como as seguradoras, os fundos de pensões e os fundos soberanos, dispõem de cerca de 100 biliões de dólares americanos em ativos, em todo o mundo.²

Uma pequena fração do excesso de poupança global e dos recursos de rendimento reduzido seria suficiente para acabar com a lacuna de financiamento e para financiar infraestruturas produtivas e lucrativas nos países em

desenvolvimento. Isto aumentaria a procura agregada, criaria emprego nos países pobres e ricos e colocaria o mundo na rota da paz e prosperidade. Em circunstâncias políticas ideais, um pacto mundial entre os países ricos e pobres estabeleceria um “grande compromisso”, com base no financiamento de infraestruturas. Contudo, não existem circunstâncias políticas ideais no mundo atual. Neste mundo ideal, as decisões económicas são raramente efetuadas de modo racional e ocorre frequentemente a interferência de subjetividades políticas e irracionalidades.

Como tal, os países africanos, que enfrentam necessidades de infraestruturas gigantescas, têm de procurar novo foco e estratégia. Efetivamente, mesmo se o continente dispusesse de recursos, não deveria atribuí-los primariamente ao financiamento de infraestruturas. Nenhum país ou região na história mundial conseguiu eliminar todo o seu défice de infraestruturas sem antes impulsionar e sustentar taxas de crescimento elevadas. De facto, na revolução industrial do século XIX e nos milagres económicos do século XX, os países de várias regiões mundiais apresentaram elevadas taxas de crescimento durante longos períodos, apresentando simultaneamente défices de infraestruturas consideráveis.

Com uma lacuna de infraestruturas estimada até 107,5 mil milhões de dólares americanos por ano e com necessidades urgentes nas áreas da saúde, educação, capacidade administrativa e segurança, África precisa de atrair capital privado, de modo a acelerar a criação de importantes infraestruturas, essenciais para que o continente estimule o seu potencial.

Os países africanos têm de acelerar os respetivos investimentos em infraestruturas, ainda que de forma mais inteligente. Têm também de encontrar novos mecanismos e instrumentos de financiamento das necessidades mais urgentes – em termos de infraestruturas ou em outras áreas. Os países africanos podem saltar diretamente para a economia mundial através da criação de infraestruturas bem orientadas com vista ao fornecimento de apoio a indústrias e setores competitivos, em parques industriais e zonas de processamento de exportações relacionados com os mercados mundiais. Utilizando mais

ponderadamente os recursos limitados para infraestruturas de que dispõem, para novos investimentos e manutenção, todos os países africanos podem alavancar estas zonas, de modo a atrair a indústria ligeira de economias mais avançadas, conforme efetuado pelas economias da Ásia Oriental, na década de 1960, e da China, na década de 1980.

Ao atrair investimento e empresas estrangeiras, até os países africanos mais pobres podem melhorar a logística de comércio, aumentar os conhecimentos e capacidades dos empreendedores locais, ganhar a confiança dos compradores internacionais e, gradualmente, aumentar a competitividade das empresas locais. Esta estratégia já está a ser implementada com grande sucesso no Bangladeche, no Camboja, na Etiópia, na Maurícia, no Ruanda e no Vietname. Não é uma estratégia que tenha de ser limitada apenas ao fabrico tradicional, pode também abranger a agricultura, os serviços e outras atividades. África encontra-se bem posicionada para ajudar no impulsionamento da economia mundial. Cabe aos líderes mundiais estabelecer um quadro de políticas que o faça acontecer.

AS INFRAESTRUTURAS SÃO FUNDAMENTAIS PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

O impacto positivo das infraestruturas no crescimento económico e no desenvolvimento social inclusivo encontra-se bem documentado pelos investigadores, em várias disciplinas das ciências sociais.³ As infraestruturas têm influência direta na produtividade e na produção, como parte da formação do PIB e como um insumo da função de produção de outros setores. Efetuam essa contribuição de forma indireta, reduzindo os custos de transação e outros custos relacionados, permitindo assim uma utilização mais eficiente dos insumos produtivos convencionais.⁴ A reduzida qualidade da energia, por exemplo, pode impor custos adicionais às empresas, como trabalhadores ociosos, perdas na produção ou equipamentos danificados. No entanto, os sistemas

modernos de transporte poderiam aumentar a competitividade do setor do fabrico de forma económica e rápida, fazendo a transferência das matérias-primas para os produtores e dos produtos fabricados para os consumidores.

São essenciais infraestruturas de elevada qualidade para África conseguir alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (NU), a Agenda 2063 da União Africana (UA) e os Cinco Objetivos Principais (no original, *High Five Goals*) do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD). São também necessárias para o aumento da produtividade económica e para a sustentabilidade do crescimento económico. Boas infraestruturas têm um impacto direto e indireto no crescimento. Aumentam diretamente a produtividade total dos fatores (PTF), uma vez que os serviços das infraestruturas contribuem para a produção, funcionando como um insumo, e têm um impacto imediato na produtividade das empresas. Consequentemente, promovem a produção económica agregada, graças à sua contribuição individual para o PIB.

Infraestruturas de boa qualidade também podem aumentar indiretamente a PTF, reduzindo os custos de transação e outros custos relacionados, permitindo assim uma utilização mais eficiente dos insumos produtivos convencionais. Permitem esta possibilidade ao constituírem um fator de produção para praticamente todos os bens e serviços criados por outros setores.⁵ Além disso, podem afetar os custos de ajuste do investimento, a durabilidade do capital privado e a procura e a oferta de serviços de saúde e educação. Se não existirem serviços de transporte, eletricidade e telecomunicação, ou se forem pouco fiáveis, as empresas enfrentam custos adicionais (a compra de geradores de energia, por exemplo) e encontram dificuldades na adoção de novas tecnologias. Um melhor sistema de transportes aumenta a dimensão efetiva dos mercados de trabalho.⁶

Ao reduzirem os custos de transação, as infraestruturas promovem a utilização mais eficiente de insumos de produção, como os ativos de terrenos, mão de obra e capital físico, o que se traduz numa PTF mais elevada e expande as fronteiras de produção e as oportunidades de investimento lucrativas.⁷ Por exemplo, a redução

As infraestruturas têm influência direta na produtividade e na produção, como parte da formação do PIB e como um insumo da função de produção de outros setores

Os benefícios económicos que África pode retirar de infraestruturas melhoradas são mais elevados do que os de outras regiões

do custo da Internet de banda larga pode promover o desenvolvimento do comércio eletrónico e de uma economia digital. E a maior disponibilidade e fiabilidade de infraestruturas cria condições para o desenvolvimento de capital humano, através de serviços melhorados de educação e saúde, que devem promover uma maior prosperidade económica. Outros canais de transmissão incluem a facilitação dos fluxos comerciais, a estimulação da procura agregada e a melhoria da atratividade do país enquanto destino de investimentos.⁸ Além disso, durante a fase de construção, os projetos de infraestruturas criam empregos a curto prazo, contribuindo também para o crescimento.⁹

África tem um argumento convincente para acelerar o desenvolvimento de infraestruturas. Em primeiro lugar, é um continente de economias pequenas e abertas, que irão depender do comércio como principal motor do crescimento, no futuro próximo. Durante grande parte do período após a Segunda Guerra Mundial, existiu um consenso intelectual de que as barreiras de acesso ao mercado – tarifas, cotas e medidas não tarifárias que prejudicavam empresas estrangeiras; exigências sanitárias e de segurança; conteúdo local e semelhantes – representavam o principal entrave ao comércio e ao investimento estrangeiro direto em África. É uma visão que ainda tem alguma validade. Contudo, o panorama mundial para a produção e o comércio mudou consideravelmente nas últimas décadas.

As barreiras tarifárias diminuíram consistentemente nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, enquanto as medidas não tarifárias se tornaram mais prevalentes. No entanto, ocorreu outra mudança tectónica no comércio mundial, tornando as infraestruturas num fator ainda mais importante do crescimento económico em África. Pesquisas empíricas efetuadas pela OCDE e pela OMC (complementadas por um relatório recente elaborado em parceria pelo FEM, pela Bain & Company e pelo Banco Mundial) demonstram que as reduções de tarifas e o acesso ao mercado se tornaram muito menos relevantes para o crescimento económico do que na geração anterior. O comércio internacional já não se limita apenas ao ato de fabricar um produto num

país para vender noutro. Atualmente, baseia-se na cooperação entre fronteiras e fusos horários, de forma a minimizar os custos de produção e a maximizar a cobertura do mercado. As cadeias de valor (redes de atividades para a produção e a entrega de um produto aos consumidores, desde o processo de fabrico até aos serviços de transporte e distribuição) são a estrutura dominante do comércio.

A redução das barreiras a cadeias de fornecimento poderia aumentar até seis vezes o PIB mundial, em comparação com a eliminação de todas as tarifas de importação. Em alguns países africanos, os serviços de infraestruturas de reduzida qualidade podem gerar um aumento de até 200 por cento nos custos materiais dos insussumos dos bens de consumo.¹⁰ Em Madagáscar, por exemplo, as barreiras a cadeias de fornecimento podem representar cerca de 4 por cento das receitas totais de um produtor têxtil (através de custos mais elevados de transporte e do aumento dos inventários), contrabalançando os benefícios de um acesso isento de impostos aos mercados de exportação. As pequenas e médias empresas (PME) costumam enfrentar barreiras e custos de cadeia de fornecimento proporcionalmente mais elevados. Se todos os países do mundo reduzissem apenas dois pontos de estrangulamento principais nas cadeias de fornecimento (gestão de fronteiras e infraestruturas de transporte e comunicação) que permitissem igualar metade das condições de que Singapura dispõe, tal aumentaria o PIB mundial em 2,7 biliões de dólares americanos (4,7 por cento) e as exportações mundiais em 1,6 biliões de dólares americanos (14,5 por cento). Estes valores enormes são comparáveis com os ganhos muito inferiores de uma eliminação de tarifas a nível mundial, que resultaria «apenas» em 400 mil milhões de dólares americanos no PIB mundial (0,7 por cento) e 1,1 biliões nas exportações mundiais (10,1 por cento). Até um conjunto menos ambicioso de reformas, que permitisse que todos os países tivessem metade das condições das melhores práticas da respetiva região, poderia representar um aumento de 2,6 por cento do PIB mundial e de 9,4 por cento do comércio mundial. A principal implicação desta mudança de paradigma significativa no comércio mundial é que os

responsáveis políticos africanos devem dedicar mais tempo e recursos à construção de algumas infraestruturas bem orientadas, que podem efetuar a ligação entre as economias locais e as cadeias de valor mundiais.

Em segundo lugar, uma vez que o continente tem um estatuto de retardatário no processo de desenvolvimento económico e muitos dos seus países ainda apresentam baixo ou médio-baixo rendimento, os benefícios económicos que África pode retirar de infraestruturas melhoradas são mais elevados do que os de outras regiões, com base nos rendimentos decrescentes do capital subjacentes. Efetivamente, o fornecimento de fatores exógenos essenciais aos países de baixo rendimento, posição em que se encontra a maioria dos países africanos, deve permitir que estes obtenham rendimentos excecionalmente mais elevados de capital, à medida que eliminam as lacunas em relação a outros países.¹¹ A tabela 3.1 resume os resultados da pesquisa que fundamenta estas conclusões; a figura 3.1 demonstra que os benefícios do crescimento obtidos do desenvolvimento de infraestruturas são inclusivos, tendo em conta que reduzem a desigualdade de oportunidades; e a caixa 3.1 efetua a análise de alguns dilemas empíricos das infraestruturas e do crescimento.

O STOCK REDUZIDO DE INFRAESTRUTURAS EM ÁFRICA REFLETE O NÍVEL REDUZIDO DE DESENVOLVIMENTO DE MUITOS PAÍSES DO CONTINENTE.

O stock de infraestruturas em África é reduzido, particularmente no setor da energia (caixa 3.2).¹² Mais de 640 milhões de africanos não têm acesso a energia, resultando numa taxa de acesso a eletricidade apenas ligeiramente superior a 40 por cento em África – a menor a nível mundial. O consumo de energia per capita na África Subsariana (excluindo a África do Sul) é de 180 kWh, em comparação com 13.000 kWh per capita nos Estados Unidos e 6.500 kWh na Europa.

O acesso a energia é essencial para atingir resultados na saúde e educação, assim como para a redução dos custos dos negócios e o desbloqueamento do potencial económico, através da criação de emprego. O acesso insuficiente a energia moderna causa centenas de milhares de mortes anualmente, devido à utilização de fogões a lenha para cozinhar; prejudica o funcionamento de hospitais e serviços de emergência; causa interrupções no acesso a educação; e faz

Os benefícios do crescimento obtidos do desenvolvimento de infraestruturas são inclusivos

TABELA 3.1 Índícios selecionados sobre os benefícios do desenvolvimento de infraestruturas no crescimento

Cobertura	Período de estudo	Setor(es)	Indicador de infraestruturas	Efeitos no crescimento	Fonte
Mundial	Meta-análise de estudos até 2006	Vários	Aumento de 1% no investimento público	Aumento direto de pelo menos 0,08% do PIB, excluindo efeitos multiplicadores	Bom e Lighthart, 2008
Mundial	Meta-análise de estudos realizados entre 1999 e 2009	Vários	Aumento de 1% no investimento público	Aumentos diretos entre 0,05% e 0,45%	Estache et al., 2005; Calderón e Servén, 2004; Hurlin, 2006
África	1988–2007	TIC	Aumento de 10 pontos percentuais nas assinaturas telefónicas	Aumento de 16 pontos percentuais na taxa de crescimento real do PIB	Andrianaivo e Kpodar, 2011
39 países africanos	1960–2005	TIC, rodovias, eletricidade	Acumulação de infraestruturas e melhoria da qualidade	Aumento de 0,99 pontos percentuais na taxa de crescimento do PIB	Calderón, 2009

Fonte: Faye e Mutambasere, 2018.

A melhoria da qualidade das infraestruturas não deverá ajudar os países africanos a obter benefícios económicos fortes do desenvolvimento de infraestruturas

FIGURA 3.1 Desigualdade de oportunidades e desenvolvimento de infraestruturas em países africanos selecionados



Fonte: Shimeles e Nabasaga, 2015.

Nota: O índice agrega os valores do acesso a eletricidade, penetração das TIC, densidade de rodovias e acesso a água e saneamento.

aumentar o custo dos negócios. Assim, o acesso a energia para todos é um dos principais fatores do crescimento inclusivo, uma vez que cria oportunidades para as mulheres, os jovens e as crianças, nas zonas urbanas e rurais.

O potencial energético de África, em particular nas energias renováveis, é enorme. No entanto, apenas é aproveitada uma fração. A energia hidroelétrica fornece cerca de um quinto da capacidade atual, sendo que nem um décimo do seu potencial é utilizado. De modo semelhante, o potencial técnico da energia solar, de biomassa, eólica e geotérmica é enorme. Com base em resultados preliminares, prevê-se que as necessidades totais de investimento em infraestruturas em África sejam de cerca de 130–170 mil milhões de dólares americanos por ano (tabela 3.2) – a metodologia pode ser consultada no anexo 3.1.

O Índice de Desenvolvimento de Infraestruturas de África (AIDI, pela sigla em inglês de Africa Infrastructure Development Index), produzido pelo Banco Africano de Desenvolvimento, serve três objetivos principais: a monitorização e avaliação do estado e do progresso do desenvolvimento de

infraestruturas no continente; o apoio à atribuição de recursos no âmbito dos reabastecimentos do Banco Africano de Desenvolvimento; e a contribuição para um diálogo sobre políticas, dentro e fora do Banco. O AIDI também serve como uma ferramenta essencial para a avaliação e monitorização do progresso do continente na realização dos “High 5s”, sendo que a primeira prioridade é a “iluminação e eletrificação de África”. Os indicadores produzidos pelo AIDI também servem para criar outros índices relacionados com os “High 5s”, nomeadamente o “Índice Alimentar África (Feed Africa Index)”, o “Índice Industrializar África (Industrialize Africa Index)” e o “Índice Integrar África (Integrate Africa Index)”.

O AIDI tem quatro componentes principais: os transportes, a eletricidade, as TIC e a água e saneamento. Estas componentes são desagregadas em nove indicadores, que têm impacto direto ou indireto na produtividade e no crescimento económico.¹³ Um método de redução de dados gera um índice único, normalizado entre 0 e 100. Assim, quanto mais elevado for o valor do índice, melhor será a disponibilidade do país para

CAIXA 3.1 As contradições empíricas das infraestruturas e do crescimento

Apesar de existirem diversos trabalhos teóricos sobre a relação entre as infraestruturas e o crescimento, as análises empíricas em África ainda não permitiram chegar a um consenso geral. Os investigadores concordam que é uma relação heterogénea e fortemente dependente dos países, tipos de infraestruturas e períodos de estudo.

Vários estudos registam uma relação positiva entre as medidas de infraestruturas e os indicadores de desenvolvimento socioeconómico, como o produto nacional bruto (PNB), o PIB per capita, o emprego e o índice de pobreza.¹ A maioria utiliza testes de cointegração e casualidade. Um conjunto de estudos encontra uma relação bidirecional positiva.² Outro conjunto de documentos encontra uma casualidade unidirecional positiva, partindo das infraestruturas em direção ao crescimento económico.³ Curiosamente, uma outra vertente da mesma literatura não encontra uma relação direta entre as infraestruturas e o crescimento.⁴

Como podem ser explicadas estas inconsistências nos dados empíricos? Um argumento é o de que a ausência de casualidade reflete um erro de “tipo II” (também conhecido como um “falso negativo”, quando o indivíduo não consegue observar uma diferença existente), causado por falhas nos dados, como a dependência de ligações à rede para efetuar a medição do acesso a esta, quando, na realidade, grande parte da população satisfaz as necessidades energéticas através do acesso a fontes não ligadas à rede, como geradores e a biomassa tradicional.⁵ Outra explicação é a de que os estudos que utilizam o investimento público em infraestruturas não refletem o valor de mercado dos serviços fornecidos por estes investimentos e, conseqüentemente, dos benefícios do acesso a essas infraestruturas, uma vez que os custos de um projeto nos países em desenvolvimento são muitas vezes inflacionados pelas ineficiências do governo ou por incapacidades institucionais.⁶ A ausência de casualidade entre o crescimento e as infraestruturas também pode refletir a presença de outras restrições ligadas ao crescimento. Por exemplo, os benefícios da eletrificação de zonas rurais podem ser neutralizados pela falta de acesso a outros fatores de produção agrícola, como a irrigação, o acesso a mercados e o acesso a financiamento.

Deveria o financiamento de infraestruturas ser direcionado, de modo a atingir objetivos ou tipos de projetos específicos? Os indícios sugerem que os benefícios de crescimento decorrentes do acesso melhorado a infraestruturas, ou da melhor qualidade destas, dependem fortemente do contexto nacional. Tentando testar esta hipótese, capturando simultaneamente o aspeto multidimensional das infraestruturas, Kodongo e Ojah (2016) utilizaram dois índices de medição do acesso a e da qualidade de vários tipos de infraestruturas, assim como da formação bruta de capital fixo para o controlo da despesa pública. Os resultados, provenientes de 45 países africanos, demonstram que o stock/acesso e a qualidade das infraestruturas não impulsionam o crescimento económico, numa dotação reduzida de infraestruturas básicas – enquanto a despesa em infraestruturas e os ganhos incrementais no acesso impulsionam o crescimento económico. Do ponto de vista das políticas, estas conclusões sugerem que a melhoria da qualidade das infraestruturas não deverá ajudar os países africanos a obter benefícios económicos consideráveis do desenvolvimento de infraestruturas, a menos que os países tenham atingido um determinado nível de dotação de infraestruturas, necessário para promover um aumento gradual da atividade económica agregada. Como tal, os esforços devem centrar-se no aumento gradual do acesso a infraestruturas.

Notas

1. Número de pessoas que vive abaixo da linha de pobreza.
2. Kularatne, 2006, para as infraestruturas económicas e a despesa social na África do Sul, e Jumbe, 2004, para o acesso a energia no Malawi.
3. Wolde-Rufael, 2006, para a despesa em energia no Benim e na República Democrática do Congo.
4. Wolde-Rufael, 2006, para a energia no Congo, na República Democrática do Congo, no Quênia, na África do Sul e no Sudão.
5. Wolde-Rufael, 2006.
6. Straub, 2008.

A definição de “infraestrutura” inclui todas as redes principais que apoiam a atividade económica e social

CAIXA 3.2 Stocks, necessidades e lacunas de infraestruturas: Um vocabulário prático

A definição de “infraestrutura” inclui todas as redes principais (sistemas de edifícios, conjuntos de ativos fixos ou estruturas públicas) que apoiam a atividade económica e social, incluindo as relacionadas com água, energia, saneamento, TIC e transportes (rodovias, ferrovias, marítimos e aéreos). Esta definição baseia-se na Classificação das Funções das Administrações Públicas, do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional. Esta classificação funcional permite a definição de infraestruturas enquanto diferentes tipos de ativos, classificados de acordo com a função que desempenham na economia. Como tal, os ativos de infraestruturas são, naturalmente, ativos de capital de longo prazo.

Stock de infraestruturas (ou capital social)

O capital social é uma medida da quantidade de capital existente num determinado ponto temporal, t . O investimento, um conceito de fluxo, é uma medida das adições ao capital social ao longo de um período, como, por exemplo, um ano.

O capital social de infraestruturas é calculado utilizando a formação bruta de capital fixo (fluxo de investimento) nas infraestruturas e o método ou equação do inventário permanente:

$$K_{t+1} = (1 - \delta_t) \cdot K_t + (1 - \delta_t/2) \cdot I_t$$

em que, para cada país, i , K_{t+1} representa o capital social no início do período, $t + 1$; δ_t representa uma taxa de desvalorização variável no tempo; e I_t representa a formação bruta de capital fixo nas infraestruturas durante o período t , assumindo que o novo investimento estará em funcionamento a meio desse mesmo período.

Os insumos necessários para a aplicação deste método são a série de fluxos de investimento, o capital social inicial e o perfil da dimensão e do tempo da taxa de depreciação.

Lacuna ou défice de infraestruturas

Lacuna ou défice de infraestruturas tem algumas definições diferentes.

- A lacuna (ou défice) de infraestruturas é normalmente definida como a diferença entre a oferta e a procura dos serviços de infraestruturas (ativos).
- Também é definida como a diferença entre o nível pretendido de desenvolvimento de infraestruturas e o nível real. Geralmente, estes dois níveis são medidos através de indicadores específicos. No setor da energia, por exemplo, a percentagem de população com acesso a eletricidade pode ser o indicador e o acesso universal pode ser o objetivo pretendido (como acontece com o “New Deal on Energy” do BAfD). Assim, o défice é a percentagem da população sem acesso a eletricidade.
- O défice de infraestruturas (também chamado requisitos de infraestruturas ou necessidades de investimento em infraestruturas) também se pode referir à quantidade de investimento necessária para eliminar a lacuna (conforme definida anteriormente). No setor da energia, representa a quantidade de investimento necessária para alcançar o acesso universal a eletricidade, a partir do nível real de acesso.

Dependendo do contexto, pode ser utilizada qualquer uma das definições anteriores.

Necessidades de investimento em infraestruturas

À quantidade de investimento (o custo) necessária para eliminar a lacuna de infraestruturas (conforme definida anteriormente) também se dá o nome de requisitos de infraestruturas ou

(continuada)

CAIXA 3.2 Stocks, necessidades e lacunas de infraestruturas: Um vocabulário prático (continuada)

necessidades de investimento em infraestruturas. No exemplo anterior, relativo ao setor da energia, representa a quantidade de investimento necessária para alcançar o acesso universal a eletricidade, a partir do nível real de acesso.

Défice de financiamento em infraestruturas

É definido como as necessidades de investimento em infraestruturas, menos o compromisso de financiamento total efetuado pelos governos nacionais e por todos os financiadores, de modo a resolver o défice de infraestruturas.

TABELA 3.2 Valores preliminares sobre as necessidades de investimento (em milhares de milhões de dólares americanos)

Subsetor da infraestrutura	Objetivo até 2025	Custo anual	Notas
Energia	100% de eletrificação nas zonas urbanas 95% de eletrificação nas zonas rurais	35–50 56–66	Objetivo até 2025 do “New Deal on Energy”, do BAFD
Fornecimento de água e saneamento	100% de acesso nas zonas urbanas 100% de acesso nas zonas rurais		
TIC	Cobertura universal móvel 50% da população num raio de 25 km da estrutura central de fibra Taxa de penetração da Internet, ligação de fibra para casas/instalações (10%)	4–7	
Rodovias e outros setores de transporte (aéreos, ferroviários e portuários)	80% de preservação; 20% de desenvolvimento	35–47	Preservação: Manutenção e reabilitação; Desenvolvimento: Atualização e nova construção
Total		130–170	Valores preliminares

Os países que lideram a lista são maioritariamente do Norte de África, sendo alguns da África Austral

satisfazer as necessidades de infraestruturas para o desenvolvimento.

Na versão atualizada, existe uma grande variação entre a lacuna de infraestruturas dos países africanos, com uma diferença superior a 90 por cento entre o país no topo da lista (Seicheles), com a melhor infraestrutura, e o país pior classificado (Somália) (figura 3.2). Os países que lideram a lista são maioritariamente do Norte de África, sendo alguns da África Austral. O resto do continente tem condições muito más. Existe uma correlação elevada entre a desigualdade de ativos e o índice de infraestruturas, sugerindo que

a melhoria das infraestruturas também dá origem a um crescimento inclusivo.

Apesar de África, a Ásia e a América Latina terem começado em níveis semelhantes, em 1960, a formação de capital fixo (um indicador alternativo das infraestruturas) diminuiu em África, nas décadas de 1980 e 1990, parcialmente devido às políticas do Consenso de Washington (figura 3.3).¹⁴ Embora a acumulação de capital tenha começado a aumentar novamente, a partir de 2002, o ritmo ainda é muito mais lento do que em outras regiões em desenvolvimento.

CAIXA 3.3 Necessidades de infraestruturas: Entre 93 mil milhões e 130–170 mil milhões de dólares americanos anuais

Antes da nova estimativa do BAfD sobre as necessidades de infraestruturas de África, o número mais mencionado era de 93 mil milhões de dólares americanos, proveniente do estudo Diagnóstico das Infraestruturas em África Orientado por País (AICD, pela sigla em inglês de Africa Infrastructure Country Diagnostic) de 2006, citado em Foster e Briceño-Garmendia, 2010. Os cálculos basearam-se nos seguintes objetivos:

- Aumentar anualmente a capacidade de produção de energia em 7.000 megawatts (cerca de metade, através de esquemas de armazenamento de água com utilizações variadas).
- Permitir o comércio de energia regional, através da instalação de 22.000 megawatts de linhas de transmissão transfronteiriças.
- Completar a rede de base de fibra-ótica intrarregional e uma rede continental de cabos submarinos.
- Interligar as capitais, os portos, os postos fronteiriços e as cidades secundárias através de uma rede de rodovias de boa qualidade.
- Fornecer acesso rodoviário durante todo o ano a todos os terrenos agrícolas de valor elevado de África.
- Mais do que duplicar a área de irrigação de África.
- Cumprir os ODM relativos à água e ao saneamento.
- Aumentar as taxas de eletrificação das habitações familiares em 10 pontos percentuais.
- Fornecer sinal de rede telefónica móvel e acesso público a banda larga a 100 por cento da população.

Estimava-se que os custos de implementação deste programa ascendessem a 93 mil milhões de dólares americanos por ano, sendo cerca de dois terços deste total relacionado com despesas de capital e os requisitos de funcionamento e manutenção responsáveis pelo terço restante.

Contudo, essa estimativa dos custos totais de investimento não pretendia colocar África numa situação de acesso universal aos setores da energia, água e saneamento. Seria o programa mais indicado para reduzir as lacunas entre África e os países desenvolvidos. Nesse período, a taxa de acesso a eletricidade era de cerca de 40 por cento em África e cerca de 75 por cento nos países desenvolvidos. O «New Deal on Energy» do BAfD (e os Cinco Objetivos Principais, ou High 5s) colocaria África na rota do acesso universal. O custo para alcançar os objetivos será mais dispendioso, num período menor (menos de 10 anos), do que previsto nas simulações que indicaram o valor de 93 mil milhões de dólares americanos.

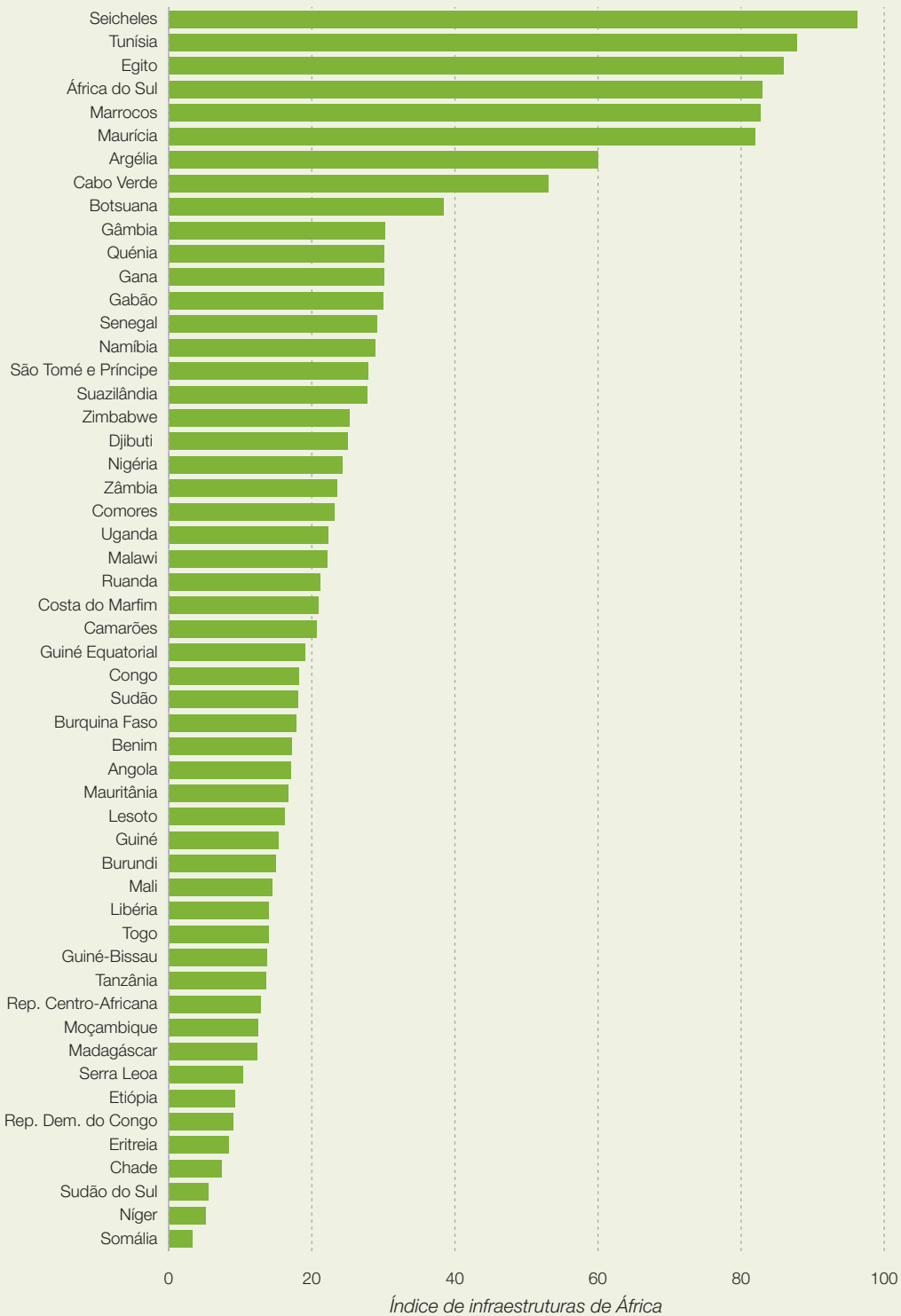
Fonte: Foster e Briceño-Garmendia, 2010.

Em parte devido a essa falta de investimento na construção de infraestruturas, as infraestruturas de África estão atrasadas em relação a outras regiões, em termos de quantidade, acessibilidade e qualidade. Por exemplo, ao mesmo nível de PIB per capita, a China e a Índia têm um acesso a eletricidade e água mais elevado do que a maioria dos países africanos (figura 3.4).

Em 2014, estimava-se que a percentagem de população de África com acesso a eletricidade

fosse de 47 por cento, cerca de metade dos valores de 97 por cento na América Latina e 89 por cento na Ásia (figura 3.5). Também existem diferenças regionais acentuadas, com o Norte de África a apresentar um acesso de 98 por cento (o mais elevado) e a África Oriental, de 26 por cento (o mais reduzido). O acesso a eletricidade também varia consideravelmente entre países: em África, os consumidores das zonas urbanas dispõem normalmente de melhores serviços do que

FIGURA 3.2 Índice de infraestruturas de África 2018

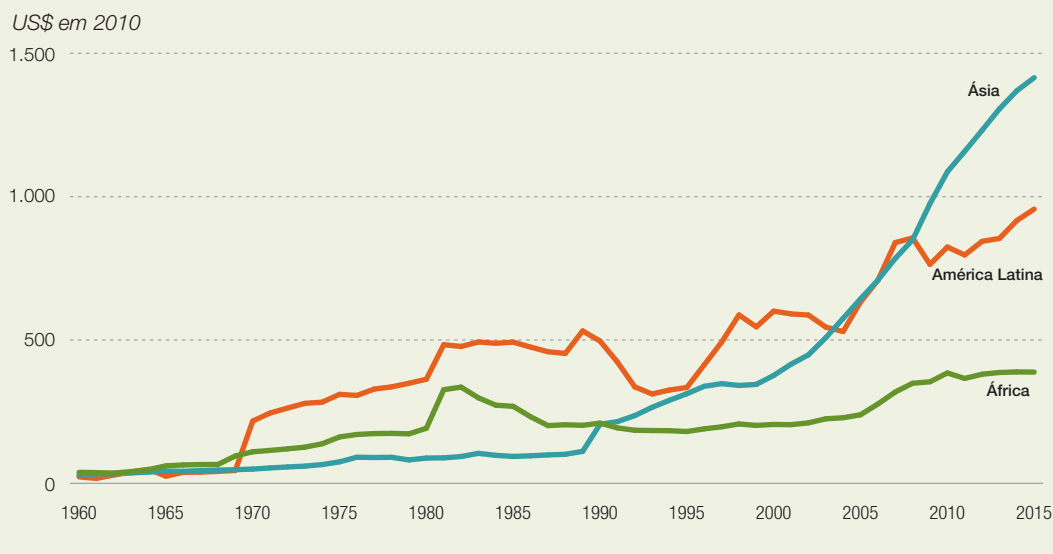


Fonte: Estatísticas do BAfD.

Nota: A Líbia, não incluída neste gráfico, costumava ser um dos países mais bem classificados de África em termos de infraestruturas. No entanto, desde a crise de 2011 e a instabilidade política e conflito civil decorrentes, o stock de infraestruturas do país deteriorou-se.

Os custos dos serviços de infraestruturas em África são exponencialmente mais elevados do que em outras regiões em desenvolvimento

FIGURA 3.3 Formação bruta de capital fixo per capita em regiões mundiais seleccionadas, 1960–2015



os consumidores das zonas rurais e, em 2014, o acesso era de cerca de 72 por cento em zonas urbanas, mais do que o dobro de 33 por cento, nas zonas rurais. A maior diferença tinha lugar na África Oriental, onde o acesso nas zonas urbanas era de cerca de 73 por cento, quase sete vezes superior ao valor de 11 por cento, nas zonas rurais.

O acesso a saneamento melhorado também tende a ser superior – embora não tão acentuadamente como para a eletricidade – nas zonas urbanas de África (47 por cento) em relação às zonas rurais (34 por cento). O acesso a saneamento melhorado em África, no seu conjunto, foi de 36 por cento, em 2015, bastante inferior aos valores registados na América Latina (83 por cento) e na Ásia (62 por cento). O valor mais baixo foi registado na África Ocidental (25 por cento). África registou os valores mais baixos de percentagem de população que utiliza fontes de água melhorada (70 por cento) ou serviços básicos de água potável (63 por cento), em comparação com os valores superiores a 90 por cento da Ásia e da América Latina.

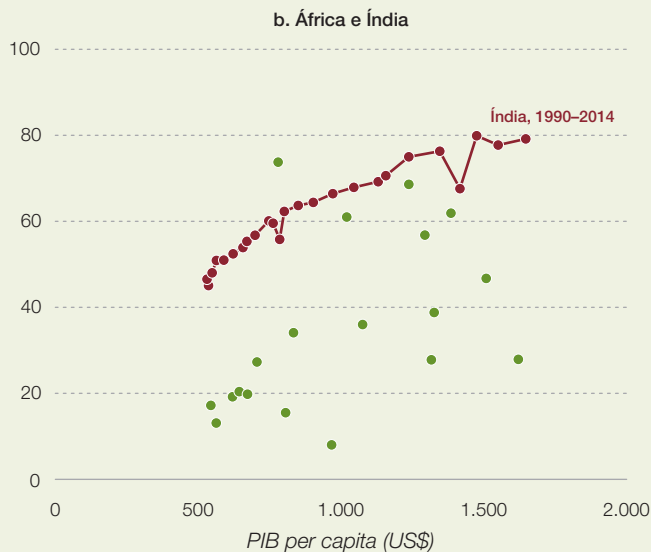
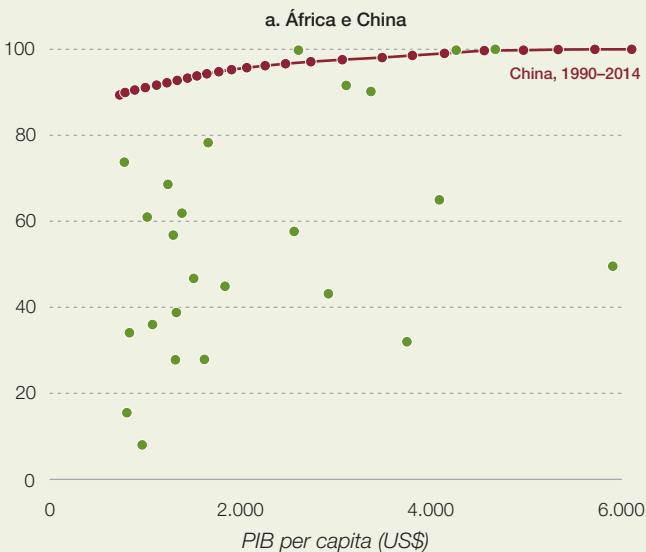
Apesar da rápida expansão da utilização de telemóveis e aplicações de tecnologia móvel em África, a penetração da Internet – uma ferramenta fundamental para o comércio moderno, as

comunicações e as aplicações tecnológicas de quase todos os setores – tem ocorrido de forma extremamente lenta, na última década (figura 3.6). A tabela 3.3 apresenta dados resumidos sobre o acesso a infraestruturas relativamente a regiões selecionadas do mundo.

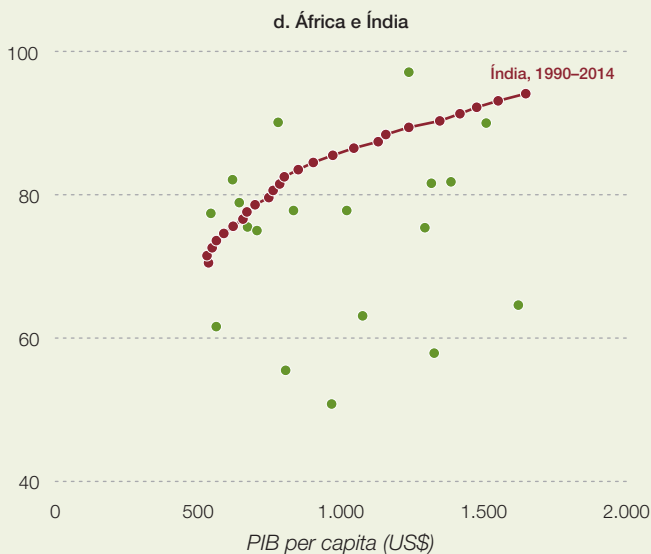
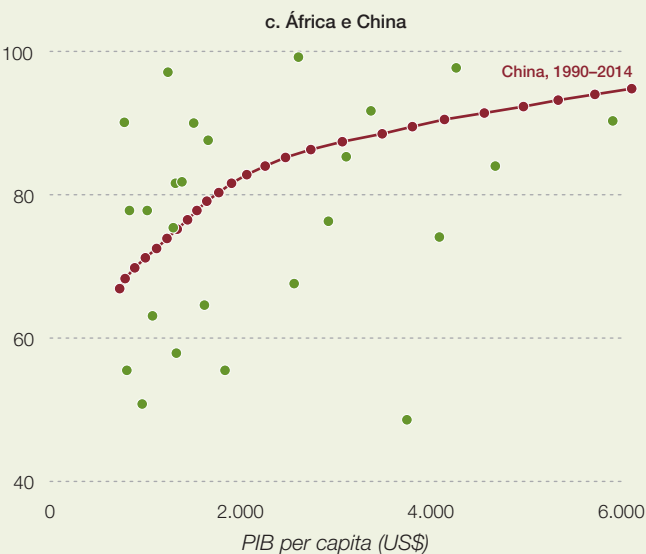
A acessibilidade dos preços também representa um desafio. Os custos dos serviços de infraestruturas em África são exponencialmente mais elevados do que noutras regiões em desenvolvimento, seja em termos de energia, água, transportes ou TIC.¹⁵ A energia é particularmente cara, nomeadamente para os países que utilizam redes elétricas pequenas ou isoladas e para os importadores de combustível em termos líquidos. O custo médio da eletricidade para as empresas do setor do fabrico em África é de cerca de 0,20 dólares americanos por kWh, cerca de quatro vezes superior às taxas industriais no resto do mundo. Isto reflete o custo elevado da energia elétrica (de cerca de 0,10 dólares americanos por kWh) e a forte dependência de geradores de emergência, durante os frequentes cortes de energia (cerca de 0,40 dólares americanos por kWh). As tarifas de transporte rodoviário em África são entre duas a quatro vezes mais elevadas por quilómetro do que as dos Estados Unidos e os tempos de viagem ao longo dos

FIGURA 3.4 Acesso a eletricidade e água nos países africanos, em comparação com a China e a Índia

Acesso a eletricidade (percentagem)



Acesso a água melhorada (percentagem)



principais corredores de exportação, entre duas a três vezes superiores aos da Ásia.

Os custos das telecomunicações de África têm vindo a diminuir acentuadamente nos últimos anos, mas ainda continuam a ser mais elevados do que noutras regiões em desenvolvimento. As tarifas das telecomunicações e Internet móvel em África são cerca de quatro vezes mais elevadas do que na Ásia do Sul e as chamadas telefónicas

internacionais custam mais do dobro. A ligação dos países africanos a redes internacionais de banda larga está praticamente concluída, mas o custo é um fator essencial que afeta a sua adoção. Em África, 1 GB de dados custa cerca de 18 por cento do rendimento médio de um cidadão comum, em 2016, em comparação com apenas 3 por cento na Ásia.¹⁶ As políticas de fixação de preços não competitivos dos operadores

FIGURA 3.5 Acesso a eletricidade e PIB per capita, 2014

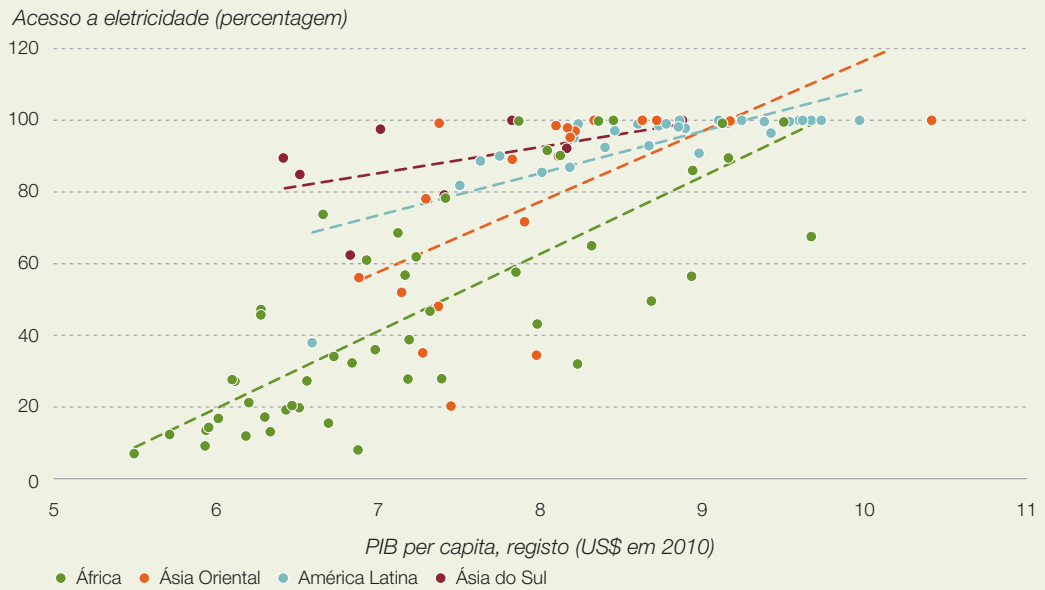
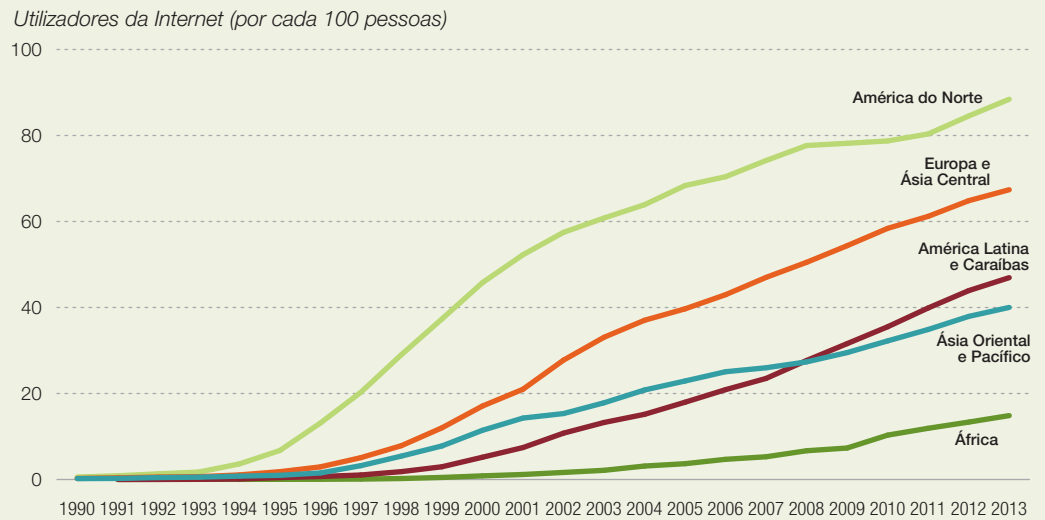


FIGURA 3.6 Penetração da Internet em regiões selecionadas do mundo



de redes móveis também tornam as TIC relativamente caras, como a prática de cobrar mais por chamadas para redes da concorrência.

Além do acesso, da adequação e do custo, a qualidade dos serviços de infraestruturas também é fundamental para a produtividade e o

crescimento económico. Em comparação com outras regiões em desenvolvimento, a eletricidade em África não é apenas escassa e cara, mas também pouco fiável. Entre 2006 e 2016, 79 por cento das empresas na África Subsaariana sofreu cortes de energia – uma média de

TABELA 3.3 Dados de acesso a infraestruturas para regiões selecionadas do mundo

Indicador	África	Ásia	Europa	América Latina
Transporte				
Densidade de rodovias pavimentadas (km de rodovias pavimentadas por cada 100 km ² de área terrestre)	2	25	122	3
Linhas ferroviárias (km)	46.380	197.610	85.986	89.002
TIC				
Assinaturas fixas de banda larga por cada 100 habitantes	1	6	15	9
Assinaturas de telecomunicações móveis por cada 100 habitantes	73	85	119	115
Energia				
Produção de eletricidade per capita (kWh)	572	1.930	3.355	2.116
Acesso a eletricidade (% da população total)	46	88	100	97
Água e saneamento				
Água melhorada (% da população total)	69	90	99	94
Saneamento melhorado (% da população total)	39	61	93	82

Fonte: Estatísticas do BAfD e da base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI, pela sigla em inglês de *World Development Indicators*) do Banco Mundial.

Nota: Os dados são referentes a 2013.

8,6 cortes de energia por mês, com uma duração média de 5,7 horas.¹⁷ Apesar de as rodovias serem o principal modo de transporte, grande parte da rede rodoviária de África não está pavimentada, isolando as pessoas do acesso a educação básica, serviços de saúde, corredores de transporte, centros de comércio e oportunidades económicas – particularmente em regiões com elevados níveis de precipitação. A segurança rodoviária é preocupante, com a região a registar a taxa mais elevada de fatalidades decorrentes de acidentes rodoviários, de 26,6 por cada 100.000 pessoas, em 2013.¹⁸

As infraestruturas portuárias sofrem de restrições semelhantes – além da capacidade limitada de armazenamento, operação e manutenção de terminais – muitos portos nem sequer têm a capacidade de lidar com grandes embarcações. São também prejudicadas por redes de infraestruturas inadequadas nas imediações, como linhas ferroviárias e rodovias de ligação aos portos, que levam a grandes atrasos portuários.¹⁹ Em 45 países africanos, o stock atual e o acesso e a qualidade das infraestruturas não impulsionam o crescimento

económico, num contexto de dotação reduzida de infraestruturas básicas.²⁰

As infraestruturas de qualidade reduzida fazem diminuir até 2 por cento as taxas de crescimento médio per capita de África.²¹ Apenas as empresas que têm rendimentos muito elevados e participam em mercados bem controlados podem lucrar com as suas operações em África, nomeadamente as indústrias extrativas de mineração, produção de petróleo e outras atividades relacionadas. As empresas com produção de elevado valor acrescentado, vastas oportunidades de emprego e ligações setoriais amplas enfrentam sérios obstáculos.

As empresas em África enfrentam adversidades, devido às dificuldades no fornecimento de energia para as tarefas de produção (tabela 3.4). Em média, ocorrem cortes de energia num quarto do tempo de atividade de cada ano, aumentando significativamente o tempo de inatividade ou impondo alternativas energéticas dispendiosas para as empresas, como geradores de energia privados. O progresso efetuado nesta área tem sido muito lento. Cerca de 60 por cento das

As infraestruturas de qualidade reduzida fazem diminuir em até 2 por cento as taxas de crescimento médio per capita de África

As consequências das infraestruturas de qualidade reduzida também incluem o atraso no desenvolvimento humano

TABELA 3.4 Impacto dos serviços de infraestruturas pouco fiáveis no setor produtivo

Problema do serviço	África Subsariana	Países em desenvolvimento
<i>Eletricidade</i>		
Atraso na obtenção de uma ligação elétrica (dias)	79,9	27,5
Cortes de energia elétrica (dias por ano)	90,9	28,7
Valor da produção perdida devido a cortes de energia elétrica (percentagem do volume de negócios)	6,1	4,4
Empresas que têm equipamento próprio de produção de energia (percentagem do total)	47,5	31,8
<i>Telecomunicações</i>		
Atraso na obtenção de uma linha telefónica (dias)	96,6	43,0
Cortes de linha telefónica (dias por ano)	28,1	9,1

Fonte: Banco Mundial, 2014.

empresas com operações em África consideram as infraestruturas (cortes de energia e pontos de estrangulamento nos custos e nos transportes) como uma das restrições mais persistentes que enfrentam diariamente. Apesar de a maioria dos países africanos ter melhorado a capacidade de produção de eletricidade, o progresso realizado na distribuição de energia tem sido extremamente lento, tornando a energia produzida inutilizável para fins de produção.²²

As consequências das infraestruturas de qualidade reduzida não são apenas os custos das oportunidades de crescimento perdidas. Também incluem o atraso no desenvolvimento humano. As taxas mais elevadas de mortalidade infantil são causadas pelo acesso reduzido a serviços básicos, como a eletricidade e a água limpa.²³

A perda de produtividade e o custo do desenvolvimento humano criados pelas infraestruturas de qualidade reduzida não desaparecerão sem que os responsáveis e líderes políticos assumam um compromisso de investimento ambicioso no setor. Em primeiro lugar, os países africanos tinham, em média, acesso mais reduzido a eletricidade, independentemente do nível de desenvolvimento. Tal sugere que a vontade política e a determinação de assumir compromissos de investimento na produção de energia são mais importantes do que a capacidade de os países poderem pagar esses investimentos (fator que é, ainda assim, importante) (consultar a figura 3.5).

Em segundo lugar, e para complementar esta conclusão, alguns países africanos forneceram acesso a eletricidade a vastos segmentos das respetivas populações, praticamente ao nível médio da Ásia Oriental, ainda que fossem países relativamente pobres.

FATORES QUE EXPLICAM O FORNECIMENTO REDUZIDO DE INFRAESTRUTURAS EM ÁFRICA

Quadros jurídicos, regulamentares e institucionais fracos

Os quadros jurídicos, regulamentares e institucionais de África representam grandes entraves à atração de capital privado para infraestruturas. As instituições pouco eficientes, ou inexistentes, também representam um desafio. Mesmo quando as leis são promulgadas, podem não ser implementadas ou podem não ser elaborados decretos de implementação. No setor da energia, por exemplo, são necessárias instituições fortes e credíveis, para que o setor funcione devidamente. Os intervenientes do setor privado costumam participar na produção de energia como produtores independentes de energia (IPP, pela sigla em inglês de *independent power producers*) e na distribuição para os consumidores finais (DISCO, pela sigla em inglês de *distribution*

company). Entre ambos, uma empresa pública é muitas vezes detentora das linhas de transmissão e compra a energia produzida pelos IPP (comprador), para a vender às DISCO. Normalmente, o comprador garante o pagamento da produção dos IPP, a uma taxa pré-negociada. A falta de um comprador financeiramente credível representa frequentemente um grande obstáculo à negociação e assinatura de acordos de compra de energia por parte dos IPP, situação que pode ser mitigada através de garantias do governo, apoiadas por sistemas de garantia de instituições financeiras de desenvolvimento. Isto faz aumentar os custos dos projetos e as tarifas de compra.

O quadro regulamentar, muitas vezes inadequado, também limita a participação do setor privado no financiamento de infraestruturas. Por exemplo, o investimento em projetos de infraestruturas não é permitido a um grande número de fundos de pensões em África, sendo ainda mais difícil o investimento no estrangeiro. Tendo em conta a dimensão reduzida da maioria das economias e a natureza transfronteiriça de muitos projetos de infraestruturas, trata-se de um obstáculo crucial. Quando lhes é permitido investir, os investidores institucionais podem enfrentar dificuldades, visto que, muitas vezes, estão sujeitos a diretrizes rigorosas, como notações de crédito das instalações em que investem, exceto no Botswana, na Maurícia, nas Seicheles e na África do Sul. A maioria dos fundos de pensões não dispõe de capacidades técnicas para efetuar a avaliação de projetos complexos de infraestruturas e não existem incentivos para que estes assumam o risco adicional que o investimento em infraestruturas representa. A resolução destas falhas permitiria aos fundos de pensões africanos atribuir até 4,6 mil milhões de dólares americanos anuais às infraestruturas.²⁴

Outra área que necessita de uma forte intervenção institucional é o quadro das PPP. Os contratos das PPP são frequentemente mal estruturados e elaborados, por falta de capacidades ou experiência dos departamentos do governo. Devido à inexistência de leis para as PPP, cada projeto está sujeito a aplicações individuais das leis de investimento público existentes e a regulamentos de adjudicação analisados caso a caso. Na pior das hipóteses, todos os elementos do

projeto têm de ser desenvolvidos diretamente com todos os níveis do governo, causando incerteza e aumentando os prazos de desenvolvimento do projeto e as complicações decorrentes da adjudicação. No entanto, de um modo geral, o interesse das PPP em apoiar as infraestruturas em África está a aumentar, como refletido no desenvolvimento de quadros regulamentares e institucionais, com muitos países africanos atualmente em processo de aprovação de leis, políticas nacionais, regulamentos e unidades de PPP para implementação ao longo dos próximos anos.

Falhas no planeamento de infraestruturas e na preparação de projetos

A ausência de programas de infraestruturas bem definidos e de preparação de projetos financiáveis também é um problema importante, em muitos países africanos. Os pontos centrais do desafio são: O setor privado não está preparado para avaliar, desenvolver e preparar projetos de infraestruturas, devido aos custos, riscos e restrições temporais. Isto significa que os governos, os doadores e as Instituições Financeiras Internacionais (IFI) têm de agir, através do planeamento a longo prazo de infraestruturas, com base no crescimento populacional e nos objetivos de desenvolvimento, e tendo em conta a importância económica das diferentes regiões de um país.

A falta de planeamento também pode impedir a adoção de uma abordagem programática, por parte dos governos, para a construção de infraestruturas e a implementação de projetos complementares, de forma a maximizar os benefícios. Por exemplo, uma autoestrada que atravessasse uma região agrícola pode ser construída ou renovada em conjunto com rodovias rurais, de modo a garantir que os agricultores também beneficiem da autoestrada.

Mesmo com a existência de planos de infraestruturas, os projetos individuais precisam de preparação, de forma a demonstrar que são financiáveis e a alcançar viabilidade financeira. A preparação de um projeto inclui a identificação do mesmo, estudos de pré-viabilidade e viabilidade (prova de conceito), estudos detalhados (viabilidade, impacto ambiental e social, design), estruturação do projeto, e acordos de adjudicação e

A vontade política e a determinação de assumir compromissos de investimento na produção de energia têm uma importância primordial

A ausência de programas de infraestruturas bem definidos e da preparação de projetos financiáveis é um problema importante, em muitos países africanos

concessão (incluindo a negociação de contratos). Também pode ser necessária uma capacidade administrativa robusta, para a criação das leis, dos regulamentos e das instituições necessárias para um projeto específico. Este passo pode representar um desafio para os países africanos, devido à falta de capacidade e financiamento de que dispõem. Por vezes, o setor público de um país africano pode não ter o capital humano necessário para realizar a preparação de projetos de infraestruturas, que pode exigir profissionais altamente qualificados, levando a que muitos países possam procurar especialistas estrangeiros.

Quanto mais complexa for a estrutura das PPP, mais extensos são os serviços de consultoria necessários. Mesmo que a população ativa existente seja suficiente no setor burocrático público, pode encontrar-se dispersa entre vários ministérios e agências, sendo incapaz de trabalhar em conjunto. A má coordenação entre ministérios pode tornar este processo mais complexo e demorado, desmotivando os investidores. No entanto, alguns países têm bons modelos,

que podem ser adaptados por outros países, incluindo o Agência Nacional de Estudos Técnicos e de Desenvolvimento (*Bureau National d'Études Techniques et de Développement*), na Costa do Marfim, e o Comité Presidencial de Coordenação de Infraestruturas (PICC, pela sigla em inglês de *Presidential Infrastructure Coordinating Committee*), na África do Sul (caixa 3.4).

Outra questão restritiva do desenvolvimento de infraestruturas é a falta de financiamento para a preparação de projetos. De um modo geral, a fase de preparação pode ser muito arriscada para empresários privados, se estes não forem compensados quando os projetos não alcançam a fase de conclusão financeira; a probabilidade de isto acontecer é relativamente alta, devido a vários obstáculos. De acordo com o Mecanismo de Preparação de Projetos de Infraestruturas (IPPF, pela sigla em inglês de *Infrastructure Project Preparation Facility*) da NEPAD, o custo médio do desenvolvimento de um projeto em África corresponde a 10–12 por cento do custo total do projeto. Isto faz com que apenas o custo de preparação do

CAIXA 3.4 Termos de referência do Comité Presidencial de Coordenação de Infraestruturas

O PICC tem como mandato garantir a seleção, o planeamento e a monitorização sistemáticos dos grandes projetos, incluindo os seguintes termos de referência:

- Identificação das prioridades para os próximos 5 anos.
- Desenvolvimento de um planeamento de projetos para os próximos 20 anos.
- Concretização dos objetivos de desenvolvimento: capacidades, industrialização, capacitação, investigação e desenvolvimento.
- Expansão da manutenção: infraestruturas novas e existentes.
- Melhoria das ligações a infraestruturas: zonas rurais e províncias mais pobres.
- Análise das restrições de capacidade e melhoria da coordenação e integração.
- Aumento do investimento em infraestruturas.
- Análise do impacto dos preços.
- Apoio ao desenvolvimento e à integração de África.

Abordagem geral

- Foi compilado um livro de infraestruturas, que contém mais de 645 projetos de infraestruturas em todo o país.
- O ministério e o PICC desenvolveram e adotaram um plano nacional de infraestruturas com 18 projetos estratégicos integrados identificados.

Fonte: PICC 2012.

Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA, pela sigla em inglês de *Programme for Infrastructure Development in Africa*) possa atingir 2,5 mil milhões de dólares americanos por ano, um valor muito superior aos 91,8 milhões de dólares americanos disponíveis atualmente para o IPPF e aos 126 milhões de dólares americanos da InfraCo Africa.²⁵ Tendo em conta a necessidade de financiamento de infraestruturas, estimada em 95 mil milhões de dólares americanos, os custos de preparação de projetos podem variar entre 9,5 e 11,4 mil milhões de dólares americanos. Como tal, os mecanismos de financiamento são muito inferiores ao necessário.

Durante a fase operacional, as taxas que o utilizador tem de pagar, estabelecidas por um regulador, são muitas vezes influenciadas por motivos políticos, sem ter em consideração o custo real dos serviços de infraestruturas e os preços de mercado dos riscos associados. Efetivamente, os países africanos seguiram tendências distintas na fixação de preços dos serviços de infraestruturas. Os serviços são considerados direitos básicos e os que têm características de interesse público são fornecidos abaixo do custo, incluindo a água, as rodovias, os serviços ferroviários de passageiros e, em diferentes níveis, a eletricidade. Os serviços de infraestruturas rodoviárias, por exemplo, são normalmente fornecidos gratuitamente. Além disso, nos setores da energia e da água, as ligações ilegais e as falhas na cobrança de pagamentos aumentam as perdas que prejudicam a estabilidade financeira dos serviços públicos.

Governança e corrupção

A má governança e os problemas de economia política podem representar pontos de estrangulamento principais no que diz respeito ao desenvolvimento de infraestruturas em África, muitas vezes por estes projetos serem complexos. Requerem um grande investimento a longo prazo, têm fortes características de interesse público, um longo período de vida e custos elevados não recuperáveis. São também muito sensíveis às condições políticas locais. Naturalmente, estes problemas afetam as perceções de risco dos investidores privados no financiamento de infraestruturas em África.

As considerações políticas, ao invés de considerações económicas e sociais, podem ditar o

local onde são realizados projetos de infraestruturas.²⁶ Em muitos países africanos, são construídos aeroportos, rodovias pavimentadas e centrais de energia, com vista à criação de benefícios políticos nas regiões de figuras políticas poderosas, e acabam por tornar-se “elefantes brancos”. Isto foi particularmente comum na década de 1980.²⁷ O tratamento preferencial político também dá origem a um elevado número de projetos inacabados, quando um novo governo não conclui projetos dos anteriores governos, devido à falta de rendimentos económicos desses projetos ou ao próprio tratamento preferencial, favorecendo eleitores que normalmente não votariam neles.

As eleições e as considerações políticas podem mudar a composição da despesa pública, em direção a despesas correntes “mais visíveis”, em vez de despesas de capital.²⁸ Um projeto de infraestruturas importante pode facilmente durar mais de cinco anos, desde a fase de planeamento até à adjudicação. Como tal, os governos podem preferir não executar esses projetos num prazo de um ou dois anos, uma vez que não lhes será possível mostrar resultados antes das próximas eleições. Além disso, as considerações políticas podem favorecer a construção de novas infraestruturas, em vez de efetuar a otimização das existentes.

As consequências negativas das considerações políticas podem ser frequentemente agravadas pelo desejo de implementar rendas nas infraestruturas e pela corrupção, fazendo baixar a quantidade de investimentos públicos produtivos.²⁹ A corrupção também reduz a eficiência do investimento público, uma vez que os responsáveis políticos corruptos dão prioridade a projetos que produzem maiores ganhos privados e políticos, em vez de projetos com maiores rendimentos sociais. Nestas circunstâncias, os projetos levam muito tempo a ser desenvolvidos e envolvem várias partes interessadas. Os funcionários públicos, com vários níveis de responsabilidade, desempenham papéis fulcrais nas diferentes fases do ciclo de desenvolvimento de um projeto, o que faz aumentar as oportunidades de procurarem enriquecer através de subornos. Os projetos envolvem quantias elevadas de dinheiro e sistemas regulamentares complexos, com regras ambíguas, permitindo interpretações subjetivas,

A má governança e os problemas de economia política podem representar pontos de estrangulamento importantes no que diz respeito ao desenvolvimento de infraestruturas

A corrupção generalizada também prejudica a manutenção das infraestruturas e a sustentabilidades dos respetivos benefícios

uma fraca responsabilização e mecanismos com transparência reduzida.³⁰

A corrupção generalizada nas infraestruturas aumenta os custos dos projetos, atrasa o tempo de conclusão dos mesmos, reduz a qualidade do produto final e, como tal, reduz também os benefícios deste.³¹ Também prejudica a manutenção das infraestruturas e a sustentabilidades dos respetivos benefícios. Em muitos países, existe não apenas um défice de infraestruturas, mas também uma falta de manutenção frequente das infraestruturas existentes, como centrais de energia e rodovias pavimentadas. Os burocratas também poderão deixar as infraestruturas deteriorar-se, de modo a poderem desviar mais fundos para os processos de renovação e re-desenvolvimento. Os interesses pessoais também podem bloquear projetos essenciais de infraestruturas, que acabariam com atividades que beneficiam certas partes interessadas através do pagamento de rendas. É necessária uma forte vontade e liderança política ao mais alto nível do governo, de modo a combater as forças poderosas que procuram manter o status quo.

As considerações políticas e as fracas capacidades de gestão também podem dar origem a formas moderadas, embora penetrantes, de populismo, nas quais os agregados familiares e as empresas não pagam as respetivas contas, privando os serviços públicos de receitas. As infraestruturas de energia e água tendem a registar um desperdício significativo. Em muitos países da África Subsariana, as perdas de transmissão e distribuição podem ser de até 50 por cento da produção de energia.³² Além dessas perdas, as ligações ilegais e as falhas na cobrança de contas dificultam a estabilidade financeira dos serviços públicos africanos. Geralmente, os serviços públicos apenas fazem a cobrança de 70 a 90 por cento das contas e as perdas na distribuição podem facilmente ser duas vezes superiores aos valores das melhores práticas técnicas. Não é incomum ver as receitas perdidas, em resultado dessas ineficiências, exceder o volume de negócios atual dos serviços públicos. No setor da energia, estima-se que estas perdas sejam de 1,9 por cento do PIB, em média.³³ Para os serviços públicos relacionados com a água, o valor absoluto destas ineficiências é mais reduzido, uma média de 0,6 por cento do PIB.

Estes custos parafiscais representam um encargo financeiro real sobre o orçamento público, uma vez que os serviços públicos que contraem estes défices acabam por ter de recorrer ao governo para o financiamento de investimento ou para resgates periódicos. Podem também representar um encargo económico real para o país, uma vez que os serviços públicos que dispõem de financiamento reduzido têm tendência a utilizar os respetivos ativos até à exaustão e a fornecer serviços de qualidade reduzida. As receitas perdidas, em resultado de falhas de cobrança, perdas de distribuição e outras ineficiências, são de 6 mil milhões de dólares americanos por ano.³⁴

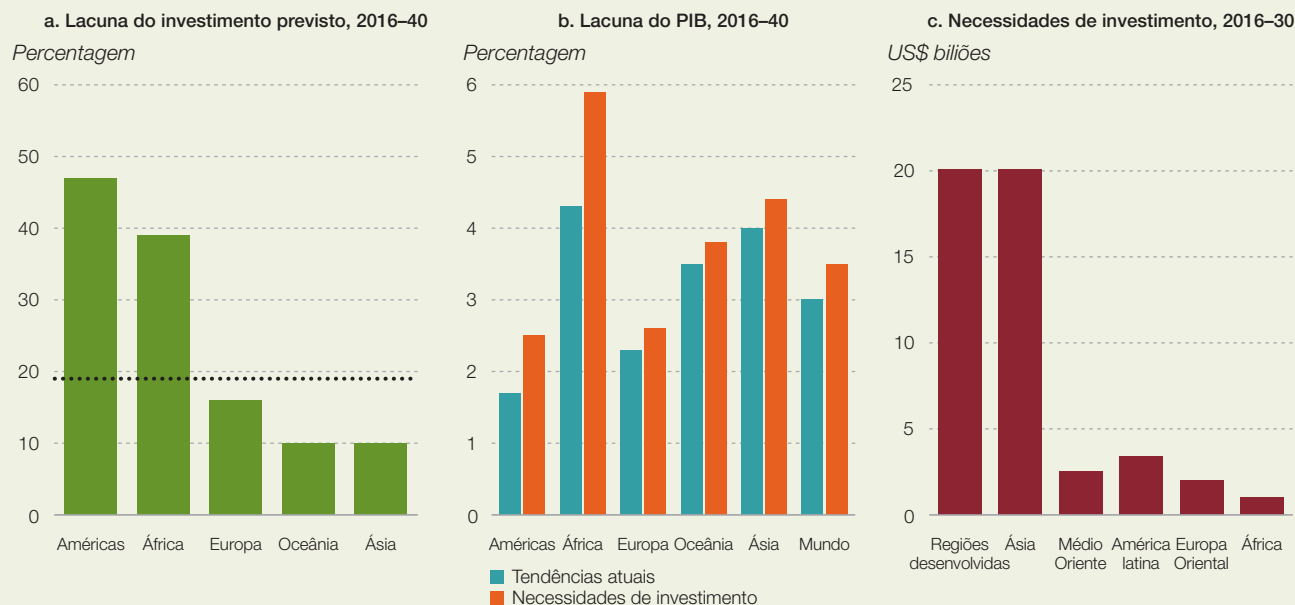
Os défices de infraestruturas não são exclusivos a África

Apesar de os bons investimentos em infraestruturas oferecerem uma rentabilidade a longo prazo, imune à volatilidade dos mercados de ações e títulos, o excesso de poupança global não está a ser canalizado para oportunidades lucrativas. Em todas as regiões do mundo existem projetos prontos para começar, que poderiam impulsionar a produtividade, a procura e o crescimento mundiais. Contudo, os investidores institucionais parecem incapazes de encontrar estes investimentos potencialmente lucrativos ou de encontrar instrumentos financeiros adequados para realizar a intermediação necessária.

A avaliação das necessidades de financiamento de infraestruturas é um processo complexo e necessariamente pouco exato, variando com os pressupostos. As necessidades mundiais de infraestruturas representam cerca de 5–6 biliões de dólares americanos de investimentos anuais, em cidades, sistemas de transporte, sistemas de energia, água, saneamento e telecomunicações,³⁵ resultando numa lacuna anual de 2–3 biliões de dólares americanos.³⁶ Esta lacuna aplica-se de igual forma aos países desenvolvidos e em desenvolvimento (figura 3.7).

Um estudo abrangente do Instituto McKinsey, sobre os sistemas de transporte, energia, água e telecomunicações, concluiu que o mundo precisa de investir, em média, 3,3 biliões de dólares americanos anualmente, apenas para sustentar as taxas de crescimento previstas atualmente, sendo

FIGURA 3.7 Lacunas de financiamento de infraestruturas até 2040 e necessidades de investimento até 2030, em regiões selecionadas



Fonte: Cálculos baseados no Centro Mundial para as Infraestruturas (2017) e na ONU (online).

que as economias emergentes representam cerca de 60 por cento desse valor (figura 3.8).³⁷ Tendo em conta que o mundo investe cerca de 2,5 bilhões de dólares americanos anuais nestas áreas de infraestruturas, o Instituto McKinsey estimou uma lacuna mundial de infraestruturas de cerca de 800 mil milhões de dólares americanos por ano.

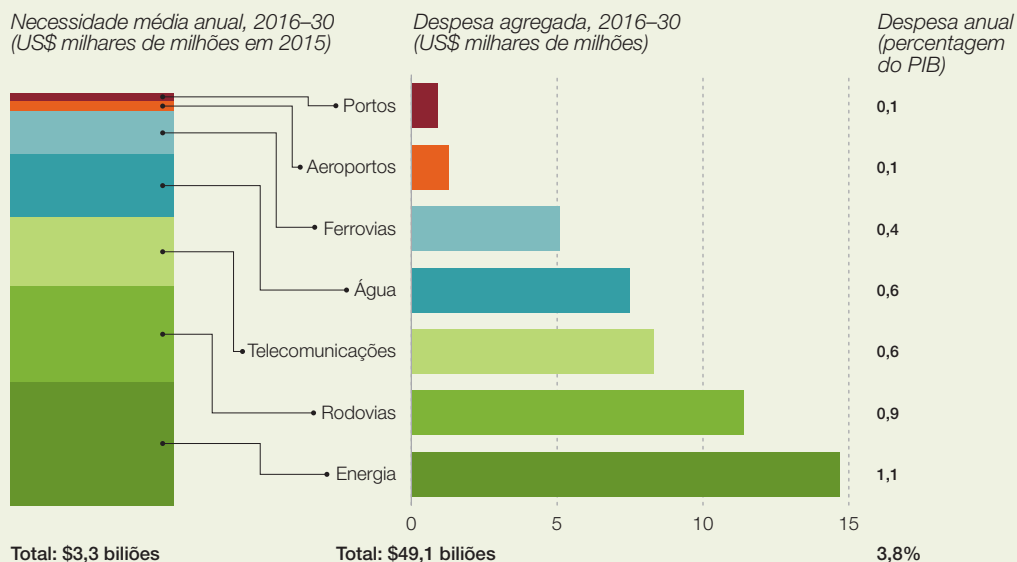
Um terceiro estudo, do Fórum Económico Mundial, que ampliou o âmbito das infraestruturas, estima uma necessidade mundial de investimento em infraestruturas de 3,7 bilhões de dólares americanos por ano, quando apenas estão atualmente a ser investidos 2,7 bilhões, sobretudo pelos governos, sugerindo uma lacuna de investimento em infraestruturas de cerca de 1 bilhão de dólares americanos por ano. Um estudo da McKinsey tira conclusões semelhantes, estimando que a necessidade de projetos de infraestruturas nas nações do G20 será de 60 bilhões de dólares americanos, nos próximos 15 anos. Isto significaria que o financiamento disponível para projetos e programas de infraestruturas nos países do G20 está 20 bilhões de dólares americanos abaixo do necessário.

Nos Estados Unidos, a Sociedade Americana de Engenheiros Civis (ASCE, pela sigla em inglês de *American Society of Civil Engineers*) compilou “fichas informativas” frequentes sobre o estado das infraestruturas no país, desde a década de 1980. Na ficha informativa de 2017, as infraestruturas do país estão classificadas com uma média de “D”, o que significa que as condições se encontram “maioritariamente abaixo dos padrões”, apresentando uma “deterioração significativa” e com um “risco elevado de falha”. A “lacuna de infraestruturas” total estimada pela ASCE é de quase 1,5 bilhões de dólares americanos, em 2025. O Departamento de Transportes dos Estados Unidos estima que serão necessários mais de 800 mil milhões de dólares americanos apenas para fazer melhorias nas rodovias e pontes do país. A McKinsey estima que serão necessários 150 mil milhões de dólares por ano, entre 2017 e 2030, para satisfazer todas as necessidades de infraestruturas dos Estados Unidos.³⁸

O Canadá enfrenta problemas semelhantes nas infraestruturas. Em 2016, uma Ficha Informativa de Infraestruturas (*Infrastructure Report Card*), criada

O mundo precisa de investir, em média, 3,3 bilhões de dólares americanos anualmente, apenas para sustentar as taxas de crescimento previstas atualmente ...

FIGURA 3.8 Quanto deve o mundo investir em infraestruturas?



Fonte: <https://mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/infrastructure-productivity>.

Nota: A procura total estimada é inferior a previsão anterior do MGI, de 57 bilhões de dólares americanos. Foi ajustada pelos seguintes motivos: a previsão abrange um período de 15 anos (2016–30), em vez de um período de 18 anos (2013–30); os números referentes à água foram reduzidos em 40%, uma vez que a Global Water Intelligence alterou as suas definições de despesa de capital, decidindo excluir as despesas em equipamento; os preços do ano de referência foram atualizados, de 2010 para 2015; e as previsões de crescimento do PIB foram revistas em baixa pelo HIS.

a partir de inquéritos realizados em mais de 100 municípios, representando 20 milhões de canadenses, concluiu que 60 por cento das infraestruturas municipais estavam classificadas como tendo uma qualidade inferior a “razoável”. Perto de dois terços das pontes, rodovias, linhas de trânsito, estruturas de água e edifícios públicos do Canadá precisam atualmente de reparações, ou irão precisar no futuro próximo – com custos substanciais.

Mesmo na Europa, a situação está longe de ser ideal. Os relatórios públicos sobre infraestruturas indicam que existem pontes em avançado estado de degradação e engarrafamentos de trânsito, em muitos locais. Na Alemanha, por exemplo, cerca de 15 por cento das pontes em rodovias municipais precisam de ser completamente reconstruídas.

Na Ásia, será necessário um investimento estimado de 26 bilhões de dólares americanos, entre

2016 e 2030, equivalente a 1,7 bilhões de dólares americanos anuais, para manter a tendência de crescimento, erradicar a pobreza e responder às alterações climáticas (numa estimativa ajustada ao clima). Sem estes custos ajustados de mitigação e adaptação, serão necessários 22,6 bilhões de dólares americanos, equivalentes a 1,5 bilhões de dólares americanos por ano. Na Índia, estima-se que as necessidades de infraestruturas para as próximas décadas se situem entre 1 e 2 bilhões de dólares americanos.³⁹

Apesar das atualizações nas últimas décadas, o nível e a qualidade das infraestruturas na América Latina e Caraíbas continuam a ser inadequados e a constituir uma barreira importante contra o crescimento e desenvolvimento.⁴⁰ Algumas áreas dos transportes (na maioria dos casos, as autoestradas) e da energia elétrica (fornecimento e produção de energia) registaram melhorias, mas

o progresso realizado nos setores da água, do saneamento e dos transportes urbanos ainda é considerado insuficiente. Efetivamente, tendo em conta o seu rendimento per capita, muitos países da região obtiveram classificações demasiado baixas em termos de qualidade das infraestruturas – medidas através de indicadores, como a redução de perdas na distribuição de eletricidade, de rodovias não pavimentadas e de falhas telefónicas. Na realidade, alguns países da região dispõem de infraestruturas de qualidade inferior às de países com rendimentos semelhantes em outras regiões do mundo.⁴¹ Se a América Latina quiser fazer parte do grupo de regiões desenvolvidas, estima-se que terá de aumentar os investimentos em 3 pontos percentuais do PIB, sendo que tudo indica que o setor público não poderá mobilizar os fundos necessários individualmente.⁴²

NOS ÚLTIMOS ANOS, O FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURAS TEM VINDO A DIMINUIR EM ÁFRICA

Entre 2012 e 2016, os compromissos realizados com as infraestruturas de África, de todas as fontes conhecidas, foram, em média, de 75 mil milhões de dólares americanos, sendo que 2013 registou o nível mais elevado de compromisso, 83,3 mil milhões de dólares americanos.⁴³ Em

2016, os compromissos sofreram uma redução, para 62,5 mil milhões de dólares americanos, o valor mais baixo em 5 anos (tabela 3.5). De 2015 para 2016, os compromissos totais diminuíram para 16,4 mil milhões de dólares americanos. Isto deveu-se principalmente a uma grande redução – de 14,5 mil milhões de dólares americanos – no financiamento da China e a uma diminuição de 4,9 mil milhões de dólares americanos no investimento do setor privado. Os governos africanos, cuja contribuição para o financiamento de infraestruturas diminuiu acentuadamente em 2014, após o choque nos preços dos produtos de base, aumentaram ligeiramente as respetivas contribuições, de 24 mil milhões de dólares americanos, em 2015, para 26,3 mil milhões de dólares americanos, em 2016 (uma redução em relação ao pico atingido em 2014, de 43,6 mil milhões de dólares americanos).

Tendo em conta que as necessidades de investimento estimadas são de 130–170 mil milhões de dólares americanos por ano e os compromissos assumidos por todas as fontes, de 62,5 mil milhões de dólares americanos, em 2016, o défice de financiamento de infraestruturas de África é de cerca de 67,6–107,5 mil milhões de dólares americanos. Estes números representam variáveis de fluxo, e não de ações. Utilizando o método do inventário, é difícil calcular rigorosamente o valor do stock de infraestruturas em África, em 2016. Poucos países africanos publicam estimativas

... sendo que as economias emergentes representam cerca de 60 por cento desse valor

TABELA 3.5 Tendências do financiamento de infraestruturas em África, por fonte
(milhares de milhões de dólares americanos)

Fonte	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Governos africanos	26,3	30,5	43,6	24,0	26,3	30,1
Doadores (membros do ICA)	18,7	25,3	18,8	19,8	18,6	20,2
BMD (Bancos Multilaterais de Desenvolvimento) e outros bilaterais	1,7	2,0	3,5	2,4	3,1	2,5
China	13,7	13,4	3,1	20,9	6,4	11,5
Países árabes	5,2	3,3	3,4	4,4	5,5	4,4
Setor privado	9,5	8,8	2,9	7,4	2,6	6,2
Total	75,1	83,3	75,4	78,9	62,5	75,0

Fonte: ICA, 2017.

Tendo em conta que as necessidades de investimento estimadas são de 130–170 mil milhões de dólares americanos por ano e os compromissos assumidos por todas as fontes são de 62,5 mil milhões de dólares americanos, em 2016 ...

sobre o stock de infraestruturas. A maioria dispõe de um sistema de gestão de ativos de infraestruturas públicas, principalmente se tiverem um ministério das infraestruturas, e os ministérios das finanças costumam fazer cálculos sobre os ativos de infraestruturas públicas. No entanto, a maioria dos países define esses ativos de forma a incluir os edifícios públicos com finalidades de serviços sociais (hospitais, escolas, entre outros), não incluídos na definição de infraestruturas da classificação funcional do FMI, utilizada neste relatório, como indicado na caixa 3.2.

Em África, a percentagem mais elevada de investimentos em infraestruturas ocorre no setor dos transportes, cerca de 39 por cento, seguido de perto pelos setores da energia, 32 por cento, e da água e saneamento, 17 por cento. O setor das TIC, cada vez mais importante, regista um investimento inferior a 3 por cento (tabela 3.6). Analisando mais detalhadamente as atribuições setoriais, os compromissos realizados para o setor dos transportes diminuíram acentuadamente, em 2016, para 24,5 mil milhões de dólares americanos, de 34,4 mil milhões de dólares americanos, em 2014, e 32,4 mil milhões de dólares americanos, em 2015. Em 2015, o setor beneficiou de um intenso apoio proveniente da China, enquanto o orçamento atribuído ao setor dos transportes pelos governos nacionais atingiu o valor máximo de 17,6 mil milhões de dólares americanos, em 2014, antes de ter diminuído em consequência dos preços reduzidos do petróleo e dos produtos de base, nos dois anos seguintes. Ainda assim, em 2016, os governos nacionais africanos continuaram a ser os principais financiadores das

infraestruturas de transportes do continente, sendo responsáveis por 14,6 mil milhões (59,6 por cento) dos 24,5 mil milhões de dólares americanos dedicados ao setor nesse ano. Em 2016, a África Ocidental recebeu o maior número de compromissos de investimento no setor dos transportes (6,6 mil milhões de dólares americanos, ou 26,9 por cento do total) e a África Oriental recebeu o maior número de compromissos em 2015 (11,8 mil milhões de dólares americanos, mais de um terço dos compromissos de investimento totais).

Os compromissos de investimento no setor da água aumentaram significativamente, de 7,5 mil milhões de dólares americanos, em 2015, para 10,5 mil milhões de dólares americanos, em 2016, ultrapassando o valor de 9,7 mil milhões de dólares americanos registado em 2014. Mais uma vez, os governos nacionais africanos forneceram um financiamento significativo ao setor, com a atribuição de 4,4 mil milhões de dólares americanos, enquanto as agências bilaterais e multilaterais se comprometeram a investir 1,5 mil milhões de dólares americanos. Fazendo a comparação com os anos anteriores, em 2016, o Norte de África (2,6 mil milhões de dólares americanos) e a África Oriental (2,5 mil milhões de dólares americanos) representaram quase metade dos compromissos totais de investimento no setor da água. Em 2016, a África Ocidental recebeu 2,1 mil milhões de dólares americanos de financiamento para o setor da água, um aumento substancial em relação a 2015 (1,1 mil milhões de dólares americanos). Na África Austral, o financiamento de projetos foi de 1,9 mil milhões de dólares americanos

TABELA 3.6 Desembolsos em infraestruturas de 62,5 mil milhões de dólares americanos por setor em África, 2016

Setor	Desembolsos (%)
<i>Desembolso total</i>	
Transporte	39,2
Água e saneamento	16,9
Energia	31,9
TIC	2,6
Multissetorial	4,4
Outros não atribuídos	5,1

TABELA 3.7 Desembolsos em infraestruturas em África, por região, 2016

Região	Porcentagem
Norte de África	20,7
África Ocidental	26,1
África Central	10,1
África Oriental	21,0
África Austral (excluindo a África do Sul)	10,4
África do Sul	9,4
Pan-africanos	2,3

(18 por cento), enquanto a África Central recebeu 851 milhões de dólares americanos e a África do Sul, 528 milhões de dólares americanos.

Em 2016, o financiamento para projetos no setor da energia em África diminuiu para 20 mil milhões de dólares americanos, em relação ao pico de 33,5 mil milhões de dólares americanos, registado em 2015, que incluiu atribuições dos governos nacionais africanos, no valor de 6 mil milhões de dólares americanos. Os compromissos de investimento provenientes da China diminuíram para quase metade, 4,6 mil milhões de dólares americanos. Contudo, isto ainda representou 23 por cento dos compromissos totais do setor. A relativa falta de projetos de energia renovável que atingiram a fase de conclusão financeira na África do Sul, em comparação com os anos anteriores, foi um dos principais fatores para esta diminuição geral, com o setor privado a investir apenas 1,3 mil milhões de dólares americanos, em 2016.

A África Austral, historicamente um destino primário para o investimento em energia, recebeu apenas 18,3 por cento dos compromissos totais de 2016, uma diminuição em relação ao valor de 50 por cento, de 2015. Em contrapartida, a África Ocidental e a África Oriental representaram mais de metade dos compromissos totais, recebendo 5,6 mil milhões e 5,2 mil milhões de dólares americanos, respetivamente. No Norte de África, os compromissos diminuíram de 4,5 mil milhões para 3,3 mil milhões de dólares americanos, enquanto na África Central aumentaram de 1,2 mil milhões para 1,4 mil milhões de dólares americanos.

No setor das TIC, em 2016, os compromissos foram de 1,6 mil milhões de dólares americanos,

um valor inferior aos 2,4 mil milhões de dólares americanos registados em 2015. As atribuições dos governos nacionais africanos aumentaram para 853 milhões de dólares americanos, mas os investimentos provenientes da China diminuíram, de pouco mais de mil milhões de dólares americanos, em 2015, para 300 milhões de dólares americanos. Em 2016, o financiamento proveniente da China contribuiu apenas para um projeto, a segunda e terceira fases da migração digital da Zâmbia. A África Austral (excluindo a África do Sul) recebeu a maior parte dos compromissos no setor das TIC de todas as fontes, atraindo cerca de 44 por cento do investimento total (715 milhões de dólares americanos).

Os compromissos totais nas infraestruturas de África por parte de todas as fontes conhecidas diminuíram para 62,5 mil milhões de dólares americanos, em 2016, o valor mais baixo em cinco anos, principalmente em consequência da grande redução de 14,5 mil milhões de dólares americanos no financiamento declarado proveniente da China, assim como da redução de 4,9 mil milhões de dólares americanos no investimento privado.

OS GOVERNOS NACIONAIS CONTINUAM A SER AS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURAS EM ÁFRICA

As atribuições orçamentais financiadas internamente, que estavam em crescimento até 2014, diminuíram em 2015 e 2016 (24 mil milhões e

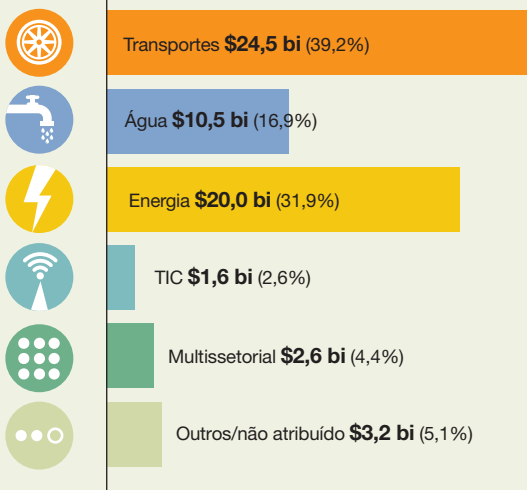
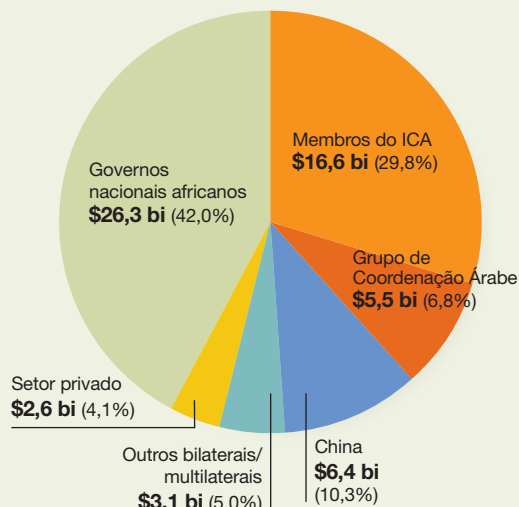
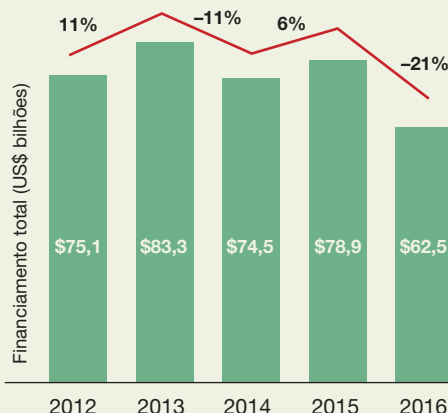
... o défice de financiamento de infraestruturas de África é de cerca de 67,6–107,5 mil milhões de dólares americanos

INFOGRÁFICO 3.1 Os compromissos gerais para com as infraestruturas de África de todas as origens comunicadas diminuíram para 62,5 mil milhões de dólares americanos, o valor mais reduzido em cinco anos

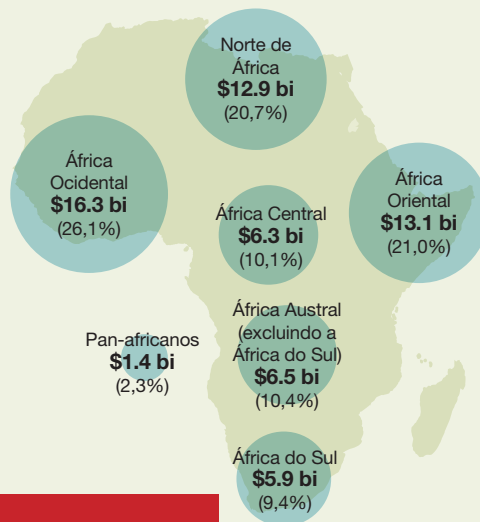
Os compromissos falhados em 2016 devem-se, maioritariamente, a uma redução considerável dos 14,5 mil milhões de dólares americanos no financiamento chinês comunicado e a uma redução de 4,9 mil milhões de dólares americanos no investimento no setor público

O financiamento diminuiu 21%

Proveniente de . . .



. . . e destinou-se a estas regiões

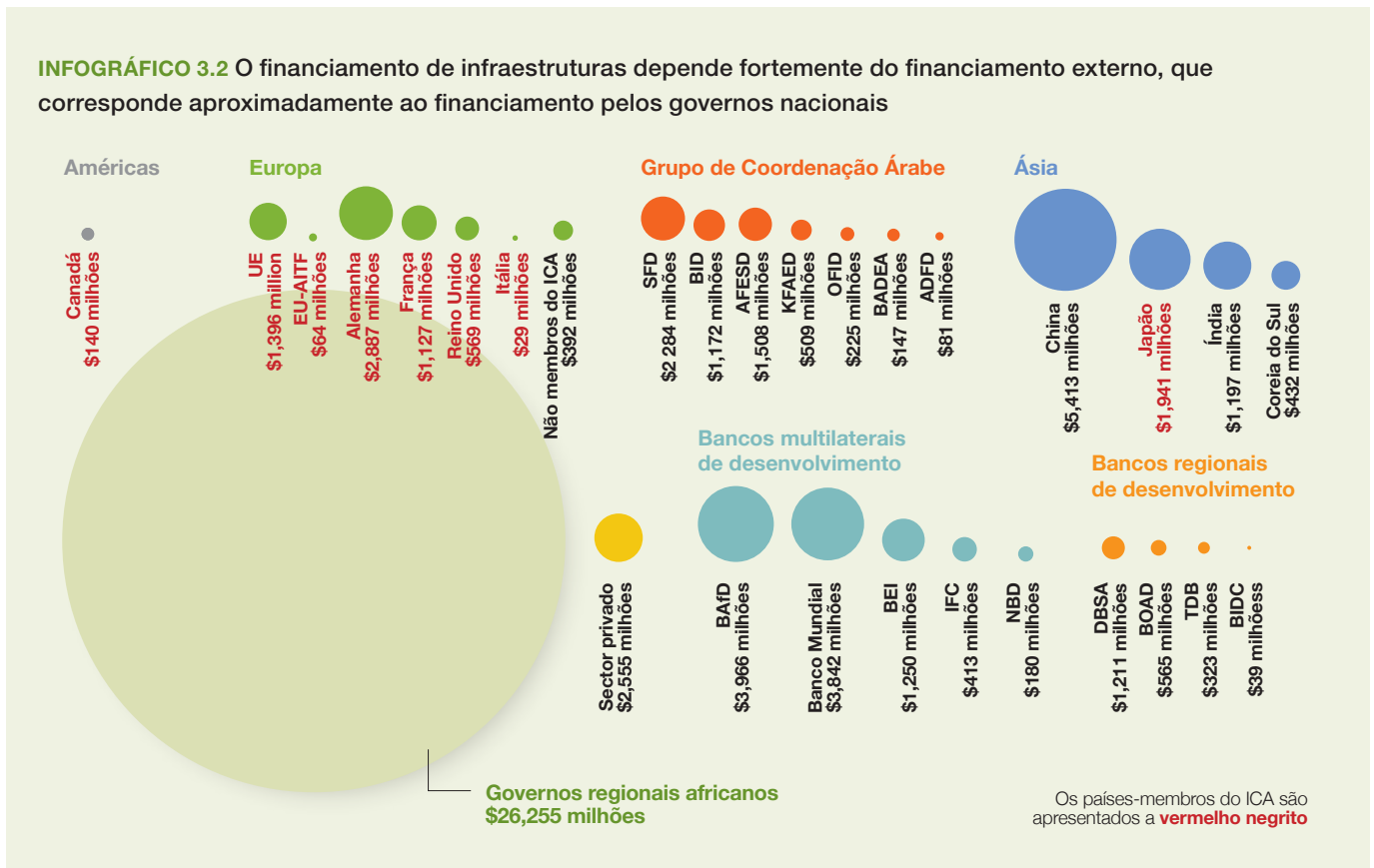


e aos seguintes setores

26 mil milhões de dólares americanos, respetivamente). As capacidades de investimento em infraestruturas dos governos locais são limitadas por restrições orçamentais e económicas. O

financiamento de infraestruturas depende fortemente de entidades exteriores de financiamento, que quase disponibilizam valores de financiamento semelhantes ao governo (infográfico 3.2).

INFOGRÁFICO 3.2 O financiamento de infraestruturas depende fortemente do financiamento externo, que corresponde aproximadamente ao financiamento pelos governos nacionais



Em 2016, os compromissos realizados pela Comissão Europeia (CE) totalizaram 1,4 mil milhões de dólares americanos. A CE gere o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED, para os países da África Subsariana) e o Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento para os países do Norte de África. Os dados de 2016 incluem a contribuição do FED para o Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas (ITF, pela sigla em inglês de *Infrastructure Trust Fund*) e para o Mecanismo de Investimento em África (AIF, pela sigla em inglês de *Africa Investment Facility*), mas não refletem os projetos aprovados e implementados com a contribuição do ITF ou AIF, uma vez que os empréstimos para esses projetos são fornecidos por outras instituições e devem, portanto, ser declarados por essas mesmas instituições.

Em 2016, o EU-AITF comprometeu-se a investir 64 milhões de dólares americanos, um valor inferior aos 156 milhões de dólares americanos de 2015. A maioria dos compromissos de 2016 (58 milhões de dólares americanos) foi direcionada para projetos do setor da energia, enquanto

os projetos do setor dos transportes receberam 5 milhões de dólares americanos. Em 2016, os desembolsos totais foram de 38 milhões de dólares americanos, a maioria para o setor da energia (28 milhões de dólares americanos), seguido pelos setores dos transportes (8 milhões de dólares americanos) e da água (4 milhões de dólares americanos). O fundo combina empréstimos a longo prazo de financiadores participantes e recursos de subvenções de doadores. Fornece apoio técnico a trabalhos de preparação, supervisão de projetos e capacitação direcionada. Também fornece bonificação de juros e, assim, reduz a dívida total. Além disso, também fornece instrumentos de financiamento, de modo a garantir o financiamento dos custos dos projetos, investimentos ou participações de capital ou quase-capital e instrumentos de partilha de riscos.

A França declarou os compromissos e desembolsos efetuados através da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), da subsidiária Proparco, dedicada ao setor privado, e do Fonds Français pour l'Environnement Mondial (FFEM – Fundo

As atribuições orçamentais financiadas internamente diminuíram em 2015 e 2016 (24 mil milhões e 26 mil milhões de dólares americanos, respetivamente)

Francês para o Meio Ambiente Mundial). Em 2016, os compromissos totais foram de 2,8 mil milhões de dólares americanos, um valor ligeiramente superior aos 2,5 mil milhões de dólares americanos declarados em 2015, e aos 2,4 mil milhões de dólares americanos de 2014.

Em 2016, a Alemanha declarou compromissos na ordem dos 1,1 mil milhões de dólares americanos (incluindo através da DEG, da GIZ e do KfW), um nível semelhante a 2015. A maioria dos compromissos realizados em 2016 destinou-se ao setor da energia (778,7 milhões de dólares americanos), seguido pelos setores da água (330,9 milhões de dólares americanos) e dos transportes (17,1 milhões de dólares americanos).

Para o Reino Unido, o financiamento direto do Ministério do Desenvolvimento Internacional (DfID, pela sigla em inglês de *Department for International Development*) e os investimentos em capital próprio pelo grupo CDC ascenderam a um total de 537 milhões de dólares americanos, em 2016, em comparação com 288 milhões de dólares americanos, em 2015. Em 2016, o DfID comprometeu-se a um investimento de 281,7 milhões de dólares americanos, a maioria destinando-se ao setor da água (103,8 milhões de dólares americanos), seguido pelos setores dos transportes (78,6 milhões de dólares americanos), multissetoriais (57,9 milhões de dólares americanos), energia (33,7 milhões de dólares americanos) e TIC (7,7 milhões de dólares americanos). O grupo CDC comprometeu-se a um investimento de 287,7 milhões de dólares americanos, 251 milhões de dólares americanos para o setor da energia e 36,7 milhões de dólares americanos para projetos multissetoriais. No mesmo ano, o DfID desembolsou 291 milhões de dólares americanos, a maioria para o setor da água (109 milhões de dólares americanos), seguido dos setores dos transportes (78 milhões de dólares americanos), multissetoriais (57 milhões de dólares americanos), energia (41 milhões de dólares americanos) e TIC (6 milhões de dólares americanos).

Itália declarou compromissos e desembolsos através do banco Cassa Depositi e Prestiti (CDP), que assumiu a função da Instituição Financeira Nacional para a Cooperação de Desenvolvimento, em janeiro de 2016. Itália, enquanto presidente do G7, organizará a reunião anual de 2017 do

Consórcio de Infraestruturas para África (ICA, pela sigla em inglês de *Infrastructure Consortium for Africa*), em Roma. Em 2016, assumiu um compromisso de investimento de 28,8 milhões de dólares americanos para o setor das infraestruturas, principalmente para projetos de água e saneamento. Nesse ano, os desembolsos totais de Itália foram de 19,7 milhões de dólares americanos, 1,7 milhões enquanto parte de subvenções para projetos multissetoriais.

A China assumiu um papel importante nas infraestruturas de África, mas os compromissos assumidos pelo país variam entre 16,1 por cento dos fundos totais, em 2013, e 4,1 por cento, em 2014, 26,5 por cento, em 2015 e 10,2 por cento, em 2016. A diminuição acentuada do financiamento proveniente da China afetou particularmente o setor da energia, com os compromissos de investimento totais no setor a diminuir 14,7 mil milhões de dólares americanos (42 por cento), entre 2015 e 2016. Em 2016, o financiamento proveniente da China para o setor dos transportes foi de mil milhões de dólares americanos, em comparação com quase 10 mil milhões de dólares americanos no ano anterior, o que explica em grande parte a diminuição de 29 por cento no financiamento (equivalente a 10,2 mil milhões) para o setor. Em 2016, a Índia aumentou os compromissos de investimento para mais do dobro, 1,2 mil milhões de dólares americanos, em relação a 524 milhões de dólares americanos, em 2015. Em 2016, a Coreia do Sul comprometeu-se a um investimento de 432 milhões de dólares americanos para quatro projetos, em comparação com um único compromisso de 81 milhões de dólares americanos, em 2015. O Brasil não anunciou compromissos de investimento, durante 2016.

Em 2016, o Grupo de Coordenação Árabe (AGC, pela sigla em inglês de *Arab Co-ordination Group*) declarou compromissos de 5,5 mil milhões de dólares americanos, o terceiro aumento anual consecutivo e o mais elevado dos últimos oito anos, com compromissos médios anuais de 3,8 mil milhões de dólares durante esses anos.

As instituições bilaterais e multilaterais, como o BAfD e o Grupo do Banco Mundial, também fornecem apoio ao financiamento de infraestruturas, particularmente em projetos com participação

público-privada. Juntos, contribuíram com mais de 50 por cento do financiamento de infraestruturas em África. Desde 2009, o BAfD dedicou 60 por cento da carteira a projetos de infraestruturas. Apenas nos últimos cinco anos, atribuiu 6 mil milhões de dólares americanos para o fornecimento de energia a África. Recentemente, o BAfD também elaborou o “New Deal on Energy”, com o objetivo de aumentar o acesso a eletricidade, de cerca de 25 por cento do nível atual para quase 100 por cento, até 2025. Em 2016, a Sociedade Financeira Internacional (IFC, pela sigla em inglês de *International Finance Corporation*) comprometeu-se a um investimento de 413,3 milhões de dólares americanos, em comparação com 246 milhões de dólares americanos, em 2015, e 621 milhões de dólares americanos, em 2014. Os desembolsos de 203 milhões de dólares americanos, em 2016, diminuíram em relação a 747 milhões de dólares americanos, em 2014, e 292 milhões de dólares americanos, em 2015. Os projetos concluídos em 2016 incluíram dois financiamentos finais de dívida para a Umeme, a empresa privada distribuidora de eletricidade no Uganda, e o financiamento para construtores de torres de telecomunicações móveis. A IFC também inaugurou o parque eólico de Amakhala, de 134 MW, concluído na província do Cabo Oriental, na África do Sul. Faz parte do Programa de Compra de Energia Renovável a Produtores Independentes (REIPPP, pela sigla em inglês de *Renewable Energy Independent Power Producer Procurement Programme*), que também teve o apoio da IFC, através de vários projetos de energia renovável.

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRD) disponibilizam um importante apoio ao desenvolvimento de infraestruturas, através do fornecimento de empréstimos. Em 2016, por exemplo, os desembolsos e compromissos do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) totalizavam 1,2 mil milhões de dólares americanos (consultar a infográfico 3.2). Em contraste, o conjunto de quatro importantes BRD (BOAD, EBID, TDB e EADB) comprometeu-se a um investimento total 924 milhões de dólares americanos, em 2016, quase o dobro do ano anterior, com cerca de 90 por cento destinado a projetos dos setores da energia e dos transportes.

Mobilização do setor privado com o setor público

O financiamento mobilizado pelo setor privado (cerca de 4 por cento) representa um contributo útil para o conjunto de financiamento, embora não esteja ao mesmo nível dos governos e das Instituições de Financiamento do Desenvolvimento (IFD). A cooperação com o setor privado tem o potencial de fornecer acesso a recursos adicionais acionados. Os planos de desenvolvimento das principais IFD, assim como a maioria dos planos nacionais, incluem o acesso a financiamento do setor privado. Além das restrições gerais e dos riscos relacionados com o financiamento, o setor privado tem especiais motivos de preocupação. O sucesso continuado ou o aumento do fornecimento destes fundos depende não só das condições do mercado, mas também de uma mitigação adequada dos riscos, relativamente aos riscos e às restrições comerciais.

A notícia positiva é que África pode alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030 e a Agenda “High Five”, através da adoção de tecnologias, materiais e processos novos e emergentes, que acelerariam o crescimento económico.⁴⁴ O continente não tem de repetir os erros tecnológicos que outras regiões mundiais cometeram, aquando do desenvolvimento de novas infraestruturas. Em vez disso, pode saltar etapas até às novas tecnologias, incluindo tecnologias ecológicas e digitais.

UM MAIOR FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE QUALIDADE ELEVADA CONTRIBUÍRIA PARA OS BENS PÚBLICOS MUNDIAIS E ABORDARIA ALGUNS DOS MAIORES DESAFIOS DO MUNDO

A economia mundial encontra-se em recuperação e as novas fontes do crescimento estão a emergir, especialmente nos países em desenvolvimento. No entanto, o crescimento mundial ainda permanece abaixo do seu potencial, sendo insuficiente para fornecer as oportunidades de emprego necessárias para a mitigação dos efeitos das

A economia mundial encontra-se em recuperação e as novas fontes do crescimento estão a emergir

alterações climáticas, dos conflitos sociais e dos fluxos de refugiados – e para abrandar a migração de mão de obra não qualificada para o exterior de África. Os riscos de queda continuam a existir, devido à possível volatilidade dos mercados financeiros, às flutuações dos preços dos produtos de base, ao comércio estagnado e ao fraco crescimento do investimento, da produtividade e do crescimento do emprego em alguns países.

A comunidade internacional reconhece que o crescimento mundial pode ser impulsionado, de

modo a criar mais empregos, mas apenas se for “impulsionado por novas forças motoras”.⁴⁵ Após ter adotado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015 (caixa 3.5), a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou recentemente uma resolução que declara o período de 2016–25 como a Terceira Década de Desenvolvimento Industrial de África. Apesar de reafirmarem a importância de enfrentar os défices na procura mundial, de modo a apoiar o crescimento a curto prazo, os países do G20 indicaram que também

CAIXA 3.5 Emprego, industrialização e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Um forte progresso na criação de emprego em África, preferencialmente no setor formal, melhoraria as condições para a prosperidade mundial e a paz social. Exige a integração de pessoas qualificadas e não qualificadas na população ativa – assim como de pessoas com poucas qualificações, desempregadas ou subempregadas. Apenas a industrialização inclusiva e sustentável pode proporcionar emprego, nos países de baixo rendimento, dominados por mão de obra pouco qualificada. Praticamente nenhum país conseguiu acabar com a pobreza, criar capital humano e estabelecer instituições que funcionem de forma adequada, passar de um baixo rendimento para um rendimento elevado e alcançar prosperidade económica e estabilidade social sem se industrializar, o que enriquece os stocks de capital físico e humano e estimula a criação e difusão de conhecimentos.

A criação de emprego é essencial para o sucesso de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados pela comunidade mundial em 2015. É a ferramenta mais importante para a erradicação da pobreza (Objetivos 1 e 2) e para apoiar as pessoas em todo o mundo a desenvolver capital humano e competências sociais (Objetivo 4), que acabam por lhes proporcionar os meios para melhorar a saúde (Objetivo 3). O emprego digno converte mulheres socialmente excluídas em cidadãs capacitadas e ativas (Objetivo 5). Também converte até a população ativa com menores capacidades em agentes produtores e contribuintes, dando origem a um crescimento sustentado (Objetivo 8). Fornece também os recursos financeiros necessários para os governos criarem infraestruturas e fornecerem serviços públicos (Objetivos 6 e 7).

Ao ajudar as famílias empregadas a criar novas e estáveis fontes de rendimento, a industrialização inclusiva e sustentável é o caminho mais eficaz para o fim da fome, para alcançar a segurança alimentar e para garantir uma nutrição adequada para todos (Objetivo 2). Também oferece igualdade de oportunidades para as pessoas de diferentes grupos sociais e áreas geográficas, assim como boas possibilidades de redução da desigualdade (Objetivo 10). Além disso, é a melhor maneira de efetuar a promoção de padrões de consumo e produção sustentáveis (Objetivo 12), e a construção inclusiva, segura e sustentável de cidades e povoações humanas (Objetivo 11).

A industrialização inclusiva e sustentável é a plataforma adequada para o estabelecimento de parcerias mutuamente benéficas entre países de baixo, médio e elevado rendimento (Objetivo 17). Ao oferecer aos governos e aos interesses empresariais dos países pobres e ricos os incentivos para a elaboração e implementação de novos e lucrativos modelos de cooperação e empreendimentos produtivos duráveis, incentiva todas as partes a procurar negócios ambientalmente seguros. Como tal, ajuda a combater as alterações climáticas e outras preocupações ambientais (Objetivos 13, 14 e 15), criando simultaneamente condições para a criação de sociedades pacíficas e inclusivas, estados de direito e instituições eficazes e capazes (Objetivo 16).

é imperativo enfrentar as restrições do lado da oferta, de modo a aumentar a sustentabilidade da produtividade, a expandir as fronteiras da produção e a libertar o potencial de crescimento a médio e longo prazo.

O Plano de Ação da Nova Revolução Industrial do G20 é um modelo para fornecer apoio à industrialização dos países em desenvolvimento, especialmente em África.

A produção industrial cria oportunidades de emprego com níveis de qualificação elevados. Também facilita a criação de ligações mais robustas com os setores dos serviços e da agricultura, entre economias rurais e urbanas e entre os consumidores, os intermediários e os setores de bens de capital. As exportações de produtos fabricados são menos voláteis e menos suscetíveis à deterioração dos preços a longo prazo, em comparação com as exportações de produtos de base. Além disso, a industrialização é uma ferramenta essencial para a criação de emprego, a erradicação da pobreza e as políticas de desenvolvimento regional. A industrialização também pode estimular o avanço e inovação tecnológicos, assim como os ganhos de produtividade. Com efeito, praticamente todos os países bem-sucedidos reconheceram o papel essencial que a industrialização desempenha e apoiaram ativamente os respetivos setores através de políticas direcionadas e do desenvolvimento institucional.

Habitualmente, o setor do fabrico apresenta uma produtividade mais elevada do que os restantes. Fornece oportunidades especiais para acumulação de capital, concentração espacial e criação de economias de aglomeração e economias de escala dinâmicas. Impulsiona a mudança tecnológica e apresenta muitas oportunidades de aprendizagem e modernização, sendo que os efeitos induzidos e as ligações positivas que o setor fornece à economia são tipicamente mais fortes. Em comparação com outros setores, o setor do fabrico é particularmente adequado para a criação de empregos diretos e indiretos, mais bem remunerados do que noutros setores e, geralmente, com melhores condições de trabalho. A criação de empregos diretos e indiretos no setor do fabrico e nos serviços relacionados inclui mais pessoas durante o processo de crescimento. Também faz aumentar a produtividade,

os salários e os rendimentos familiares, reduzindo assim a pobreza.

Setenta por cento da população de África tem uma idade inferior a 30 anos e mais de 80 por cento da população ativa encontra-se desempregada ou empregada em atividades informais e de subsistência. Se não ocorrer um desenvolvimento industrial rápido e sustentado em todo o continente, é provável que o subemprego e o desemprego aumentem, levando os trabalhadores a emigrar para outras regiões do mundo, sobretudo a Europa.

Contudo, através de políticas adequadas, a industrialização de África impulsionaria o crescimento e contribuiria para a procura mundial. O aumento da produtividade e a criação de emprego no setor formal fariam aumentar os rendimentos médios e o consumo interno, apoiariam uma classe média em rápido crescimento e impulsionariam a procura de equipamento de capital importado. De acordo com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO, pela sigla em inglês de *United Nations Industrial Development Organization*), por cada aumento de ponto percentual na percentagem da indústria transformadora no PIB africano,⁴⁶ o investimento per capita aumenta também 66 dólares americanos e o consumo per capita aumenta 190 dólares americanos. Este aumento do investimento e do consumo aumentaria os requisitos do continente para o capital e os bens de consumo importados de outras regiões do mundo, nomeadamente das economias do G20, fonte da maioria das importações de África.

O aumento da produção de capital e bens de consumo nas economias do G20 e em África também ativaria vários efeitos multiplicadores, criando um procura adicional de insumos intermediários, aumentando os rendimentos e o emprego. A UNIDO estima que o aumento da percentagem do setor do fabrico no PIB de África (e em outros países menos desenvolvidos, ou PMD) pode impulsionar o investimento do G20 em cerca de 485 mil milhões de dólares americanos e o consumo dos agregados familiares em cerca de 1,4 biliões de dólares americanos.

Utilizando o mesmo método, também é possível estimar: a) o aumento direto nas exportações de bens de consumo e de capital do G20 para

Através de políticas adequadas, a industrialização de África impulsionaria o crescimento e contribuiria para a procura mundial

Nas décadas seguintes, África poderia tornar-se um dos principais contribuidores e impulsionadores do crescimento mundial

TABELA 3.8 Aumento previsto da produção e do emprego no G20, devido à industrialização em África e nos PMD (em milhões de dólares americanos)

	Investimento	Consumo	Total
Exportações diretas do G20	28.538	63.586	92.123
Efeitos indiretos das exportações	45.805	85.841	131.647
Efeitos indiretos do aumento da produção nos PMD e em África	109.478	204.026	313.504
Aumento total da produção	183.821	353.453	537.274
Aumento total do emprego (em milhares de trabalhadores)	2.171	5.332	7.503

Fonte: Simulações baseadas na Tabela Multirregional de Entradas-Saídas da Eora (MRIO, pela sigla em inglês de *Multi-Regional Input Output*), 2013.

Nota: Os valores relativos ao emprego foram calculados utilizando os dados setoriais sobre o emprego do WESO (relatório sobre as perspectivas sociais e de emprego no mundo) de 2015 da OIT. Os requisitos do emprego direto foram calculados efetuando a divisão do emprego setorial em 2013 (conforme publicado no WESO de 2015 da OIT) pela produção setorial de 2013 (conforme publicada pela Eora). O aumento do emprego na última linha da tabela foi então calculado multiplicando esses coeficientes do emprego direto pela mudança correspondente na produção, por cada setor e por cada país do G20.

África e para os PMD, desencadeado pela industrialização; b) o aumento indireto da produção nos países do G20, desencadeado por este aumento nas exportações; e c) o aumento indireto da produção nos países do G20, desencadeado pela maior produção em África e nos PMD, necessária para a produção doméstica de bens de investimento e de consumo (tabela 3.8).

O impacto da industrialização de África (e de outros PMD) nas economias do G20 também seria significativo. As exportações diretas de capital e de bens de consumo aumentariam mais de 92 mil milhões de dólares americanos. E os efeitos indiretos associados a este aumento nas exportações – tendo em conta as ligações domésticas entre os exportadores do G20 e outros produtores nacionais – aumentariam a produção do G20 em 132 mil milhões de dólares americanos. No entanto, o efeito mais importante está relacionado com o aumento da produção interna de bens de consumo e de capital em África (e em outros PMD), assim como o efeito multiplicador em outras partes do mundo, particularmente nos países do G20. Estes efeitos multiplicadores ascenderiam a quase 315 mil milhões de dólares americanos. Isto criaria 7,5 milhões de empregos nas economias do G20.

Nas décadas seguintes, África poderia assim tornar-se um dos principais contribuintes e impulsionadores do crescimento mundial, tal como a Ásia tem sido. Novas oportunidades de emprego dignas, especialmente para os jovens no mundo árabe e na África Subsariana, aliviarão as tensões sociopolíticas e mitigarão os riscos de um grande número de jovens desprotegidos se juntarem a grupos militantes radicais, ameaçando a paz e a segurança mundiais. Além disso, as taxas de crescimento mais elevadas em África produzirão benefícios adicionais em todo o mundo. Trariam receitas tributárias mais elevadas a muitos países de baixo rendimento e reduziram a sua dependência de ajuda externa. Ajudariam também a melhorar os sistemas nacionais de saúde e a fortalecer a capacidade de prevenção e combate a surtos de doenças, como o ébola e o zica.

De modo a produzir estes potenciais benefícios mundiais, a industrialização de África teria de ser apoiada por um programa robusto de financiamento de infraestruturas. Isso exige um pacto financeiro mundial entre os países avançados e em desenvolvimento, uma alteração das abordagens estratégicas e novos modelos de financiamento, como se explica mais detalhadamente no capítulo 4.

ANEXO 3.1 AS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO DE ÁFRICA: NOTA SOBRE A METODOLOGIA

As principais fontes de dados para a calibração dos modelos utilizados para efetuar as estimativas das necessidades de investimento foram a Base de Dados Socioeconômica do BAfD, a base de dados do AIKP (Africa Infrastructure Knowledge Program) e a base de dados para centrais do setor da energia (ambas disponíveis através da plataforma do BAfD “Africa Information Highway – AIH”). Sempre que não existiam dados disponíveis nestas fontes, foram utilizadas fontes disponíveis publicamente.

Energia: O modelo utilizado para efetuar a estimativa das necessidades de investimento no setor da energia em cada país foi o Open Source Energy Modeling System (OSeMOSYS), um modelo de otimização.⁴⁷ Os modelos têm como objetivo apoiar um envolvimento mais ativo e informado das partes interessadas no setor da energia no desenvolvimento de estratégias de investimento em energia. Foi aplicado em 13 países (Argélia, Burundi, Comores, Djibuti, Egito, Líbia, Mali, Marrocos, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Sudão do Sul, Suazilândia, Togo, Tunísia e Zimbábue). Abrange todos os setores da energia, em conjunto ou individualmente, incluindo o aquecimento, a eletricidade e os transportes. É utilizado principalmente para o planejamento de energia a longo prazo e foi escrito utilizando a linguagem de programação de nível elevado e de código de fonte aberta GNU Mathprog. Serve para calcular as necessidades de investimento no sistema de energia e a energia produzida quando os custos totais de produção são minimizados. O modelo é impulsionado por exigências exogenamente definidas para os serviços de energia. Os parâmetros utilizados como dados de entrada para os modelos são a taxa de crescimento do PIB, a taxa de acesso urbano, a taxa de acesso rural, o custo do carvão, o custo do petróleo, a taxa de desconto e a sensibilidade às alterações climáticas.

Rodovias: O modelo utilizado para efetuar a estimativa das necessidades de investimento no setor das rodovias de África é o modelo RONET (Ferramenta de Avaliação da Rede Rodoviária)

(Documento de trabalho no. 89-A do Programa de Políticas de Transportes da África Subsariana – ou SSATP, pela sigla em inglês de Sub-Saharan Africa Transport Policy Program). O modelo RONET avalia o desempenho da rede rodoviária ao longo do tempo, através de diferentes padrões de manutenção rodoviária. Determina, por exemplo, o custo mínimo da manutenção de uma rede rodoviária na sua condição atual e efetua uma estimativa das poupanças ou custos económicos necessários para manter a rede em diferentes níveis de serviço. Determina a atribuição de despesas, para fins de manutenção recorrente, manutenção periódica e obras rodoviárias de reabilitação. Utiliza os mesmos princípios do Modelo de Desenvolvimento e Gestão de Autoestradas (Highway Development and Management Model, ou HDM-4). Utiliza relações simplificadas entre os custos e os utilizadores das rodovias, com base no HDM-4 ou em outras relações, e simplifica as equações de deterioração das rodovias, derivadas da pesquisa do HDM-4.

TIC: A estimativa baseia-se numa avaliação das futuras necessidades de investimento em infraestruturas de telecomunicações em África, englobando 45 países. O estatuto atual e as necessidades futuras foram avaliados em três categorias abrangentes:

- Extensão da cobertura e aumento da capacidade de investimento em redes móveis.
- Necessidade de investimento em estruturas centrais de fibra ótica, incluindo em projetos transfronteiriços.
- Estimativas aproximadas indicativas do potencial da tecnologia FTTP/H, com base na acessibilidade de preços local.

As estimativas têm em conta as futuras ondas de investimento no setor, no período de 2016–25, caracterizadas por uma atualização e modernização de redes móveis, de modo a suportar a mudança para smartphones – assim como o acesso a banda larga e fibra, como principal tendência emergente. Para o investimento no setor móvel, foram utilizados modelos de SIG (sistemas de informação geográfica) detalhados com

TABELA A3.1 Três cenários de elevada qualidade

Cenário	Cenário pragmático	Cenário base	Cenário de elevada qualidade
Água	Meio urbano	Bebedouros públicos	<p>Mantêm-se as condições de distribuição de 2015, em todas as modalidades</p> <p>Água canalizada: se a cobertura de 2015 <20%, a cobertura de 2025 aumenta para 30%; se 20% ≤ cobertura de 2015 < 40%, a cobertura de 2025 aumenta para 50%; se 40% ≤ cobertura de 2015 < 70%, a cobertura de 2025 aumenta para 70%; se 40% ≤ cobertura de 2015 < 70% e a cobertura pretendida selecionada < 70%, a cobertura de 2025 aumenta para cobertura pretendida selecionada (universal ou HG); os clientes adicionais restantes são servidos através de bebedouros públicos</p>
	Meio rural	Furos de captação de água seguros	
Saneamento	Meio urbano	Latrinas VIP	<p>Mantêm-se as condições de distribuição de 2015, em todas as modalidades</p> <p>Pelo menos 5% de cobertura de esgotos em todos os países. Além disso: nos países de baixo rendimento, a cobertura de fossas sépticas continua a ser a de 2015. Todos os clientes restantes são servidos por latrinas VIP; em países que não têm baixo rendimento, a cobertura de latrinas VIP mantém-se a mesma de 2015, os clientes restantes utilizam fossas sépticas</p> <p>Em todos os países: a cobertura de esgotos continua a ser a mesma de 2015; a cobertura de fossas sépticas deve aumentar 5% se for atualmente < 5%, caso contrário, deve continuar a ser a mesma de 2015; a cobertura de latrinas VIP deve aumentar 30% se for atualmente < 30%, caso contrário, deve continuar a ser a mesma de 2015; os clientes adicionais restantes são servidos através de latrinas tradicionais</p>
	Meio rural	Latrinas tradicionais	

foco na extensão da cobertura e na expansão da capacidade. Nos últimos anos, foram investidos mais de 4 mil milhões de dólares americanos em cabos submarinos em África, que ligam todos os estados costeiros a uma rede de fibra de elevada capacidade. Durante este período, efetuaram-se avanços na tecnologia de cabos, possibilitando cabos novos com capacidade muito maior do que as versões anteriores. Os sistemas de cabos modernos são criados de forma a poderem ser atualizados para, pelo menos, capacidade dupla, tornando muito improvável a necessidade de um novo investimento de elevada capacidade antes de 2020. Começaram a ser realizadas ligações de fibra em instalações (ou casas), conhecidas como FTTP/H, em vários países, desde o Egito até à África do Sul (onde se deu início a um processo clássico de apoderamento de terrenos para a instalação de fibra). As condições variam significativamente em África, mas existe uma indicação

clara de potencial de crescimento da tecnologia FTTH, nos locais onde a capacidade da estrutura central de fibra é vendida a um preço razoável, que dispõem de uma classe média com dinheiro extra disponível para despesas não essenciais e de um contexto regulatório liberal. Com base na eventual procura atual, calculou-se um indicador muito aproximado do potencial de cada país para investir na tecnologia FTTH, estimado em despesas de capital de 12 mil milhões de dólares americanos.

Água e saneamento: O modelo utilizado para efetuar a estimativa das necessidades de investimento é baseado em três cenários, descritos na tabela seguinte:

Os dados de entrada para o modelo são estatísticas da população (população urbana, rural e nacional e taxas de crescimento populacional); distribuição de população em áreas urbanas

e rurais, acesso atual (acesso a água e saneamento por tecnologia e local); e custos unitários da água (custo unitário per capita de cada tecnologia de fornecimento de água, em várias densidades).

Os resultados do modelo são os custos de capital (custos de expansão do serviço, de modo a servir pessoas adicionais que necessitem de cobertura de fornecimento de água e saneamento melhorados até 2025, de modo a alcançar os ODS); custos de reabilitação (custos da manutenção do acesso novo e existente); e custos de O&M (custos de reabilitação do acesso existente). Foi utilizado um cenário base para gerar os valores das necessidades de investimento, tendo o acesso universal como objetivo, até 2025.

Revisão das estimativas

Utilizando as metodologias referidas anteriormente, as necessidades de investimento totais estimadas são de 100 mil milhões de dólares americanos por ano, durante o período de 2016–25. Contudo, a estimativa dos dados de investimentos do setor da energia encontra-se em processo de revisão, utilizando um novo modelo

(chamado BALMOREL), que tem em consideração as taxas de acesso atuais, a densidade populacional, a pobreza e os climas de investimento para cada país, de modo a determinar o ritmo e a importância relativa das ligações à rede, à mini-rede, ou não ligadas à rede. Pensa-se que as necessidades de investimento no setor da energia de África serão de cerca de 35–50 mil milhões de dólares americanos por ano (o cálculo real, com base em 12 países, apresentou um resultado de 7 mil milhões de dólares americanos). Os dados do setor rodoviário também se encontram em processo de revisão e podem ser estimados em 15–20 mil milhões de dólares americanos. Os dados das TIC serão revistos, com uma ligeira alteração, para 4–7 mil milhões de dólares americanos e o setor da água e saneamento para 56–66 mil milhões de dólares americanos. Os restantes subsectores dos transportes (aviação, ferrovias e portos) deve representar 20–27 mil milhões de dólares americanos (de acordo com as nossas estimativas aproximadas). No total, as necessidades de investimento devem ser de aproximadamente 130–170 mil milhões de dólares americanos.

NOTAS

1. Definido como as necessidades de investimento em infraestruturas, menos o compromisso de financiamento total efetuado por todos os financiadores, de modo a resolver o défice de infraestruturas.
 2. Arezki et al., 2017.
 3. O conceito de infraestruturas é heterogéneo, incluindo normalmente vários tipos de ativos físicos que são utilizados numa economia sob a forma de insumos, para a produção de bens e serviços. Esta descrição inclui o conceito de “infraestruturas sociais” (como as escolas e os hospitais) e “infraestruturas económicas” (como os setores da energia, água, transporte e telecomunicações). Este capítulo foca-se nas infraestruturas económicas.
 4. Barro e Sala-i-Martin, 2004.
 5. Aschauer, 1993; Gramlich, 1994.
 6. Dethier, 2015.
 7. Barro, 1990.
 8. Sanchez-Robles, 1998; Sutherland et al., 2009.
 9. O McKinsey Global Institute (2016) estima que um investimento de um ponto percentual do PIB em infraestruturas pode criar até 3,4 milhões de empregos na Índia e 1,3 milhões no Brasil.
 10. FEM, Bain and Co. e Banco Mundial, 2013.
 11. Fagnäs e Roberts, 2004.
 12. Dethier, 2015.
 13. Para obter mais detalhes sobre as nove subcomponentes, consultar o BAfD (2013).
 14. O capital fixo bruto inclui melhorias territoriais (cercas, valas, drenagens, etc.); a compra de plantas, máquinas e equipamentos; e a construção de rodovias, ferrovias e semelhantes, incluindo escolas, escritórios, hospitais, moradias residenciais privadas e edifícios comerciais e industriais.
 15. Foster e Briceño-Garmendia, 2010.
 16. Aliança para uma Internet Acessível, 2017.
 17. <http://www.enterprisesurveys.org/data/explore-topics/infrastructure>. Consultado em 20 de novembro de 2017.
 18. OMS, 2015.
 19. BAfD, 2011.
 20. Kodongo e Ojah, 2016.
 21. Foster e Briceño-Garmendia, 2010.
 22. Banco Mundial, 2014.
 23. Shimeles e Nabasaga, 2015.
 24. Sy, 2017.
 25. Consultar: <https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/nepad-infrastructure-project-preparation-facility-nepad-ippf/>. Ou <http://www.infracoafrica.com/who-we-are/#funding>. Consultado em 27 de novembro de 2017.
 26. Castells e Sole-Olle, 2005.
 27. Arezki et al., 2017.
 28. Vergne, 2009.
 29. Balioune-Lutz e Ndikumana, 2009.
 30. Stansbury, 2005.
 31. Locatelli et al., 2017.
 32. MGI, 2013.
 33. Foster e Briceño-Garmendia, 2010.
 34. Foster e Briceño-Garmendia, 2010.
 35. Bhattacharya, Oppenheim e Stern, 2015.
 36. Estimativas da Comissão Global sobre Economia e Clima (2014).
 37. <https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/infrastructure-productivity>.
 38. Fonte da ASCE dos Estados Unidos: <https://www.infrasturereportcard.org/the-impact/failure-to-act-report/>.
- Fonte do Instituto McKinsey dos Estados Unidos: <https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/bridging-global-infrastructure-gaps>.
- Fonte do Departamento de Transportes dos Estados Unidos: <https://www.transportation.gov/grow-america/fact-sheets/roadways>.
39. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/227496/special-report-infrastructure-highlights.pdf>.
 40. Karpowicz, Matheson e Vtyurina, 2016.
 41. Karpowicz, Matheson e Vtyurina, 2016.
 42. CAF, 2016.
 43. ICA, 2017.
 44. ICA, 2017.
 45. Comunicado do G20 da Cimeira de Hanchou.
 46. Este valor inclui apenas os países com rendimento per capita inferior a 25.000 dólares internacionais de 2005 e com percentagens ao nível da indústria transformadora inferiores a 25% do PIB.
 47. Howells et al., 2011; Welsch et al., 2012.

REFERÊNCIAS


- . 2013. “Índice de Desenvolvimento de Infraestruturas de África (AIDI).” Escritório do Economista-Chefe do BAfD. Abijão, Costa do Marfim. Disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Economic_Brief_-_The_Africa_Infrastructure_Development_Index.pdf
- Aliança para uma Internet Acessível. 2017. “Relatórios da Aliança para uma Internet Acessível para 2017.” Disponíveis em: <http://a4ai.org/affordability-report/>
- Aschauer, David A. 1993. “Genuine Economic Returns to Infrastructure Investment.” *Policy Studies Journal* 21 (2): 380–390.
- Arezki, Rabah, Patrick Bolton, Sanjay Peters, Frederic Sannam e Joseph Stiglitz. 2017. “From Global Savings Glut to Financing Infrastructure.” *Economic Policy* 32: 221–261.
- Balioune-Lutz, M. e L. Ndikumana. 2008. “Corruption and Growth: Exploring the Investment Channel.” Documento de trabalho, Série 33, do Departamento de Economia, Universidade de Massachusetts–Amherst, Amherst, Massachusetts. Disponível em: http://scholarworks.umass.edu/econ_workingpaper/33.
- Banco Africano de Desenvolvimento. 2011. *Private Sector Development as an Engine of Africa’s Economic Development*. Abijão, Costa do Marfim. Disponível em: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/African%20Development%20Report%202011.pdf>
- Banco Mundial. 1994. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: Infraestruturas para o Desenvolvimento*. Washington, DC.
- . 2014. *Expanding the Possible in Sub-Saharan Africa: How Tertiary Institutions Can Increase Growth and Competitiveness*. Washington, DC.
- . 2017. Indicadores de Desenvolvimento Mundial [base de dados]. Washington, DC.
- Barro, R. 1990. “Government Spending in a Simple Model of Endogenous Growth.” *Journal of Political Economy* 98 (5): 103–130.
- Barro, R. e X. Sala-i-Martin. 2004. *Economic Growth*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology (MIT) Press.
- Bhattacharya, Amar, Jeremy Oppenheim e Nicholas Stern. 2015. “Driving Sustainable Development through Better Infrastructure: Key Elements of a Transformation Program.” Documento de trabalho no.92 sobre a Economia e o Desenvolvimento Mundial, Instituto Brookings, Washington, DC.
- CAF (Corporação Andina de Fomento). 2016. *How to Close the Infrastructure Gap in Latin America*. Caracas, Venezuela.
- Castells, A. e A. Solé-Ollé. 2005. “The Regional Allocation of Infrastructure Investment: The Role of Equity, Efficiency and Political Factors.” *European Economic Review* 49 (5): 1165–1205. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0014292103001077>.
- Comissão Mundial sobre a Economia e o Clima. 2014. *Better Growth, Better Climate: The New Climate Economy Report*. Washington, DC: New Climate Economy – Instituto dos Recursos Mundiais. Disponível em: <http://newclimateeconomy.report>.
- Dethier, Jean Jacques. 2015. “Infrastructure in Africa.” Em *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. 2: Policies and Practices*, editado por Celestin Monga e Justin Yifu Lin. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Faye, I. e E. Mutambatsere. 2018. “Operationalizing Inclusive Growth in Multilateral Development Bank’s Infrastructure Operations.” Banco Africano de Desenvolvimento, Abijão, Costa do Marfim.
- Fagernäs, S. e J. Roberts. 2004. “Fiscal Impact of Aid: A Survey of Issues and Synthesis of Country Studies of Malawi, Uganda and Zambia.” Documento de trabalho no. 11 da Unidade de Análise Económica e de Estatística (ESAU, pela sigla em inglês de Economic and Statistics Analysis Unit), Overseas Development Institute, Unidade de Análise Económica e de Estatística, Londres.
- FEM (Fórum Económico Mundial), Bain e Co. e Banco Mundial. 2013. *Enabling Trade Valuing Growth Opportunities*. Genebra.
- Foster, V. e C. Briceño-Garmendia. 2010. *Africa’s Infrastructure: A Time for Transformation*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Global Infrastructure Hub. 2017. *Global Infrastructure Outlook: Forecasting Infrastructure Investment Needs for 50 Countries, 7 Sectors through 2040*. Sydney, Austrália.
- Gramlich, Edward M. 1994. “Infrastructure Investment: A Review Essay.” *Journal of Economic Literature* 32 (3): 1176–1196.
- Howell A.J., R.L. Dopko, H. Passmore e K. Buro. 2011. “Nature Connectedness: Associations with

- Well-Being and Mindfulness.” *Personality and Individual Differences* 51: 166–171. doi:10.1016/j.paid.2011.03.037
- ICA (Consórcio de Infraestruturas para África). 2017. *Toward Smart and Integrated Infrastructure for Africa: An Agenda for Digitalisation, Decarbonisation and Mobility*. Roma, Itália. Disponível em: https://www.icafrica.org/fileadmin/documents/Annual_Meeting/2017/2017_Annual_Meeting_-_background_paper_FULL.pdf
- Karpowicz, I., T. Matheson e S. Vtyurina. 2016. *Investing in Infrastructure in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.
- Kodongo, Odongo e Kalu Ojah. 2016. “Does Infrastructure Really Explain Economic Growth in Sub-Saharan Africa?” Documento de trabalho no. 653, Economic Research Southern Africa, Cidade do Cabo, África do Sul.
- Kularatne, C. 2006. “An Examination of the Impact of Social and Economic Infrastructure on Economic Growth: An Application to South Africa.” Universidade da Cidade do Cabo, Faculdade de Economia, Cidade do Cabo, África do Sul.
- Locatelli, G., G. Mariani, T. Sainati e M. Greco. 2017. “Corruption in Public Projects and Megaprojects: There is an Elephant in the Room!” *International Journal of Project Management* 35 (3): 252–268.
- MGI (McKinsey Global Institute). 2013. “Infrastructure Productivity: How to Save \$1 Trillion a Year.” McKinsey & Company. [online] Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/infrastructure-productivity>
- . 2016. “Bridging Global Infrastructure Gaps.” McKinsey & Company, [online] Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/bridging-global-infrastructure-gaps>.
- OMS (Organização Mundial de Saúde). 2015. *Relatório Global Sobre o Estado da Segurança Viária de 2015*. Genebra.
- Organização das Nações Unidas. Online. “Closing the Infrastructure Gap.” Grupo de Missão Interinstitucional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento: Monitorização do Financiamento para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://developmentfinance.un.org/closing-the-infrastructure-gap>. Consultado em 26 de novembro de 2017.
- PICC (Comité Presidencial de Coordenação de Infraestruturas). 2012. *Resumo do Plano Nacional de Infraestruturas Sul-africano*. Secretariado do PICC: Pretória, África do Sul.
- Sanchez-Robles, B. 1998. “Infrastructure Investment and Growth: Some Empirical Evidence.” *Contemporary Economic Policy* 16 (1): 98–108.
- Shimeles, A. e T. Nabasaga. 2015. “Why Is Inequality High in Africa?” Texto apresentado na Conferência Econômica Africana de 2015, Quinxassa, República Democrática do Congo.
- Stansbury, N., 2005. “Exposing the Foundations of Corruption in Construction.” Em *Global Corruption Report 2005: Corruption in Construction and Post Conflict Reconstruction*, 36–38. Londres: Transparência Internacional.
- Straub, S., 2008. “Infrastructure and Development: A Critical Appraisal of the Macrolevel Literature.” Documento de trabalho 4590 sobre políticas, Banco Mundial, Washington, DC.
- Sutherland, Douglas, Sónia Araújo, Balázs Égert e Tomasz Kozluk. 2009. “Infrastructure Investment: Links to Growth and the role of Public Policies.” Documento de trabalho no. 686 do Departamento de Economia da OCDE, OECD Publishing, Paris.
- Sy, Amadou. 2017. “Leveraging African Pension Funds for Financing Infrastructure Development.” Iniciativa de Crescimento em África da Brookings, Instituto Brookings, Washington, DC. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/03/global_20170314_african-pension-funds.pdf.
- Vergne, C., 2009. “Democracy, Elections and Allocation of Public Expenditures in Developing Countries.” *Journal of Political Economy* 117 (1): 63–77. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0176268008000748>
- Welch, V., M. Petticrew, E. Ueffing, M. Benkhalti Jandu, K. Brand, B. Dhaliwal, E. Kristjansson, J. Smylie, G. Wells e P. Tugwell. 2012. “Does Consideration and Assessment of Effects on Health Equity Affect the Conclusions of Systematic Reviews? A Methodology Study.” *PLOS ONE* 7 (3): e31360. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0031360>.
- Wolde-Rufael, Y. 2006. “Electricity Consumption and Economic Growth: A Time Series Experience for 17 African Countries.” *Energy Policy* 34 (10): 1106–1114.

FINANCIAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE ÁFRICA: NOVAS ESTRATÉGIAS, MECANISMOS E INSTRUMENTOS

4

MENSAGENS PRINCIPAIS

 excesso de poupança em muitos países avançados poderia ser utilizado para o financiamento de projetos de infraestruturas lucrativos em África. O facto de esta transação global e mutuamente rentável não estar a ocorrer representa um dos maiores paradoxos da atualidade.

Em todo o mundo, os investidores institucionais e os bancos comerciais gerem mais de 100 biliões de dólares americanos. Os países africanos que procuram recursos financeiros dispõem agora de uma grande variedade de opções, muito além da ajuda externa.

Poderiam ser implementados muitos novos mecanismos de financiamento em todos os países africanos, tendo em conta as circunstâncias económicas específicas e as estruturas de produção das economias nacionais.

Os países deveriam fazer um melhor aproveitamento dos fundos públicos e dos investimentos em infraestruturas, incentivando simultaneamente a participação do setor privado. Contudo, os diferentes estágios de desenvolvimento dos países africanos significam que as abordagens de políticas têm de ser específicas para cada país.

O acesso universal a infraestruturas de qualidade elevada apenas pode ser um objetivo a longo prazo. A tentativa de concretização deste objetivo com recursos limitados fez com que os governos tenham gastado demasiado num número exagerado de projetos com rentabilidade económica reduzida, que dão um impulso muito reduzido ao crescimento industrial e à criação de emprego.

No entanto, não é necessário os países africanos resolverem todos os seus problemas de infraestruturas antes de poderem alcançar um crescimento sustentado e inclusivo. Em vez disso, devem concentrar-se na melhor forma de utilizarem os escassos orçamentos para infraestruturas de que dispõem, de modo a alcançar a maior rentabilidade económica e social possível.

A conjugação entre o excesso de poupança e as oportunidades de investimento para além das fronteiras nacionais criaria situações vantajosas em que todas as partes ficariam a ganhar

Durante grande parte das últimas duas décadas, a economia global tem-se caracterizado por um excesso de poupança em muitos dos países avançados. Essa poupança poderia ser canalizada para o financiamento de projetos de infraestruturas rentáveis em regiões em desenvolvimento, designadamente em África, tendo em vista a concretização da meta de industrialização do G20. O facto de esta transação global e mutuamente rentável não estar a ser concretizada é um dos maiores paradoxos da atualidade.

Alguns dos principais problemas económicos do mundo – crescimento lento, desemprego global, alterações climáticas, migração descontrolada – só podem ser resolvidos se África se tornar economicamente próspera. O desenvolvimento industrial impulsionado por infraestruturas naquele continente não iria apenas aliviar a dor e o sofrimento entre os 1,3 mil milhões de pessoas que o habitam. Contribuiria também para reduzir a pobreza global que sustenta a violência, o terrorismo, as tensões de índole política e social, as migrações maciças de mão-de-obra não qualificada e o elevado desemprego em alguns países avançados – designadamente na Europa.

Os países ricos têm excesso de poupança. Em contraste, os países pobres têm défices de investimento que poderiam ser absorvidos pelos recursos financeiros (e conhecimentos) abundantes dos países ricos. O excesso de poupança está a criar problemas financeiros e económicos em países ricos (como é o caso das taxas de juro exageradamente baixas) e os défices de investimento estão a afetar negativamente as perspetivas de crescimento e a perpetuar a miséria económica e social nas regiões em desenvolvimento. Este desalinhamento representa uma fraqueza importante no motor de crescimento global, situação que Ben Bernanke, anterior presidente da Reserva Federal dos EUA, descreveu em tempos como “a saturação de poupança global” ou a “penúria no investimento”. As taxas de juro baixas atuais são a prova desta saturação: há mais poupança à procura de rentabilidade do que oportunidades óbvias de investimento lucrativo.

Há três soluções claras para a comunidade financeira resolver a questão da saturação de poupança:

- Primeiro, adoção de uma política de taxas de juro reais ainda mais negativas nos países de

elevado rendimento – para além da inflação – mas tal seria difícil em termos técnicos e políticos.

- Segundo, utilização do excesso de poupança para financiar o investimento público nos países ricos. Por exemplo, um relatório recente do governo alemão revela que 44% das pontes daquele país necessitam de ser reparadas – também aqui, esta situação seria difícil de concretizar em termos de políticas devido à reduzida apetência por novos estímulos fiscais e pelo agravamento dos défices orçamentais nas economias ricas.
- Terceiro, dinamização do fluxo de capitais para os países em desenvolvimento, onde existem inúmeras oportunidades de investimento rentáveis que exigiriam a aquisição de bens de equipamento a economias industrializadas.

Uma vez que todos os bancos centrais do G7 se comprometeram a manter um longo período de taxas de juro baixas, organizações de governação global como o G20, e organizações privadas de alcance e influência globais como a Associação Mundial das Agências de Promoção do Investimento, poderiam dar o seu contributo defendendo duas questões: que o atual momento de inflação reduzida é ideal para investir em projetos competitivos – efetivamente, apesar da incerteza, os potenciais benefícios de investir excedem os custos potenciais; e que há que promover o investimento em países de baixo rendimento, onde as carências são enormes, utilizando capital de países de elevado ou médio rendimento.

UM PACTO GLOBAL DE FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURAS EM ÁFRICA E DE ESTÍMULO À INDUSTRIALIZAÇÃO GERARIA DIVIDENDOS IMPORTANTES À ESCALA GLOBAL

A conjugação entre o excesso de poupança e as oportunidades de investimento para além das fronteiras nacionais criaria situações vantajosas em que todas as partes ficariam a ganhar. Os decisores políticos em países avançados e em desenvolvimento devem procurar criar condições para

um desenvolvimento harmonioso que sustenha ou gere uma prosperidade duradoura. Os intervenientes do setor privado de todo o mundo estão à procura de projetos rentáveis com níveis de risco razoáveis – precisam de ter lucros para se manterem em atividade. As organizações da sociedade civil querem assegurar boas oportunidades entre todos os cidadãos e criar paz social. Todos estes intervenientes são movidos por motivações diferentes, mas todos procuram um crescimento mais rápido e mais prosperidade. Mas porque a conceção e a implementação das políticas económicas continuam em larga medida a estar cingidas às fronteiras e aos eleitorados nacionais, a economia mundial não está a colher os potenciais dividendos da cooperação internacional.

Numa abordagem continental, a Comissão da União Africana, a Agência de Planeamento e

Coordenação da NEPAD e o Banco Africano de Desenvolvimento criaram veículos financeiros para lidar com o défice deste continente ao nível das infraestruturas. Para além disso, o Plano de Ação em Matéria de Infraestruturas do G20, o Consórcio de Infraestruturas para África, o Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas e o Diagnóstico das Infraestruturas em África Orientado por Países apontam, todos eles, no sentido das infraestruturas regionais para o crescimento em África.

Num enquadramento global, a comunidade internacional poderia lançar um pacto global tendo em vista o financiamento das infraestruturas em África e o fomento da industrialização. Um tal pacto, tal como o Fundo Global de Transformação Estrutural recomendado pelos economistas Justin Yifu Lin e Yan Wang (caixa 4.1), permitiria a

CAIXA 4.1 Um Fundo Global de Transformação Estrutural

Para evitar um quadro prolongado (e aceite como normal) de crescimento lento, com desemprego a níveis elevados, forte volatilidade económica e retornos reduzidos sobre investimentos financeiros, uma solução, proposta por Lin e Wang (2014), seria a criação de um Fundo Global de Transformação Estrutural. Através da mobilização do excesso de poupança das economias avançadas e emergentes, bem como de investidores institucionais como os fundos soberanos (FS), o Fundo apoiaria projetos de infraestruturas destinados a eliminar estrangulamentos, de crescimento verde, à escala global.

Contrariamente ao tradicional estímulo keynesiano, o Fundo proposto teria várias características especiais.

Primeiro, em vez de aumentar a despesa pública para apoiar o consumo, ou de “abrir um buraco e enchê-lo” nas economias avançadas, o Fundo faria aumentar a procura a curto prazo e aumentaria as perspetivas de crescimento a mais longo prazo. O estímulo tradicional direciona o investimento para a economia interna, ao passo que a presente proposta recomenda uma iniciativa coordenada à escala global, direcionando a poupança global para o máximo impacto em termos de desenvolvimento através da criação de emprego, bem como para as mais elevadas taxas de retorno social. Os projetos financiados fariam aumentar a procura e os empregos nos países avançados e compensariam o efeito de contração quando os países avançados implementassem as reformas estruturais. Eis a razão:

- O investimento em infraestruturas nos países desenvolvidos pode mitigar alguns dos problemas pós-crise de 2008 com que alguns países avançados ainda deparam, ajudar a criar empregos e gerar crescimento nas economias avançadas. A maioria dos bens de equipamento – como turbinas e escavadoras para a construção de centrais elétricas, sistemas de saneamento e estradas – é produzida nas economias avançadas. Os investimentos em infraestruturas em países em desenvolvimento fariam assim aumentar a procura de bens manufaturados nas economias avançadas. Por cada dólar investido nos países em desenvolvimento, as importações de bens de equipamento aumentam 50 cêntimos. Cerca de 70% dos bens de equipamento transacionados dos países em

(continuada)

CAIXA 4.1 Um Fundo Global de Transformação Estrutural (continuada)

desenvolvimento provêm de países de elevado rendimento. Isto significa que um aumento de um dólar no investimento em países em desenvolvimento produziria um aumento de 35 centavos nas exportações de países de elevado rendimento.

- Os investimentos em infraestruturas também podem criar empregos e melhorar a competitividade. Para os Estados Unidos, mil milhões de dólares americanos em despesa com novos investimentos em transportes, escolas, sistemas de água e energia criariam 18.000 empregos,¹ cerca de 40% dos quais na construção e 10% na indústria, os dois setores mais afetados pela recessão de 2008–09. O apoio à indústria, em declínio prolongado nos Estados Unidos e em várias economias europeias, criaria oportunidades de emprego em grande escala, em especial em setores de capital intensivo onde a produtividade do trabalho está em conformidade com os rendimentos das economias avançadas.

Segundo, o investimento em infraestruturas “destinadas a eliminar estrangulamentos” poderá aumentar as taxas de retorno em termos sociais e financeiros, assim como a criação de emprego e a redução da pobreza a longo prazo. O Fundo proposto ajudaria na utilização do excesso de capacidades e poupança nas economias industriais e dos mercados emergentes. No Japão, há uma quantidade significativa de poupanças das famílias retidas a taxas de juros extremamente baixas – muito abaixo da taxa de 1% aplicada à dívida do Estado a 10 anos. Nos Estados Unidos, a rentabilidade dos Títulos do Tesouro a 10 anos está próxima dos 2%. Na China, a taxa de juros nominal para as obrigações do Estado a 10 anos está nos 3%, com a taxa de juro real próxima de zero. A taxa de retorno económico média para os projetos do Banco Mundial avaliada entre 1983–1992 foi de 11% para os projetos de eletricidade e 29% para a construção de estradas. A taxa de retorno estimada para capacidades de geração de eletricidade poderá chegar aos 100%/ano (em 1985, para o Bangladesh, Bolívia, Quênia e China), mas ser de apenas 10% – ou até negativa – em alguns países.²

Terceiro, o investimento em infraestruturas por si só poderá não impulsionar o motor do crescimento ou criar empregos se não for conjugado com bens de produção e capital humano. Há um equívoco comum segundo o qual a falta de investimento em infraestruturas é sempre o fator responsável quando o setor privado não está a criar empregos. As causas podem, de facto, estar relacionadas com uma inadequada aglomeração e criação de clusters, bem como com outros bens de produção e capital ou capacidade humanos.

Quarto, para a grande lacuna a nível do financiamento de infraestruturas e das capacidades nos países em desenvolvimento, em especial para as energias renováveis e tecnologia verde, o Fundo poderia ajudar na mobilização de financiamentos coletivos e alargar a utilização de tecnologias verdes através da transformação das cidades em cidades verdes. Tal serviria de incentivo para economias de mercados emergentes como o Brasil, a China e a Índia, bem como para economias de países árabes investirem no estrangeiro e deslocalizarem alguma da sua capacidade de produção excedentária para países em desenvolvimento e de baixo rendimento, onde existe procura.

Quinto, as infraestruturas são constituídas por uma conjugação de bens públicos, semipúblicos e privados. O orçamento de Estado e a ajuda pública ao desenvolvimento devem financiar bens públicos, como água potável e saneamento. Outras fontes de financiamento (como o IED) poderão apoiar bens semipúblicos, como a eletricidade, as estradas, os portos e aeroportos. O Fundo Global de Transformação Estrutural seria um fundo de intermediação para a mobilização de financiamentos públicos junto de outras fontes. O investimento em infraestruturas tem de estar associado ao desenvolvimento urbano ou de zonas, como zonas económicas especiais e parques industriais, que podem fomentar a transformação estrutural.

Notas

1. Heintz, Pollin, e Garrett-Peltier, 2009.
2. Canning e Bennathan, 2000.

África solucionar os seus principais problemas de índole económica e sociopolítica e assumir o seu lugar no mundo como um importante contribuinte para a procura global. Proporcionaria igualmente oportunidades às economias avançadas para canalizarem o seu excesso de poupança para projetos de investimento produtivo e permitir-lhes-ia criar emprego em múltiplos setores dentro das suas próprias fronteiras. África acabaria assim por tornar-se um mercado novo ainda maior e contribuiria mais para a procura global.

UMA NOVA ABORDAGEM RELATIVAMENTE AO FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURAS EM ÁFRICA: DOS “DÉFICES EM MATÉRIA DE INFRAESTRUTURAS” AO DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

Uma conclusão comum retirada da análise é a de que é necessário mais dinheiro antes de os países africanos poderem acionar ou acelerar a sua industrialização e mudanças estruturais. Numa primeira análise, essa afirmação parece lógica. Afinal de contas, as infraestruturas – o pilar do crescimento – são claramente inadequadas ou estão em mau estado no continente e em muitos pontos do globo. Mas os números e o raciocínio poderão induzir em erro.

Primeiro, há inúmeros recursos financeiros que estão a ser subutilizados, quer no sistema internacional, quer internamente, em todos os países em desenvolvimento. Estima-se em cerca de 120 biliões de dólares americanos o montante gerido por investidores institucionais e bancos comerciais à escala global. Os países em desenvolvimento que procuram recursos financeiros dispõem agora de uma vasta gama de opções, que vai muito além da ajuda externa. As remessas ascenderam a 430 mil milhões de dólares americanos em 2016, mais do que o triplo do volume da ajuda global. Os subsídios particulares concedidos por beneméritos ascendem rapidamente. E as receitas fiscais, que já ascendem a cerca de 500 mil milhões de dólares americanos em África, poderiam ser

substancialmente aumentadas através da racionalização das políticas fiscais, alargamento da base de incidência fiscal e reforço das cobranças. Fazem igualmente parte deste conjunto os fundos soberanos, o financiamento nos mercados, bem como o investimento estrangeiro direto superior a 1 bilião de dólares americanos por ano.

Segundo, o principal problema com a abordagem do défice em matéria de infraestruturas é o pressuposto subjacente de que, um dia, África e o mundo talvez consigam resolvê-lo. Mas, ao longo da história, o défice em matéria de infraestruturas tem sido um problema perpétuo ao nível das políticas, e a sua resolução vai continuar a exigir um esforço contínuo, especialmente num mundo em desenvolvimento tecnológico que está em mudança constante. Os países em desenvolvimento não precisam de resolver todos os seus problemas em matéria de infraestruturas para reduzir a pobreza e partilhar a prosperidade. Se se mobilizarem e utilizarem o conjunto de recursos existentes de forma mais inteligente e se os aplicarem de forma mais estratégica, para apoiar setores que estejam em conformidade com as vantagens comparativas das suas economias, conseguirão criar e sustentar taxas de crescimento elevadas que os retirem da pobreza.

Além disso, os desafios de África em termos de infraestruturas não são inultrapassáveis. A lacuna do continente em matéria de infraestruturas não impede que mesmo os seus países mais pobres *iniciem* um processo de crescimento económico sustentado e inclusivo. Nenhum país na história da Humanidade iniciou o seu processo de desenvolvimento económico com boas infraestruturas – certamente que a Grã-Bretanha não o fez, no final do séc. XVIII, nem os Estados Unidos, no início do séc. XIX, nem a China, em finais do séc. XX, onde havia apenas uma rede muito limitada de autoestradas. É verdade que a insuficiência em matéria de infraestruturas se traduz numa condicionante efetiva ao desempenho económico. Mas não é um obstáculo intransponível ao lançamento da transformação económica, especialmente com as economias globalizadas da atualidade, as cadeias de valor globais descentralizadas, as trocas comerciais mais livres, os fluxos de capital móveis e a migração de trabalhadores qualificados. Não se pode esperar que um país com

Os países em desenvolvimento que procuram recursos financeiros dispõem agora de uma vasta gama de opções, que vai muito além da ajuda externa

A insuficiência em matéria de infraestruturas não é um obstáculo intransponível ao lançamento da transformação económica

recursos financeiros e administrativos limitados resolva de uma só vez a longa lista de reformas para a construção de todas as infraestruturas de que a sua economia necessita como “condição prévia” para gerar crescimento económico.

A lacuna existente em África no que respeita a infraestruturas poderá nunca vir a ser superada, mesmo quando o continente alcançar o estatuto de elevado rendimento. O desenvolvimento e a manutenção de infraestruturas são uma questão que preocupa constantemente os decisores políticos – até os países de elevado rendimento precisam de atualização industrial e tecnológica contínua. Uma abordagem mais pragmática consistiria na concentração dos recursos limitados e da capacidade de implementação do Estado na criação de “ilhas de excelência”, ou áreas cuidadosamente selecionadas com infraestruturas sólidas e boa conjuntura para as empresas (mesmo em países onde estes dois elementos sejam, no geral, insatisfatórios), para facilitar o surgimento de indústrias competitivas que explorem a vantagem comparativa latente de uma economia.¹

CAPTAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURAS PARA ÁFRICA: RISCOS

Ao avaliarem o interesse de projetos e programas de infraestruturas em África, os investidores públicos e privados utilizam uma série de parâmetros e critérios chave. Uma das preocupações principais é o nível de riscos identificados e as formas de os mitigar. O seu grau de gravidade varia por país e setor. Os problemas cruzam todos os aspetos do planeamento, desenvolvimento e implementação dos projetos. O fluxo de caixa gerado é o fulcro de qualquer esquema de financiamento, e a “disponibilidade” desse fluxo de caixa é um fator crucial de determinação do risco para qualquer proposta de investimento. Os investimentos em infraestruturas podem proporcionar fluxos de caixa relativamente estáveis ao longo de um período alargado, o que torna imprescindível para os governos africanos a criação de regimes contratuais adequados que possibilitem essa certeza.

Capacidade do próprio país

- Capacidade para desenvolver e implementar sistemas de infraestruturas eficazes e apelativos.
- A ausência de uma gestão eficaz no próprio país contribui para resultados insatisfatórios para o projeto.
- A ausência de capacidade de gestão eficaz nos potenciais compradores e prestadores de serviços públicos pode contribuir para resultados insatisfatórios e constituir uma barreira importante a uma maior utilização de financiamentos privados, como os produtores independentes de energia (IPP).

Governança

- É necessário apoio ao mais alto nível do governo.
- As infraestruturas têm de ser uma prioridade setorial e nacional.
- Os projetos de infraestruturas dispendiosos têm de estar em conformidade com o quadro orçamental.
- Os défices orçamentais têm de ser sustentáveis e estar em conformidade com uma estabilização macroeconómica credível.

Planeamento de infraestruturas

- Há uma falta generalizada de planos diretores para infraestruturas e de capacidade de planeamento inerente, e o planeamento não é feito de forma suficientemente integrada.
- As fases de preparação dos projetos não são, em geral, devidamente desenvolvidas.
- São poucos os projetos que estão devidamente descritos em pormenor de modo a permitir a participação do setor privado. (Um projeto é financiável se proporcionar incentivos claros aos credores para considerarem o seu financiamento.)

Financiamento

- O financiamento estatal ou o apoio público através do financiamento setorial poderão não estar disponíveis.
- Poderá ser difícil encontrar investidores privados no capital de empresas nacionais com expectativas realistas ou experiência em financiamentos complexos.

- Os constrangimentos das instituições de financiamento à ajuda e ao desenvolvimento vêm somar-se aos longos períodos de desenvolvimento e aos requisitos administrativos, apesar de algumas entidades como a Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos (MIGA, pela sigla em inglês de *Multilateral Investment Guarantee Agency*) estarem a fazer uma racionalização dos seus processos.
- Em especial no que respeita às obrigações, há que garantir que a dívida contraída tenha como contrapartida infraestruturas produtivas.
- As demoras entre a contração do empréstimo e a implementação prejudicam a eficácia do financiamento, em especial nas emissões de obrigações.
- Há uma escassez de financiamento para a preparação de projetos, apesar de essa escassez ser de alguma forma suprida por instituições como o Mecanismo de Facilitação de Infraestruturas Público-Privadas (PPIAF, pela sigla em inglês de *Public Private Infrastructure Advisory Facility*) do Banco Mundial, o Grupo de Desenvolvimento de Infraestruturas Privadas (PIDG, pela sigla em inglês de *Private Infrastructure Development Group*) do Reino Unido, a Infra Co., e outros mecanismos semelhantes de preparação de projetos.
- Para as PPP, a capacidade das contrapartes (governos, entidades subnacionais, empresas públicas) para gerir a relação com o setor privado, incluindo alterações nas circunstâncias em contratos de longa duração, é extremamente rara.

Risco de contraparte

- As infraestruturas exigem muitas vezes que o setor privado trabalhe em parceria com entidades governamentais nacionais e subnacionais, incluindo empresas públicas. Estas entidades públicas representam um risco de contraparte para qualquer entidade privada – quer se trate de uma entidade privada que trabalhe em nome de uma entidade pública, quer se trate de uma entidade pública responsável pelo reembolso do financiamento comercial, como quando uma EP emite obrigações nos mercados de capitais.

Risco de país e setorial

- Há que exercer cautela ao avaliar a eficácia das disposições políticas, regulamentares e institucionais de longo prazo, apesar de existirem instrumentos para mitigar os riscos políticos e cambiais.

Desenvolvimento e gestão de projetos

- São poucos os projetos com dimensão suficiente para atrair o interesse de grandes intervenientes comerciais (incluindo os nacionais) de modo a propiciar eficiências de escala nos custos de financiamento.
- Faltam projetos totalmente definidos com estudos de pré-viabilidade e de viabilidade adequados.
- Faltam dados sobre o estado dos ativos ou dos resultados esperados dos ativos.

Contratos públicos de aquisição

- É necessário assegurar um sistema aberto e consistente de contratos públicos. As instituições multilaterais de desenvolvimento com atividade em África exigem coerência com as suas próprias normas de contratação pública, mas estes sistemas registam ainda grandes diferenças.
- Os critérios de decisão dos governos podem ser inadequados para a seleção de projetos.
- No continente africano não existem formulários de contrato comuns.
- Há uma abundância de dificuldades em matéria de transparência e de clareza das regras de contratação pública.
- Tempos de espera prolongados, com longos períodos para as transações, são comuns.
- Os processos de concurso são ineficientes.

Esta não é uma lista abrangente, mas ilustra os riscos e as questões a considerar no desenvolvimento e implementação de programas de investimento em infraestruturas. Os investidores enfrentarão questões em matéria de riscos relacionadas com a sua perspetiva de negócio específica. As principais agências de ajuda e financiamento, como o BAfD, disponibilizam apoios de vária índole para a resolução destas questões através de processos rigorosos, apoio técnico e criação de capacidades para ajudar no planeamento, avaliação e implementação ao

As principais agências de ajuda e financiamento, como o BAfD, disponibilizam apoios de vária índole

As plataformas de multidoadores como o Mecanismo Global para Infraestruturas (em que o BAfD é uma das entidades parceiras) disponibilizam financiamentos mais direcionados para o desenvolvimento

longo de todas as fases do ciclo de projeto de infraestruturas.

Outras entidades, como a Sociedade Financeira Internacional (o braço de investimento privado do Banco Mundial), prestam apoio no desenvolvimento de projetos e na captação de investimentos privados, com fundos como o PPIAF a tratar da preparação de projetos envolvendo PPP.

Mais recentemente, plataformas de multidoadores como o Mecanismo Global para Infraestruturas (em que o BAfD é uma das entidades parceiras) disponibilizam financiamentos mais direcionados para o desenvolvimento e que contemplam a totalidade do ciclo de projeto. As verbas para o desenvolvimento de projetos (normalmente sob a forma de subsídios ou recuperáveis apenas se o projeto chegar com sucesso ao mercado) são acompanhadas de apoio aos mesmos. Esse financiamento de apoio a projetos está ainda em fase de conceção, mas, ao que se sabe, as verbas estariam disponíveis para reforçar créditos ou fornecer outros apoios financeiros, como a redução do custo total do capital através de um mecanismo de financiamento do défice de viabilidade. Várias entidades – incluindo a MIGA, o BAfD, a GuarantCo e a InfraCredit, da Nigéria – disponibilizam mitigação de riscos, reforço de créditos e garantias de apoio a acordos financeiros, PPP, bem como acesso aos mercados de capitais locais e internacionais (caixa 4.2).

POTENCIAIS NOVAS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA INFRAESTRUTURAS EM ÁFRICA

Depois do período de forte inflação na década de 70, as taxas de juro mundiais diminuíram acentuadamente. Hoje em dia, há capitais avultados em busca de rendibilidades superiores às obtidas nos países da OCDE. Alguns países africanos estão a tirar partido da baixa das taxas de juro (caixa 4.3). A securitização da dívida soberana de países como Moçambique e Gana e o prolongamento das maturidades para a dívida em divisa local são tendências importantes.

Fundos soberanos

Os FS operam a partir de 60 países, gerindo 7,2 biliões de dólares americanos à escala global. Os FS africanos representam uma quota pequena, mas crescente (mais de 20 fundos) que ascende a cerca de 1,6 mil milhões de dólares americanos. Ainda não têm grande presença em matéria de infraestruturas, apesar de alguns deles estarem mandatados para privilegiar infraestruturas e o desenvolvimento industrial. Uma vez que os fundos assentam em riqueza soberana, como os preços do petróleo e das mercadorias de base, a conjuntura económica dos últimos anos não tem sido a mais favorável para alguns dos fundos.

Fundos de pensões

Os fundos de pensões são potencialmente uma fonte inestimável e não aproveitada de financiamento de infraestruturas. As poupanças das pensões gozam de forte liquidez, mas os fundos têm aversão ao risco. Apesar de os retornos poderem ser elevados, estes fundos representam apenas uma pequena quota dos investimentos em infraestruturas em África.

Investimento estrangeiro direto

O IED, uma das formas menos voláteis de investimento, representa 70% dos fluxos de capitais privados para África. Apesar de a maioria dos fluxos se destinar aos recursos minerais (incluindo petróleo e gás), há algum potencial para infraestruturas nesta fase, como os acordos das PPP no setor da energia.

Mercados obrigacionistas internacionais

A presença de África no mercado dos eurobonds tem vindo a aumentar desde a emissão inicial e altamente bem-sucedida do Gana, em 2007. Este fenómeno é impulsionado pela baixa das taxas de juro e, na região, pela reduzida dívida pública e rápido crescimento interno. O mercado dos eurobonds constitui um nicho para o financiamento de infraestruturas.

Fundos relacionados com infraestruturas

O Fundo África 50 para as Infraestruturas possui 25 acionistas com ligações a investimentos africanos,

CAIXA 4.2 Fundos para o desenvolvimento de projetos destinados a infraestruturas em África

Consórcio de Infraestruturas para África (ICA): Tutelado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, o ICA é uma entidade dinamizadora de projetos, mais do que uma agência de financiamento. Os seus membros incluem todos os países do G8 e do G20, bem como vários bancos regionais e multilaterais.

Grupo de Desenvolvimento de Infraestruturas Privadas: Criado em 2003, o PIDG é uma organização constituída por vários doadores que é dirigida por agências de desenvolvimento.²⁵ Os seus membros comprometem-se com a disponibilização de fundos através de vários mecanismos, incluindo uma facilidade de assistência técnica, um mecanismo que apoia a preparação de projetos tendo em vista a participação do setor privado (DevCo); InfraCo Africa, que investe em projetos financiáveis que não estejam a ser desenvolvidos devido a riscos elevados nas fases iniciais; o Fundo para as Infraestruturas da África Emergente (EAIF, pela sigla em inglês de *Emerging Africa Infrastructure Fund*), que concede empréstimos de longa duração a projetos de infraestruturas desenvolvidos pelo setor privado; e a GuarantCo, que fornece garantias em divisa local. Mais recentemente, o PIDG também apoiou a criação do InfraCredit, o mecanismo de garantia para a Nigéria que recentemente aprovou a sua primeira estrutura de concessão de garantia local.

EAIF: Criado em 2002, o EAIF congrega financiamento de IED e bancos comerciais privados. Gerido pela *Investec Asset Management*, faz parte do PIDG, uma organização de vários doadores com membros de sete países e o Grupo do Banco Mundial. No final de 2017, tinha financiado 67 projetos, com investimentos que totalizam 16 mil milhões de dólares americanos.

Power Africa: Lançada pelos Estados Unidos, esta iniciativa é um dos planos mais ambiciosos de desenvolvimento de infraestruturas regionais. A estratégia a 5 anos visa duplicar o acesso à eletricidade na África Subsariana, proporcionando acesso a 50 milhões de pessoas até 2020. A Power Africa congrega peritos técnicos e juristas, o setor privado, bem como governos do mundo inteiro para aumentar o número de pessoas com acesso à água. O quadro inclui financiamento por parte de bancos comerciais, sociedades de investimento privadas e grandes empresas de energia. A iniciativa concentra as atividades na área das infraestruturas de energia de várias agências dos EUA, incluindo o Export-Import Bank, a Agência de Desenvolvimento Internacional e a Overseas Private Investment Corporation.

Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas: Apoiado por 12 Estados-Membros da UE, este fundo utiliza os seus subsídios para impulsionar financiamentos adicionais por parte do IED da UE.

incluindo subscrições do capital social inicial por parte do BAFD, no valor de 830 milhões de dólares americanos. Estabelecido para facilitar o desenvolvimento de infraestruturas em África, o fundo funciona como ponte entre os setores público e privado, sendo que as empresas privadas lideram a estruturação dos projetos. O fundo participa como investidor estratégico minoritário, alavancando

fundos de outros investidores. O primeiro investimento destinar-se-á a um produtor independente de energia solar-fotovoltaica na Nigéria.

Outras instituições financeiras internacionais

O Novo Banco de Desenvolvimento, com atividade à escala internacional, apoia financiamentos

Há capitais avultados em busca de rendibilidades superiores às obtidas nos países da OCDE

A participação de privados em infraestruturas (PPI) é, em larga medida, considerada como uma estratégia de aumento da eficiência

CAIXA 4.3 Os países africanos têm obtido empréstimos a taxas inferiores às praticadas nas economias da Zona Euro

Os países africanos têm obtido empréstimos a taxas inferiores às praticadas em algumas das economias da Zona do Euro. As rendibilidades na Zâmbia, em 2012, foram inferiores às de Espanha; as taxas de juro na Nigéria foram inferiores às da Irlanda. Algumas das grandes emissões de obrigações:

A Zâmbia fez uma emissão em que a procura excedeu fortemente a oferta de 750 milhões de dólares americanos em eurobonds a 10 anos, com uma rendibilidade de 5,6%, em setembro de 2012, sendo os fundos afetados a uma série de projetos de infraestruturas.

A Nigéria fez a sua estreia no mercado das obrigações em 2011, tendo voltado ao mercado em 2013, com uma emissão de mil milhões de dólares americanos. As rendibilidades eram de 5–6%, numa emissão em que a oferta correspondeu a um quarto da procura. Mais recentemente, a Nigéria emitiu obrigações internacionais no valor de 300 milhões de dólares americanos, com maturidade em 2022 e um cupão de 5,625%.

Em 2013, o Ruanda emitiu obrigações no valor de 400 milhões de dólares americanos, com um cupão de 6,8%, em que a procura foi nove vezes superior à oferta, e obrigações relativas a infraestruturas no valor de 15 mil milhões de Rwf (200 milhões de dólares americanos), em 2015.

O Gana fez uma emissão de 750 milhões de dólares americanos em eurobonds, em 2013, em que a procura foi três vezes superior à oferta, a uma taxa de 7,8%. O produto destas emissões foi reservado para investimentos de capital e redução da dívida pública. Foi realizado um total de 22.394 transações no mercado entre agosto e dezembro de 2015, tendo o valor das obrigações totalizado 1,5 mil milhões de dólares americanos e o valor médio das operações ascendido a cerca de 258 milhões de dólares americanos.

Moçambique entrou no mercado pela primeira vez com uma emissão de obrigações no valor de 500 milhões de dólares americanos a sete anos, uma emissão feita por uma agência apoiada pelo governo, e que oferecia uma rendibilidade de 8,5%.

O Gabão angariou 1,5 mil milhões de dólares americanos através de uma emissão de eurobonds a 10 anos e permuta de dívida (2013) em que a procura excedeu a oferta.

Fonte: <http://cbonds.com/countries/>.

de energia verde e renovável. O seu primeiro compromisso relativamente ao desenvolvimento de infraestruturas em África foi um empréstimo no valor de 180 milhões de dólares americanos, em 2016, destinado à empresa de serviços públicos de eletricidade da África do Sul, para linhas de transmissão de ligação das centrais de energia renovável de 500 W à rede.

O Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, apesar de ainda não ter atividade em África, declarou estar disposto a estudar investimentos no continente para reforçar a integração regional e a cooperação Sul-Sul.

CAPTAÇÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

Os investidores institucionais não têm uma presença forte nas infraestruturas africanas. No entanto, os fundos de pensões e os FS têm potencial para vir a ocupar um lugar de destaque (caixa 4.4), mas são necessárias reformas nos países, assim como novos instrumentos financeiros para os atrair.

Obrigações soberanas

As obrigações soberanas estão a ser emitidas por um número crescente de países e organismos

CAIXA 4.4 Investidores institucionais africanos

Em África, os ativos geridos por investidores institucionais africanos deverão aumentar para 1,8 bilhões de dólares americanos até 2020 relativamente a 670 mil milhões, em 2012 (caixa-tabela 1).

Os fundos de pensões africanos registaram uma expansão em vários países, proporcionando uma opção viável para oportunidades de financiamento a longo prazo. O crescimento económico em África – com a ascensão da classe média do continente, mercados financeiros em expansão e alterações regulamentares a aumentar o número de pessoas abrangidas pela rede da segurança social – contribuiu para o alargamento destes fundos de pensões. A PriceWaterhouse Coopers estima que os ativos dos fundos de pensões sob gestão

em 12 mercados africanos vão aumentar para cerca de 1,1 bilhões de dólares americanos até 2020 relativamente a 293 mil milhões, em 2008. Mais de metade do aumento da população global até 2050 deverá ter lugar no continente. E prevê-se que a classe média africana atinja os 1,1 mil milhões em 2060, ou 42% da população. Até aqui, apenas 5–10% da população da África Subariana está abrangida por um regime de pensões (exceto a África do Sul), muito longe dos 80% no Norte de África.

Com base na dimensão dos ativos em percentagem do PIB, os três principais fundos de pensões encontram-se na África do Sul (87%), Namíbia (77%) e Botsuana (47%). A África do Sul tem cerca de 258 mil milhões de dólares americanos em ativos, mas está a haver um crescimento robusto noutros pontos do continente. Na Nigéria, onde foram implementadas alterações à regulamentação em 2006, os fundos de pensões acumularam mais de 30 mil milhões de dólares americanos em ativos, e o fundo de pensões do Gana atingiu os 2,1 mil milhões de dólares americanos, em 2014. Os fundos de pensões em África têm tipicamente investido de forma substancial em dívida interna. A Nigéria, a Tanzânia e o Uganda privilegiam ativos de rendimento fixo, sobretudo obrigações de dívida pública, enquanto o Botsuana, a Namíbia, a África do Sul e a Suazilândia afetam mais fundos aos investimentos em capital de empresas privadas.

Os FS africanos têm aumentado nos últimos anos, em resultado de aumentos significativos nas receitas das mercadorias de base, designadamente em países exportadores de petróleo (Líbia, Nigéria e Chade). Os FS africanos gerem 154 mil milhões de dólares americanos em ativos, 2,1% do setor global de FS, aumentando o seu número de 15, em 2011, para 21, em 2016.¹ Cerca de 83% dos ativos dos FS africanos provêm das receitas do petróleo, e 17%, da indústria de extração e de outras mercadorias de base. De acordo com o IE-SWLab 2016, o Fundo de Regulação de Receitas da Argélia é o maior FS em África, com ativos superiores a 77 mil milhões de dólares americanos, seguido da Autoridade de Investimento da Líbia, com mais 60 mil milhões.² Na África Subariana, o Fundo Pula do Botsuana e o Fundo de Petróleo do Gana são dois fundos bem governados, com um historial de sucesso em matéria de investimentos. Ambos os fundos procuram preservar as receitas futuras e investir na economia local.

As companhias de seguros africanas, com uma forte ligação ao crescimento económico, representam 1,6% do mercado de seguros global. Enquanto a taxa de penetração média das

CAIXA-TABELA 1 Investidores institucionais africanos, projeções até 2020 (milhares de milhões de dólares americanos)

Tipo de investidor	2012	2020
Fundos de pensões	300	1.100
Companhias de seguros	200	445
Fundos soberanos	170	300
Total	670	1.845

Fonte: Análise com base em Okpamen (2015).

(continuada)

Os ativos geridos por investidores institucionais africanos deverão aumentar para 1,8 bilhões de dólares americanos até 2020

CAIXA 4.4 Investidores institucionais africanos (continuada)

companhias de seguros nos países da OCDE é de 10%, em África, essa média é reduzida, cifrando-se em cerca de 3,5% do PIB. Com cerca de 46 mil milhões de dólares americanos, a África do Sul é o maior mercado de seguros em África (72%). Outros mercados incluem o Egito, Marrocos, Quênia e Nigéria.³

O setor dos seguros do continente continua a expandir-se, apesar da recente crise económica. Empresas de seguros globais, como a Axa e a Allianz, reforçaram recentemente os seus investimentos no continente, cobrindo determinados ramos dos seguros. A Axa adquiriu recentemente companhias de seguros locais na Nigéria (Mansard) e no Egito (CIB), e está a considerar a Argélia como mercado potencial.

Notas

1. IE-SWLab, 2016.
2. Apesar de se prever que os ativos destes dois fundos registem uma descida acentuada em resultado da descida do preço do petróleo.
3. Organização Africana dos Seguros, 2017.

para-estatais. Estas obrigações podem ser interessantes para fundos de pensões e FS, mas o risco de mercado potencial pode estar a condicionar os investidores com maior aversão ao risco. Alguns parceiros de desenvolvimento, como a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), estão a criar instrumentos financeiros para atrair esta categoria de investidores. Com esse mesmo objetivo, os parceiros de desenvolvimento estão à procura de formas de garantir ou mitigar os riscos dos projetos de modo a atraírem investimentos institucionais e capitais privados.

Capital de desenvolvimento

Vários IED estão a procurar promover uma abordagem de capital de desenvolvimento, como é o caso da CDC (*Commonwealth Development Corporation*), no Reino Unido, o Norfund, na Noruega, e a AFD, em França. Tipicamente, envolveriam a condução de projetos até ao fecho de contas com uma estratégia de saída planeada. Por exemplo, a AFD vai investir 664 milhões de dólares americanos em capital de empresas ao longo de cinco anos, com uma tónica em produtores independentes de energia e aeroportos. Noutro exemplo, a IFC afetou 413,3 milhões de dólares americanos, em 2016, com pagamentos de 203 milhões de dólares americanos ao setor privado, incluindo

financiamento de dívida. Os projetos incluíam telecomunicações, assim como instalações de produção e distribuição de energia, com uma tónica nas energias renováveis.

PARTICIPAÇÃO DE PRIVADOS NO FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURAS EM ÁFRICA

A participação de privados em infraestruturas (PPI) é, em larga medida, considerada como uma estratégia de aumento da eficiência nas operações, manutenção e gestão do ciclo de vida dos ativos a longo prazo. Pode assumir a forma de PPP ou mobilizar capitais privados a partir de empréstimos comerciais (mesmo que concedidos a entidades estatais, como é o caso das EP), bem como através dos mercados de capitais (locais e internacionais). Mas os números relativos à PPI são reduzidos em termos globais.² Na África Subsariana, foram acordadas 11 operações envolvendo infraestruturas, num total de 3,3 mil milhões de dólares americanos, ou 5% do investimento global em PPI, em 2016. Este valor representa um decréscimo de 48% relativamente aos totais de investimento em 2015 e à média

CAIXA 4.5 Aumento das parcerias locais e internacionais em África [add call out]

Em novembro de 2013, a AES, empresa de energia dos EUA, adquiriu uma posição maioritária na empresa pública de eletricidade dos Camarões, a Société Nationale d'Électricité. Estão a tornar-se mais comuns outras parcerias entre empresas globais e nacionais: em 2013, durante a privatização na Nigéria, que ascendeu ao valor de 2,5 mil milhões de dólares americanos, as empresas locais que tinham formado consórcios com intervenientes estrangeiros – incluindo a Siemens, Manila Electric, Symbion Power e KEPCO – ganharam a maioria dos projetos.

Em 2015, a Meridiam lançou o Fundo Meridiam de Infraestruturas para África, no valor de 300 milhões de dólares americanos, com o objetivo de investir a longo prazo em infraestruturas em África. Esta abordagem, bem como a capacidade de atuar como parceiro de valor acrescentado para as autoridades estatais, é especialmente adequada ao mercado africano. O fundo privilegia a criação de infraestruturas de raiz, alavancando os conhecimentos especializados da Meridiam no desenvolvimento e gestão desses projetos.

Fonte: http://www.eib.org/products/lending/equity_funds/acp_equity_funds/meridiam-infrastructure-africa-fund; <http://www.africaprogresspanel.org/publications/2017/>.

de 5 anos (em ambos os casos, 6,4 mil milhões de dólares americanos). Duas das operações envolveram o setor da energia em 2016, e outras duas a área dos transportes. O Uganda contou com quatro projetos, o Gana e o Senegal, com dois. Os dois projetos no Gana – Central Elétrica de Amandi (552 milhões de dólares americanos) e Expansão do Porto de Tema (1,5 mil milhões de dólares americanos) – resultaram num investimento de 2,05 mil milhões de dólares americanos, em 2016;³ e o Uganda fechou quatro projetos num total de 64 milhões de dólares americanos (caixa 4.6). Em contraste, a região teve 24 projetos em 2015: 22 no setor da energia, um na área dos transportes e outro no setor da água.

NOVOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO POSSÍVEIS DE APOIO A INFRAESTRUTURAS EM ÁFRICA

Apesar dos desafios da disponibilização de infraestruturas de produção em África, há práticas bem-sucedidas de desenvolvimento de projetos de infraestruturas que já foram experimentadas no continente e à escala global. Muitas destas práticas poderiam ser implementadas em todos

os países africanos, tomando em consideração as circunstâncias económicas específicas e as estruturas de produção das economias nacionais.

Projetos de infraestruturas como categoria de ativos para atrair investidores institucionais

A dívida em infraestruturas ainda não foi amplamente considerada como sendo uma categoria de ativos importante pelos investidores em África. Mas alguns países no continente estão a utilizar uma gama alargada de mecanismos de financiamento para apoiar investimentos em infraestruturas, e há que intensificar as novas abordagens que são bem-sucedidas. Incluem a criação de uma categoria de “ativos de infraestruturas” para atrair investidores institucionais e uma maior utilização de garantias por parte dos governos ou IED que possam diminuir o risco identificado pelo setor privado e obter financiamentos coletivos.

Aprender com a experiência na iniciação de produtos

Os decisores políticos em África também devem aproveitar a experiência das instituições financeiras internacionais na conceção e lançamento de produtos financeiros inovadores para mobilizarem recursos de financiamento para infraestruturas (tabela 4.1).

Estão a tornar-se mais comuns outras parcerias entre empresas globais e nacionais

CAIXA 4.6 Parcerias público-privadas em projetos de infraestruturas em África

Os números das PPP em África são inferiores aos de outras regiões em desenvolvimento.¹ Houve 17 operações envolvendo infraestruturas, num total de 4,18 mil milhões de dólares em 2016, um número muito inferior aos 11,4 mil milhões registados em 2013 para 29 projetos (caixa-figura 1). Houve onze projetos no setor da energia em 2016, dois nos transportes e um em telecomunicações.

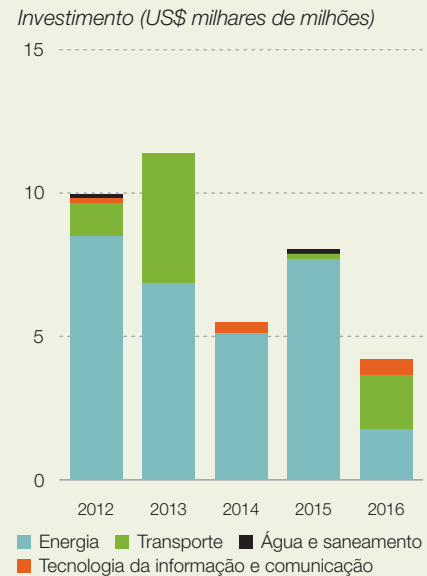
As PPP também podem financiar infraestruturas industriais. Em alguns casos, esses ativos, já construídos, viram efetivamente o seu grau de risco reduzido. Um ativo plenamente operacional pode beneficiar de gestão privada para aumentar a eficiência e eficácia operacionais, ou de capitais privados que permitam grandes obras de reabilitação, requalificação ou extensões. Os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) podem pretender redobrar os seus esforços para:

- Identificar um conjunto de ativos em que a participação de privados possa incidir na melhoria da gestão, tecnologia ou serviços.
- Avaliar se o financiamento público pode melhorar a prestação pública do ativo de infraestruturas e se o mesmo consegue captar investidores institucionais locais.
- Identificar ações complementares para libertar ativos improdutivos, como reforço da supervisão institucional, legislação e regulamentação.

Nota

1. Ver o Relatório Anual de 2017 do Banco Mundial sobre a Base de Dados da PPI (Atualização janeiro-junho, p.6); e Arezki et al. (2017).

CAIXA-FIGURA 1 Investimentos de PPP em África, 2012–16



Fonte: Banco Mundial 2017c.

Produtos financeiros inovadores para infraestruturas

Os países africanos atraem novos financiamentos para infraestruturas, quer através de PPP, quer através dos mercados de capitais locais e internacionais. A procura de investimento público eficiente está a aumentar e, consoante a situação macroeconómica e a notação de crédito de um país, estão a ser criados produtos inovadores para ajudar os países em desenvolvimento a criar novas plataformas para investidores institucionais interessados no financiamento de infraestruturas.

Mas os requisitos de Basileia II e III em matéria de solvência condicionam alguns investidores financeiros potencialmente interessados em infraestruturas.

Obrigações com opção de venda sobre projetos

As obrigações são concebidas para mobilizar os fundos de pensões e de seguros de vida, bem como fundos soberanos para PPP em economias emergentes. Financiariam fundos de investimento a longo prazo desde o início até à conclusão de um projeto, evitando o risco de refinanciamento.

TABELA 4.1 Exemplos de projetos em África

Descrição do projeto	Emissões com risco crítico e sua solução
<p>Projeto de Energia Eólica no Lago Turkana – Quênia</p> <p>Custo total do projeto, estimado em 680 milhões de dólares americanos, inclui o custo da linha de transmissão prevista com 400 km de extensão desde o Lago Turkana até à subestação de Susua perto de Nairobi, bem como o custo de requalificação de 200 km de estradas e pontes.</p> <p>O projeto será financiado através de dívida privada (25%), dívida intercalar (mezzanine) (5%) e dívida sénior (70%).</p> <p>O projeto foi de alguma forma inovador, no modo como o risco de liquidez foi gerido (através de uma conjugação de cartas de crédito e de disposições envolvendo contas caucionadas).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de geração através de uma PPP (setor privado) e linha de transmissão de 428 km (setor público). • O Fundo Africano de Desenvolvimento aplicou a sua primeira garantia de risco parcial para mitigar o risco de atrasos na linha de transmissão (que, além disso, está abrangida por obrigações de pagamento por atrasos do governo queniano à empresa do projeto e aos seus credores). • O BAfD utilizou a sua estrutura para empréstimos do tipo “B-Loan”, permitindo aos bancos beneficiar do seu estatuto de credor privilegiado. • O Banco Europeu de Investimento, com estruturas de garantia da Agência Dinamarquesa de Crédito às Exportações (cobertura política e comercial) e de dois bancos da África do Sul – Standard Bank of South Africa Limited e Nedbank Limited (cobertura comercial) – poderá alavancar 200 milhões de euros para o projeto. • A aplicação do instrumento financeiro do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas (que conjuga verbas para IED com verbas de subsídios da CE) foi essencial para a cobertura do défice de capitais próprios.
<p>Projeto de energia hidroelétrica (250MW) em Bujagali, Uganda</p> <p>Trata-se de um contrato que envolve a construção, propriedade e operação por parte da Bujagali Electricity Limited, cujos patrocinadores são a Industrial Promotion Services (Kenya) Limited e a SG Bujagali Holdings Ltd, associada da Sithe Global Power, LLC (EUA). Os requisitos de financiamento totais ascendem a 798 milhões de dólares americanos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura mobilizou as entidades financiadoras comerciais através de um reforço do crédito e uma abordagem conjugada. • O instrumento de crédito é constituído por um empréstimo comercial de 115 milhões de dólares americanos, dos bancos Standard Chartered e Absa, com uma cobertura de risco parcial do Banco Mundial. • O financiamento restante proveio de outras entidades multilaterais, como a IFC, que afetou 130 milhões de dólares americanos em empréstimos, e o Banco Europeu de Investimento, que concedeu um empréstimo de 140 milhões de dólares americanos, e ainda o BAfD, com 110 milhões de dólares americanos. O IED europeu integra a agência de desenvolvimento francesa Proparco, com um empréstimo de 73 milhões de dólares americanos, a DEG/KfW da Alemanha, com 45 milhões de dólares americanos, e a FMO, financiadora neerlandesa, com 73 milhões de dólares americanos. Todos os empréstimos de dívida sénior têm um prazo de amortização total de 16 anos, dos quais 627 milhões de dólares americanos são financiados por dívida e 171 milhões de dólares americanos por capitais próprios. O rácio dívida/capitais próprios é de aproximadamente 78:22. A MIGA prestou uma garantia de investimento de capital até 115 milhões de dólares americanos por um prazo de 20 anos.
<p>Obrigações em divisa local – Namíbia</p> <p>A IFC lançou a primeira obrigação de um emitente não residente nos mercados de capitais da Namíbia, angariando 180 milhões de dólares da Namíbia (12 milhões de dólares americanos) para desenvolvimento do setor privado.</p> <p>A obrigação a 5 anos tem o nome de Namib (“espaço vasto”), inspirado no deserto mais antigo do mundo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A estrutura procura desenvolver de forma sistemática os mercados de capitais locais através da criação de transações “de referência” para obrigações no mercado nacional. O produto resultante apoia empresas privadas que não teriam acesso a capitais a longo prazo denominados na divisa local. • A obrigação faz parte de um programa de emissão de títulos a médio prazo registados junto da Bolsa de Valores da Namíbia que permite à IFC fazer uma emissão até 10 mil milhões de dólares da Namíbia (aproximadamente 650 milhões de dólares americanos) em obrigações no mercado nacional. • A IFC investe o produto da obrigação no apoio ao desenvolvimento do setor privado na Namíbia. A rentabilidade da obrigação é de 9,812% ao ano. • A emissão obrigacionista é liderada pelo Standard Bank e pela IJG Securities (Pty) Ltd. A IJG Securities também é o corretor da transação, enquanto o Standard Bank e a Transfer Secretaries (Pty) Ltd são os agentes fiscais.
<p>Acesso das EP à garantia dos mercados de capitais: Kenya Power and Lighting Company</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A disponibilização de acesso das EP aos mercados de capitais permite poupanças em matéria de refinanciamento. • O mecanismo de reestruturação da dívida faz parte dos 500 milhões de dólares americanos de novos financiamentos comerciais destinados ao refinanciamento da dívida existente da KPLC com um empréstimo de maturidade muito mais alongada e a uma taxa de juro inferior. • Uma garantia de empréstimo de 200 milhões de dólares americanos para apoio às obrigações de serviço da dívida da KPLC ao abrigo de um instrumento de empréstimo sindicado. • No final, a posição financeira da KPLC será reforçada com cerca de 180 milhões de dólares americanos poupados através da reestruturação da dívida. • Garantia assinada em 2015, com uma maturidade de 10 anos.

Seriam aplicados a projetos de raiz. Para facilitar os financiamentos de longa duração, um BMD poderia disponibilizar uma opção de venda após o período de construção e arranque e receber um prémio de garantia. O BMD assumiria então

o risco de construção e de operação inicial para dinamizar o financiamento, complementado por empréstimos comerciais, se for caso disso.

Para tornar a estrutura financiável, as obrigações deveriam ter a notação de “investment

Alguns países no continente estão a utilizar uma gama alargada de mecanismos de financiamento para apoiar investimentos em infraestruturas

grade”. Consideremos um investidor institucional com apetência por investimentos a longo prazo que comprou uma obrigação a 20 anos (pressupondo 3 anos para a construção, 2 para o arranque e 15 para a operação), com capital e pagamento de juros garantidos pelo BMD. Após cinco anos, o investidor teria uma opção de venda para vender a obrigação ao BMD, na condição de os projetos não terem satisfeito condições mínimas previamente definidas (fatores espoletadores), como conclusão bem-sucedida da construção, rácios de cobertura mínimos e condições de notação de crédito mínimas. O BMD ficaria na posse de tal obrigação e apoiaria o projeto de modo a cumprir as obrigações em matéria de resultados, e poderia então considerar vender de novo a obrigação a fundos de pensões. Só os projetos que tiverem solidez e forem economicamente viáveis e estiverem alinhados com a estratégia do BMD de ajuda ao país seriam considerados.

Estruturação com “debentures”

A proposta prevê que um BMD forneça empréstimos flexíveis e de curta duração para os governos adquirirem *debentures* ou obrigações convertíveis para financiar as fases iniciais de um projeto. As *debentures* seriam emitidas por um veículo de finalidade especial (SPV, pela sigla em inglês de *special-purpose vehicle*) que cria e opera o mecanismo para infraestruturas e financia a fase inicial do projeto. Após a criação e depois de alguns dos riscos iniciais terem desaparecido, o governo venderia as *debentures* no mercado a investidores e utilizaria o produto para reembolsar o BMD. O governo poderá beneficiar de qualquer resultado positivo dos projetos se as obrigações forem convertíveis.

As vantagens da abordagem proposta são quatro: minimiza os custos de financiamento globais (e os subsídios do governo), pois utiliza financiamentos intercalares do governo no momento em que são mais dispendiosos para o setor privado; maximiza a participação de privados, uma vez que todo o financiamento proviria do setor privado no final (maximizando os incentivos à eficiência das operações); apoia o desenvolvimento do mercado de capitais no país beneficiário. E minimiza a utilização de capital do BMD, uma vez que o empréstimo para financiamento

de *debentures* seria de prazo relativamente curto (3–4 anos, em vez de 15+ anos para empréstimos normais a projetos).

O BMD prestaria ajuda ao governo na conceção do mecanismo para infraestruturas e na estruturação do instrumento de *debentures* ou obrigações e o SPV. Reduziria igualmente o risco de refinanciamento ao proporcionar flexibilidade no empréstimo, permitindo ao governo escolher o melhor momento para pôr a *debenture* ou a obrigação convertível em circulação.

Acordos de PPP de longa duração com base na produção

Esta estrutura integra disposições em matéria de resultados. A ajuda com base na produção (OBA, pela sigla em inglês de *Output-based aid*)⁴ é uma estratégia de financiamento para fundos públicos que apoia a prestação de serviços básicos em situações em que preocupações de natureza política justifiquem o financiamento público para complementar ou substituir as taxas de utilização. Por norma, o pagamento é feito apenas quando tiver sido alcançado um nível de produção previamente acordado. No modelo proposto, a entidade concedente estabelece um acordo de PPP com a entidade promotora. A entidade promotora compromete-se a cumprir metas de desempenho especificadas no acordo de PPP e recebe financiamento para as despesas de capital por parte dos mercados de capitais comerciais. As receitas tarifárias são a fonte de fluxos de caixa do promotor. São utilizadas para cobrir as despesas com o funcionamento e a manutenção, o reembolso da dívida e o financiamento das despesas de capital, sendo o remanescente conservado como lucro. As receitas tarifárias são suplementadas por fundos pagáveis por um fundo de subvenções, que deverá pagar com base na produção. Esta modalidade pode ser aplicada a setores como os da eletricidade, da água e das águas residuais.

O fundo de subvenções poderá ser financiado por uma IFI. O subsídio, que tem por base uma produção previamente definida que incentiva o promotor a disponibilizá-la, é pago a um fundo administrado numa conta caucionada neutra, apoiada por um auditor independente que confirma a prestação do serviço. A dívida incorrida

pelo fundo de subvenções seria da responsabilidade da entidade concedente.

A principal vantagem da introdução de subsídios com base na produção consiste na diminuição do encargo do promotor de recuperar todos os seus custos (despesas com operações e manutenção, reembolso da dívida, financiamento das despesas de capital e lucros) através dos encargos tarifários e de ligação (caixa 4.7).⁵ As tarifas podem continuar a ser reduzidas, e o promotor pode conseguir uma recuperação total dos custos e, em alguns casos, um retorno sobre o investimento. A produção ou resultados previamente definidos e associados aos incentivos podem incluir:

- A prestação de acesso ao serviço é definida como a prestação de ligações funcionais comprovadas através de uma conta de água paga. Neste caso, o custo total ou parcial de uma ligação é pago pelo fundo de subvenções com base em cada nova ligação. Uma das vantagens adicionais é uma maior obrigação de prestação de contas decorrente deste sistema, uma vez que os clientes podem monitorizar o desempenho do promotor com base na disponibilização de ligações.
- O pagamento do subsídio ao promotor enquanto proporção da conta do cliente serve para incentivar uma melhoria e o alargamento das capacidades de faturação e a redução da água não cobrada. Deste modo, o subsídio

é pago com a mesma frequência com que é apresentada a fatura ao cliente, incentivando o promotor a aumentar o volume de água faturada e a melhorar a prestação do serviço. Outra vantagem é a transparência proporcionada aos clientes, que podem consultar o nível do subsídio na sua conta.

- Os credores comerciais preocupados com os riscos regulamentares e políticos têm garantia do reembolso da dívida através da associação do subsídio aos resultados, mas pagando-o diretamente aos credores comerciais.
- O subsídio relativo ao incentivo em matéria de águas residuais é calculado de acordo com o volume de águas residuais tratadas.

O modelo de concessão da OBA deve ser utilizado nos casos em que os promotores não consigam estabelecer tarifas que permitam uma recuperação total dos custos por razões de natureza política ou social, e em que os riscos políticos e regulamentares não ameacem o projeto e possam ser geridos sem problemas. Um agente de verificação independente assegura que a produção previamente definida foi obtida de modo a dar ao promotor a certeza de obtenção de receitas e, deste modo, fortalecer a possibilidade de financiamento do esquema no seu todo,⁶ e também para evitar disputas entre a entidade concedente e o promotor. Mesmo assim, poderá ser necessário incluir disposições que permitam a adaptação e a renegociação dos contratos de modo a ter em

O modelo de concessão da OBA deve ser utilizado nos casos em que os promotores não consigam estabelecer tarifas que permitam uma recuperação total dos custos

CAIXA 4.7 Moçambique: Utilização de subsídios para fortalecer a capacidade de obter financiamento

Dois projetos nacionais no domínio das águas, entre 1999 e 2007, aumentaram o acesso à água para 37% nas principais cidades da Beira, Maputo, Nampula, Pemba e Quelimane. Também reforçaram as instituições do setor e o quadro regulamentar. E testaram o quadro da gestão delegada, que separa ativos e operações, adjudica a gestão das operações a operadores privados e fiscaliza a entidade reguladora. Também procuram assegurar uma recuperação total dos custos através das tarifas, mas tal não inclui os custos de ligação.

A Parceria Global para a Ajuda com Base na Produção destinou 6 milhões de dólares americanos a famílias pobres que não têm capacidade financeira para pagar os custos de ligação. Uma taxa de ligação simples pode custar entre 160 e muito acima de 240 dólares. O subsídio com base na produção incentivou a adesão por parte de famílias pobres.

Fonte: Mandri-Perrott and Stiggers 2009.

conta alterações inesperadas nos pressupostos considerados inicialmente e que serviram de base ao acordo de PPP, incluindo indexações das tarifas e avaliações periódicas e de emergência.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Nova iniciativa da IFC em matéria de infraestruturas

O Programa da Carteira de Concessão Conjunta de Empréstimos, o primeiro deste tipo, visa aumentar a mobilização de dívida por parte da IFC junto de investidores institucionais para apoiar infraestruturas em mercados emergentes. Deverá:

- Solucionar constrangimentos de capacidade dos investidores institucionais aproveitando a capacidade da IFC para criar, estruturar e gerir uma carteira de projetos financiáveis relacionados com infraestruturas.
- Oferecer aos investidores institucionais uma carteira com dimensão e diversificação suficientes através de uma sindicância rentável da mesma.
- Proporcionar reforço de créditos através de uma tranche de perdas de primeiro grau (“*first loss tranche*”) da IFC para criar um perfil de risco/retorno de categoria “*investment grade*”, ultrapassando uma condicionante importante em termos de capitais.

A estrutura do fundo assenta numa parceria com gestores de fundos privados para a IFC apoiar novos veículos privados de dívida para infraestruturas. Cada veículo investirá em empréstimos para infraestruturas originados pela IFC e sindicados através da plataforma do programa, assegurando que cada veículo cumpre os requisitos comerciais e regulamentares dos grandes investidores institucionais. O que é de notar é o facto de o investimento da IFC ficar numa posição de perdas de primeiro grau, subordinada a outros investidores sénior, melhorando a posição de risco dos investidores sénior para um perfil de categoria “*investment grade*”. Cada dólar de investimento da IFC apoiará mais 8–10 dólares de investimento de terceiros. A diversificação natural oferecida pela carteira da IFC, associada a uma inovadora perda de primeiro grau de carteira, permite à IFC melhorar o crédito dos

investidores sénior para a categoria de “*investment grade*”.

Captação do valor fundiário e promoção imobiliária

A captação do valor fundiário diz respeito a mecanismos que monetizam o aumento do valor dos terrenos que ocorre na envolvimento dos projetos de infraestruturas. Por exemplo, no desenvolvimento de linhas de metropolitano, a promoção imobiliária em torno das estações é um exemplo comum de um benefício exterior que resulta dos investimentos nas linhas férreas. Um mecanismo de financiamento que pode surgir frequentemente no planeamento de projetos ferroviários é o dos “direitos aéreos”, em que o promotor, por ser proprietário ou arrendar um terreno (ou um edifício), ganha direito a utilizar e desenvolver o espaço acima dessa propriedade. A construção sobre linhas férreas, plataformas, terminais de transportes ou estações pode ser altamente rentável e já foi tentada na criação de uma série de sistemas de metropolitano. Vários projetos de metropolitano subterrâneo ou de superfície internalizaram o valor da promoção imobiliária para compensar as perdas de exploração resultantes de receitas insuficientes com os bilhetes. Em Nova Iorque, por exemplo, a Metropolitan Transportation Authority vendeu direitos aéreos aos New York Jets para construir um estádio sobre uma estação de triagem e manobras perto da Penn Station. Outros projetos de transportes, como projetos envolvendo autocarros e metros de superfície, obtiveram financiamento inicial (capitais próprios ou subvenções) de promotores locais cujos outros investimentos irão provavelmente beneficiar de novos serviços de transportes. Os promotores imobiliários também têm tido atividade em consórcios privados. Por exemplo, a Tanayong Company, um dos principais promotores imobiliários de espaços residenciais e comerciais da Tailândia, liderou os esforços de construção do sistema Skytrain de Banguecoque.

A promoção imobiliária não é, contudo, uma panaceia para resolver o financiamento de infraestruturas e não deve ser vista como substituta de operações viáveis. O planeamento de novos projetos de infraestruturas deve incidir na disponibilização de serviços de transportes públicos de

Os governos podem priorizar os investimentos em projetos com retornos económicos e sociais mais elevados

TABELA 4.2 Ativos e apetência pelo investimento potencial em infraestruturas em África

Instituição	Ativos sob gestão (bilhões de dólares americanos)	Duração do investimento	Apetite p/risco	Objetivo do investimento	Riscos e condicionantes
Banco comercial	40,2	Curto prazo	Baixo a médio	Obter margens de juros líquidas	Risco de desfasamento na gestão de ativos/passivos Conjuntura regulamentar agravada: BASILEIA III
Promotor de infraestruturas	3,4	Curto prazo	Alto	Participar como parceiros do projeto	Capital limitado para investir num horizonte de longo prazo
Seguro Não-Vida	N/A	Curto prazo	Médio	Cumprir o custo de financiamento de passivos calculado pelos atuários	Risco de desfasamento na gestão de ativos/passivos Conjuntura regulamentar agravada: IFRS II, Solvência II
Federação dos trabalhadores das infraestruturas e da função pública	2,7	Depende das características do fundo	Alto	Maximizar a riqueza dos beneficiários	Problema de liquidez devido a resgate do beneficiário
Sociedade de investimento	29,0	Curto a médio prazo	Depende dos mandatos dos fundos	Maximizar os retornos para a empresa	Problema de liquidez devido a resgate do beneficiário
Seguro de vida e pensões privadas	26,5	Longo prazo	Médio	Cumprir o custo de financiamento de passivos calculado pelos atuários	Risco de desfasamento na gestão de ativos/passivos Conjuntura regulamentar em agravamento: IFRS II, Solvência II
Pensão do Estado	10,9	Longo prazo	Médio	Cumprir o custo de financiamento de passivos calculado pelos atuários	Risco de desfasamento na gestão de ativos/passivos Risco de longevidade crescente
Fundo soberano	6,3	Longo prazo	Médio-alto	Maximizar a riqueza do fundo soberano	Problema com a aprovação do mandato por parte do governo
Doações e fundações	1,0	Longo prazo	Alto	Maximizar a riqueza do beneficiário	O mandato pode não permitir o investimento em economias emergentes ou em desenvolvimento

alta qualidade e concebidos de forma inteligente, e não na criação de novos locais para os consumidores fazerem as suas compras. A dependência excessiva das receitas de desenvolvimento exteriores pode diminuir o escrutínio do funcionamento dos sistemas e da prestação dos serviços. Em alguns casos, os parceiros de projeto cujos principais interesses são o imobiliário poderão considerar incentivos perversos para promover um projeto de infraestruturas, prestando pouca atenção ao correto planeamento dos transportes.

RECOMENDAÇÕES SOBRE POLÍTICAS

Os países devem tirar melhor partido dos fundos públicos e dos investimentos em infraestruturas, encorajando simultaneamente a participação do setor privado. Mas as diferentes fases de desenvolvimento dos países africanos significam que as abordagens de políticas necessitam de ser específicas para cada país.

Fortalecer o enquadramento institucional e de governação

Os governos africanos continuarão a ser os principais atores na disponibilização de financiamento, estabelecendo o ambiente institucional e regulatório e implementando políticas para estimular

Os governos deveriam estabelecer sistemas de infraestruturas eficazes, incluindo instituições autónomas e mecanismos de financiamento autossustentáveis

os investimentos produtivos. O financiamento privado das infraestruturas continuará provavelmente a ser uma pequena parcela das despesas globais nas infraestruturas, estando estimado em 5–10 por cento. Nem todos os projetos de infraestruturas são adequados para PPP, e as barreiras regulatórias impedem a realização de investimentos mais significativos por parte dos investidores institucionais. O aumento da disponibilidade de infraestruturas fundamentais para o crescimento económico também não exige investimentos em novas infraestruturas. Os governos podem otimizar a utilização das infraestruturas existentes para reduzir as ineficiências e o desperdício, e priorizar os investimentos em projetos com retornos económicos e sociais mais elevados. Assim, são essenciais acordos institucionais eficazes para a gestão eficaz das tarefas complexas de planeamento, conceção, coordenação, desenvolvimento, implementação e regulação dos projetos.

Para melhorar a eficiência, os governos também se devem centrar no aspeto humano do desenvolvimento das infraestruturas – nas questões de políticas e regulatórias, na educação e formação das equipas envolvidas no financiamento das infraestruturas e na investigação constante para se manterem a par dos novos conhecimentos. As intervenções na dimensão humana podem incluir a adoção de uma abordagem multimodal para integrar as redes de transportes, analisar as barreiras pautais e não pautais ao comércio, facilitar a circulação transfronteiriça de pessoas e mercadorias e estabelecer um enquadramento regulatório eficaz que desencoraje os monopólios e cartéis. Cerca de 75 por cento dos atrasos nas fronteiras são causados por restrições à facilitação do comércio, em comparação com 25 por cento relacionados com as infraestruturas materiais.⁷

Foco na manutenção e produtividade das infraestruturas

Algumas das perdas nas infraestruturas devem-se a falta de manutenção. Mesmo quando os projetos de infraestruturas são entregues com elevada qualidade, a falta de manutenção conduz a uma rápida deterioração. Em África, é comum ver as centrais elétricas perderem parte da capacidade de produção, as canalizações de água

acidentalmente ou propositadamente partidas, ou as estradas pavimentadas tornarem-se intransitáveis. Num país africano típico, cerca de 30 por cento das infraestruturas necessitam de reabilitação, e ainda mais nas infraestruturas rurais e nos países em situação de conflito.⁸ A manutenção pode prevenir essas perdas e evitar maiores despesas em grandes reparações, reabilitação ou novas construções. Reduzir as perdas na transmissão e distribuição da energia e da água custa menos de 3 por cento do que adicionar o equivalente em nova capacidade.⁹ De forma semelhante, 1 dólar americano gasto em manutenção de estradas significa uma poupança de 4 dólares americanos para a economia.¹⁰ Se as nações africanas tivessem gasto mais 12 mil milhões de dólares americanos em reparações nos anos 90, teriam poupado 45 mil milhões de dólares americanos nos custos de reconstrução subsequentes.¹¹

Os governos deveriam estabelecer sistemas de infraestruturas eficazes, incluindo instituições autónomas e mecanismos de financiamento autossustentáveis. Parte de um imposto sobre os combustíveis pode ser dirigida para um fundo de manutenção das estradas, e um imposto sobre o consumo de energia pode ser destinado à manutenção da transmissão e distribuição. De forma mais geral, as receitas dos impostos sobre as infraestruturas podem ser destinadas ao financiamento de novas infraestruturas, incluindo escolas e hospitais. Mas os governos devem evitar um sistema em que a manutenção seja atribuída todos os anos a partir do orçamento, já que as considerações de ordem política não favorecem esta rubrica orçamental.

Adotar uma abordagem pragmática na priorização estratégica das infraestruturas

Os projetos de infraestruturas estão entre os investimentos mais rentáveis que qualquer sociedade pode fazer. Quando produtivos, contribuem para, e sustentam, o crescimento económico de um país e, conseqüentemente, proporcionam os recursos financeiros para fazer tudo o resto. Mas muitos governos tentam fazer demasiado simultaneamente e acabam por efetivamente não fazer muito. Ou dão prioridade às indústrias

e setores errados e dedicam os limitados recursos financeiros, administrativos e humanos a atividades que não são competitivas e não podem gerar pagamentos suficientes para sustentar o desenvolvimento.

Atualmente, África cobra anualmente 500 mil milhões de dólares americanos em impostos sobre o rendimento, 50 mil milhões em ajuda externa, 60 mil milhões em remessas e 59 mil milhões em fluxos de IED. Estes números dificilmente aumentarão rapidamente a médio prazo. Porque o continente não consegue financiar as suas necessidades em educação, saúde, segurança e muitas outras prioridades, é improvável que tenha em breve os recursos financeiros para financiar o orçamento anual de 130–170 mil milhões de dólares americanos para infraestruturas. O problema do défice de infraestruturas de África exigirá sempre um esforço contínuo, especialmente num mundo de tecnologia em constante mudança.

As necessidades de financiamento dos países em transição ou a sair de conflitos violentos são, tipicamente, muito maiores, até 37 por cento do PIB, o que é impossível para qualquer governo.¹² Metade dos recursos de infraestruturas na República Democrática do Congo necessita de reabilitação. E após anos de conflito e instabilidade política, as infraestruturas na Líbia e na Somália podem exigir uma estratégia radicalmente diferente da de outros países africanos. Os países africanos também diferem quanto à capacidade de atrair financiamento privado para os projetos de infraestruturas. Por exemplo, do valor de 39 mil milhões de dólares americanos para projetos PPP em África entre 2012–16, os países de baixo rendimento receberam apenas 4 por cento.

O acesso universal a infraestruturas de elevada qualidade apenas pode ser um objetivo a longo prazo. Tentar alcançá-lo com recursos limitados levou os governos a gastar demasiado em demasiados projetos, com retornos económicos baixos e pouco estímulo para o crescimento industrial e para a criação de emprego.

Mas os países africanos não precisam de resolver todos os problemas de infraestruturas antes de conseguirem alcançar um crescimento sustentado e inclusivo. Em vez disso, devem

focar-se na melhor forma de utilizar os escassos recursos orçamentais para infraestruturas para alcançarem os mais elevados retornos económicos e sociais. A rentabilidade económica das infraestruturas difere por tipo, com os maiores resultados a virem da capacidade de produção de eletricidade, seguida pela densidade telefónica e pela extensão rodoviária.¹³ O setor energético tem mais probabilidades de ter um forte impacto positivo do que qualquer outro setor das infraestruturas¹⁴ e maior probabilidade de atingir uma elevada taxa social de retorno.¹⁵ Mas para os países sem litoral, as ligações de transportes com países com portos podem ser mais importantes, já que frequentemente determinam o custo e a acessibilidade de outras infraestruturas. Os custos de transporte podem representar 40 por cento dos custos dos materiais de construção em Kigali, no Ruanda, por exemplo.

O planeamento estratégico que considera as circunstâncias de cada país, bem como as suas vantagens comparativas em indústrias específicas, pode ajudar os governos a fazer escolhas difíceis. Deve ser dada prioridade a atividades produtivas, como o fabrico, que podem conduzir ao crescimento inclusivo através da criação de empregos. Esta é a principal lição da história económica, especialmente da China. Quando a China começou o seu crescimento espetacular a uma média de 9,6 por cento durante 38 anos (1979–2017), os seus líderes estavam conscientes de que as infraestruturas do país eram pobres, ainda mais pobres do que são atualmente na Etiópia ou na República Democrática do Congo. Também compreenderam que nunca teriam os recursos financeiros e a capacidade administrativa suficientes para construir estradas, autoestradas, ferrovias, portos e aeroportos em todo o país, ou para acolher a interconexão regional com outros vizinhos (principalmente pobres).

A única solução sensata foi definir corretamente as prioridades e identificar os locais geográficos em que eram necessárias infraestruturas de elevada qualidade para apoiar a indústria ligeira. Algumas histórias de êxito rápido nestas indústrias, setores e locais bem orientados forneceram o financiamento para apoiar os projetos de infraestruturas noutras partes do país. O resultado? A China está hoje bem colocada para

As infraestruturas serão construídas de forma mais eficiente em zonas económicas especiais (ZEE) e em parques industriais

Os países africanos deveriam todos adotar enquadramentos jurídicos e regulatórios eficazes, incluindo leis para as operações PPP

lançar praticamente qualquer projeto de infraestruturas que possa ser necessário à sua economia. A estratégia pragmática de priorização e a seleção das indústrias também permitiu que a China construísse, de seguida, as infraestruturas fundamentais de que a economia necessitou à medida que evoluía de um nível de desenvolvimento para outro, e que se encontre hoje em posição de financiar projetos de infraestruturas em todo o mundo.

Abordar o défice de infraestruturas em zonas económicas especiais e parques industriais

Para estimular o desenvolvimento de indústrias competitivas, as infraestruturas serão construídas de forma mais eficiente em zonas económicas especiais (ZEE) e em parques industriais para desenvolver *clusters* em setores e locais específicos. Os *clusters* criam efeitos de aglomeração com externalidades positivas para as empresas, através de divulgações de conhecimentos, centralização de trabalho, transferências de tecnologia e grande proximidade de fornecedores especializados.

Ao criar uma área geográfica com um bom ambiente jurídico, regulatório e institucional, e com todas as infraestruturas necessárias, os parques industriais atraem IED, criam emprego e geram exportações. De facto, a recomendação para melhorar o contexto empresarial em África foi feita há décadas, no entanto, as empresas africanas ainda se encontram condicionadas por enquadramentos regulatórios inadequados, falta de energia, maus sistemas de distribuição e acesso difícil ao financiamento. Fornecer infraestruturas adequadas e simplificar os sistemas regulatórios num parque industrial pode melhorar o desenvolvimento privado e aumentar a criação de emprego.¹⁶

Os parques industriais foram usados na China desde 1978 para impulsionar o desenvolvimento económico. Também foram usados, com vários graus de êxito, em todo o mundo. África usou-os, desde os anos 1970, com resultados heterogêneos. Os países africanos deviam, portanto, aprender com as primeiras ZEE os fatores determinantes para o sucesso e para o fracasso, para replicarem as melhores práticas e evitarem erros.

Uma extensa literatura explorou os fatores de sucesso para os parques industriais e a forma de melhorar o desempenho destes em África.¹⁷ Após a Maurícia, vários países africanos, como a Etiópia, o Gana e Marrocos, criaram parques industriais que estão a obter grandes resultados de desenvolvimento.

Mobilizar os recursos internos através de subsídios bem orientados e de uma cobrança rigorosa de taxas

Para financiarem os projetos de infraestruturas, vários países africanos emitiram dívida em moeda forte através de parceiros de financiamento do desenvolvimento estrangeiros ou de eurobonds. Estes instrumentos criam endividamento e limitam o investimento de capital no futuro, especialmente se os fundos não forem usados criteriosamente para projetos de investimento que aumentem a capacidade produtiva do país. Existem outras formas através das quais os países africanos podem angariar financiamento sem porem em risco a estabilidade macroeconómica, especialmente ao melhorarem as políticas e práticas, e pedindo maiores contribuições aos utilizadores dos serviços. Em todo o continente, as tarifas de eletricidade e água ainda não refletem os custos, agravados por subfaturação ou por ligações ilegais. Embora seja importante assegurar o acesso à eletricidade para as famílias de baixo rendimento, reduzir os subsídios ao dirigi-los às famílias mais necessitadas, combater a fraude e garantir que todos os que podem pagar o serviço o pagam efetivamente aumentaria os recursos. Do mesmo modo, cobrar uma pequena taxa para estradas e pontes ajudaria a garantir os fundos para manutenção e contribuiria para o financiamento de novos projetos de infraestruturas.

Atrair mais financiamento privado para os projetos de infraestruturas

Os governos podem alavancar os seus fundos para atrair o financiamento privado. Globalmente, a contribuição dos bancos comerciais e dos investidores institucionais continua a ser baixa, apesar de terem 120 biliões de dólares americanos sob gestão. A falta de classes de ativos de infraestruturas, a complexidade das estruturas

dos mercados de capitais para infraestruturas e as regulamentações internacionais e nacionais (Basileia III), tudo isto limita o seu potencial. Embora os países africanos devam tentar atrair uma parte desses financiamentos, o objetivo deve ser o aumento da participação das empresas de infraestruturas na energia, telecomunicações e, em menor grau, nos transportes.

Os países africanos deveriam todos adotar enquadramentos jurídicos e regulatórios eficazes, incluindo leis para as operações PPP. Uma política bem definida para o financiamento de investimento e envolvimento privado nos projetos de infraestruturas — conjugada com instrumentos jurídicos associados, políticas de contratação e procedimentos regulatórios — pode melhorar a atratividade e o financiamento bancário dos projetos de infraestruturas. Mais importante, os governos devem assegurar que as normas e regulamentos são bem executados, sem alterações de política frequentes. A maioria dos países africanos tem boas políticas, mas raramente as aplica. A incerteza política deve ser evitada através de consultas alargadas a todas as partes interessadas, incluindo os partidos da oposição, organizações da sociedade civil e o setor privado. O apoio de todas as partes interessadas pode garantir que as políticas sobrevivem às mudanças de governo.

As políticas de PPP que refletem as melhores normas internacionais são peças essenciais do enquadramento do financiamento de infraestruturas. Algumas jurisdições preveem legislação geral que permite privatizações ou PPP, enquanto outras definem leis específicas por setores. Um estudo do *The Economist* sobre 15 países africanos, em 2015, revelou que 2 não tinham qualquer quadro de referência para um enquadramento das PPP (Angola e República Democrática do Congo), 3 estavam a desenvolver legislação sobre PPP (Gana, desde 2013, Ruanda, desde 2009, e Uganda, desde 2012) e os restantes já tinham criado enquadramentos jurídicos e regulatórios sobre as PPP (Camarões, Costa do Marfim, Egito, Quênia, Marrocos, Nigéria, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia). Embora encorajadores, devem ser evitados programas ambiciosos de PPP que possam estar para além do potencial de um país (em termos de viabilidade e acesso ao investimento e financiamento internacionais) (caixa 4.8).

Embora as PPP sejam importantes para a criação de infraestruturas, é necessária uma avaliação cuidadosa, com análise de objetivos, viabilidade comercial, riscos, e da respetiva gestão, para que sejam bem-sucedidas. Uma vez mais, nem todos os projetos de infraestruturas se adequam à estrutura das PPP.

Construir uma sólida reserva de projetos e programas suscetíveis de obter financiamento bancário

Um projeto é suscetível de obter financiamento bancário se proporcionar incentivos claros para que os credores considerem financiá-lo. Isto exige uma boa preparação do projeto, em que todos os riscos e retornos potenciais sejam evidentes para as diferentes partes interessadas. Dado o limitado planeamento de infraestruturas a longo prazo e a fraca capacidade de preparação de projetos, muitos países africanos não têm projetos suficientes com a relação risco-retorno adequada para os credores. Os países africanos beneficiariam da criação de instituições adequadas e de capacidade técnica, e de parcerias com instituições especializadas em preparação de projetos e financiadoras conceituadas. Dadas as incertezas, custos, riscos e os horizontes a longo prazo na preparação dos projetos, para atrair a participação do setor privado devem ser criados mecanismos de incentivo credíveis para o financiamento público.

Uma abordagem de plataforma nacional e regional pode ajudar a lidar com alguns dos riscos inerentes, como desfasamento entre moedas, pequena dimensão do projeto e complementaridade. As obrigações de infraestruturas em moeda local podem financiar um grupo de projetos de infraestruturas de dimensão substancial para diminuir os custos fixos das admissões à cotação. Do mesmo modo, um programa que inclua todos os componentes complementares, como produção de energia, transmissão e redes de distribuição, e medidores pré-pagos para reduzir as perdas comerciais, reduzirá o risco de incumprimento dos compradores de energia. As abordagens programáticas também asseguram uma melhor coordenação com os IED.

Os IED e os doadores têm reconhecido a falta de financiamento para a preparação de projetos

As políticas de PPP que refletem as melhores normas internacionais são essenciais

CAIXA 4.8 PPP – práticas aconselháveis e desaconselháveis

Aconselhável	Desaconselhável
Adaptar a estratégia de PPP ao contexto político, social e económico, com base em princípios de realismo e prudência.	Não planear e anunciar programas de PPP ambiciosos que possam estar para além do potencial (quanto a viabilidade e acesso ao investimento e financiamento internacionais). Não definir e selecionar projetos irrealistas, e não especificar a utilização de tecnologia pouco fiável ou não testada.
Escolher projetos adequados.	Não usar PPP para projetos pequenos (em regra geral). Tentar agrupar projetos pequenos (por exemplo, um grupo de estações de tratamento de águas residuais, em vez de processos em separado).
Selecionar candidatos adequados para as PPP. Procurar as eficiências inerentes das PPP, maximizá-las e protegê-las.	Não usar PPP apenas porque não são contabilizadas como dívida pública.
Usar PPP quando o projeto proporcionar e reforçar a otimização de recursos.	Não usar PPP como opção, a menos que o projeto seja adequado para ser uma PPP e seja provável que capte as eficiências esperadas.
Reconhecer as necessidades de recursos altamente exigentes da ferramenta PPP e do processo de contratação, e dispor dos recursos prontos.	Não se lançar num processo de PPP a menos que as capacidades e recursos específicos necessários e a maior complexidade do processo sejam conhecidos ou reconhecidos. Em muitos países, as instituições encarregadas de desenvolver PPP deparam com enormes restrições e têm deficiências consideráveis. Mas espera-se que produzam programas e projetos que requerem um nível de especialização e esforços para além das suas capacidades.
Prestar uma participação governamental significativa em todas as fases do ciclo de vida da PPP.	
Avaliar e apreciar os projetos detalhadamente, para garantir a viabilidade dos mesmos.	Não lançar um projeto de PPP a menos que se tenha a certeza da sua viabilidade global e da viabilidade dos aspetos específicos da PPP — isto é, os termos económicos, financeiros, comerciais, de acessibilidade e técnicos do projeto.
Dedicar recursos para estruturar adequadamente o concurso e o contrato, e para gerir o processo.	Não acreditar que a avaliação é tudo. A otimização de recursos inerente pode ser perdida através de uma estruturação inadequada e de uma conceção pouco clara. O processo do concurso deve obter uma concorrência efetiva máxima dentro dos requisitos de qualificação.
Dispor de tempo suficiente para a contratação (preparação, avaliação, estruturação e concurso).	Não se apressar. Não estabelecer prazos demasiado ambiciosos. Os atores do setor privado estão menos dispostos a concorrer a projetos se não tiverem confiança na capacidade do governo para cumprir os prazos.
Dedicar atenção e recursos para a gestão do contrato para além da contratação.	Não assumir que o governo terminou o seu trabalho após a assinatura do contrato. O governo precisa de gerir o contrato durante toda a vida deste.
Organizar os enquadramentos (governamental, institucional e político) para lidar com a ferramenta PPP de forma programática. Controlar as implicações fiscais e avaliar projetos e programas para melhoria permanente.	Não aplicar a PPP como uma estratégia de política (a um nível programático) a menos que esteja preparado e pronto.

como um obstáculo para o desenvolvimento de infraestruturas e estão a abordar o problema através de instituições e instrumentos, como agentes de desenvolvimento apoiados por doadores, como o Mecanismo de Preparação de Projetos de Infraestruturas da NEPAD, e outros (caixa 4.9). Apesar da multidão de atores, ainda existe escassez de financiamento e falta de coordenação. Dada a escassez, o BAfD criou o Fundo África 50 para Infraestruturas, um mecanismo de

investimento que irá atrair financiamento do setor privado, governos e IED para financiar a preparação e financiamento de projetos (caixa 4.9).

Criar uma classe de ativos de infraestruturas para atrair os investidores institucionais

Dado o grande montante de poupanças gerido pelos fundos de pensões, companhias de seguros, fundos soberanos e outros investidores

CAIXA 4.9 O Fundo África 50 para as Infraestruturas: Um «balcão único» para o desenvolvimento de infraestruturas

Missão: O fundo visa proporcionar um conjunto abrangente de soluções para o défice de infraestruturas de África. Irá mobilizar capital de fontes não tradicionais para projetos regionais de transformação e fornecer instrumentos flexíveis para diminuir o défice de financiamento. Foi concebido não só para o investimento em projetos totalmente desenvolvidos, mas também para acelerar o fornecimento de infraestruturas ao apoiar o desenvolvimento de projetos a partir das fases iniciais.

Acionistas: Os acionistas incluem 23 países africanos, o BAfD, o Banco Central dos Estados da África Ocidental e o Banco Al-Maghrib. Comprometeram-se com um capital de 812 milhões de dólares americanos até ao final de 2016.

Setores prioritários: Energia e transportes (60 por cento dos investimentos até 2025).

Instrumentos de investimento: O fundo tem dois instrumentos de investimento: A linha de negócio de desenvolvimento de projetos contribui para uma reserva crescente de projetos financiáveis ao fornecer capital de risco na fase inicial, assim como conhecimentos especializados e apoio, envolvendo os investidores e os intervenientes, desde o desenvolvimento do projeto até ao encerramento financeiro. A linha de negócio de financiamento de projetos investe em projetos de infraestruturas conduzidos pelo setor privado, incluindo PPP perto ou para além do encerramento financeiro e frequentemente com um elevado impacto no desenvolvimento, e visa proporcionar retornos diferenciados em todo o portfólio.

África deve atrair poupança global com baixa rendibilidade noutros locais

institucionais africanos e mundiais, os países africanos devem conceber e comercializar instrumentos financeiros que possam atrair uma maior quota desses fundos. Obrigações de infraestruturas, títulos compatíveis com a lei islâmica, “*sukuks*”, *debentures* e opções de venda estão entre alguns dos instrumentos que aumentam o financiamento para as infraestruturas sem aumentarem a dívida dos balanços dos governos.

Os esforços devem ser dirigidos primeiramente para a angariação de financiamento em moeda local, evitando desfasamentos entre moedas. As alterações regulatórias podem assegurar que os intermediários financeiros internos — bancos comerciais, fundos de pensões e companhias de seguros — dedicam uma maior quota dos recursos ao desenvolvimento de infraestruturas. Por exemplo, quando o Banco Central do Quênia determinou que os bancos comerciais comunicassem os financiamentos para habitação, a quota de financiamento aumentou. A Índia também oferece exemplos para a promoção do

financiamento local de infraestruturas pelos mercados de capitais locais (caixa 4.10).

Dadas as enormes necessidades de financiamento para as infraestruturas africanas, a poupança local não é suficiente. África deve atrair poupança global com baixa rendibilidade noutros locais. Para isto, parcerias estreitas com IED podem ajudar a reduzir os riscos. Os fundos de pensões da OCDE são obrigados por lei a deter ativos classificados pelo menos como A-. (Um projeto africano não pode ser avaliado com uma classificação mais elevada do que a da dívida soberana do país). A maioria dos governos africanos está bastante abaixo deste limite, e não há perspetivas realistas de ser avaliada como A- num futuro próximo. Assim, os países africanos devem obter garantias de países ou instituições com notações elevadas enquanto trabalham para melhorar as suas notações de crédito. Uma vez que esta é uma questão a longo prazo, os países devem abordar as assimetrias de informação prestando aos investidores toda a informação possível sobre a evolução e perspetivas

A um nível mais baixo de rendimento, os países podem focar-se na emissão de obrigações locais, na procura de empréstimos com condições especiais e na utilização de garantias

CAIXA 4.10 Atrair o financiamento do setor privado para infraestruturas na Índia

Em 2014, o Banco Central da Índia facilitou as normas para os empréstimos para infraestruturas ao isentar os financiamentos a longo prazo angariados pelas obrigações de infraestruturas de exigências como empréstimos a setores prioritários e manutenção do índice de liquidez legal. Também permitiu a estruturação flexível dos empréstimos a longo prazo para projetos ao permitir que os bancos se comprometessem com empréstimos até 25 anos, deixando em aberto a opção de refinanciamento desses empréstimos a cada cinco anos, quer através de mercados de obrigações ou da venda dos empréstimos a outros bancos. Também foram criadas outras instituições para aumentar o financiamento privado de projetos de infraestruturas.

O Fundo África 50 para as Infraestruturas é semelhante a alguns esquemas inovadores de investimento em infraestruturas criados na Índia para atrair o capital privado para as infraestruturas, através das seguintes entidades:

O Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestruturas da Índia apoia o desenvolvimento de projetos de PPP credíveis e financiáveis que podem ser oferecidos ao setor privado.

O Financiamento do Défice de Viabilidade é geralmente prestado a projetos com um longo período de gestação e quando as taxas de utilização não podem ser aumentadas para níveis comerciais.

A *India Infrastructure Finance Company Limited (IIFCL)* financia projetos viáveis, com base num consórcio, ao fornecer dívida a longo prazo através de empréstimos diretos a empresas em fase de projeto, e refinanciando bancos e instituições financeiras. Concede financiamento permanente através de contratos com o mutuante identificado e o mutuário.

O Fundo África 50 para as Infraestruturas conjuga aspetos destas iniciativas indianas através da linha de negócio para o desenvolvimento de projetos e da linha de negócio de financiamento dos mesmos.

políticas e económicas. A adoção de padrões internacionais, como as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS 32), também pode enviar fortes sinais sobre os compromissos do governo na gestão prudente da transparência e responsabilidades.

Escolher o instrumento de financiamento adequado para desenvolver infraestruturas

O financiamento das infraestruturas pode agora ser feito através de uma vasta gama de mecanismos de desenvolvimento de infraestruturas, mas a escolha deve considerar o nível de desenvolvimento dos países.¹⁸ Para além da tributação, disponível para todos os governos, podem ser considerados outros mecanismos de financiamento.

Os *títulos de dívida ou obrigações locais*, emitidos por mercados de capitais locais, são acessíveis para a maioria dos países em desenvolvimento. Embora esta dívida esteja isenta do risco da taxa de câmbio e reduza o risco de

incumprimento internacional, expõe os atores económicos locais, em especial os bancos. Também podem ser um terreno de teste para os países que procuram entrar nos mercados internacionais.

As *obrigações internacionais* dão acesso aos mercados de capitais internacionais. Mas, para muitos países em desenvolvimento, o acesso pode ser limitado, relativamente caro devido aos riscos acrescidos e comportar riscos cambiais. Assim, as obrigações são mais adequadas para países com um forte desempenho económico e nas categorias de médio-baixo e médio-elevado rendimento.

Os *títulos* são empréstimos com reembolsos garantidos pela cessão de fluxos de caixa futuros. As obrigações de infraestruturas do governo podem ser garantidas pelo rendimento gerado pelos ativos. Os fundos estruturados são títulos semelhantes que também estruturam o risco, que é dividido em parcelas de risco e vendido a investidores com diversas apetências pelo risco.

O *financiamento misto* combina fundos orçamentais de baixo custo (incluindo subsídios) com fundos provenientes do mercado de capitais internacional para evitar o subfinanciamento e o sobrefinanciamento dos projetos. Ao combinar o financiamento público e privado, estes empréstimos com condições especiais podem ser adaptados aos projetos de infraestruturas que criam os seus próprios rendimentos, como estradas com portagem ou aeroportos. São adequados para países de baixo e médio-baixo rendimento com acesso limitado aos mercados internacionais.

As *garantias* de governos ou instituições multilaterais podem partilhar os riscos associados aos projetos de infraestruturas, incentivando a disponibilidade para proporcionar financiamento entre as instituições privadas. Também podem diminuir o custo do financiamento das infraestruturas ao baixar as taxas de juro. Adequam-se tipicamente à maioria dos países em desenvolvimento, mas especialmente aos países de baixo rendimento.

As *obrigações da diáspora* funcionam de forma semelhante. Os cidadãos dos países em desenvolvimento e emergentes que vivem no estrangeiro têm frequentemente interesse em apoiar o seu país natal e estão muitas vezes preparados para prescindir de retorno. Ao contrário dos investidores puramente comerciais, não retiram os fundos imediatamente se surgirem dificuldades económicas.

Nas *PPP*, o setor privado assume geralmente o comando — parcial ou totalmente — não só do financiamento, mas também da construção ou da exploração de uma infraestrutura pública em troca de retorno. As PPP podem exigir disposições contratuais muito complexas que desafiam a capacidade do Estado em vários países, especialmente quanto à monitorização do desempenho contratual do parceiro privado.

A um nível mais baixo de rendimento, os países podem focar-se na emissão de obrigações locais, na procura de empréstimos com condições especiais e na utilização de garantias para captar fundos para construir o *stock* de infraestruturas ou angariar mais impostos. A um nível mais elevado de rendimento, dependendo da capacidade do Estado e da dimensão do projeto, os países podem incluir PPP complexos nessa conjugação. As obrigações da diáspora também podem ser

adequadas para países com muitos nacionais a residir no estrangeiro, como a Nigéria ou a Etiópia. E, para economias mais maduras, os mercados internacionais podem oferecer o acesso a grandes montantes de fundos através da emissão de obrigações, títulos ou fundos estruturados, mas estes dois últimos exigem mercados financeiros bem desenvolvidos e ativos com fluxos de receitas futuras garantidas.

Medidas de redução do risco para atrair o financiamento do setor privado

A prática prudente nas fases de desenvolvimento e avaliação de projetos inclui uma estratégia de gestão do risco detalhada numa fase inicial e atribui o risco ao interveniente que melhor o pode gerir. (tabela 4.3).

O risco pode ser reduzido através do reforço de crédito adicional. Poucos países africanos reconhecem que os projetos de infraestruturas necessitam de apoio soberano sob a forma de garantias em caso de incumprimento. Essas garantias são necessárias para os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto poderem recorrer a uma garantia soberana para concluir um projeto e sair recuperando uma indemnização por resolução se as alterações políticas comprometerem a propriedade, construção e/ou exploração do projeto. Tais garantias governamentais também podem ser essenciais para aumentar os números de projetos transfronteiriços financeiramente atrativos, como corredores de transportes, que exigem instrumentos inovadores para incluir e combinarem os diversos riscos e condições nos países participantes (caixa 4.11).

Para reduzir ainda mais os perfis de risco dos ativos e projetos de infraestruturas, os IED e BMD terão de continuar a basear-se numa gama de instrumentos de risco amplamente utilizados nos projetos de infraestruturas de África. Estes incluem garantias de crédito para reduzir o custo dos empréstimos através da cobertura de perdas no caso de um incumprimento e garantias parciais de risco para cobrir perdas de um incumprimento da dívida que ocorra em resultado de um evento político.

O Fundo Cambial do BAfD oferece uma série de produtos para reduzir os riscos cambiais através de acordos de *swap* a médio e longo prazo.

O Fundo Cambial do BAfD oferece uma série de produtos para reduzir os riscos cambiais

TABELA 4.3 riscos das PPP e atribuição do risco por tipo de infraestruturas

Risco	Estrada com portagem	Aero-porto	Transporte ferroviário ligeiro	Transporte ferroviário pesado	Porto	Energia solar foto-voltaica	Energia hídrica	Transmissão de energia elétrica	Distribuição de gás natural	Dessalinização de água	Distribuição de água	Recolha, eliminação, aterros, reciclagem de resíduos sólidos
Aquisição de terrenos e instalações	PP	P ₁	PP*	P ₁	PP*	P ₂	P ₁	PP	PP*	PP	P ₁	P ₁
Ambiental e social	PP	P ₂	P ₂	PP [^]	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂ ^α	PP	P ₂ ^α	P ₂
Conceção	P ₂	P ₂	P ₂	P ₁ ^α	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂
Construção	P ₂		P ₂	PP	P ₂	P ₂	P ₁ ^β	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂
Conclusão (incluindo atraso e custo excedente)	P ₂	P ₂	P ₂	PP [^]	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂
Desempenho/preço	P ₂	P ₂	P ₂	PP [^]	P ₂	P ₂	P ₂ ^δ	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂
Recurso/contribuição	P ₂	P ₂	P ₂	PP [^]	P ₂	P ₂	P ₁ ^λ	P ₂	PP	PP		PP
Procura	P ₁	P ₂		PP [^]	P ₂	P ₂	P ₁ ^ξ	P ₂	P ₁	P ₁	P ₁	PP
Receitas	PP											
Manutenção	P ₂	P ₂	P ₂	PP [^]	P ₂ ^α	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂
Força maior	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP
Câmbio e taxa de juro	P ₂	P ₂ ^α	P ₂	PP	P ₂ ^α	P ₂	P ₂	P ₂	P ₂ ^α	PP	P ₂ ^α	P ₂
Seguro	P ₁	PP	PP	PP	PP	P ₂ ^α	PP	PP	PP	PP	PP	PP
Mudança política	P ₁	P ₁	P ₁	P ₁	P ₁	PP	P ₁	P ₁	P ₁	P ₁	P ₁	P ₁
Regulatório/alteração da lei	PP*	PP*	PP*	PP*	PP*	PP	PP	PP*	PP*	PP*	PP*	PP
Inflação	PP	P ₂	P ₁	PP*	P ₂	P ₂	P ₁	P ₁	PP*	P ₁	P ₁	P ₁
Estratégico	P ₂		P ₂	P ₂	P ₂			P ₂	P ₂	P ₂	P ₂	
Tecnologia disruptiva	P ₁	P ₂	P ₁	P ₁	P ₁	PP		P ₁	P ₁	P ₁	P ₁	
Resolução antecipada (incluindo qualquer indemnização)	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP	PP

P₁ = público. P₂ = privado. PP = partilhado.

* Risco atribuído à autoridade pública, se emergente durante a implementação do projeto.

[^] Risco atribuído à parte privada, se emergente durante a implementação do projeto.

^α Risco partilhado se emergente durante a implementação do projeto.

^β Referente à construção da linha de transmissão.

^δ Referente ao risco de disponibilidade da central elétrica.

^λ Referente aos riscos hidrológicos.

^ξ Referente ao risco de pagamento.

Fonte: Banco Mundial, 2017d.

CAIXA 4.11 A Estrada com portagem N4 do Corredor de Maputo

A estrada com portagem N4 do Corredor de Maputo, no valor de 660 milhões de dólares americanos oferece um exemplo sobre como atrair fundos de pensões para infraestruturas de transportes. O projeto atingiu o fecho financeiro em 1997 e foi a primeira estrada com portagem PPP africana construída com uma concessão de 30 anos para construção-exploração-transferência atribuída a um consórcio privado, a Trans African Concessions (Pty) Ltd (TRAC).

A N4 foi financiada por 20 por cento de capital próprio e 80 por cento de títulos de dívida, com os governos da África do Sul e de Moçambique a garantirem conjuntamente a dívida da TRAC (e o capital sob determinadas condições). Sessenta por cento do capital próprio era detido por partes não patrocinadoras, dos quais 20 por cento era detido pelo South African Infrastructure Fund, com o BAfD, o Standard Bank e os fundos de pensões da África do Sul como acionistas.

As características importantes incluem:

- Um elevado compromisso político de ambos os governos resultou na constituição jurídica de uma autoridade de implementação com o direito jurídico de colaborar com os financiadores na implementação do projeto.
- A garantia conjunta dos dois governos da dívida do SPV incentivou o envolvimento do setor privado e do fundo de pensões.
- As soluções inovadoras de subvenções cruzadas das receitas das portagens da África do Sul para Moçambique reduziram o risco de pagamento, especialmente o risco moçambicano, que se previa que gerasse apenas 4 por cento das receitas totais.
- A redução dos riscos do projeto através de uma boa preparação, planeamento e negociação do mesmo incentivou os fundos de pensões a investir.
- Um enquadramento regulatório sul-africano favorável permitiu o investimento de fundos de pensões (ao contrário de muitos países africanos).
- Os riscos externos (políticos e regulatórios) foram reduzidos através de empresas e garantias governamentais integradas no contrato de concessão.

Fonte: ICA, 2005.

Nalguns casos, os efeitos de cobertura deslocaram os projetos de infraestruturas até quatro níveis acima na notação de crédito. Embora isto tenha ajudado os investidores a cobrir os riscos de taxa de juro associados ao financiamento em moeda local, o mecanismo é limitado. Pode ser alargado com o apoio dos IED a operar através da linha de crédito do setor privado do BAfD. Mas deve ser feito mais para encorajar o financiamento de investidores locais, evitando assim na fonte o risco cambial.

A MIGA fornece garantias contra riscos políticos. A África Subsariana constitui cerca de um quarto do portfólio global da MIGA, um número que tem crescido rapidamente. Além disso, o Grupo do Banco Mundial desenvolveu uma linha

de crédito para o setor privado para países da AID. Pretende-se que a IFC desenvolva as condições e critérios para utilização desses recursos da AID para regular as obrigações governamentais e melhorias de crédito, e para desenvolver outros instrumentos específicos de risco que melhorem a financiabilidade dos projetos, especialmente importante para alguns dos países com perfis de risco mais elevados em África.

* * *

Resumindo, pode dizer-se que, embora África necessite seguramente de uma enorme quantidade de infraestruturas e de grandes somas de financiamento para as pagar e para as manter, “as

coisas nunca pararam, e o tema da insuficiência é apenas um lado de uma história retraída.”¹⁹ É importante aumentar o financiamento de todas as fontes e adotar políticas que garantam a manutenção adequada. Mas o que é essencial é adotar uma estratégia mais pragmática — que identifique os projetos e programas de infraestruturas mais importantes para apoiar a transformação da agricultura, a industrialização (principalmente o fabrico) e serviços modernos, através do

desenvolvimento de indústrias competitivas em zonas geográficas cuidadosamente escolhidas, e financiá-los adequadamente. Visar setores e locais é, por conseguinte, uma recomendação política essencial. Felizmente, as atuais condições financeiras mundiais ainda são favoráveis e continuarão provavelmente assim a médio prazo, e estão a ser desenvolvidos novos instrumentos para reduzir os riscos mais elevados que os investidores enfrentam em muitos países africanos.

ANEXO 4.1 DECLARAÇÃO CONJUNTA DE ASPIRAÇÕES DOS BMD PARA ATRAIR FINANCIAMENTO PRIVADO

A Declaração Conjunta de Aspirações dos BMD para Atrair Financiamento Privado comprometeu coletivamente os BMD a aumentar a mobilização global do setor privado em 25–35 por cento nos próximos três anos. Os BMD concordaram em informar anualmente sobre o financiamento mobilizado usando uma metodologia padrão desenvolvida conjuntamente.²⁰ Os resultados-base para

2016, resumidos nas duas tabelas seguintes, mostram o montante total de mobilização direta e indireta de investidores privados pelos BMD em países de baixo e médio rendimento, de cerca de 71 mil milhões de dólares americanos, dos quais o Grupo do Banco Mundial é responsável por mais de metade.

TABELA A4.1 Mobilização do financiamento privado pelos BMD: Todos os países de operação (milhares de milhões de dólares americanos)

Total long-term financing	Cofinanciamento privado	Mobilização direta privada	Mobilização indireta privada
BAD	9,0	0,5	8,5
BAfD	1,9	1,1	0,8
BAII	0,0	0,0	0,0
BEI	90,4	36,5	53,9
BERD	10,0	1,5	8,5
GBIAD	1,7	0,7	1,0
Grupo BID	12,4	0,9	11,5
GBM	38,3	8,7	29,6
BM	11,0	0,6	10,4
IFC	20,1	4,1	16,0
MIGA	7,2	4,0	3,2
Total	163,6	49,9	113,7

Fonte: Banco Mundial, 2017b.

Nota: O financiamento a longo prazo inclui os instrumentos financeiros com um prazo de pelo menos um ano. Os instrumentos a curto prazo (< a 12 meses) são monitorados e comunicados em separado. A mobilização direta privada é um financiamento de uma entidade privada em condições comerciais devido a um envolvimento ativo e direto de um BMD que conduz a um compromisso. A mobilização indireta privada é um financiamento de entidades privadas prestado em relação a uma atividade específica para a qual um BMD está a assegurar o financiamento, em que nenhum BMD desempenha um papel ativo ou direto conducente ao compromisso de financiamento da entidade privada. O cofinanciamento privado é a soma dos dois. Ver Banco Mundial (2017a) para mais informações sobre metodologias.

TABELA A4.2 Mobilização do financiamento privado pelos BMD: Países de baixo e médio rendimento (*milhares de milhões de dólares americanos*)

Financiamento total a longo prazo	Cofinanciamento privado	Mobilização direta privada	Mobilização indireta privada
BAD	9,0	0,5	8,5
BAfD	1,9	1,1	0,8
BAII	0,0	-	0,0
BEI	8,2	4,5	3,6
BERD	6,4	1,2	5,3
GBIAD	1,5	0,6	0,9
Grupo BID	7,3	0,7	6,6
GBM	36,8	7,9	28,9
BM	11,0	0,6	10,4
IFC	19,1	3,9	15,3
MIGA	6,7	3,5	3,2
Total	71,1	16,5	54,6

Fonte: Banco Mundial, 2017b.

Nota: As economias de baixo rendimento são definidas como aquelas com um RNB per capita, calculado utilizando o método do Atlas do Banco Mundial, de 1025 dólares americanos ou inferior em 2015. Os países menos desenvolvidos são definidos, de acordo com a Comissão das Nações Unidas para as Políticas de Desenvolvimento (CPD), como países de baixo rendimento que enfrentam graves impedimentos estruturais para o desenvolvimento sustentável. Existem atualmente 48 países na lista de PMD (em maio de 2016), que é revista a cada três anos pela CPD. As economias de médio rendimento são definidas como aquelas com um RNB per capita, calculado utilizando o método do Atlas do Banco Mundial, entre 1.026 e 12.475 dólares americanos em 2015.

NOTAS

1. Lin e Monga, 2017.
2. As conclusões aqui apresentadas são retiradas do Relatório Anual de 2016 sobre a Base de Dados da PPI (participação de privados em infraestruturas) do Banco Mundial. Esta base de dados contém informações sobre mais de 8700 projetos de infraestruturas com participação de privados entre 1984 e 2016. Cabe notar que as dotações em 2016 para investimentos em infraestruturas com participação de privados em MEED (mercados emergentes e economias em desenvolvimento) totalizaram 71,5 mil milhões de dólares americanos relativos a 242 projetos, 37% menos do que em 2015 (113,8 mil milhões). De acordo com o Banco Mundial, a PPI enquanto percentagem do PIB também diminuiu em 2016, descendo até ao seu nível mais baixo (0,3%) dos últimos 10 anos. Trata-se de uma descida de 40% relativamente a 2015, quando os investimentos relativos à PPI em MEED foram de 0,5% do PIB. Os níveis de investimento em 2016 estão 45% abaixo da média de 0,54% em termos de percentagem do PIB para o período 2011–2015. Por região, a América Latina e as Caraíbas tiveram o maior investimento em termos do PIB em 2016 (0,9%), seguida da África Subsariana, com 0,3% do investimento em termos do PIB.
3. O investimento no Gana corresponde a 70 por cento do total de investimentos em PPI em países classificados pelo Banco Mundial como fazendo parte da AID (Associação Internacional de Desenvolvimento), em 2016.
4. A OBA é um mecanismo que associa a disponibilização de financiamento público à concretização de resultados claramente especificados que apoiem diretamente a prestação de serviços básicos. Por serviços básicos entende-se, por exemplo, um melhor abastecimento de água, o fornecimento de eletricidade, cuidados de saúde e educação, serviços de comunicações (TIC) e estradas. No caso da OBA, o termo “resultados” é definido da forma mais próxima do resultado ou impacto pretendido que seja possível em termos contratuais. Por exemplo, um “resultado” pode ser a instalação de uma ligação funcional de uma habitação à rede de água. Em alguns casos, um “resultado” pode incluir um período definido de abastecimento de água comprovado através de registos de faturação e cobrança.
5. Os “subsídios” são definidos como financiamento público utilizado para preencher a diferença entre o custo total de prestação do serviço a um utente e os encargos de utilização cobrados por esse serviço, justificado pela necessidade de melhorar as condições de vida básicas ou a existência de externalidades positivas. Para mais informações sobre sistemas de OBA e o Banco Mundial, por favor visitar www.GPOBA.org.
5. Outro exemplo interessante da aplicabilidade dos sistemas de OBA pode ser encontrado no projeto de expansão dos serviços de água em zonas de baixo rendimento em Jacarta, na Indonésia. O objetivo do projeto consiste em aumentar o acesso de água canalizada a famílias de zonas urbanas pobres e bairros de lata em Jacarta através da operadora estabelecida, a PT Pam Lyonnaise Jaya (PALYJA). A PALYJA, uma empresa que tem o grupo Suez, empresa internacional de gestão de água, como acionista maioritário, tem um contrato de concessão do fornecimento de água por 25 anos para Jacarta Ocidental, estando operacional desde 1997. O projeto utiliza subsídios à ligação com base na produção para ligar habitações de baixo rendimento em zonas mais alargadas onde já existe abastecimento de água. O projeto não está focado em zonas novas, mas em zonas próximas de uma conduta de água secundária. O projeto fornece serviços a famílias urbanas pobres que não dispõem do serviço por não terem dinheiro para pagar a taxa de ligação. O subsídio OBA transfere o risco de desempenho para a PALYJA através do pagamento de 75% do subsídio mediante verificação independente e bem-sucedida da ligação. Os restantes 25% são pagos após três meses de prestação satisfatória do serviço. A construção começou em meados de abril de 2008. Desde fevereiro de 2009, foram efetuadas 3324 ligações a habitações.
6. Conforme anteriormente referido, riscos políticos e regulamentares significativos funcionam como fatores de dissuasão para os promotores se envolverem em investimentos a longo prazo. Este modelo confere certeza de financiamento das obrigações da entidade cedente através do empréstimo de uma IFI. Também proporciona uma garantia aos credores comerciais de que os pagamentos ao fundo de subvenções serão efetuados.
7. Faye e Mutambatsere, 2018.
8. Dethier, 2015.

9. McKinsey Global Institute, 2013.
10. Dethier, 2015.
11. Banco Mundial, 1994.
12. Dethier, 2015.
13. Calderón, 2009.
14. Garsous, 2012.
15. Estache e Garsous 2012.
16. Fórum Económico Mundial, Banco Mundial e BAfD, 2017.
17. Fórum Económico Mundial, Banco Mundial e BAfD, 2017; Bräutigam e Xiaoyang, 2011; Farole, 2011.
18. Walde, 2012.
19. Iweriebor, 2018.
20. Banco Mundial, 2017a.

REFERÊNCIAS

- Arezki, Rabah, Patrick Bolton, Sanjay Peters, Frederic Sanama, e Joseph Stiglitz. 2017. "From Global Savings Glut to Financing Infrastructure." *Economic Policy* 32: 221–261.
- Banco Mundial. 1994. *World Development Report: Infrastructure for Development*. Washington, DC.
- . 2017a. "Comunicação Conjunta dos BMD sobre Mobilização do Investimento Privado: Guia de Referência de Metodologia" Documento de Trabalho 114403, Banco Mundial, Washington, DC. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/495061492543870701/Joint-MDB-reporting-on-private-investment-mobilization-methodology-reference-guide>.
- . 2017b. *Mobilization of Private Finance by Multilateral Development Banks: 2016 Joint Report*. Washington, DC. Disponível em: www.worldbank.org/mdmob.
- . 2017c. *Private Participation in Infrastructure (PPI) Database 2017* [base de dados]. Washington, DC.
- . 2017d. *Public-Private-Partnership in Infrastructure Resource Center* [base de dados]. Washington, DC. Disponível em: <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/>.
- Bräutigam, D., e T. Xiaoyang. 2011. "African Shenzhen: China's Special Economic Zones in Africa." *The Journal of Modern African Studies* 49 (1): 27–54.
- Calderon, C. 2009. "Infrastructure and Growth in Africa." Documento de Trabalho de Investigação de Políticas 4914, Banco Mundial, Washington, DC.
- Canning, D., e E. Bennathan. 2000. "The Social Rate of Return on Infrastructure Investments." Documento de Trabalho 2390, Banco Mundial, Washington, DC.
- Dethier, Jean Jacques. 2015. "Infrastructure in Africa." Em *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. 2: Policies and Practices*, ed. Celestin Monga e Justin Yifu Lin. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Estache, A., e G. Garsous. 2012. "The Impact of Infrastructure on Growth in Developing Countries." Notas Económicas 1 da IFC, Banco Mundial, Washington, DC. Disponível em: <http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/054be8804db753a6843aa4ab7d7326c0/INR+Note+1+-+The+Impact+of+Infrastructure+on+Growth.pdf?MOD=AJPERES>.
- Farole, T. 2011. *Special Economic Zones in Africa: Comparing Performance and Learning from Global Experiences*. Washington, DC. Banco Mundial.
- Faye, Issa, e Emelly Mutambatsere. 2018. "Operationalizing Inclusive Growth in Multilateral Development Bank's Infrastructure Operations." Banco Africano de Desenvolvimento, Abijão. Costa do Marfim.
- Fórum Económico Mundial, Banco Mundial e BAfD (Banco Africano de Desenvolvimento). 2017. *The Africa Competitiveness Report: Addressing Africa's Demographic Dividend*. Genebra. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/733321493793700840/pdf/114750-2-5-2017-15-48-23-ACRfinal.pdf>.
- Garsous, G. 2012. "How Productive is Infrastructure? A Quantitative Survey." Documento de Trabalho do ECA-RES, Université libre de Bruxelles, Bruxelas, Bélgica.
- Heintz, J., R. Pollin, e H. Garrett-Peltier. 2009. "How Infrastructure Investments Support the US Economy: Employment, Productivity and Growth." Political Economy Research Institute (PERI), University of Massachusetts–Amherst, Amherst, MA.
- ICA (Consórcio de Infraestruturas para África). 2005. *Our Common Interest: Report of the Commission for Africa*. Adis Abeba, Etiópia.
- IE-SWLab. 2016. *Sovereign Wealth Funds 2016*. Madrid, Espanha: IE Business School–Sovereign Wealth Lab.
- Iweriebor, E., 2018. "The Theme of Lack: Redefining The Narrative On Infrastructure in Africa." *African Prospects 2018*. Abijão, Costa do Marfim: Banco Africano de Desenvolvimento.

- Lin, J. Y., e C. Monga. 2017. *Beating the Odds: Jump-Starting Developing Countries*. Princeton, NJ: Oxford University Press.
- Lin, J. Y., e Y. Wang. 2014. "China-Africa Co-operation in Structural Transformation: Ideas, Opportunities, and Finances." Documento de Trabalho Série 046 do Instituto Mundial para a Investigação em Desenvolvimento Económico, Instituto Mundial para a Investigação em Desenvolvimento Económico (UNU-WIDER), Helsínquia, Finlândia.
- Mandri-Perrott, C., e D. Stiggers. 2009. *Public Private Partnerships in the Water Sector*. London: IWA Publishing.
- McKinsey Global Institute. 2013. "Infrastructure Productivity: How to Save \$1 Trillion a Year." McKinsey & Company [online]. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/infrastructure-productivity>.
- . 2016. "Bridging Global Infrastructure Gaps." McKinsey & Company [online]. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/bridging-global-infrastructure-gaps>.
- Okpamen, E. 2015. "Africa's Managed Assets Set to Exceed \$1 Trillion." Abuja, Nigéria: Ventures Africa. Disponível em: <http://venturesafrica.com/africas-managed-assets-set-to-exceed-1-trillion/>
- Organização Africana dos Seguros. 2017. *African Insurance Barometer 2017*. Douala, Camarões. Disponível em: <http://pulse.schanz-aims.com/africa-insurance-barometer/2017.html>
- Wälde, Helke. 2013. "An Overview of Innovative Financial Instruments Used to Raise Funds for International Development." Apresentação para a 11ª Sessão Plenária do Grupo de Orientação sobre Financiamento Inovador, fevereiro de 2013, KfW Development Bank, Frankfurt, Alemanha.

NOTAS SOBRE PAÍSES

África do Sul

Desempenho e perspectivas económicas

Desde 2012, após acentuado declínio nos preços internacionais das matérias-primas das quatro principais exportações do país — carvão, platina, minério de ferro e ouro — o crescimento económico abrandou, agravado por fragilidades estruturais internas e reduzida confiança dos investidores. Após atingir 3,3%, em 2011, o crescimento desceu para 0,3%, em 2016. O crescimento na produção dos principais setores do país, incluindo a indústria transformadora, caiu de 3%, em 2011, para 0,7%, em 2016; a contração na produção da indústria mineira aumentou de 0,7% para 4,7% no mesmo período. As perspectivas de crescimento a médio prazo permanecem reduzidas; o crescimento económico estimou-se em 0,9%, em 2017, prevendo-se que atinja 1,1%, em 2018, e 1,6%, em 2019.

Evolução macroeconómica

O saldo orçamental consolidado deteriorou-se para um valor estimado de 4,3%, em 2017, após 3,3%, em 2016, resultante de quebras nas receitas. A dívida pública aumentou para um valor estimado de 54,2% do PIB, em 2017, após 50,7%, em 2016, mas permanece sustentável. Em 2017, o Banco Central, através de ajustamentos da taxa “repo”, manteve a inflação no intervalo desejado pela política monetária, de 3%–6%. A inflação dos preços no consumidor diminuiu para 5,1%, em setembro de 2017, de um pico de 6,8%, em dezembro de 2016, devido aos preços mais baixos dos alimentos. O rand valorizou quase 20%, entre janeiro de 2016 e julho de 2017, sobretudo devido aos preços mais elevados das exportações. O défice da balança corrente melhorou para um valor estimado de 2,6%, em 2017, após 3,3%, em 2016, com menores importações, sendo financiado principalmente por fluxos de investimento não-estrangeiro direto.

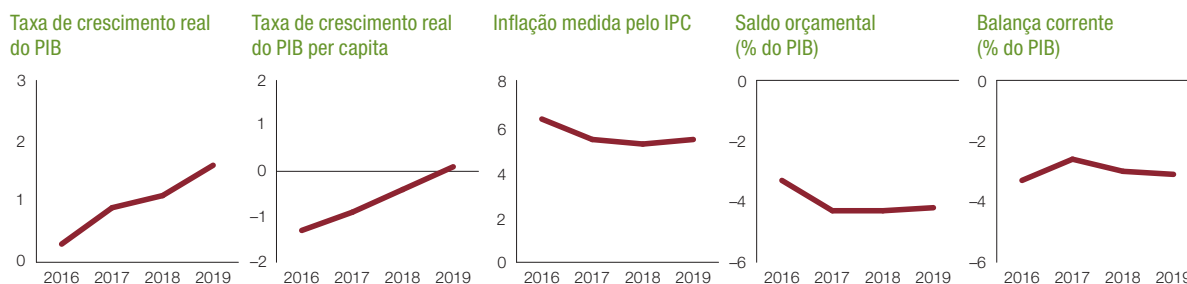
Condições favoráveis

A África do Sul debate-se com os desafios de uma economia dual: elevada pobreza, desemprego, desigualdade salarial e disparidades socioeconómicas territoriais. Esta luta é exacerbada por um prolongado processo de desindustrialização. A indústria representava 19% do PIB, em

2016, dos quais 12% correspondem à indústria transformadora, face a 73% para serviços. Segundo o Plano de Ação de Política Industrial para 2017–20, vários setores, incluindo a indústria agroalimentar, vestuário, têxteis, cabedal e calçado, demonstram potencial para reindustrialização. Algumas importantes restrições estruturais ao crescimento têm recebido atenção. A crise de eletricidade foi revertida em 2016 com a entrada em funcionamento de centrais elétricas adicionais, acrescentando mais de 6.000 MW à rede nacional. A maior prioridade do governo a médio prazo corresponde às infraestruturas de transportes (representando 34,6% do investimento total em infraestruturas) e água (13% do investimento total em infraestruturas). Os preços das exportações das principais matérias-primas aumentaram de 2015 para 2016.

Condições desfavoráveis

A percepção da corrupção nos serviços públicos permanece relativamente elevada. O contexto empresarial global está comparativamente bem desenvolvido (82ª posição em 190 países no relatório Doing Business de 2018 do Banco Mundial), mas subsistem desafios importantes, particularmente, em abastecimento energético, comércio transfronteiriço e burocracia. A inadequada qualidade da educação básica permanece um obstáculo importante à criação de uma força de trabalho qualificada. A falta de competências é a principal causa do desemprego elevado, 27%, em 2017, e mais de 50%, nos jovens entre 15–25 anos. A agência Standard and Poor's baixou as notações de crédito a longo prazo da moeda local da África do Sul para um nível de subinvestimento, em novembro de 2017. Também baixou a notação do crédito soberano a longo prazo da moeda estrangeira para dois níveis abaixo do subinvestimento. A agência ratificou a perspectiva positiva para as notações de crédito tanto da moeda local como estrangeira, levando a uma desvalorização temporária do rand face ao dólar americano de 2%, mas a moeda nacional readquiriu valor desde então. Como a agência Moody's mantém a notação de crédito soberano da África do Sul a nível de investimento, o país não será removido do World Government Bond Index, tornando pouco prováveis maiores níveis de saídas de capital.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

Em resultado da redução dos preços do petróleo, a taxa de crescimento real do PIB foi de 4,7%, em 2011–15, descedo de 12,6%, em 2006–10. Essa redução afetou as receitas fiscais, levando as autoridades a cortar as despesas com infraestruturas em 55%, entre 2014 e 2017. A rarefação da moeda estrangeira e conseqüente desvalorização da moeda local prejudicaram a atividade económica e a criação de emprego nas indústrias dependentes da importação, como a construção, o fabrico e os serviços de retalho. Em 2016, o crescimento económico contraiu 0,1%, mas recuperou (para um valor estimado de 2,1%) em 2017, graças ao forte desempenho nos setores da agricultura, pesca e energia. As perspectivas futuras são comedidas, cifrando-se nos 2,4%, em 2018, e 2,8%, em 2019.

Evolução macroeconómica

As receitas do governo diminuíram 51%, entre 2014 e 2017, para 22,3 mil milhões de dólares americanos, correspondendo a parte petrolífera a 46%, em 2017, descendo de 67%, em 2014. A despesa total reduziu 44,8%, entre 2014 e 2017, para 29,3 mil milhões de dólares americanos, em 2017, o que foi insuficiente para evitar um défice orçamental de 5,7% do PIB. As despesas correntes dominam os gastos do governo; as remunerações a empregados totalizam 9,8 mil milhões de dólares americanos e as despesas com bens e serviços, 6,3 mil milhões de dólares americanos. Atribuíram-se mais fundos aos setores sociais (38%), refletindo o compromisso do governo na proteção dos grupos mais vulneráveis e na redução do nível de pobreza de 37%. A política monetária reforçou-se contendo as pressões inflacionistas do enfraquecimento da taxa de câmbio, que desvalorizou 40%, entre setembro de 2014 e abril de 2016. A dívida pública cresceu, de 65,4% do PIB, em 2015, para 71,5%, em 2016, refletindo um maior endividamento do governo no mercado nacional para financiar défices orçamentais, num contexto de elevada produtividade nacional e baixas receitas petrolíferas.

Condições favoráveis

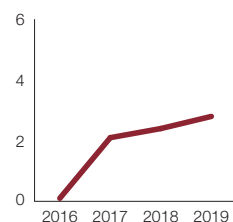
O nível de pobreza diminuiu consideravelmente em Angola, de 54%, em 2000, para 37%, atualmente. Os reduzidos

preços do petróleo exigem reformas estruturais de apoio à diversificação. O governo atribui praticamente 5,5 mil milhões de dólares americanos para financiar projetos privados em áreas com elevado potencial de substituição da importação e promoção da exportação, particularmente na produção alimentar, pesca, indústria agrícola, petróleo, gás, indústria mineira, turismo, transporte e logística. O fornecimento de eletricidade aumentará, com novos projetos de eletricidade (nomeadamente, três centrais) aprovados antes da crise petrolífera. Nos transportes, 2.725 km de rede ferroviária e 13.000 km de estrada, incluindo corredores regionais de ligação à República Democrática do Congo, Namíbia e Zâmbia, foram reabilitados. Decorre a construção de um novo aeroporto internacional de Luanda e planeia-se um porto comercial a norte de Luanda, com 44 plataformas logísticas de ligação a linhas ferroviárias e estradas nacionais.

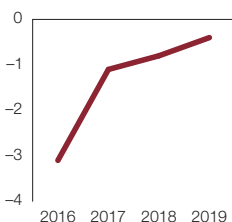
Condições desfavoráveis

O petróleo representa mais de 95% das receitas de exportação, 46% das receitas públicas e 30% do PIB. O abrandamento do crescimento económico, inferior ao crescimento médio anual da população, de 2,7%, reduziu o rendimento per capita para 3.514 dólares americanos, em 2016, o mais baixo numa década. As reservas internacionais líquidas diminuíram, de 20,8 mil milhões de dólares americanos (7 meses de importações), em 2016, para 15,6 mil milhões de dólares americanos (aproximadamente 6 meses de importações), em outubro de 2017, devido à menor exportação de petróleo. Apesar do potencial económico do país, a diversificação económica e o crescimento inclusivo são prejudicados por desafios estruturais persistentes, nomeadamente, instituições fracas, reduzida produtividade agrícola, infraestruturas inadequadas, recursos humanos com qualificações limitadas (particularmente na gestão de empresas, ciência, tecnologia, construção e fabrico) e sistemas fracos de facilitação do comércio e apoio à exportação. Apesar das recentes melhorias, o contexto empresarial permanece oneroso, impedindo o investimento privado, constatável pela 175ª posição de Angola, entre 190 países, no relatório Doing Business, de 2018, do Banco Mundial.

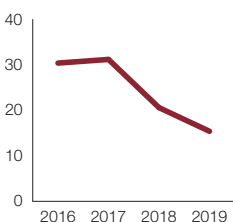
Taxa de crescimento real do PIB



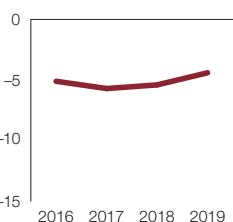
Taxa de crescimento real do PIB per capita



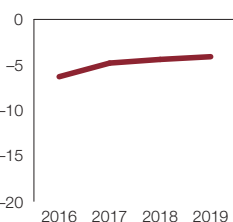
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

A taxa de crescimento real do PIB desceu de 3,3%, em 2016, para um valor estimado de 2,5%, em 2017. Este declínio é atribuível a um investimento público inferior, causado pelo decréscimo dos recursos governamentais, apesar de um crescimento estável do petróleo e gás desde 2015. O crescimento projetado para 2018 (3,5%) e 2019 (3,8%) sugere o regresso a níveis comparáveis aos anteriores a 2017, devido, em parte, a consolidação fiscal, reequilíbrio externo, continuação da recuperação do petróleo e gás e maior despesa pública. A inflação atingiu um valor estimado de 5,3%, em 2017, e prevê-se que caia para 4,5%, em 2018, e 4%, em 2019.

Evolução macroeconómica

Apesar de o impacto dos preços mais baixos do petróleo no setor imobiliário ter sido limitado, estes afetaram as contas públicas e externas, que tiveram de baixar os excedentes governamentais e as reservas de divisa externa para 97 mil milhões de dólares americanos, no final de 2017, de 179 mil milhões de dólares americanos, no final de 2014. Depois de o défice orçamental ter duplicado entre 2014 e 2015, de 7,1% do PIB para 15%, diminuiu em 2016 (12,6%) e 2017 (6,4%). Espera-se que esta tendência continue em 2018 (3%), até atingir um valor próximo do equilíbrio em 2019 (-0,3%). O impacto nas contas externas aumentou o atual défice contabilístico de 4,3% do PIB, em 2014, para 16,4%, em 2016. No entanto, este défice caiu em 2017 (para um valor estimado de 9,8%) e prevê-se que assim continue em 2018 (para 5,6%) e 2019 (para 1,4%). Estes desenvolvimentos resultam dos esforços para consolidar a situação fiscal e reequilibrar as contas externas. O défice orçamental aumentou, com a queda acentuada dos preços mundiais do petróleo, que também reduziu as reservas externas quase para metade. Em setembro, as autoridades competentes anunciaram um novo Plano de Ação Governamental. Trata-se de um programa arrojado, com a duração de cinco anos, com o objetivo de equilibrar o orçamento, até 2022. O plano inclui a contratação de empréstimos diretos do banco central, de modo a compensar as receitas reduzidas do petróleo, sem recorrer aos mercados internacionais da dívida. Como a dívida interna atual é de cerca de 20 por cento do produto interno bruto, a Argélia tem condições para assumir empréstimos adicionais. O FMI também sugeriu que as autoridades competentes recorram à dívida externa para financiar o défice. No entanto, o governo indicou publicamente que, caso o fizesse, seria

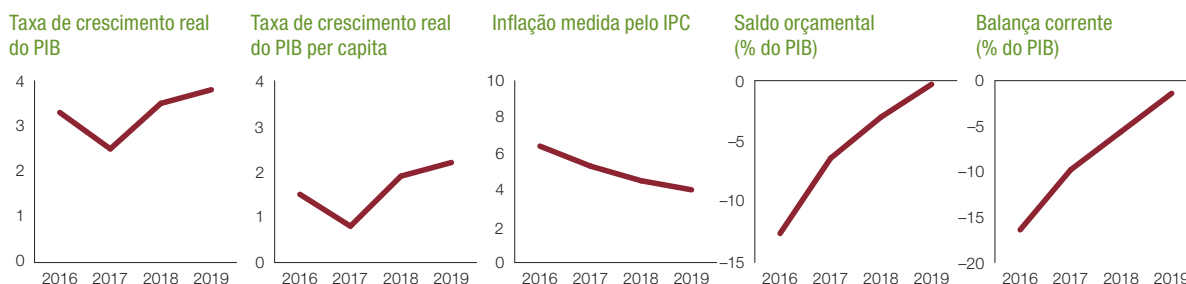
necessário recorrer a um empréstimo de cerca de 20 mil milhões de dólares americanos para o financiamento da dívida e, num prazo de quatro anos, poderá não ser capaz de a pagar. O governo também argumentou que as medidas de austeridade e a desvalorização da moeda terão apenas um impacto reduzido no défice da balança corrente, que será provavelmente compensado por uma forte procura interna

Condições favoráveis

Um novo Plano de Ação Governamental, adotado em setembro de 2017, num contexto financeiro complicado, inclui três grandes medidas: consolidação continuada das finanças públicas, que começou com o Novo Modelo de Crescimento Económico de 2016–30 e a Trajetória Orçamental de 2016–19, assinados pelo governo em julho de 2016; interdição da dívida externa; e financiamento não convencional, recorrendo ao Banco Central para as necessidades de financiamento do Tesouro, especialmente para reduzir o défice. A consolidação fiscal do Plano de Ação Governamental irá facilitar iniciativas para reequilibrar o orçamento e as contas externas — planeadas para 2017–2019, no âmbito do Quadro Orçamental de Médio Prazo — e permitir um orçamento e contas externas equilibrados até 2020. As projeções indicam progresso nesta direção, devido, em parte, à melhoria de desempenho do petróleo e gás e ao aumento dos preços do petróleo desde junho de 2017.

Condições desfavoráveis

Em 2017, a consolidação orçamental levou a uma despesa em equipamento inferior em 28% e a um congelamento de alguns projetos originariamente no orçamento de 2014–19. A escassez dos fluxos de caixa dos bancos restringiu a sua capacidade de intermediação financeira, reduzindo a possibilidade de financiar projetos de investimento públicos e privados. O resultado tem sido uma menor taxa de crescimento real do PIB, excluindo petróleo e gás. Limites salariais, IVA mais alto (2%), subsídios mais baixos e preços da energia mais elevados irão afetar tanto o consumo público como o privado. Durante o segundo trimestre de 2017, a subida do preço do crude possibilitou a introdução de medidas corretivas que libertaram os empréstimos bancários e aumentaram a despesa de investimento para 4 mil milhões de dólares americanos. No entanto, se estes fundos não forem geridos com parcimónia, a opção de emissão de moeda do Plano de Ação Governamental poderá empurrar a inflação muito para além das previsões de 4%–5,3% para 2017–2019.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

A taxa de crescimento real do PIB aumentou de 4%, em 2016, para um valor estimado de 5,5%, em 2017. Os próximos dois anos afiguram-se igualmente promissores, com um crescimento projetado de 6,1% e 6,5%, em 2018 e 2019. Em 2016/17, o desempenho económico foi principalmente fruto das reformas realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental de 2016–21, designado “Benin Revealed,” para reforçar o investimento público em infraestruturas, na agricultura, no turismo e nos serviços básicos. Estas perspectivas positivas devem-se ainda a aumentos substanciais da produção agrícola, sobretudo de algodão (estimada em 450.000 toneladas, em 2016), ao aumento da produção de eletricidade e à recuperação económica na Nigéria, um importante parceiro comercial.

Evolução macroeconómica

O défice orçamental subiu lentamente, de 5,6% do PIB, em 2016, para um valor estimado de 5,9%, em 2017. Com o governo a manifestar interesse em refrear a despesa, prevê-se que o défice diminua para 4,8%, em 2018, e 3,1%, em 2019. A política orçamental mais rígida, que entrou em vigor em 2017, tem como objetivo alcançar a meta de 3% para o défice orçamental fixada pela União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). De acordo com uma análise de sustentabilidade da dívida do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Benim passou de risco “baixo” para risco “moderado” de sobreendividamento. A dívida pública aumentou de 50,3% do PIB, em 2016, para 53,4%, em 2017, em razão de maiores despesas relacionadas com a implementação do Plano de Ação Governamental. Espera-se que os esforços do governo para mobilizar recursos através de uma emissão obrigacionista, assim como de parcerias técnicas e financeiras, venham a reduzir a dívida pública para 51,5% do PIB a partir de 2019. Graças à política de estabilidade dos preços da UEMOA, ao bom desempenho agrícola e aos baixos preços do petróleo, a taxa de inflação deverá permanecer abaixo da meta de 3%. O défice da balança corrente agravou-se de 7,3% do PIB, em 2016, para um valor

estimado de 9,5%, em 2017, mas prevê-se que melhore ligeiramente, em 2018 e 2019.

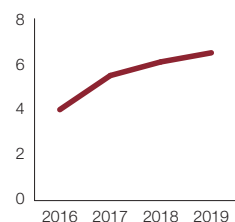
Condições favoráveis

Em abril de 2017, o FMI aprovou um acordo a três anos, 151 milhões de dólares americanos, para ajudar a implementar as reformas do Plano de Ação Governamental, incentivando o investimento e mantendo, em simultâneo, a sustentabilidade da dívida. Espera-se que as reformas permitam ao Benim diversificar a economia melhorando as atividades de transformação agrícola, através do desenvolvimento da agroindústria e da modernização das indústrias pecuária, pesqueira e turística. A estabilidade política, como as eleições presidenciais relativamente pacíficas de 2016 demonstraram, e parcerias público-privadas mais fortes tornaram o país mais atrativo para os investidores. A introdução da Tarifa Externa Comum da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, em janeiro de 2015, constitui uma oportunidade para o Benim alargar a sua base produtiva e colher os benefícios do mercado oeste-africano.

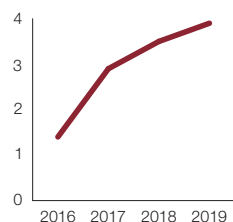
Condições desfavoráveis

A incerteza a respeito dos efeitos das alterações climáticas na agricultura e a dependência da economia nigeriana condicionam as previsões de crescimento. Durante a recessão por que passou, a Nigéria adotou restrições ao comércio que afetaram o Benim; caso estas não sejam levantadas, a situação de incerteza agravar-se-á ainda mais. Apesar dos esforços de reforma e investimento, o Benim continua assolado pela falta de infraestruturas, pela má governação económica e financeira e por dificuldades no setor privado. Embora o Benim tenha sido um dos 10 melhores reformadores do tecido empresarial, em 2015/16, a sua classificação, na 151ª posição entre 190 países, no relatório do Banco Mundial Doing Business de 2018, indica que ainda há muito a fazer para melhorar o clima empresarial. Com uma taxa de pobreza de 40,1%, em 2015, desemprego persistente e uma pontuação de 0,485 no Índice de Desenvolvimento Humano, o crescimento inclusivo continua a representar um desafio capital.

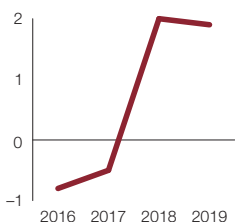
Taxa de crescimento real do PIB



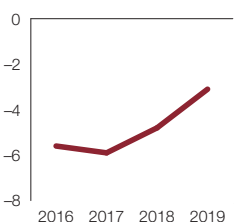
Taxa de crescimento real do PIB per capita



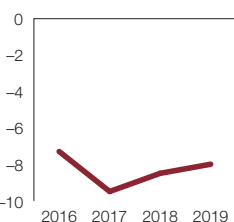
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Botsuana

Desempenho e perspectivas económicas

O Botsuana continuou a recuperar da descida de 2015, quando a economia contraiu 1,7%, com reduzida procura da exportação de diamantes, austeras condições de seca e constantes falhas no fornecimento de eletricidade e água. A taxa de crescimento real do PIB passou de 4,3%, em 2016, para um valor estimado de 4,5%, em 2017, impulsionada maioritariamente pela expansão geral das atividades não mineiras, em particular, água e eletricidade; comércio, hotelaria e restauração; transportes e comunicação; e construção. O dinamismo dos setores não mineiros baseou-se em melhorias no comércio de diamantes e continuidade das políticas anticíclicas. Embora os preços do diamante tenham recuperado gradualmente, a produção do setor mineiro contraiu novamente, embora menos do que em 2016. A extração e processamento de diamantes para exportação permanece o principal impulsionador do crescimento no Botsuana.

Evolução macroeconómica

A inflação teve um valor estimado de 2,8%, em 2016, aquém do objetivo a médio prazo de 3% a 6%, por reduzida procura interna e ligeiro aumento nos preços externos. A política monetária beneficia ainda da baixa taxa de inflação prevalecente. Em outubro de 2017, as autoridades reduziram a taxa de juro em 50 pontos-base, para 5%, apoiando o crescimento interno. O saldo orçamental foi deficitário em 2016, após três anos de excedentes, e retomou um ligeiro excedente em 2017. Prevê-se um ligeiro défice orçamental para 2018, refletindo baixas receitas da indústria mineira, redução das receitas da União Aduaneira da África Austral (UAAA) e aumento da despesa relativa ao programa de estímulo económico. Prevê-se novo excedente para 2020. Em 2017, a dívida pública caiu para 22,3% do PIB e permanece bastante abaixo do limite legal de 40%. A balança corrente teve um excedente de 12% do PIB, em 2017; no final de 2016, a cobertura das reservas internacionais permaneceu nos 17 meses de importações.

Condições favoráveis

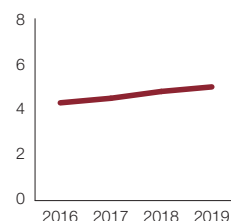
Prevê-se uma recuperação sustentada na atividade económica a médio prazo, com uma taxa de crescimento

real do PIB de quase 5%, em 2018. O bom desempenho dos setores não mineiros e a recuperação contínua do setor mineiro deverão apoiar o crescimento. Apesar da elevada probabilidade de uma recuperação gradual das exportações de minerais, o crescimento nos setores não mineiros é maioritariamente impulsionado pelos serviços, sobretudo, comércio, hotelaria, restauração, transporte e comunicações, com políticas orçamentais e monetárias flexíveis. A expansão contínua da construção, associada ao programa de estímulo económico e ao planeamento de melhorias nas infraestruturas de água e eletricidade, deverá contribuir para um crescimento económico adicional. A indústria transformadora recuperará moderadamente, com melhorias na produção de eletricidade e fornecimento de água. Este desempenho contrabalançará a fraqueza da agricultura. Apesar das boas condições climáticas, essa atividade permanecerá moderada, pois a produção de culturas continuará a ser prejudicada por métodos agrícolas tradicionais, erosão e doenças.

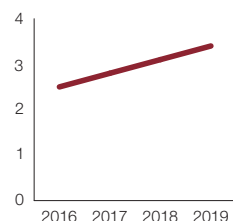
Condições desfavoráveis

Mantêm-se riscos negativos elevados para a perspetiva positiva a médio prazo. A dependência de diamantes na exportação e crescimento tornam o Botsuana extremamente vulnerável a impactos externos. Os principais riscos incluem uma lenta recuperação da economia mundial e incerteza quanto ao comércio e grau de abertura mundiais, podendo diminuir as receitas das exportações. As fracas condições económicas na África do Sul podem afetar as receitas da UAAA e as condições climáticas adversas enfraquecer mais o crescimento agrícola, causando transtornos no fornecimento de água. Os atrasos nos projetos de construção na eletricidade e água e o ritmo lento das reformas estruturais representam riscos negativos adicionais, sublinhando a necessidade de solucionar a crise energética e hídrica e de acelerar as reformas estruturais – incluindo reformas para reduzir competências inadequadas, facilitando a diversificação económica e o aumento da produtividade. A concretização destas iniciativas promoverá a transformação económica, aumentando a resiliência das perspetivas de crescimento a médio prazo.

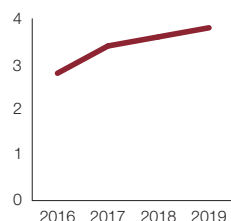
Taxa de crescimento real do PIB



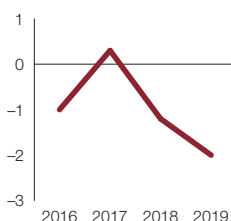
Taxa de crescimento real do PIB per capita



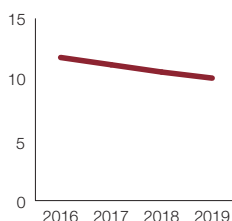
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Burquina Faso

Desempenho e perspectivas económicas

A taxa de crescimento real do PIB estimou-se em 6,7%, em 2017, subindo de 5,9%, em 2016, devido a ganhos na indústria mineira, a maiores investimentos na construção, a um setor comercial saudável e a melhorias na agricultura. Para 2018, prevê-se um crescimento de 6,6% da economia, impulsionado por um programa de investimento público incluído no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social de 2016–20, que abrangerá a energia, o desenvolvimento hidroagrícola e as infraestruturas rodoviárias e de telecomunicações. Prevê-se que os preços mais elevados do ouro e do algodão promovam também o desempenho económico.

Evolução macroeconómica

O aumento dos investimentos, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, e a continuação das despesas com serviços sociais e segurança contribuirão para o défice orçamental, estimado em 5,5% do PIB, em 2017, subindo de 3,8%, em 2016. Associado à maior procura pública de bem-estar social, no período que antecede as eleições presidenciais de 2020, o ritmo dos investimentos e os desafios de segurança na região do Sahel aumentarão a despesa pública em 2018–19. Espera-se que o forte crescimento económico venha a possibilitar a redução do défice orçamental para 4,8% do PIB, em 2018, e para 2,9%, em 2019. O valor da dívida pública, associada ao Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, estimou-se em 36,9% do PIB, em 2017, muito abaixo do critério de convergência de 70% estabelecido pela União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO), sendo considerada sustentável. Em 2017, o valor da inflação estimou-se em 1,5%, após cair 0,2%, em 2016, e é provável que se mantenha abaixo de 2%, em 2018–19.

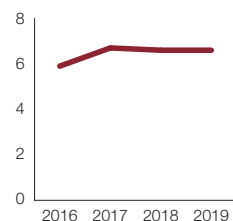
Condições favoráveis

O forte apoio político para a execução do programa de investimento público, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, contribuirá substancialmente para uma robusta retoma económica. Além disso, o Burquina Faso beneficia de fatores de crescimento passíveis de constituir a base de uma estratégia de reformas económicas estruturais, incluindo perspectivas em matéria de agroecologia suscetíveis de acelerar o crescimento no setor rural, sobretudo nos 4,9 milhões de hectares de terras aráveis não utilizadas. Embora seja o primeiro produtor de algodão no continente, o Burquina Faso transforma menos de 1% da sua produção anual; existe um potencial considerável em termos da transformação de algodão em larga escala. O país possui igualmente vastos recursos solares inexplorados, que poderão assegurar a transição para formas de energia ecológicas e renováveis. O poder da sociedade civil e a resiliência da função pública do país constituem vantagens adicionais para a transformação estrutural da economia.

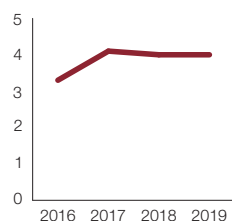
Condições desfavoráveis

As perspectivas de crescimento continuam dependentes de diversas fontes de instabilidade, incluindo o terrorismo, as condições climáticas adversas para a agricultura, a agitação social persistente e a volatilidade dos preços do ouro e do algodão. O terrorismo constitui o risco mais grave. Desde 2015, o Burquina Faso tem sido alvo de uma série de atentados perpetrados por terroristas islâmicos radicais, que vitimaram mais de 70 pessoas e abrandaram a recuperação económica. Verificaram-se ataques na capital Uagadugu, em janeiro de 2016 e agosto de 2017, sendo que persistem incidentes e ameaças terroristas ao longo das fronteiras setentrionais com o Mali e o Níger. O governo deu início à reorganização das forças militares para responder mais eficazmente aos problemas de segurança. Perante a ameaça permanente do terrorismo islâmico radical no Sahel, estes desafios continuarão a ter um forte impacto nas perspectivas socioeconómicas do país, em particular, nas finanças públicas.

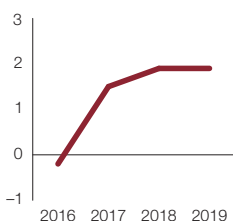
Taxa de crescimento real do PIB



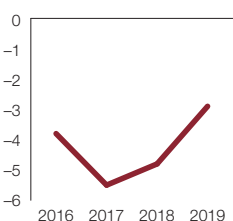
Taxa de crescimento real do PIB per capita



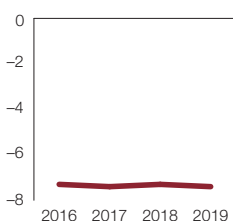
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

O crescimento económico continua a ser gravemente afetado pela crise política aguda que assola o país desde 2015; a taxa de crescimento real do PIB per capita declinou 1,6%, em 2016. Dada a sucessão de acontecimentos adversos, incluindo a suspensão da ajuda financeira por parte dos principais doadores, a escassez de reservas cambiais, a inflação dos preços das importações e a diminuição do investimento, a economia do país está seriamente fragilizada, registando uma contração num valor estimado de 1,3%, em 2017. Prevê-se que a economia, fortemente dependente da agricultura, continue em recessão até 2018 (declínio de 0,3% do PIB real) antes de crescer ligeiramente, em 2019 (1%).

Evolução macroeconómica

A suspensão da ajuda estrangeira continua a prejudicar o orçamento, com um défice estimado do PIB de 8,2%, em 2017, apesar do aumento dos impostos sobre produtos de base. É provável que a situação continue a deteriorar-se a curto prazo (com um défice de 8,9% projetado para 2018, e de 9,1%, para 2019). O défice da balança corrente, que atingiu um valor estimado de 11,6% do PIB, em 2017, reflete as restrições impostas às exportações de café e chá e as reservas cambiais insuficientes. Apesar de uma ligeira quebra, prevê-se que continue elevado, em 2018 (10,4%) e em 2019 (9,3%). A estes desafios acresce a acentuada tendência negativa do franco burundiano, que continuará a exercer pressão sobre os preços no consumidor; prevê-se que a taxa de inflação aumente de um valor estimado de 14,6%, em 2017, para 15,7%, em 2019. A dívida interna deverá continuar elevada e a dívida externa deverá permanecer estável. Espera-se que a dívida pública global aumente para 67,8% do PIB, em 2018, e para 72,1%, em 2019.

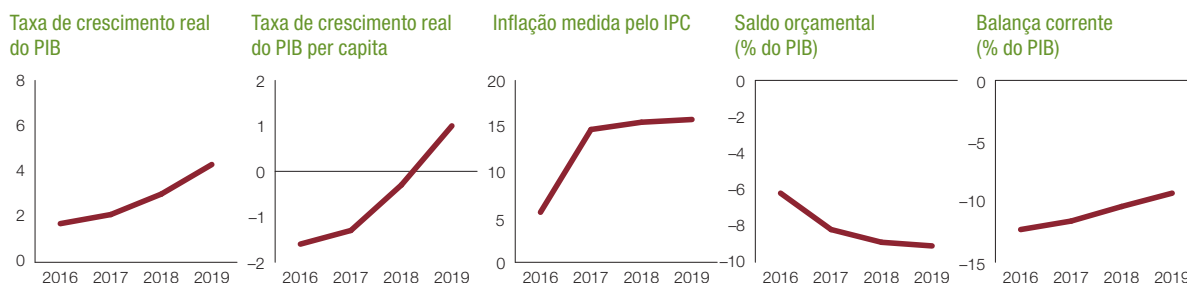
Condições favoráveis

O Burundi fez progressos em termos da melhoria do seu sistema de ensino básico e prepara-se para lançar reformas alargadas que ampliam a escolaridade primária, conforme preconizado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Estas reformas contribuirão, a médio e a longo prazo, para o reforço do capital humano. É

também provável que o país venha a beneficiar de aumentos moderados dos preços internacionais do chá e do café, que representam mais de 80% das exportações. O alívio da dívida relativamente a 75% da dívida externa do governo, no âmbito da iniciativa a favor dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), contribuirá para relançar a economia ao estabilizar a dívida estrangeira. Por último, embora o país se tenha visto cada vez mais isolado na arena política internacional, o Burundi continuará a beneficiar da integração económica na Comunidade da África Oriental (CAO) e na União Africana (UA).

Condições desfavoráveis

A crise sociopolítica e em matéria de segurança que afeta o Burundi terá, provavelmente, um forte impacto na economia e no clima empresarial. O relatório Doing Business de 2018 do Banco Mundial classificou o país na 164ª posição entre 190 países, uma descida de sete face a 2016. A insuficiência da ajuda e do financiamento estrangeiro, de que a economia depende fortemente, prejudicará igualmente o saldo orçamental; o parco financiamento para grandes investimentos públicos registará um crescimento lento. Por último, a economia está altamente dependente da agricultura, que representa mais de um terço do PIB, da exportação de produtos de base e da importação de combustível e alimentos. O que deixa o Burundi extremamente vulnerável a choques do exterior, como ficou demonstrado com o impacto relativamente grave das condições climáticas adversas e das restrições ao comércio externo nas receitas das exportações e na balança comercial.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

Na sequência de um fraco crescimento do PIB, numa média de 1,8% entre 2010 e 2015, a economia recuperou, em 2016, registando um crescimento de 3,8% impulsionado pela agricultura e pelos serviços (principalmente, o turismo). A procura interna deu sinais de retoma, decorrente de um aumento da despesa pública e do crédito privado. Esta tendência prossegue, com um crescimento do PIB num valor estimado de 4%, em 2017, e, previsivelmente, de 4,1%, em 2018, estimulado pela recuperação do turismo. A diversificação da economia continua prioritária para um crescimento sustentável e duradouro. Os serviços representam aproximadamente 70% do PIB, cabendo ao turismo uma percentagem de 20%.

Evolução macroeconómica

Desde 2015, o governo tem procedido à consolidação fiscal através do aumento da pressão sobre o Programa de Investimento Público e do alargamento da base de tributação. O défice orçamental diminuiu de 4,1% do PIB, em 2015, para 3,3%, em 2016. No entanto, a dívida pública aumentou de 71,9% do PIB, em 2010, para 130%, em 2016. Para inverter esta tendência, o governo pretende mobilizar recursos internos, aumentar a eficiência da despesa pública e reduzir a dívida associada às empresas públicas. O défice orçamental atingiu um valor estimado de 4,1%, em 2017, e prevê-se que atinja 4,4%, em 2018. Em 2016, a taxa de inflação foi de -1,4%, em razão, principalmente, dos preços baixos da energia e dos alimentos. A inflação cifrou-se num valor estimado de 1,1%, em 2017, com subida prevista para 2% em 2019. O défice da balança corrente diminuiu para 5,4% do PIB, em 2016, em virtude do crescimento do turismo, dos preços baixos do petróleo e maiores remessas dos cabo-verdianos residentes no estrangeiro. Espera-se que aumente para 7,2%, em 2017, acompanhando a subida dos preços do petróleo. As reservas totais aumentaram de uma cobertura das importações de 4,5 meses, em 2013, para 6,5 meses, em 2016, sobretudo através de níveis inferiores das importações e da menor despesa com investimentos públicos.

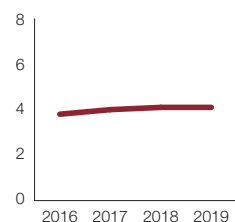
Condições favoráveis

A economia de Cabo Verde depende fortemente do turismo, que representa 47% dos bens e serviços exportados. Prevê-se que, em 2018, o investimento estrangeiro direto aumente consideravelmente. A indústria transformadora e o setor da restauração deverão registar uma expansão nos próximos três anos. Apesar de uma taxa de crescimento reduzida na Europa, prevê-se que as remessas (que representaram 11% do PIB, em 2016) continuem a aumentar, ajudando ao crescimento económico. Em 2017, Cabo Verde elaborou um novo Plano de Desenvolvimento Económico Sustentável, orientado para a promoção do setor privado, o fomento da transformação económica e da diversificação, a fim de reforçar a resiliência às alterações climáticas, e o fortalecimento da integração regional na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

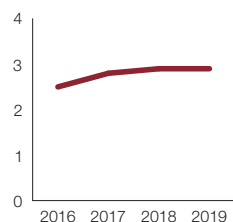
Condições desfavoráveis

As perspetivas económicas dependem da resolução de diversas dificuldades que afetam o crescimento e o desenvolvimento a longo prazo, incluindo a melhoria dos fatores de produtividade, atualmente em declínio, da diversificação da economia, do reforço da resiliência a choques do exterior, designadamente, os relacionados com o clima ou a dependência do comércio com a Europa, e a conclusão bem-sucedida da reestruturação das empresas públicas, como a Cabo Verde Airlines e a IFH (habitação social), cujas dívidas ascendem a quase 20% do PIB. Outros fatores externos recentes, como os crescentes custos de empréstimos decorrentes da valorização do dólar americano, agravaram a situação macroeconómica do país. A taxa de desemprego entre os jovens, que representam metade da população ativa, é problemática. Em 2016, a taxa de desemprego foi de 28,6% nos jovens de 15-24 anos, face a 15% na população total. Além disso, a competitividade é restringida pelo desajuste entre as competências da força de trabalho interna e as necessidades das empresas.

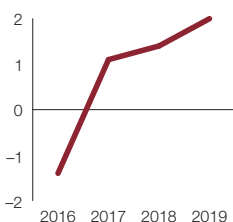
Taxa de crescimento real do PIB



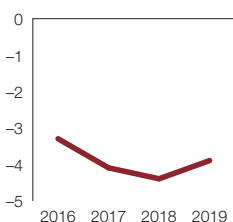
Taxa de crescimento real do PIB per capita



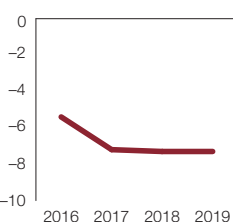
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

A economia dos Camarões, a mais forte e diversificada da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), tem sido resiliente a choques, mas está a mostrar os primeiros sinais de abrandamento. O crescimento do PIB manteve-se estável desde 2010, com uma média de 5,8% de 2013 a 2015, antes de cair para 4,7%, em 2016. O arrastar dos preços de petróleo e gás resultou no adiamento de investimentos em exploração e produção, levando a um declínio das atividades extrativas. A recessão na Nigéria, a ampliação da crise na CEEAC e a instabilidade nas regiões anglófonas do país prejudicaram a procura interna e externa. Estas condições desfavoráveis diminuíram a taxa de crescimento para um valor estimado de 3,4%, em 2017. No entanto, a perspectiva futura permanece positiva, com um crescimento previsto de 4,1%, em 2018, e 4,8%, em 2019, estimulado por maiores exportações para a União Europeia, na sequência de um Acordo de Parceria Económica (APE), e por maior fornecimento de energia devido a novas centrais hidroelétricas. Outras condições favoráveis que influenciam o crescimento incluem o desenvolvimento de cadeias de valor em silvicultura e agro-indústria, assim como uma redução das importações em benefício de produtos locais.

Evolução macroeconómica

Os Camarões assinaram um acordo de parceria económica e financeira (a Facilidade de Crédito Alargado) com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que irá estabilizar a estrutura macroeconómica a médio prazo, exigindo uma política orçamental restritiva para 2017–19. Prevê-se que o investimento público caia de cerca de 8% do PIB, em 2016, para 6,7%, em 2017, e 6,6%, em 2019. Prevê-se que as receitas públicas cresçam de 16,1% do PIB, em 2016, para 17,7%, em 2017, e 18,16% em 2019. O défice orçamental caia de 6,1%, em 2016, para 3,6%, em 2017, e prevê-se que permaneça abaixo de 3%, em 2018/19. O rácio da dívida fica abaixo do teto da CEEAC, 70% do PIB. No entanto, a utilização de empréstimos comerciais para financiar projetos de infraestruturas levou a que a dívida pública atingisse um pico de 34,1% do PIB, em 2016, subindo de 15,6%, em 2012; em resultado disso, o risco de sobre-endividamento do país subiu de “moderado” para “elevado”. Apesar de o nível de endividamento

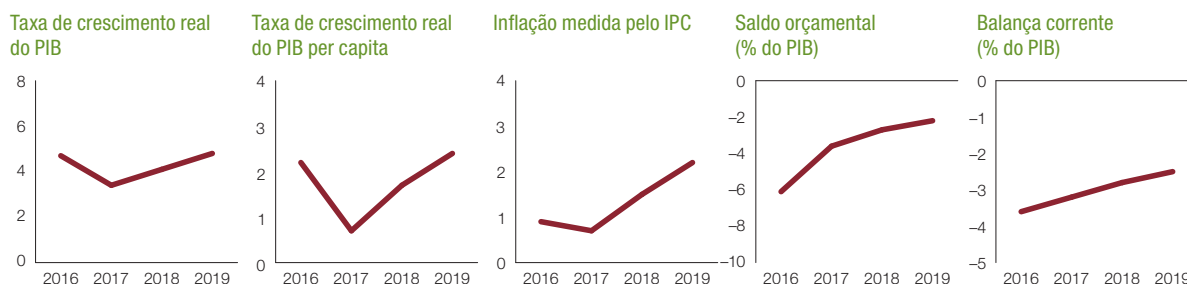
permanecer viável, precisa de ser gerido com muito cuidado. As autoridades competentes devem redobrar esforços na expansão da base de receitas não relacionadas com o petróleo e gerir melhor as despesas, preservando as despesas sociais. De modo a manter a sustentabilidade da dívida, os novos empréstimos não concessionais devem ser reservados para projetos com um elevado impacto social ou de crescimento, em indústrias e setores com potencial competitivo claro. São necessárias medidas adicionais para efetuar a melhoria da gestão das finanças e dívida públicas, de modo a melhorar a eficiência da despesa e controlar os riscos orçamentais.

Condições favoráveis

A consolidação fiscal sob a Facilidade de Crédito Alargado junto do FMI e os acordos de reformas estruturais com parceiros financeiros e técnicos, incluindo o Banco Mundial, permitirão que as autoridades aumentem a eficácia e a eficiência dos investimentos públicos através de uma melhor estrutura de maturidade de projeto. Os esforços focar-se-ão na cobrança de receitas fiscais mais elevadas para contrabalançar o decréscimo dos lucros de petróleo e dos direitos aduaneiros causado pela implementação do APE. Refinando as políticas relacionadas com os incentivos e melhorando o clima empresarial, o governo procura diversificar a economia e estimular o crescimento inclusivo e gerador de emprego. A adesão a uma união monetária ajuda os Camarões a manter taxas de inflação reduzidas. No entanto, limita as opções do país para o ajustamento a choques negativos e na garantia de competitividade externa. Ainda assim, os Camarões têm uma das economias mais resistentes de África. É um país estrategicamente localizado e que dispõe de um excelente capital humano e recursos naturais vastos.

Condições desfavoráveis

As ameaças à segurança regional por parte do Boko Haram e de grupos rebeldes da República Centro-Africana tornam necessária a manutenção dos níveis de despesa em segurança, defesa e assuntos humanitários; tal reduz os recursos disponíveis para despesas sociais. Apesar da relativa segurança política de que os Camarões usufruem, as contínuas perturbações em regiões de língua inglesa, nas áreas do noroeste e sudoeste, podem atrasar ou mesmo impedir a recuperação económica esperada para 2018.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

A atividade económica no Chade continuou a ser prejudicada pela diminuição dos preços mundiais do petróleo, em meados de agosto de 2014, e pelas crises de segurança e humanitária com que o país se confronta. O crescimento do PIB diminuiu de 6,2%, em 2014, para 1,8%, em 2015, e -6,4%, em 2016, e estimou-se que retomaria valores positivos em 2017. A inflação, que se situava em -1,9%, em 2016, aumentou em 2017 e, previsivelmente, também em 2018. Os investimentos em diminuição, em particular, nos setores petrolífero e da construção e trabalhos públicos, as reduções significativas de pessoal, o nível elevado de dívidas internas em atraso, assim como a diminuição acentuada na despesa pública, explicam a contração observada nos últimos dois anos. A perspectiva para 2017 e 2018 depende fortemente da capacidade de o país intensificar os seus esforços de consolidação fiscal num contexto económico e financeiro caracterizado por preços do petróleo em diminuição.

Evolução macroeconómica

A diminuição nos preços do petróleo continua a impedir o crescimento e o desempenho macroeconómico. A diminuição das receitas do petróleo e das receitas fiscais não relacionadas com o petróleo levaram as autoridades a reduzir de forma significativa as despesas de funcionamento e de capital de forma a conter os défices das contas públicas. As despesas de capital, que representaram

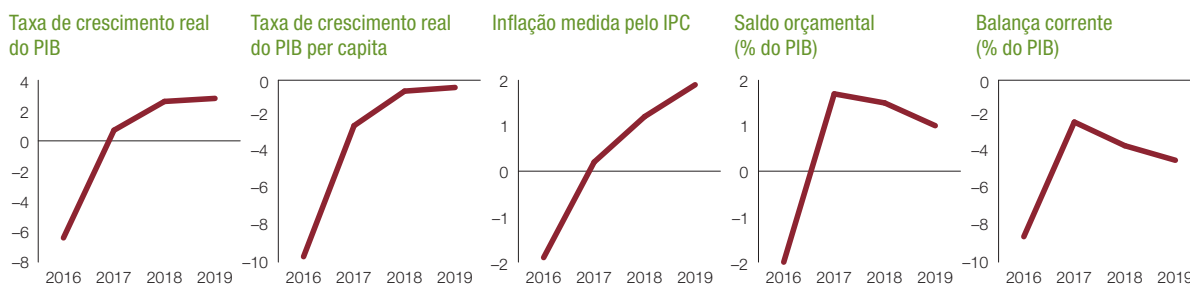
9,6% do PIB, em 2014, diminuíram para 3%, em 2016. O excedente orçamental atingiu um valor estimado de 1,7% do PIB, em 2017, depois de um défice de 2%, em 2016. A diminuição nos preços do petróleo também afetou o nível das reservas cambiais, que, em 2016, representavam apenas 0 meses de importações de bens e serviços.

Condições favoráveis

O sucesso da conferência internacional de doadores, em Paris, em setembro de 2017, relativamente à mobilização de recursos para programas de financiamento no Plano de Desenvolvimento Nacional de 2017-2021, resultante de Vision 2030 – The Chad We Want, levou a medidas promissoras. Os parceiros de desenvolvimento anunciaram 6 mil milhões de dólares americanos, e os intervenientes do setor privado, outros tantos 13,2 mil milhões, para aumentar a diversificação económica do país.

Condições desfavoráveis

Apesar do progresso, o contexto empresarial permanece problemático, conforme destacado no relatório Doing Business de 2018 do Banco Mundial. São necessárias reformas estruturais para melhorar a atratividade e competitividade da economia nacional. Encerrar progressivamente o défice de infraestruturas, nomeadamente, no que diz respeito aos setores vitais da energia e dos transportes, é fundamental para o sucesso da política de ascensão económica.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

As perspetivas para este frágil estado melhoraram após a resolução da crise da eletricidade, em 2014 e 2015. O crescimento económico subiu de 2,8%, em 2016, para um valor estimado de 3,4%, em 2017, e prevê-se que alcance 3,7%, em 2018, e 4,1%, em 2019. O crescimento foi estimulado por um vasto programa de investimentos com componentes públicas (estradas e um hospital nacional) e privadas (turismo e hotelaria). A regularização dos salários dos funcionários públicos e as transferências de dinheiro da diáspora vão provavelmente fomentar o consumo privado. Em termos de oferta, o crescimento depende de uma forte recuperação no setor primário e, em menor grau, no terciário. Em termos de procura, o consumo final é o principal propulsor de crescimento. No entanto, o orçamento permanece extremamente frágil, com a carga tributária excedendo os 10%.

Evolução macroeconómica

O governo eleito em maio de 2016 herdou uma posição orçamental complicada e não tinha qualquer programa de cooperação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a decorrer desde dezembro de 2015. O orçamento para 2017 foi criticado por ser demasiado ambicioso. Os impostos representaram 13% do PIB, em 2016, e 22,3%, em 2017, enquanto as despesas de capital cresceram de 10,7% do PIB, em 2016, para 29,8%, em 2017. A inflação permanece estável, abaixo de 3%, devido a uma boa gestão por parte do Banco Central. Apesar de se prever que a balança comercial piore ligeiramente devido à recuperação económica, é provável que esta tendência seja compensada por transferências de dinheiro da diáspora, que ascendem a 25% do PIB, em média. O risco de sobre-endividamento foi classificado como “moderado” pela mais recente análise de viabilidade de dívida do FMI (2014), que inclui transferências de dinheiro da diáspora.

Condições favoráveis

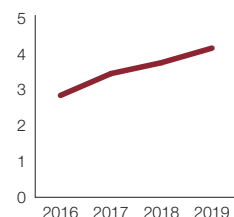
A aquisição de novas centrais elétricas levou à recuperação da produção de eletricidade, o que revitalizou setores inteiros da economia, incluindo turismo, hotelaria, comércio e distribuição de produtos alimentares frescos. Outro fator importante é a subida dos preços internacionais dos

principais produtos de exportação do país, incluindo a baunilha de Bourbon, cujo preço por quilo aumentou de 60 dólares americanos, em 2014, para 400–500 dólares americanos, em 2017. As Comores, o segundo maior produtor de baunilha do mundo, planeiam expandir a produção de 23 para 90 toneladas ao longo de três anos. A baunilha representa 80% das exportações e emprega 45% da força de trabalho. A terceira condição favorável consiste em melhores relações diplomáticas com a Arábia Saudita e os seus aliados do Golfo Pérsico, que levaram a um significativo apoio orçamental e não-orçamental para investimento público, incluindo o projeto para construir estradas ligando Moroni ao aeroporto e Ouani a Bambao.

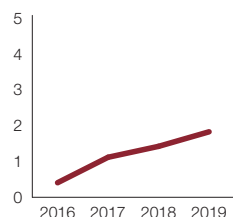
Condições desfavoráveis

O atual clima político coloca um sério risco à economia. O país enfrenta uma potencial instabilidade política e institucional em resultado da decisão, por parte dos novos líderes, de desafiar o princípio constitucional da alternância de presidências entre as três ilhas principais do país, prática que tem garantido estabilidade institucional e transições pacíficas de poder desde 2001. Desde a divisão na coligação Juwa-CRC que levou o Presidente ao poder, as Comores têm tido partilha de soberania entre poder executivo e legislativo. As leis só podem ser promulgadas pelo Parlamento com apoio da anterior maioria, que foi derrotada nas mais recentes eleições. Outro fator importante é o elevado custo que a eletricidade tem para o governo, devido aos grandes subsídios de combustíveis que o mesmo paga às duas companhias elétricas públicas (MAMWE e EDA). Estes subsídios absorvem uma parte considerável do orçamento e criam constantes problemas ao fluxo de caixa. O país continua a debater-se com uma taxa de fertilidade elevada e a presença pesada do setor informal na economia nacional.

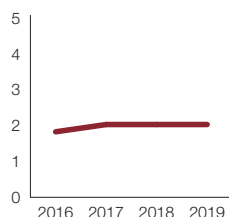
Taxa de crescimento real do PIB



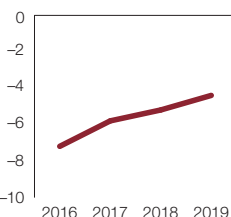
Taxa de crescimento real do PIB per capita



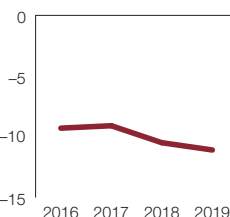
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

Prevê-se nova contração da economia em 2017, após contínua diminuição dos preços do petróleo, a principal fonte de receitas de exportações do país, e fraca resposta dos setores não petrolíferos. A taxa de crescimento real do PIB diminuiu num valor estimado de 4%, em 2017, após contração de 2,8%, em 2016. A diminuição dos preços internacionais do petróleo, agravada pela dependência das receitas do mesmo, continua a prejudicar os esforços de diversificação da economia e o aumento da resiliência do Congo. Após a contração contínua dos últimos dois anos, prevê-se uma expansão de 3,1%, em 2018, e 2,1%, em 2019, estimulada por maior produção petrolífera, graças à exploração do campo petrolífero de Moho-Nord, responsável por 19,3% da produção do país.

Evolução macroeconómica

As fracas perspectivas de crescimento económico e a diminuição das receitas do petróleo continuam a debilitar o saldo orçamental. Contudo, devido às medidas de controlo das despesas do governo, o défice orçamental estimou-se em 4,4% do PIB, em 2017, descendo de 12,9%, em 2016. Prevê-se um excedente orçamental de 2,8% do PIB, em 2018, e de 4,2%, em 2019. A política monetária é gerida pelo BEAC, depois do estabelecimento de paridades fixas entre o franco CFA e o euro. A inflação estimou-se em 1,6%, em 2017, caindo de 3,6%, em 2016, um valor acima do limite médio máximo de 3% autorizado na Comunidade Económica e Monetária da África Central. A dívida pública externa do Congo, particularmente, a dívida a credores chineses, atingiu 110% do PIB, em 2016, e prevê-se novo aumento. Este crescimento aumentou o risco de sobre-endividamento, representando séria ameaça aos planos do governo para aumentar a resiliência. O desemprego representa ainda um grande problema; aproximadamente 30% da força de trabalho de 15–24 anos não tem emprego.

Condições favoráveis

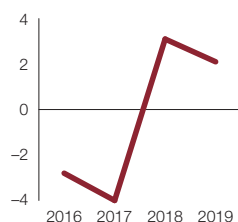
O Congo enfrenta ainda preços reduzidos do petróleo e falta de reformas estruturais para impulsionamento de potencial não explorado. Contudo, os preços reduzidos do petróleo possibilitam a construção de bases para a

diversificação. A revitalização das indústrias e dos setores da construção impulsionará decisivamente o crescimento. Além dos recursos naturais abundantes em petróleo e área florestal e e minérios, o Congo pode promover uma posição estratégica na África Central e a frente costeira de 170 km no Oceano Atlântico para impulsionar a economia nacional. Os projetos de desenvolvimento para renovação e modernização de três aeroportos internacionais, em Brazavile, Ollombo e Pointe-Noire, apoiarão o investimento estrangeiro. Nos transportes, ocorreram progressos em corredores económicos principais, modernizaram-se vias rápidas existentes e construíram-se novas. Por último, o governo lançou reformas ambiciosas, como A Marcha para o Desenvolvimento, para aumentar a qualidade de vida durante os próximos cinco anos.

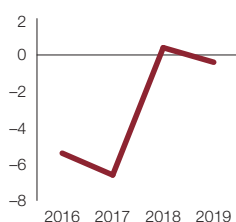
Condições desfavoráveis

Apesar dos grandes avanços, o Congo não acompanha outros países africanos de nível de desenvolvimento semelhante. A forte dependência de produtos petrolíferos agrava uma posição externa frágil. O contexto empresarial oneroso impede a competitividade e o investimento, desencorajando potenciais investidores. O Congo desceu duas posições nos rankings do relatório Doing Business, de 2018, do Banco Mundial, da posição 177 para a 179, entre 190 países. Em 2016, o Congo teve uma pontuação de 0,592 no Índice de Desenvolvimento Humano, a 135ª posição entre 188 países. O nível de pobreza, que desceu de 50,2%, em 2005, para 36,9%, em 2011, ainda é um dos mais elevados em África. Com um coeficiente de desigualdade de Gini de 0,489, em 2011, o Congo é o segundo país com maior desigualdade em África, depois da África do Sul. Um crescimento económico lento nos países desenvolvidos ou noutros parceiros económicos pode prejudicar a procura de produtos exportados.

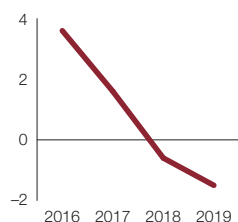
Taxa de crescimento real do PIB



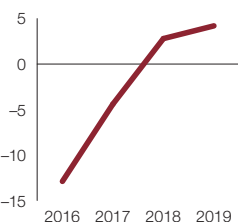
Taxa de crescimento real do PIB per capita



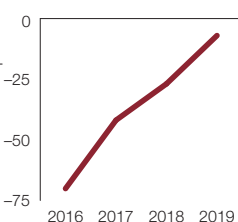
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Costa do Marfim

Desempenho e perspectivas económicas

Em 2016, a atividade económica foi maioritariamente impulsionada por investimentos públicos estruturais e pelo dinamismo do setor privado. Essa tendência continuou em 2017, com uma taxa de crescimento real do PIB estimada em 8%, apesar dos choques nacionais e externos sentidos no início do ano. O declínio de 35% no preço do cacau, a principal fonte de receitas de exportação, entre novembro de 2016 e janeiro de 2017, fez os produtores locais perderem 200 mil milhões de CFAF. O crescimento foi ajudado pela retoma do setor primário, pelo bom desempenho do setor da energia e por maior consumo interno. Do mesmo modo, devido ao dinamismo dos setores secundário e terciário, projeta-se o crescimento para 7,9%, em 2018, e 7,8%, em 2019.

Evolução macroeconómica

Em dezembro de 2017, o FMI concluiu a segunda análise do programa da Costa do Marfim, apoiado pelos mecanismos de Facilidade de Crédito Alargado e de Financiamento Alargado, que permitiu desembolsos de 137 milhões de dólares americanos. O desempenho do programa foi considerado suficientemente positivo para permitir que as decisões estabelecidas nas análises fossem colocadas em prática sem ser necessária uma reunião do Conselho de Administração. O valor do défice orçamental estimou-se em 4,5% do PIB, em 2017, maior do que os previstos 3,7%. Esta deterioração explica-se por via de choques internos e externos no setor financeiro, incluindo a revisão em baixo dos níveis da taxa única de saída e o imposto de registo destinados a apoiar os preços dos produtores e a limitar as perdas na receita a 0,5% do PIB. As necessidades sociais resultaram em despesas não-recorrentes adicionais de 0,6% do PIB, em 2017, e prevê-se que requeiram despesas recorrentes iguais a pelo menos 0,07% do PIB, em 2018. Prevê-se que o défice diminua gradualmente para 3,8%, em 2018, e para 2,8%, em 2019. A inflação manteve-se nos 0,7 %, em 2016, foi estimada em 1%, para 2017, e prevê-se que se mantenha moderada, em 1,8%, em 2018, e 1,9%, em 2019. A dívida continua sob controlo; em 2016, o país foi considerado de risco “moderado” pelo Fundo Monetário Internacional. No entanto, a consolidação das prestações devidas em Eurobonds, em 2014 e 2015, durante 2024/28 colocam um risco potencial à sustentabilidade da dívida.

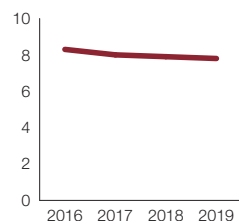
Condições favoráveis

Vários fatores podem consolidar a saúde da economia, incluindo o Programa Económico e Financeiro para 2016–2019 e as reformas estabelecidas no Memorando de Políticas Económicas e Fiscais para 2016–2019. Ademais, uma dotação de 525 milhões de dólares americanos para o Pacto do Programa da Millennium Challenge Corporation fortalecerá a competitividade económica através de investimentos na educação, no ensino técnico e vocacional e nos transportes. O país foi selecionado para beneficiar do Pacto com África do G20, que se espera estimule o setor privado, em particular, através de investimento estrangeiro direto (IED). Ademais, a Costa do Marfim continua a melhorar o contexto empresarial com o seu programa Foco nos Negócios, que aumentou a digitalização e simplificou procedimentos.

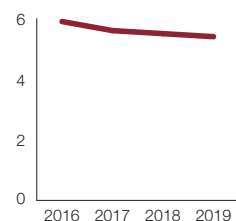
Condições desfavoráveis

A adesão a uma união monetária ajuda a Costa do Marfim a manter taxas de inflação reduzidas. No entanto, limita as opções do país para o ajustamento a choques negativos e na garantia de competitividade externa. Alguns dos principais problemas orçamentais continuam por resolver. O governo ainda apresenta consideráveis contas e passivos passados não saldados, de cerca de 150 mil milhões de francos CFA, que têm origem em gastos extra-orçamentais efetuados no período de 1993–2002. Além disso, as contas e passivos não saldados aos produtores independentes de energia e gás estimam-se em 1,1 por cento do PIB. As autoridades competentes também devem monitorizar os acordos alcançados com soldados amotinados e funcionários públicos em greve, de modo a garantir que não existirão novas crises e conflitos. A economia permanece vulnerável aos choques macroeconómicos negativos, particularmente, aos relacionados com as exportações (baixo preço dos bens) e IED. Um declínio continuado no preço do cacau poderá levar a episódios de tensão social semelhantes aos observados em 2017. Esta vulnerabilidade é uma advertência à necessidade de o país acelerar a diversificação da sua economia e identificar formas alternativas de crescimento para reduzir a sua dependência dos grãos de cacau. As eleições agendadas para 2020 e a incerteza à volta da remodelação das forças políticas poderão ser fontes adicionais de instabilidade.

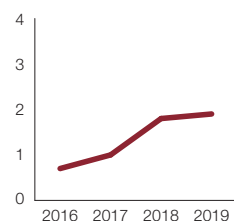
Taxa de crescimento real do PIB



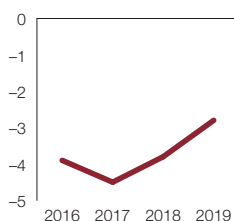
Taxa de crescimento real do PIB per capita



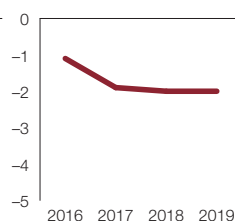
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

O crescimento económico excedeu os 5% em anos recentes, atingiu um valor estimado de 6,8%, em 2017, e prevê-se que seja de 6,9%, em 2018 e 2019. É impulsionado pelo investimento continuado em infraestruturas, especialmente portos, justificado pelo trânsito de bens de e para a Etiópia. O objetivo a longo prazo do governo é estabelecer o Djibuti como um país emergente, em 2035; os objetivos a curto prazo são acelerar o crescimento e aumentar o emprego. Restrições estruturais no fornecimento de energia e de água contam-se entre os principais desafios. O desafio da energia é atenuado por uma linha de transmissão de eletricidade em conjunto com a Etiópia. A economia possui um duplo aspeto: por um lado, tem um setor moderno baseado nas receitas dos portos e das bases militares arrendadas por países estrangeiros; por outro lado, tem um grande setor informal.

Evolução macroeconómica

O défice orçamental, que aumentou acentuadamente, de 5,9% do PIB, em 2013, para 15,7%, em 2015, estendeu-se aos 18,2%, em 2016, e desceu para 15,5%, em 2017. Entre dezembro de 2015 e junho de 2016, a massa monetária aumentou 2,6%. A taxa de câmbio entre o franco do Djibuti (DJF) e o dólar americano foi fixada nos 177,7 desde a independência, em 1973. A inflação cifrou-se em 3%, em 2014, e 3,1%, em 2015, prevendo-se que desça para 2,3%, em 2018. O endividamento do país permanece crítico. A dívida subiu de 52,5% do PIB, em 2014, para 65,7%, em 2015, 78,3%, em 2016, e mais de 79%, em 2017. Apesar da recuperação económica, a pobreza extrema e o desemprego continuam endémicos.

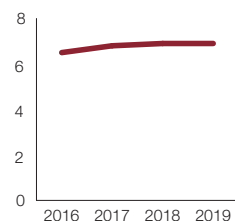
Condições favoráveis

O Djibuti está a contar com o desenvolvimento das suas infraestruturas, incluindo portos, para promover um crescimento rápido e diminuir a pobreza. O programa de infraestruturas financiado em anos recentes por um enorme influxo de investimento estrangeiro direto continua concentrado em portos, estradas e hotéis. A construção de caminhos-de-ferro e novos portos e terminais especializados ao longo da costa consolidará a integração regional do país, fortalecendo o seu papel como plataforma de comércio e serviços na sub-região. O modelo de crescimento e desenvolvimento é maioritariamente focado nos transportes e serviços relacionados, baseado na exploração da posição geoestratégica do país no Golfo de Áden, no cruzamento de importantes corredores de comércio marítimo de transporte de bens e petróleo.

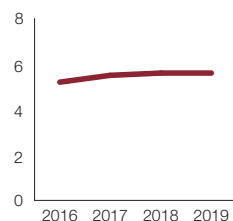
Condições desfavoráveis

O crescimento económico e a diversificação continuam limitados por diversos fatores, incluindo a fraca qualidade das infraestruturas económicas, o elevado custo dos serviços e a fraca capacidade institucional. Mais de 48% da população em idade ativa, especialmente, os jovens e as mulheres, está desempregada; a pobreza extrema não desce desde 2002 e afeta cerca de 23% de uma população de menos de um milhão de habitantes. O Djibuti sofre de uma exposição relativamente elevada a choques ambientais. O progresso do país é enfraquecido pela baixa eficiência e pela fraca qualidade dos seus serviços públicos, apesar da recente introdução de práticas modernas de gestão. O crescente endividamento pode dificultar ainda mais os seus esforços de desenvolvimento. O índice de governação política deteriorou-se genericamente em anos recentes.

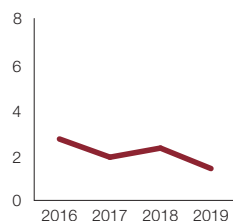
Taxa de crescimento real do PIB



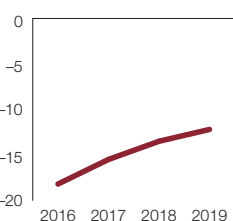
Taxa de crescimento real do PIB per capita



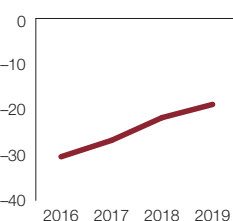
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

Em 2016/17, o PIB real cresceu num valor estimado de 4,1%, ligeiramente inferior ao de 4,3%, em 2015/16. Os principais impulsionadores do crescimento são os investimentos e o consumo privado e público, bem como o saldo líquido das exportações, que contribuiu positivamente pela primeira vez em dois anos. Este desempenho positivo reflete as reformas implementadas pelo governo para atingir consolidação orçamental, crescimento mais inclusivo e melhoria do contexto empresarial. A aprovação de um programa de três anos do Fundo Monetário Internacional (FMI), em novembro de 2016, demonstrou o sucesso desses esforços. Prevê-se um crescimento de 4,8%, em 2017/18, e de 5,5%, em 2018/19, impulsionado por renovada confiança dos investidores, mas parcialmente diluídas pela elevada inflação. A inflação aumentou para um valor estimado de 23,3%, em 2016/17, após 10,3%, em 2015/16, prevendo-se um decréscimo para 21,2%, em 2017/18, e 13,7%, em 2018/19.

Evolução macroeconómica

Após enfrentar desequilíbrios importantes, que levaram a elevada dívida pública, crescente défice da balança corrente e diminuição das reservas oficiais, o Egito iniciou uma grande reforma económica apoiada pelo FMI. O programa consiste principalmente na liberalização da taxa de câmbio; na consolidação orçamental, incluindo cortes nos subsídios de energia e redução da massa salarial; e em medidas de melhoramento do contexto empresarial, incluindo acesso facilitado a financiamento para pequenas e médias empresas, com transferências de dinheiro para as mais vulneráveis. As condições macroeconómicas estão a melhorar. Na procura, os dados do Ministério das Finanças de julho de 2016/março de 2017 indicam taxas de crescimento anuais de 17%, para o investimento, 4,4%, para o consumo privado, e 2,4%, para o consumo público. O aumento de 72% das exportações foi parcialmente contrabalançado pelo de 47% das importações, no mesmo período. Na oferta, oito setores principais impulsionaram o crescimento, representando aproximadamente dois terços do PIB: telecomunicações (cresceram 9,3%), construção (cresceu 8,5%), comércio por grosso e a retalho (cresceu 4,7%), indústria transformadora não petrolífera (cresceu

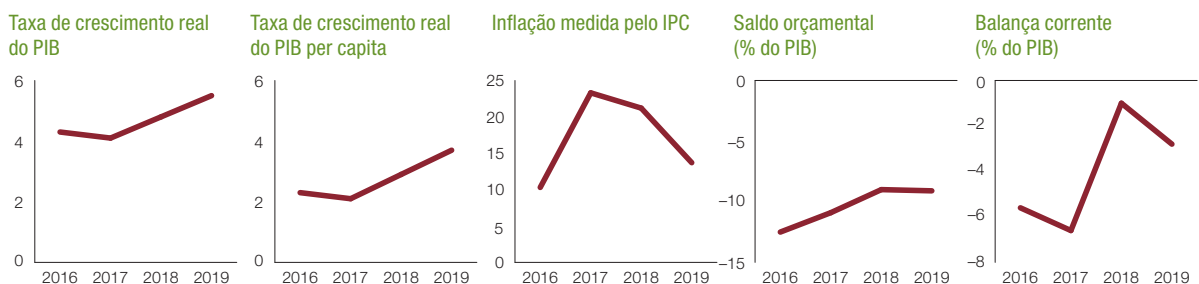
4,7%), gás natural (cresceu 4,6%), imobiliário (cresceu 4,3%), agricultura (cresceu 3,1) e administração pública (cresceu 2,9%). O turismo diminuiu 6,7%.

Condições favoráveis

As reformas internas, apoiadas pelo FMI e por 4,5 milhões de dólares americanos do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento, durante três exercícios orçamentais, produziram resultados. A desvalorização da moeda impulsionou o investimento estrangeiro; a economia é considerada mais competitiva e a confiança empresarial melhorou. Em 2016/17, os investimentos públicos impulsionaram o crescimento, com um conjunto de megaprojetos. Melhores condições dos mercados representaram um fator principal no regresso do crescimento, beneficiando particularmente as exportações de produtos mineiros, sobretudo ouro e petróleo (principalmente, petróleo bruto). A vertente de consolidação orçamental do programa – incluindo o aumento de 2,5% das receitas fiscais, entre 2015/16 e 2018/19; redução da despesa pública com corte de subsídios, sobretudo nos combustíveis; e contenção da massa salarial do governo – melhorou o enquadramento macroeconómico. Para consolidar o impacto positivo verificado e melhorar as perspectivas futuras, o governo continuará a implementação do programa de reformas com o FMI, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento.

Condições desfavoráveis

A alteração das taxas de câmbio para um regime flutuante desvalorizou em 44% a libra egípcia (EGP), entre outubro e novembro de 2016. Em agosto de 2017, a inflação atingiu 31,9%, após uma média de 23,3%, em 2016/17. Apesar do aumento constante das taxas de juro nominais, as reais mantiveram-se negativas. Contudo, prevê-se uma diminuição de 21,2%, em 2017/18, e 13%, em 2018/19, com o Banco Central a ajustar a política monetária, apoiando a libra egípcia e reduzindo a inflação. Outro impacto da desvalorização da moeda é o aumento acentuado do stock da dívida denominada em moeda estrangeira, de 17,3% do PIB, no primeiro trimestre de 2016/17, para 41,2%, um ano depois. O nível de segurança no nordeste também afeta o crescimento, assim como os perigos para o setor do turismo, que ainda não regressou a níveis anteriores a 2011.



Nota: Os dados são fornecidos por cada exercício orçamental, portanto, os de 2016 referem-se ao de 2015/16.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

A economia da Eritreia abrandou mais que o esperado, com diminuição das atividades económicas e más condições climáticas, afetando a produtividade agrícola. A taxa de crescimento real do PIB diminuiu para um valor estimado de 3,4%, em 2017, após 3,8%, em 2016, e prevê-se entre os 3,7% e os 3,8% a médio prazo. Em 2016 e 2017, os novos investimentos na mina de Bisha foram os principais impulsionadores do crescimento do PIB. A agricultura, representando 17,2% do PIB, é o principal meio de subsistência da população e corresponde a cerca de 44% das exportações de produtos. A médio prazo, há novas perspectivas governamentais de melhoria da produção alimentar, com investimentos em barragens de alvenaria, atividades mineiras adicionais, crescimento dos serviços e a desenvolvimento das pescas.

Evolução macroeconómica

O défice orçamental (após subsídios) continuou a descer, diminuindo de 14% do PIB, em 2016, para um valor estimado de 13,8%, em 2017, prevendo-se uma redução adicional para 12,4%, em 2019. Os principais impulsionadores dessa redução são o maior acesso do país a subsídios e a recursos concessionais, o aumento das receitas dos projetos da indústria mineira e o controlo das despesas desnecessárias. Em 2017, a inflação permaneceu num valor estimado de 9%, impulsionada pelo insuficiente fornecimento de alimentos e escassa oferta de moeda estrangeira para o financiamento da importação de bens essenciais. A política monetária tem tido como objetivo manter a estabilidade dos preços. A oferta geral de moeda diminuiu de 17,5% do PIB, em 2010, para aproximadamente 14,3%, em 2014, situação atribuível ao processo de procura de medidas de consolidação orçamental e à redução dos empréstimos não concessionais. O valor da dívida pública estimou-se em 105,8% do PIB, em 2015, 3 pontos percentuais abaixo do registado em 2013. A dívida externa aos credores oficiais, que diminuiu de 41% do PIB, em 2010, para 21,9%, em 2014, mantém-se acima da média dos 10,5% da África Subsariana.

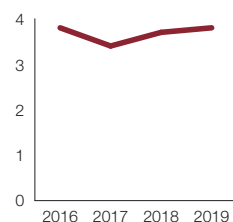
Condições favoráveis

Os preços reduzidos dos produtos relativos às tradicionais exportações de ouro e cobre representam ainda um desafio contínuo. A descoberta de novos depósitos de ouro em quantidades comerciais impulsionará o crescimento a médio prazo. Contudo, os preços mundiais mais reduzidos dos minerais ofereceram ao governo oportunidade para diversificar a economia. O setor agrícola representa cerca de 80% do emprego na economia rural. Para a transformação deste setor, o governo implementou uma Agenda de Desenvolvimento na Agricultura centrada nas cadeias de valor agrícolas e na aplicação de insumos melhorados. No setor energético, os parceiros para o desenvolvimento, sobretudo a União Europeia, estão a investir nas energias renováveis. Na cidade portuária de Assab, o Governo e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estão a acompanhar um parque eólico com capacidade de 750 kilowatts para melhorar o fornecimento de eletricidade. A central energética a gás de Assab poupa anualmente 730.000 dólares americanos em custos com gás. Nos transportes, o principal corredor entre Asmara e os portos de Massawa e Assab estão a ser reabilitados.

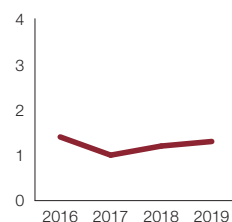
Condições desfavoráveis

A questão, não resolvida, da fronteira entre a Eritreia e a Etiópia, assim como o isolamento continuado da Eritreia por parte da comunidade internacional, obrigaram o governo a adotar políticas voltadas para o interior. Esta situação entravou o desenvolvimento regional no Corno de África. O investimento continua a ser desencorajado pelo contexto empresarial pouco atrativo do país, verificado pela 189ª posição, entre 190 países, no relatório Doing Business, de 2018, do Banco Mundial. A Eritreia também enfrenta falta de mão-de-obra qualificada, devido à pouca qualidade das infraestruturas educacionais. Estes problemas continuam a comprometer o desenvolvimento de capital humano, restringindo o crescimento económico inclusivo e sustentável a longo prazo. A dependência da exportação de produtos primários e da importação de alimentos e produtos petrolíferos torna o país extremamente vulnerável a impactos externos.

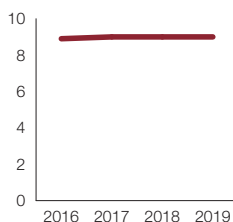
Taxa de crescimento real do PIB



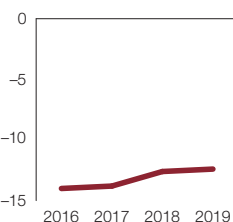
Taxa de crescimento real do PIB per capita



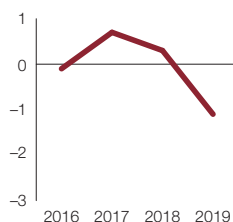
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

A Etiópia recupera de forma estável das secas de 2015/16 e 2017, com expansão contínua dos serviços e da indústria e recuperação na agricultura. Com 39,3%, os serviços representaram a maior percentagem do PIB, em 2016/17, impulsionados pelo comércio, transportes e comunicações, apesar de uma diminuição dos 47,3% de 2015/16. A percentagem da indústria no PIB aumentou de 16,7%, em 2015/16, para 25,6%, em 2016/17, impulsionada pela construção, eletricidade e indústrias transformadoras. A implementação da industrialização liderada pelas exportações apoiou o crescimento no setor industrial. Apesar da percentagem da agricultura no PIB ter estagnado nos 36%, a taxa de crescimento do setor aumentou, de 2,3%, em 2015/16, para 6,7%, em 2016/17, com aumento dos preços dos produtos, sobretudo do café. O crescimento continua impulsionado pelo investimento, com despesas públicas estáveis em infraestruturas e maior investimento estrangeiro direto (IED). A taxa de crescimento real do PIB durante 2017/18 – 2018/19 será impulsionada por maior produtividade agrícola e forte crescimento industrial.

Evolução macroeconómica

Em 2016/17, houve uma política orçamental contracionista, priorizando a despesa em setores favoráveis aos mais pobres e impulsionadores do crescimento, incluindo educação, saúde, agricultura e rodovias. As despesas de capital representaram grande percentagem do orçamento, apesar de diminuírem de 51%, em 2015/16, para 46%, em 2016/17. O défice orçamental de 2016/17 foi inferior em 1 ponto percentual ao programado e o rácio receitas fiscais/PIB permaneceu reduzido, nos 12,9%. Prevê-se maior cobrança de impostos via aumento de receitas. A política monetária contracionista do Banco Central contra as pressões inflacionistas do aumento dos preços alimentares respeitou o objetivo de manter uma inflação inferior a 8%, em 2016/17. Em outubro de 2017, o birr desvalorizou 15%, impulsionando as exportações. As exportações de mercadorias aumentaram 1,4%, enquanto as importações diminuíram 5,5%, reduzindo o défice da balança corrente. As remessas permaneceram estáveis em 6% do PIB, em 2016/17, aumentando o IED 27,6%, para 4,2 mil milhões de dólares americanos.

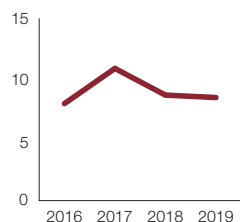
Condições favoráveis

A perspetiva económica é positiva, graças à estratégia governamental de industrialização orientada para as exportações e às perspetivas positivas dos investidores. Deu-se prioridade à industrialização, sobretudo com desenvolvimento de parques industriais e outros impulsionadores, como a rede ferroviária eletrificada Adis Abeba-Jibuti, com 656 km, para facilitar o custo dos negócios. Prevê-se que investimentos na energia, como a Grande Represa do Renascimento Etíope, de 6450 MW, impulsionem as exportações de energia. Estas iniciativas deverão reduzir o défice comercial estrutural e a falta de moeda estrangeira e apoiar a industrialização e criação de emprego. Em 2016, a Etiópia foi a segunda maior economia recetora de IDE, entre os países menos desenvolvidos, apoiada pelo seu grande mercado e mão-de-obra barata.

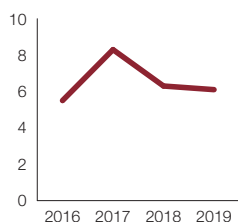
Condições desfavoráveis

Os principais riscos negativos incluem poucas exportações, alterações climáticas e desemprego jovem. As exportações representam menos de 20% das importações, originando frequentes défices comerciais e escassez de moeda estrangeira. O risco moderado de sobre-endividamento da Etiópia é vulnerável ao desempenho das exportações. O desenvolvimento de parques industriais e a desvalorização do birr deverão aumentar a exportação de produtos manufacturados, que atualmente representam cerca de 20% das exportações totais, mitigando este risco. Os efeitos negativos das mudanças climáticas levaram a intervenções para o desenvolvimento da resiliência, sobretudo nas regiões propícias a seca, segundo o Plano de Transformação do Crescimento II (2015/16–2019/20) e a Estratégia de Economia Verde Resiliente às Alterações Climáticas. O desemprego jovem exige atenção imediata; mais de 70% da população tem menos de 30 anos. Em 2013, embora a taxa de desemprego jovem (15 a 29 anos), de 6,8%, tenha sido baixa, a de desemprego jovem urbano (23,3%) foi superior à de desemprego urbano (16,5%). Em 2016/17, o governo estabeleceu um Fundo Rotativo para a Juventude Etíope, de 10 mil milhões de ETB (493 milhões de dólares americanos), para apoiar o empreendedorismo juvenil e a criação de emprego.

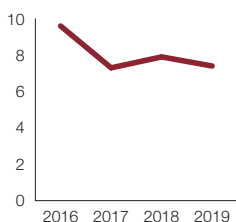
Taxa de crescimento real do PIB



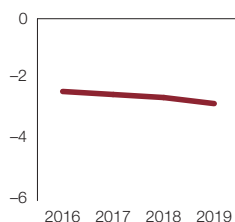
Taxa de crescimento real do PIB per capita



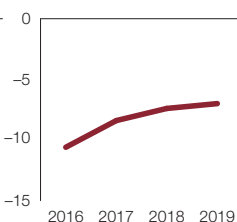
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Nota: Os dados são fornecidos por cada exercício orçamental, portanto, os de 2016 referem-se ao de 2015/16.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

O crescimento económico continuou apesar da queda dos preços do petróleo, atingindo 2,1%, em 2016; no entanto, estimou-se um valor inferior a 1%, para 2017. Em janeiro de 2017, as autoridades aprovaram um plano de revitalização para fazer face à atual crise económica contendo desequilíbrios macroeconómicos e orçamentais e estimulando o crescimento. Para enfrentar o choque económico que o Gabão tem vindo a sofrer desde 2014, o governo comprometeu-se a tomar medidas de revitalização, incluindo implementar ajustes orçamentais, desenvolver as infraestruturas e promover o setor privado como impulsionador da diversificação e transformação económicas.

Evolução macroeconómica

Desde o declínio dos preços do petróleo, o Gabão registou perdas em receitas que têm prejudicado as finanças públicas, o setor financeiro e o setor produtivo. Apesar dos esforços de ajustamento, o governo acumulou consideráveis défices orçamentais, particularmente, para pagar uma avultada massa salarial (perto de 40% do orçamento) e para apoiar o programa de investimento associado à visão de emergência do país. Em conjugação com a acumulação de dívidas em atraso, o relativo decréscimo dos investimentos públicos teve um efeito negativo no crescimento económico, na criação de emprego e no setor não-petrolífero. A balança de pagamentos está em défice e as reservas do governo no Banco Central diminuíram acentuadamente.

Condições favoráveis

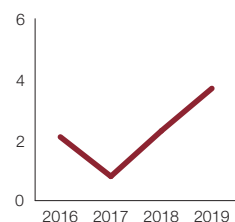
O Gabão está determinado a reduzir a sua dependência de matérias-primas, particularmente, hidrocarbonetos, e a transformar a sua economia de forma a tornar-se uma nação emergente até 2025. Estabeleceu uma política industrial credível, incluindo a criação de zonas económicas especiais e a atração de investimento estrangeiro direto. Estas medidas acontecem na parceria público-privada com a empresa OLAM, cujo objetivo é promover a agricultura de subsistência e direcionada à exportação

como ponte para o crescimento. Para melhorar o desempenho da administração pública, o governo lançou reformas, racionalizando o número de funcionários públicos, reexaminando o papel de determinados ministérios e redirecionando os recursos públicos para atingir resultados. As reformas em curso são especificamente financiadas pela comunidade internacional através de um acordo trienal de 655 milhões de dólares americanos, aprovado em junho de 2017, no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado do Fundo Monetário Internacional, assim como pelo apoio orçamental do Banco de Desenvolvimento Africano, do Banco Mundial e da Agência Francesa para o Desenvolvimento.

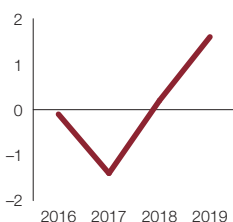
Condições desfavoráveis

A adesão a uma união monetária ajuda o Gabão na manutenção de taxas de inflação reduzidas. No entanto, limita as opções do país para o ajustamento a choques negativos e na garantia de competitividade externa. A limitada diversificação económica na Guiné Equatorial continua a ser uma das principais restrições e impede que sejam recolhidos benefícios das exportações mais elevadas nos setores não petrolíferos. Apesar de a despesa com o funcionalismo público ter sido mantida sob controlo e a despesa pública redirecionada, durante os últimos três anos houve acumulação de consideráveis dívidas atrasadas do governo ao setor privado. Esta situação impede o desenvolvimento do setor não-petrolífero, é prejudicial para o emprego e, a longo prazo, corre o risco de enfraquecer o setor da banca devido à acumulação de empréstimos duvidosos. O nível da dívida pública também oferece preocupação devido ao aumento substancial, nos últimos anos, para aproximadamente 59% do PIB, em outubro de 2017. O governo precisa de continuar a investir fortemente em infraestruturas, particularmente, estradas, para o Gabão permanecer um destino atraente para o investimento estrangeiro. O governo tem de continuar a investir substancialmente em infraestruturas, particularmente nas rodovias, de modo que o país possa continuar a ser um destino atrativo para o investimento externo. No entanto, a estratégia de financiamento deve preservar a sustentabilidade da dívida.

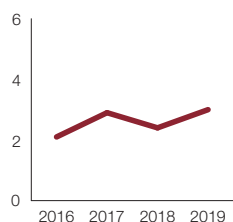
Taxa de crescimento real do PIB



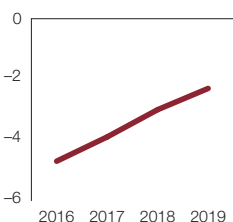
Taxa de crescimento real do PIB per capita



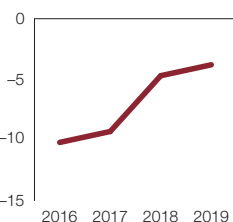
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

Em 2014, a economia sofreu choques exógenos causados pela precipitação errática e repercussões da crise regional do Ébola, levando o crescimento do PIB a descer de 5,6% para -0,2%. Em 2015, o crescimento recuperou para 4,4%, mas diminuiu para 2,2%, em 2016, devido à derrapagem das políticas, à incerteza eleitoral, a uma estação das chuvas anormalmente curta e a um bloqueio de três meses das fronteiras pelos transportadores senegaleses. O crescimento do PIB recuperou para um valor estimado de 5,1% em 2017, impulsionado maioritariamente pela agricultura e serviços, e prevê-se que estabilize aproximadamente nos 4% a médio prazo, dependendo da capacidade da nova administração para efetuar uma transição robusta, atrair investidores e estabelecer bases para a transformação económica.

Evolução macroeconómica

Despesas mais elevadas empurraram o défice orçamental de 1,7% do PIB, em 2008, para um máximo de 10%, em 2014, até estabilizar nos 9,5%, em 2016. O défice foi maioritariamente financiado por empréstimos nacionais. O stock da dívida nacional aumentou de 37,1% do PIB, em 2013, para 67,9%, em 2016, contribuindo para um acentuado aumento do stock da dívida pública, de 83,3% do PIB, em 2013, para 120%, em 2016. O orçamento de 2017 respeita os objetivos de estabilização de contenção do défice para 2,5% do PIB. A inflação atingiu os 7,2%, em 2016, após os 6,8% de 2015, impulsionada pelos elevados preços dos produtos alimentares e pela desvalorização do dalasi face ao dólar americano a partir de novembro de 2016. Prevê-se um decréscimo da inflação para 6,9%, em 2018, beneficiando da normalização da política monetária e da recuperação da produção agrária. O défice da balança corrente diminuiu de 15% do PIB, em 2015, para 8,7%, em 2016, com condições comerciais favoráveis e moderada recuperação comercial. O défice comercial diminuiu de 25,7% do PIB, em 2015, para 17,9%, em 2016. Para 2017 e 2018, prevê-se um aumento das importações,

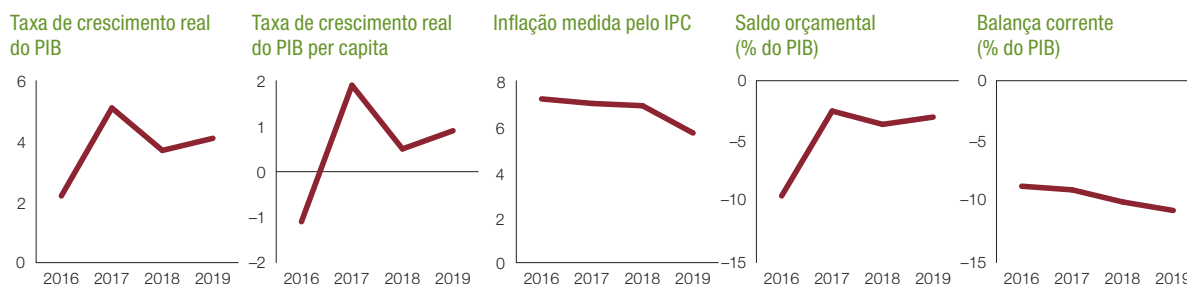
de 34% do PIB, em 2016, para 38%, em 2018, contribuindo para o aumento do défice da balança corrente para 10% do PIB, em 2018.

Condições favoráveis

Na sequência das eleições de dezembro de 2016, o país atravessa um difícil período de recuperação, mas os principais parceiros voltaram a envolver-se. Os recursos substanciais fornecidos aumentaram as reservas oficiais, passando de 1 mês de importações, em dezembro de 2016, para 3 meses, em agosto de 2017. As mudanças políticas abrem novas oportunidades. O país planeia uma estratégia de longo prazo, o Plano de Desenvolvimento Nacional, 2018–2021, que se foca no aceleração do crescimento inclusivo e na criação de oportunidades de emprego. Está marcada para começar em 2018 uma mesa redonda de doadores para mobilizar recursos. O turismo, o segundo maior contribuinte para a economia nacional, encontra-se pujante. Para consolidar estes ganhos, o setor precisa de melhorar a competitividade e resolver restrições do lado da oferta que estrangulam o crescimento. As remessas, perfazendo 10% do PIB, permanecem a principal fonte de lucro cambial e espera-se que cresçam 5% anualmente.

Condições desfavoráveis

O país continua vulnerável aos choques devido ao seu tamanho e excessiva dependência do turismo e da agricultura de subsistência assente na chuva. A carência energética é um problema importante. O acesso insuficiente ao fornecimento de eletricidade (47% a nível nacional) torna o custo desta dos mais caros da África Subsaariana (\$0,26/kWh). Rápidas mudanças demográficas fomentam uma intensa urbanização. O nível de pobreza manteve-se praticamente inalterado entre 2010 (48,1%) e 2015 (48,6%). No entanto, o número de pobres aumentou de 790.000, em 2010, para 930.000, em 2015. A grande percentagem de desemprego jovem no desemprego total, cerca de 70%, está a levar os jovens a procurar meios de vida alternativos, incluindo migração irregular e atividades ilegais.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

O crescimento económico caiu de 14%, em 2011, no início da produção de petróleo, para 3,5%, em 2016, o crescimento mais baixo em duas décadas. A economia recuperou em 2017, crescendo num valor estimado de 6,3%, impulsionado pela recuperação dos setores não petrolíferos, menor inflação e novos poços de hidrocarbonetos (os campos de petróleo e gás de Tweneboa, Enyenra, Ntomme e Sankofa). A médio prazo, espera-se que o crescimento económico acelere para 8,5%, em 2018, atenuando-se para 6,2%, em 2019, com a diminuição dos défices da balança corrente e orçamental devido à menor inflação e à descida das taxas de juros.

Evolução macroeconómica

O fraco crescimento económico, constrangido por uma rígida política monetária, e a menor produção petrolífera em 2016 levaram a um declínio da receita governamental. Espera-se que o desempenho orçamental melhore após a redução do défice orçamental de 8,9% do PIB, em 2016, para 4,7%, em 2017. É provável que maior produção petrolífera e despesas fortemente controladas impulsionem as receitas. Melhorias na coleta de impostos e inflação e taxas de juro em queda facilitarão a atividade económica. A mobilização da receita e medidas eficientes continuarão a ser fatores chave da implementação orçamental.

A inflação continuou a diminuir gradualmente, de um máximo de 19,2%, em janeiro de 2016, para 12,2%, em setembro de 2017. O Banco do Gana reduziu a taxa de juros de 25,5% para 21%, o quarto corte consecutivo desde novembro de 2016. As taxas de câmbio permaneceram relativamente estáveis, comparadas com 2014 e 2015, com uma depreciação cumulativa anual de 4,7% contra o dólar americano até agosto de 2017. O Gana está em grande risco de sobre-endividamento pois o rácio dívida/PIB permanece elevado, tendo caído de 73,3%, em dezembro de 2016, para 68%, em junho de 2017. A sustentabilidade da dívida permanece prioritária no programa de consolidação fiscal do governo.

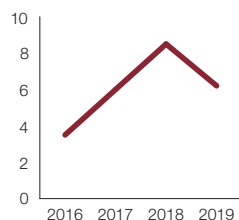
Condições favoráveis

A transição sem sobressaltos da administração política após as eleições de dezembro de 2016 fortaleceu o estatuto democrático do Gana. A promoção do crescimento do setor privado proporciona uma plataforma chave para recuperar os setores não petrolíferos e para ligações para estimular o setor da produção. Restaurar e manter um contexto fiscal e macroeconómico sustentável, melhorar o contexto propício aos negócios e, ao mesmo tempo, fortalecer o fornecimento de eletricidade, e assegurar a viabilidade financeira do setor energético são requisitos para o aumento da produtividade. A resolução dos desafios de produção do poço petrolífero da Jubilee e a decisão histórica de setembro de 2017 do Tribunal Internacional do Direito do Mar sobre a disputa de 2015 relativa à fronteira marítima entre a Costa do Marfim e o Gana a favor do Gana abriram caminho para uma renovada perfuração e exploração de petróleo e gás e permite o potencial para novos investimentos petrolíferos.

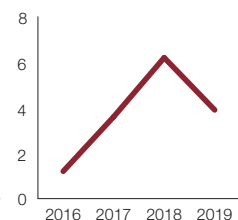
Condições desfavoráveis

A derrapagem orçamental de 2016 requer a expansão da base de impostos do Gana, que é relativamente baixa, com um rácio impostos/PIB de cerca de 16%. A mobilização da receita continua a ser fundamental para atingir os objetivos do país no caminho da consolidação fiscal sustentada, a par da gestão da sustentabilidade da dívida e do financiamento dos objetivos de desenvolvimento. Abordar a sustentabilidade financeira dos empreendimentos energéticos estatais é crucial para a saúde financeira do setor energético, assim como o setor bancário, cujos empréstimos não rentáveis aumentaram acentuadamente para 21,2%, em junho de 2017. A exigência do aumento do capital mínimo necessário para os bancos comerciais, rurais e comunitários abre caminho à consolidação e melhoria da saúde do setor bancário. O Banco do Gana tomou medidas para restabelecer a estabilidade do setor requerendo um plano de recapitalização aos bancos com insuficiência de capital, para além da implementação de requisitos colaterais e do desenvolvimento de um plano de Assistência de Liquidez de Emergência.

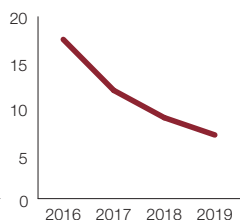
Taxa de crescimento real do PIB



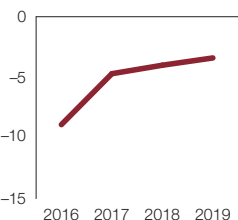
Taxa de crescimento real do PIB per capita



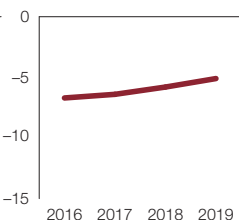
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

As reformas, o investimento na exploração mineira, na agricultura e em infraestruturas, assim como o fim da crise do ébola, contribuíram para uma retoma económica em 2016. O PIB real cresceu 6,6%, refletindo um forte desempenho na agricultura (crescimento de 5,8%), indústria mineira (crescimento de 33,5%) e energia (crescimento de 34%). A taxa de crescimento real do PIB cifrou-se num valor estimado de 6,4%, em 2017, e prevê-se que seja, em média, 6,2%, para 2018–19, por efeito de desempenhos robustos nos setores mineiro, agrícola e da construção.

Evolução macroeconómica

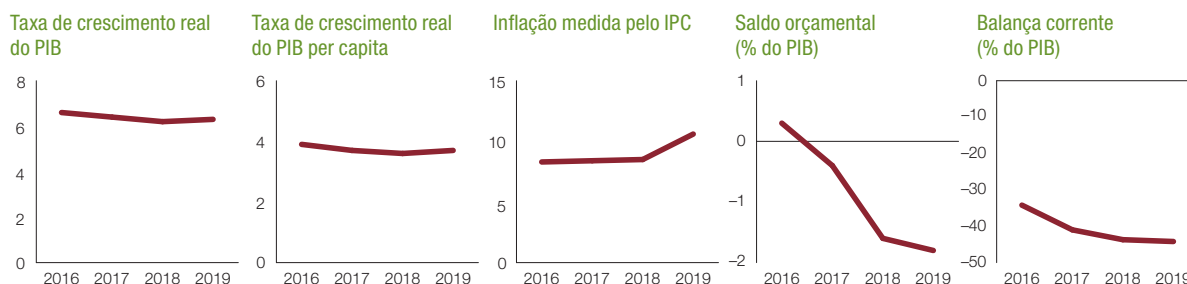
A adoção de uma política monetária prudente é suscetível de manter a taxa de inflação em 8,4%, em 2017 e 2018, apesar de uma subida para 10,6% prevista em 2019, devido ao aumento dos preços das importações, em particular, dos preços do petróleo. As políticas governamentais tiveram como resultado um excedente orçamental de 0,3% do PIB, em 2016. Prevê-se que o défice orçamental, estimado em 0,4% do PIB, em 2017, se agrave para 1,6%, em 2018, e 1,8%, em 2019, em resultado das reformas lançadas para alargar o âmbito do orçamento e racionalizar as políticas de contratação pública. Prevê-se que o défice da balança corrente aumente de 34,2% do PIB, em 2016, para uma média de 43%, em 2017/19, por efeito das importações relacionadas com projetos de exploração mineira, energia e infraestruturas de transporte. Os influxos de receitas das exportações contribuíram para que a cobertura das importações pelas reservas cambiais aumentasse de 1,7 meses, em 2015, para 2,2 meses, em 2016, estando estimada em 2,5 meses, para 2017–19. A dívida externa permaneceu estável em 21% do PIB, em 2016, e não se prevê que venha a exceder 50%, em 2017–19, apesar da contração de empréstimos em condições não preferenciais destinados a financiar infraestruturas.

Condições favoráveis

O país lançou uma campanha proativa para reformar a sua Visão 2040 para a Guiné e o seu Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2016–2020). Foram aprofundados os laços com parceiros históricos e o país procura novos parceiros. O controlo das despesas foi reforçado; foram solicitados empréstimos em condições não preferenciais para projetos de infraestruturas, na sequência de conselhos prudentes no sentido de manter o endividamento abaixo de 50%. Os empréstimos são garantidos pelas receitas das operações mineiras e não simplesmente pelo valor dos ativos mineiros. Em novembro de 2016, o governo obteve compromissos de financiamento públicos e privados de mais de 20 mil milhões de dólares americanos, no âmbito do seu Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. Os investimentos projetados serão aplicados tanto em projetos concluídos como em projetos em curso.

Condições desfavoráveis

Para além das deficiências em matéria de infraestruturas, os desafios são sobretudo institucionais e estão prioritariamente ligados à governação, em particular à administração pública. Um dos maiores desafios consiste na coordenação das decisões sobre a implementação de visões e políticas pelas instituições e na imposição de penalidades a quem interferir na sua execução. A busca do lucro, que alimenta a corrupção, entrava a aplicação contínua e sustentável das políticas e das medidas. Os baixos salários da função pública, que não acompanham o custo de vida nem a prática do setor privado, ilustram o problema crucial das dotações salariais nas reformas da administração pública. Esta situação, aliada a baixos orçamentos para os organismos aos quais incumbe a implementação das visões e das políticas, debilita a capacidade do país para desenvolver e executar projetos, assim como para utilizar recursos de forma oportuna. A eficiência da agricultura, em particular, não realiza o seu potencial enquanto impulsora da criação de emprego e do crescimento económico.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Guiné Equatorial

Desempenho e perspectivas económicas

A Guiné Equatorial teve um crescimento económico muito rápido após a descoberta dos hidrocarbonetos, na década de 1990. Desde 2014, contudo, com a prolongada queda dos preços globais de petróleo e o declínio da produção do país, os grandes excedentes orçamentais que financiaram importantes programas de investimento que ainda hoje perduram têm decaído. O PIB continuou a diminuir, em 2016 e 2017, e a previsão para 2018 mantém-se desfavorável. Prevê-se que este declínio estabilize a partir de 2019. As autoridades contam que a estabilização das finanças públicas e a diversificação económica tragam novas fontes de crescimento. Estão a decorrer consultas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a possível implementação de um programa no âmbito do acordo de Facilidade de Crédito Alargado.

Evolução macroeconómica

A recessão dos três últimos anos continua evidente nos indicadores macroeconómicos e orçamentais. O declínio nos preços dos hidrocarbonetos teve um impacto direto nas finanças públicas; previu-se uma contração de aproximadamente 8% nas receitas públicas entre 2016 e 2017. Esta contração afetou o saldo da balança corrente, levando a um défice de 10,5% do PIB. A situação líquida do governo no Banco Central tem sido negativa desde julho de 2017. Os valores em atraso acumulados pelo governo, em resultado de ambiciosos programas de investimento público para apoiar a estratégia de emergência do país, constituem uma grande preocupação. O governo iniciou um programa de redução da despesa a médio prazo; foca-se na rubrica de despesa primária em investimentos públicos, que terá um impacto direto na construção e obras públicas, um propulsor da economia e do emprego.

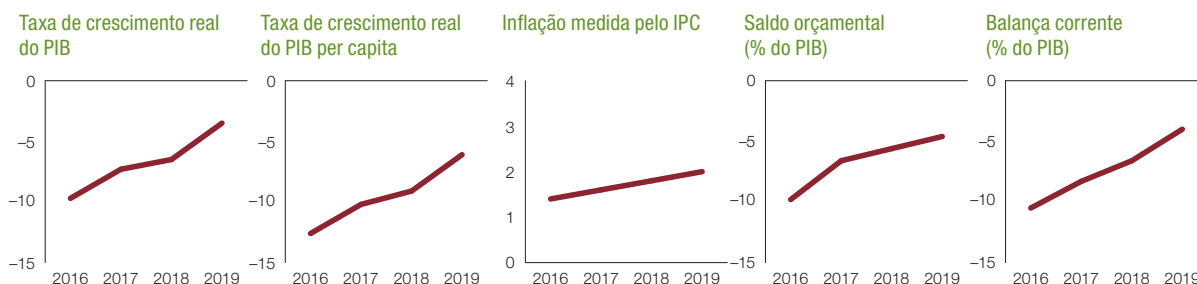
Condições favoráveis

A Guiné Equatorial tem gozado de uma estabilidade política significativa e de uma situação de segurança

excelente. Nos últimos anos, modernizou substancialmente as suas infraestruturas, de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. Fez avanços significativos em desenvolvimento humano, particularmente, na saúde e educação, e está a modernizar a administração pública, atraindo gestores da Guiné Equatorial formados no estrangeiro. Apesar de evoluir a um ritmo lento, a diversificação económica está a progredir, sobretudo devido a avanços na construção, agricultura, silvicultura, pesca e comércio. Espera-se que a decisão de outubro de 2017 de eliminar a obrigatoriedade de visto para os cidadãos da Comunidade Económica dos Estados da África Central promova o comércio regional e estimule o crescimento económico.

Condições desfavoráveis

Na cimeira de dezembro de 2016, em laundé, nos Camarões, os chefes de Estado da CEMAC manifestaram apoio a políticas que visam acabar com o esgotamento das reservas do BCEAO e preservar o acordo de uma taxa de câmbio fixa. Estas políticas incluem uma política monetária e uma gestão de liquidez mais apertadas, assim como medidas de preservação da estabilidade do setor financeiro. A adesão a uma união monetária ajuda a Guiné Equatorial a manter taxas de inflação reduzidas. No entanto, limita as opções do país para o ajustamento a choques negativos e na garantia de competitividade externa. A falta de diversificação económica na Guiné Equatorial continua a ser uma das principais restrições e impede que sejam recolhidos benefícios das exportações mais elevadas nos setores não relacionados com o petróleo. Desde 2014, o governo tem acumulado dívidas em atraso ao sector privado, incluindo pequenas e médias empresas locais e grandes grupos internacionais ativos no país. Em outubro de 2017, o FMI estimou que estas dívidas se situavam em 1 bilião de CFAF. Estas impedem o crescimento económico e a criação de emprego, assim como o desenvolvimento do sector financeiro. Para beneficiar verdadeiramente das suas excelentes infraestruturas, o país precisa de melhorar o seu clima empresarial e a sua gestão.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Guiné-Bissau

Desempenho e perspectivas económicas

O crescimento económico registou uma ligeira desaceleração, de 5,8%, em 2016, para um valor estimado de 5,5%, em 2017, prevendo-se que seja de 5,2%, em 2018. O crescimento, em 2017, foi principalmente estimulado pela produção de culturas alimentares (crescimento de 8%, face a 5,6%, em 2016) e pelo setor das pescas (crescimento de 9,5%, face a 9%, em 2016). No setor secundário, a construção cresceu 16,6%, em 2017, na sequência de uma quebra acentuada de 17,8%, em 2016. No setor terciário, o comércio retalhista aumentou 8,9%, em 2017. Do lado da procura, as determinantes fundamentais do crescimento do PIB, em 2017, consistiram na despesa pessoal, no investimento público e nas exportações. Estas refletem fatores conjunturais, como a subida do preço da castanha de caju.

Evolução macroeconómica

As finanças públicas registaram uma melhoria em 2017. O défice orçamental (incluindo subvenções) diminuiu de 4% do PIB, em 2016, para 2%, em 2017, refletindo principalmente o aumento das receitas fiscais de 66,1 mil milhões de CFAF, em 2016, para 79,9 mil milhões de CFAF, em 2017. A taxa de inflação, medida pelo índice de preços no consumidor, foi estimada em 2,3%, em 2017, muito abaixo do limite de 3% da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO). Prevê-se que a dívida pública total ativa (interna e externa) seja de 43,3% do PIB, face a 47,3%, em 2016, dentro do limite de 70% do PIB estabelecido pela UEMAO. A balança corrente foi excedentária, em 2016 (2,2%) e 2017 (2,8%), em virtude de excedentes comerciais de 4,6%, em 2016, e de 3,1%, em 2017.

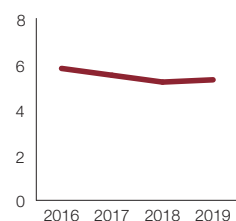
Condições favoráveis

As receitas fiscais melhoraram, ascendendo a 53,7 mil milhões de CFAF, na primeira metade de 2017, uma subida de 36,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta melhoria reflete uma cobrança de impostos mais eficiente, em particular, de direitos aduaneiros, que aumentaram 26% face a 2016. A subida de 39,8% dos preços internacionais da castanha de caju, em 2017 (para 1.950 USD por tonelada), teve um impacto positivo na economia da Guiné-Bissau. Em concreto, o declínio das exportações de castanha de caju (de 201.921 toneladas, em 2016, para 192.661 toneladas, em 2017) foi compensado pela subida dos preços de exportação de 772 CFAF por quilo, em 2016, para 1.100 FCFA por quilo, em 2017. Prevê-se que as receitas das exportações de castanha de caju aumentem de 162 mil milhões de CFAF, em 2016, para 212 mil milhões de CFAF, em 2017.

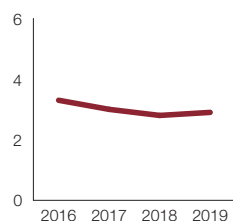
Condições desfavoráveis

A incerteza política continua a dominar as perspectivas económicas. A nomeação de Umaro Sissoco Embaló como primeiro-ministro, em novembro de 2016, na sequência do Acordo de Conacri de outubro de 2016, foi rejeitada quando não granjeou a aprovação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. O Parlamento, que foi suspenso em dezembro de 2015, ainda não retomou as sessões. Não foi fixada uma data para as eleições legislativas, previstas para 2018. Esta situação tem um impacto negativo no contexto empresarial e na governação e alimenta a instabilidade social. O relatório do Banco Mundial Doing Business de 2018 classificou o país na 168ª posição entre 176 países, no Índice de Perceções de Corrupção de 2016 da Transparency International. De acordo com o Índice de Pobreza Multidimensional de 2015 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 80% da população do país vive numa situação de pobreza multidimensional, sendo que 58% vive em situação de extrema pobreza.

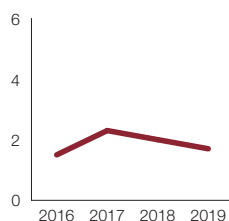
Taxa de crescimento real do PIB



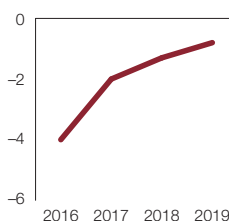
Taxa de crescimento real do PIB per capita



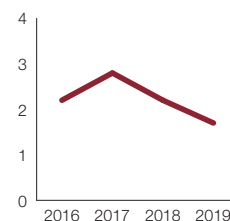
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

Em 2017, o PIB cresceu num valor estimado de 4,6%, seguindo os 2,4% de 2016, grandemente impulsionado pelo melhor desempenho do setor primário, pois espera-se que a produção da mina em Lighongbong recupere, acompanhada de crescimento modesto no setor terciário. O setor secundário contribui limitadamente, com menor atividade de construção. Prevê-se que o crescimento do PIB modere ligeiramente para 4,3%, em 2018, com a diminuição do crescimento da indústria mineira, e para 4%, em 2019, maioritariamente impulsionado pelo aumento da construção sob a Fase II do Lesotho Highland Water Project (LHWP). Em 2016, o contributo das indústrias transformadoras para o crescimento do PIB continuou modesto, com crescimento lento dos têxteis e vestuário para o mercado americano ao abrigo da Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA).

Evolução macroeconómica

Provavelmente, a posição fiscal do governo será menos expansionista. O saldo orçamental mostrou um superavit de 0,1 %, em 2017, após um défice de 0,5%, em 2016, e será, previsivelmente, de 0,3%, em 2018, antes de moderar para 0,2 %, em 2019. Subjacente ao superavit, está uma recuperação da receita da União Aduaneira da África Austral (UAAA) e um aumento modesto nas despesas governamentais. Espera-se que o crédito privado cresça mais rapidamente em 2017, em resposta ao maior crescimento e ao efeito positivo da política orçamental do governo. O Lesoto mantém a paridade entre o loti e o rand sul-africano e alinha a sua política de taxas de juro pela taxa repo da África do Sul. A dívida pública diminuiu num valor estimado de 1,5 pontos percentuais, para 46,3%, em 2017, e prevê-se que caia para 45,5%, em 2018, impulsionada maioritariamente por uma dívida externa mais baixa (representando 83% do total da dívida pública), o que compensa em muito o aumento da dívida interna. A dívida externa continua sustentável e o risco de sobre-endividamento é modesto. A inflação desacelerou relativamente a 2016, para um valor estimado de 5,3%, em 2017. Isto em paralelo com quedas dos preços dos produtos

alimentares por a produção interna na região ter recuperado dos efeitos das condições meteorológicas do El-Niño Seco. O défice da balança corrente melhorou de 16,7%, em 2016, para um valor estimado de 15,9%, em 2017, prevendo-se que seja de 13,8%, em 2018. O excedente orçamental e as esperadas melhorias da balança corrente resultam em reservas internacionais oficiais previstas correspondentes a 5 meses de cobertura das importações em 2019.

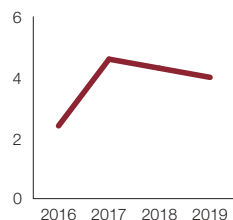
Condições favoráveis

As oportunidades emergentes de diversificação para o mercado da vizinha África do Sul são promissoras a médio prazo. Espera-se que as atividades para a segunda fase do LHWP, juntamente com as pujantes atividades grossistas e de retalho, aumentem a construção. A concretização da plena capacidade produtiva das minas existentes em Lets'eng e Kao apoiará o crescimento a médio prazo. A otimização dos serviços de telecomunicações de internet desde 2017 melhorará o acesso a serviços financeiros e de seguros, esperando-se que beneficiem de reformas alargadas sob a estratégia de desenvolvimento do setor financeiro, particularmente acesso melhorado ao crédito e inclusão financeira. Prevê-se que o aumento das transferências oficiais e do investimento estrangeiro direto (IED) amortecia a redução do IED, no seguimento da conclusão da estação de mineração Liqhobong.

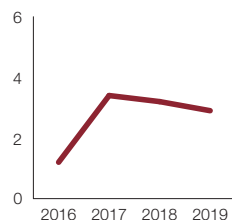
Condições desfavoráveis

Os riscos para as perspectivas de crescimento interno permanecem elevados. A procura de exportações pode ser afetada pelas incertezas que rodeiam o acesso contínuo ao mercado americano à luz da AGOA. Incertezas ligadas às perspectivas de crescimento da África do Sul podem restringir as perspectivas de crescimento do Lesoto. Efeitos provenientes dos desenvolvimentos políticos podem enfraquecer a implementação de políticas económicas e ameaçar o investimento privado a médio prazo. O aumento da procura interna está a impulsionar a absorção de bens de consumo importados, com impacto limitado no investimento interno mas negativo nas reservas internacionais brutas.

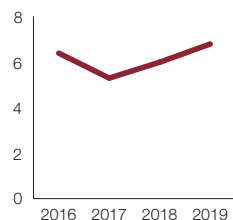
Taxa de crescimento real do PIB



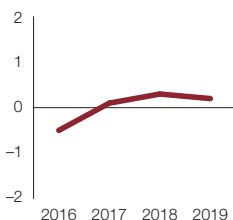
Taxa de crescimento real do PIB per capita



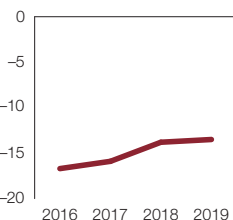
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

Desde 2014, o crescimento económico na Libéria estagnou, com baixos preços dos produtos e surtos de Ébola de 2014 e 2015. Após um crescimento estimado em 0,7% em 2014, e 0%, em 2015, a economia contraiu 1,6%, em 2016. A aceleração moderada das exportações de ouro apoiou o crescimento num valor estimado de 2,6%, em 2017, e prevê-se que as exportações adicionais de ouro e minério de ferro, a produção comercial de óleo de palma e a normalização do investimento após a transição política proporcionem uma taxa de crescimento de 3,9%, em 2018, e 5%, em 2019. Contudo, prevê-se um crescimento a médio prazo ainda inferior aos níveis acima dos 7% registados antes do surto de Ébola.

Evolução macroeconómica

A perspetiva fiscal sofre com o fraco crescimento económico, as receitas mais baixas e as pressões de despesas com as eleições e a segurança. As despesas correntes dominam as despesas do governo; as remunerações aos empregados, no valor de 295 milhões de dólares americanos, perfazem mais de 56% da despesa total. A política monetária continua a ser constrangida pelo alto nível de dolarização, estimado em 67% da oferta geral de dinheiro. Em Outubro de 2017, o dólar liberiano tinha desvalorizado 21% desde 2013; o ritmo da desvalorização aumentou desde 2016, atingindo 21% em outubro de 2017. A dívida externa pública aumentou de aproximadamente 23% do PIB, em 2015, para 28%, em 2016, e, prevê-se, para 35%, em 2017. O risco de sobre-endividamento é moderado, mas próximo de elevado, de acordo com a Análise de Sustentabilidade da Dívida conduzida pelo Fundo Monetário Internacional, em 2017. As quebras adicionais nos valores das exportações podem tornar o país vulnerável a um grande risco de sobre-endividamento.

Condições favoráveis

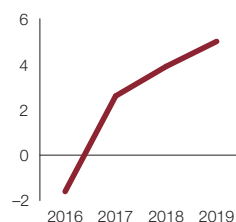
A Libéria continua a debater-se com o baixo preço dos bens para o minério de ferro, mas um aumento recente no preço da borracha poderá apoiar a produção no setor. A produção comercial de ouro permitiu um certo conforto

nas exportações, em 2016, e deverá manter-se a médio prazo. Os preços mais fracos dos bens oferecem uma oportunidade para a construção de uma base para a diversificação, particularmente devido aos recentes melhoramentos nas infraestruturas. Espera-se que a produção e o acesso à energia melhorem; foram instaladas três plataformas petrolíferas de fuelóleo pesado, em 2016, e o relançamento da estação hidroelétrica de Mount Coffee, em 2017, acrescentou 88 MW de capacidade durante a estação das chuvas. Nos transportes, têm ocorrido progressos nos corredores económicos chave. O corredor principal, de Monróvia a Ganta e até à fronteira com a Guiné, foi pavimentado, assim como a estrada de Monróvia a Buchanan, outro centro económico. O governo lançou uma Agenda de Transformação Agrícola centrada nas cadeias de valor agrárias, a qual poderá ajudar a transformar o setor, que contabiliza 70% do emprego.

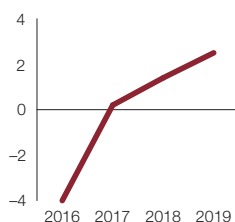
Condições desfavoráveis

A redução da Missão das NU na Libéria acentua a urgente necessidade governamental de fornecer na totalidade e melhorar os serviços de segurança do estado e assegurar a estabilidade política. A resolução das eleições, seguida da esperada transição política em janeiro de 2018, testará a capacidade das já deficientes instituições estatais. Esta maior incerteza tem abrandado o investimento. Um contexto empresarial oneroso impede a concorrência e o investimento, destacando-se a 172ª posição entre 190 países no relatório Doing Business, de 2018, do Banco Mundial. O sistema educativo enfrenta sérios problemas, incluindo professores não qualificados, podendo comprometer o desenvolvimento do capital humano e contrair o crescimento económico a longo prazo. A dependência de exportações de bens primários e importações de alimentos e combustíveis torna o país muito vulnerável aos choques externos. O abrandamento das economias avançadas ou da China poderá prejudicar a procura das exportações de produtos de base da Libéria. As alterações nas políticas de ajuda das economias avançadas, em particular nos Estados Unidos e Reino Unido, poderão reduzir o financiamento de doadores, que representa aproximadamente 60% do PIB.

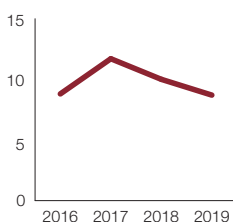
Taxa de crescimento real do PIB



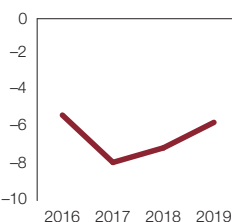
Taxa de crescimento real do PIB per capita



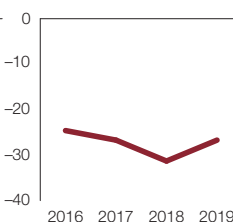
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

AvEvolução macroeconómica

Maior produção petrolífera, de uma média diária de aproximadamente 400.000 barris por dia, em 2016, para 900.000, em setembro de 2017, melhorou o desempenho económico. Espera-se que o défice da balança corrente tenha um superavit de 1,8% do PIB, em 2017, com um aumento estimado de 62,5% para as exportações e de 4% para as importações, que têm vindo a diminuir com o declínio das reservas estrangeiras. Depois de atingir o máximo, em 2015, com 126,6% do PIB, o défice orçamental diminuiu para um valor estimado de 43% do PIB, em 2017. A remoção concreta dos subsídios aos bens alimentares fomentou a inflação, atingindo 32,8%, em 2017. O dinar líbio desvalorizou no mercado da taxa de câmbio oficial face ao dólar americano, no final de 2016 e início de 2017, mas estabilizou em cerca de 1USD por 1,37 LYD, em julho de 2017, a mesma taxa que vigorava antes da vaga de desvalorização de setembro de 2016.

Condições favoráveis

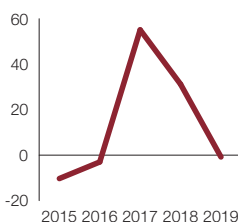
A previsão de aumento das receitas do petróleo fornece ao governo líbio os meios e recursos para enfrentar problemas a longo prazo. O governo poderá lançar o seu plano de recuperação económica adotando uma política orçamental expansionista para, primeiramente, melhorar a prestação de serviços públicos e reconstruir

infraestruturas danificadas. Seguidamente, o governo iniciará políticas reformistas para diversificar as fontes de receitas e a atividade económica. Uma das reformas encorajará o investimento privado nas áreas de mais provável criação de emprego, como infraestruturas, agricultura, hotelaria e serviços comerciais, para enfrentar a crescente taxa de desemprego, que atingiu 20%, em 2016.

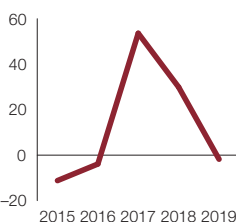
Condições desfavoráveis

Maior produção petrolífera tem aumentado a tensão entre as facções políticas. O Acordo Nacional de Governação apoiado pelas NU tem dificuldade em obter o apoio da Câmara dos Representantes de Tobruq e em limitar o poder armado das milícias e extremistas. O conflito em curso causou deterioração adicional nos serviços públicos. Uma avaliação da Organização Mundial da Saúde identificou graves carências no fornecimento de medicamentos e de médicos; aproximadamente 1,3 milhões de pessoas não têm acesso a cuidados básicos de saúde. A crise humanitária é exacerbada pelo aumento de causalidades nos polos de tráfico migratório e aproximadamente 400.000 pessoas deslocadas internamente. O relatório Doing Business, de 2017, coloca a Líbia em 188º lugar entre 190 países; a Líbia não implementou reformas para aumentar o contexto empresarial em qualquer das áreas abordadas pelo relatório desde 2005. Finalmente, as despesas com subsídios e salários exercem pressão no orçamento; em 2017, as despesas com subsídios representaram 8,9%, e com salários, 33,3% do PIB.

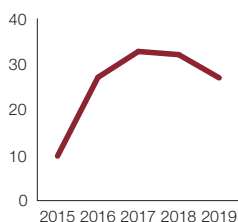
Taxa de crescimento real do PIB



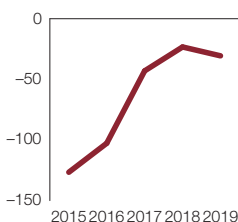
Taxa de crescimento real do PIB per capita



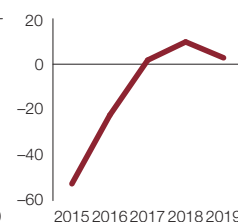
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Madagáscar

Desempenho e perspectivas económicas

Desde o final da crise política de 2009–13, Madagáscar viu-se confrontado com uma recuperação económica lenta, vulnerável a choques macroeconómicos, como quedas nos preços do níquel e cobalto, assim como desastres climáticos, como secas, furacões e inundações. Devido ao ritmo lento da modernização agrícola, o setor primário sofre frequentemente dos efeitos adversos das alterações climáticas. No período de 2014–16, a economia registou um aumento relativamente modesto de 3,5% por ano. Desde então, o desempenho económico do país tem sido encorajador, com uma taxa de crescimento real do PIB de 4,2%, em 2016 e 2017. Impulsionada pelos setores secundário e terciário, projeta-se uma taxa de crescimento real do PIB de 5,2%, em 2018, e de 6%, em 2019.

Evolução macroeconómica

Os esforços contínuos com vista ao aumento das receitas fiscais e da eficiência da despesa pública ajudarão a expandir o alcance do investimento público. Espera-se que as despesas de capital aumentem de 8% do PIB, em 2017, para 10%, em 2018; e que as despesas correntes diminuam de 12% do PIB, em 2017, para 10%, em 2018. O aumento acentuado nas despesas correntes, em 2016, reflete, em parte, o enorme impacto da seca e do furacão Enawo nas finanças públicas, estimado em 71 milhões de dólares americanos ou 0,6% do PIB. Espera-se que a política orçamental expansionista produza um défice orçamental relativamente elevado de, pelo menos, 4% do PIB, em 2018, e de 3,8%, em 2019; o mesmo poderá ser financiado por um aumento na dívida pública, sobretudo dado que o risco de endividamento permanece relativamente reduzido. É provável que o aumento da taxa de referência do Banco Central, em maio de 2017, de 8,3% para 9%, facilite a estabilidade dos preços, com uma taxa de inflação de ou abaixo de 6,8%, em 2018 e 2019.

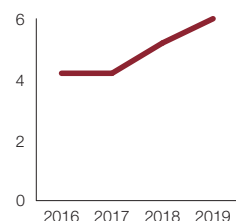
Condições favoráveis

Espera-se que a conferência de parceiros e investidores em Paris, em 2016, comece a produzir resultados na forma de investimento público e privado nas infraestruturas, que estimularia o crescimento em 2018 e 2019. A regularização da situação política abriu o acesso dos produtos de Madagáscar aos mercados dos Estados Unidos, ao abrigo da Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA, na sigla inglesa), e da União Europeia, ajudando a estimular o crescimento económico. Projeta-se que as exportações continuem a registar aumentos significativos em 2018/19, com uma elevada procura de produtos têxteis e óleos essenciais produzidos na zona de comércio livre, bem como de cravinho e baunilha. Durante o mesmo período, o aumento do turismo, em particular, do ecoturismo, poderá fomentar o crescimento económico.

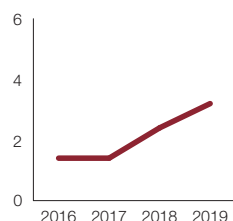
Condições desfavoráveis

O país é um importador líquido de produtos petrolíferos e depende fortemente da exportação mineira e agrícola, que corresponde a mais de 70% das exportações físicas. Os principais riscos para as perspectivas económicas são os choques externos na forma de declínio dos produtos de base e aumentos dos preços do petróleo. Outro risco é a elevada vulnerabilidade da agricultura relativamente aos efeitos das alterações climáticas, que provocam frequentemente situações graves de secas no Sul e inundações no Norte. As perspectivas económicas do país dependem também da capacidade de o governo implementar rapidamente projetos de investimento estruturais apoiados por parceiros e manter uma conjuntura política pacífica durante as eleições presidenciais de 2018. Este último risco poderá provocar uma atitude de “esperar para ver” no setor privado, em 2018.

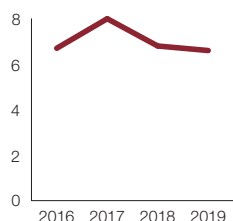
Taxa de crescimento real do PIB



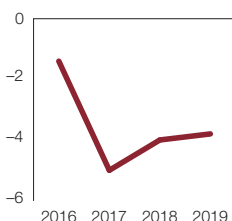
Taxa de crescimento real do PIB per capita



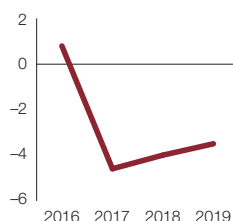
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

Cheias, em 2014/15, e seca, em 2015/16, prejudicaram a agricultura, o setor económico dominante. Chuvas erráticas afetaram a dependência do país da produção de energia hidroelétrica levando a cortes de energia generalizados e à falta de água. Os cortes energéticos afetaram gravemente pequenas e médias empresas dependentes da distribuição de eletricidade. Geralmente, as empresas maiores têm sistemas de suporte energético para manterem os níveis de produção, mas essa utilização aumenta os custos da atividade. Em 2016/17, a precipitação adequada melhorou a produção agrícola, aumentando as colheitas de milho, amendoim e feijão. Espera-se que a economia duplique a taxa de crescimento do PIB de 2016, de 2,3% para 4,5%, em 2017. A perspectiva a médio prazo (5%-5,5%, em 2018-19) é mais positiva devido à estabilização da economia, mas o país continua vulnerável a choques externos e derrapagens fiscais.

Evolução macroeconómica

A estabilidade macroeconómica mostrou sinais de melhoria nos últimos 12 meses. A inflação homóloga diminuiu consideravelmente, de 218%, em 2016, para 12,3%, em 2017. O declínio da inflação dos preços dos bens alimentares tem sido o principal impulsionador na redução da inflação geral. Desde o início de 2016, o Malawi Kwacha estabilizou ainda mais face ao dólar americano, reduzindo a volatilidade das taxas de câmbio e, ao mesmo tempo, estabilizando os preços dos bens não alimentares e ajudando a baixar a inflação. O Banco de Reserva do Malawi começou a aliviar a sua política monetária reduzindo a taxa de juros em 600 pontos base, para 18%, em julho de 2017. Embora as receitas governamentais tenham permanecido maioritariamente uniformes durante os dois últimos anos fiscais, os gastos aumentaram de 2014 até 2016, com aumentos das compras de milho por parte do governo e com o reembolso de pagamentos em atraso. O ano fiscal 2016/17 mostrou sinais de contenção orçamental devido à redução da importação de milho. A médio prazo, espera-se que o governo continue a reduzir o défice orçamental.

Com risco moderado de sobre-endividamento, a dívida pública permanece em 54% do PIB e prevê-se diminuição a médio prazo.

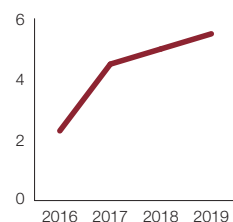
Condições favoráveis

Maior precipitação, em 2016/17, foi um fator chave da situação macroeconómica geral no Malawi. Primeiramente, a produção interna de milho aumentou 36%, eliminando a pressão fiscal das importações. O governo está a implementar reformas fiscais e a melhorar os sistemas de responsabilização e transparência, que começam a recuperar os antigos parceiros de desenvolvimento que se tinham afastado do apoio orçamental depois do Cash Gate Scandal. No início de 2017, o governo recebeu 80 milhões de dólares americanos de apoio ao orçamento geral para reforçar políticas e reformas institucionais na agricultura e expandir a gestão permanente dos sistemas financeiros públicos.

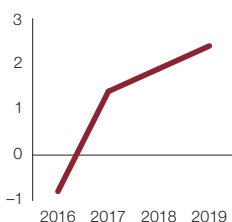
Condições desfavoráveis

O desempenho económico depende maioritariamente das condições atmosféricas, previsivelmente mais variáveis devido às alterações climáticas. A perspectiva económica do país é grandemente influenciada pelo desempenho da agricultura, programas de gestão económica do governo, preços mundiais dos produtos e apoio dos doadores. Apesar de o fornecimento de eletricidade ter melhorado durante a estação das chuvas, os fluxos do Rio Shire, fonte de 95% da produção elétrica do Malawi, são insuficientes para a produção a máxima capacidade. Os níveis da água no Lago Malawi, que alimenta o Rio Shire, têm sido 1 metro abaixo das médias históricas; espera-se que o fornecimento abaixo da capacidade máxima continue. Espera-se que as eleições de 2019 aumentem a pressão sobre a despesa fiscal, com o reforço dos esforços da administração atual para conseguir a reeleição. Manter a estabilidade do setor financeiro é uma prioridade chave. Estão em curso esforços para fortalecer a capitalização dos bancos, mas o setor continua exposto a um risco de concentração elevado devido ao número limitado de grandes mutuários merecedores de crédito.

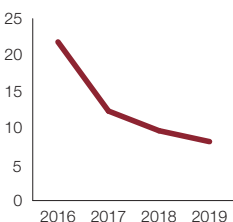
Taxa de crescimento real do PIB



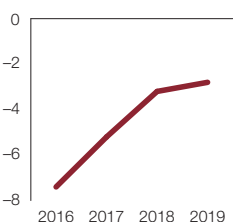
Taxa de crescimento real do PIB per capita



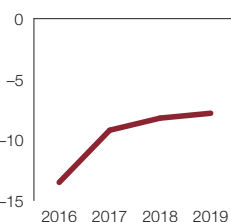
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

Entre 2014 e 2015, a taxa de crescimento real do PIB foi, em média, de 6,5%, desacelerando para 5,8%, em 2016. Esse declínio continuou em 2017, para um valor estimado de 5,5%, provavelmente provocado pelo desempenho insatisfatório do setor primário (38% do PIB), derivado a uma estação agrícola fraca. A médio prazo, as perspectivas económicas permanecem positivas; prevê-se que a taxa de crescimento real do PIB seja de 5%, em 2018, e de 4,9%, em 2019. No entanto, a economia enfrenta ainda os riscos de uma contração, em particular, tendo em conta a fragilidade da situação de segurança.

Evolução macroeconómica

Em 2016, o défice orçamental manteve-se nos 3,1% e estimou-se num valor de 3,5%, em 2017. As receitas fiscais, enquanto percentagem do PIB, aumentaram 0,3 pontos percentuais, devido aos esforços contínuos para a modernização da administração fiscal e o alargamento da base tributável. Em 2017, estimou-se uma inflação de 2%, após -1,8%, em 2016, abaixo do teto de 3% da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). O défice da balança corrente estimou-se em 7% do PIB, em 2017, após 7,1%, em 2016, e espera-se que diminua para 5,7%, em 2018, devido a melhorias nas condições das trocas comerciais, suscetíveis de aumentar de -6,4%, em 2017, para -0,1%, em 2018. A dívida pública aumentou ligeiramente para 31,8% do PIB, em 2017, decorrente, sobretudo, de um aumento na dívida interna de 7%, em 2015, para 15%, em 2017. A análise mais recente da sustentabilidade da dívida, de julho de 2017, indicou um risco “moderado” de sobre-endividamento.

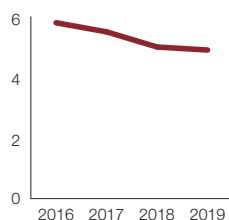
Condições favoráveis

A mobilização das receitas fiscais, aduaneiras e territoriais continua no centro do programa de reforma das finanças públicas, de modo a assegurar o financiamento das necessidades de desenvolvimento em aumento. O compromisso de o governo fazer da descentralização fiscal uma prioridade principal implica a execução de projetos de desenvolvimento regional como parte dos contratos por região do governo, apoiados pela transferência das competências e recursos necessários, assim como por maior responsabilização regional. Em 2016, as transferências de recursos representaram 22,9% das receitas orçamentais e estimaram-se em 23,4%, em 2017.

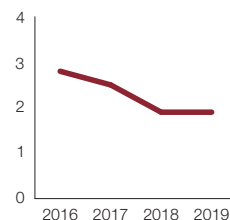
Condições desfavoráveis

Apesar da recuperação económica e dos esforços para restaurar de forma gradual a capacidade de o governo prestar serviços sociais básicos, permanecem três problemas principais. O primeiro é uma melhoria duradoura na situação da segurança, um fator principal para o desenvolvimento. O segundo refere-se ao desenvolvimento do setor privado, que requer uma melhoria na governação da gestão pública, através de uma melhor mobilização de recursos para necessidades de investimento em crescimento, impulsionando a qualidade dos investimentos públicos, distribuindo os recursos de forma equitativa pelas regiões do país e pelos setores prioritários, e alcançando a transparência no que diz respeito aos contratos públicos. O terceiro está ligado ao crescimento económico robusto e inclusivo, dadas as restrições criadas pela fragilidade estrutural da economia e pelo elevado crescimento populacional de 3,6%.

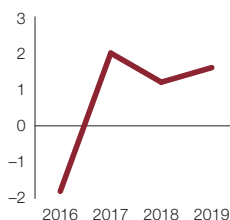
Taxa de crescimento real do PIB



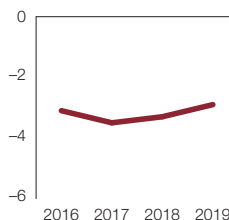
Taxa de crescimento real do PIB per capita



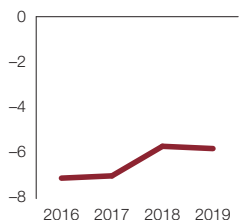
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

Em 2017, a taxa de crescimento real do PIB estimou-se em 4,1%, num ano em que a estação agrícola foi excepcionalmente boa. Em setembro, a produção de cereais atingiu os 96 milhões de quintais, após os 33,5 de 2016. Grande parte desse crescimento foi impulsionada por maior valor acrescentado da agricultura (que cresceu 16,1%, em 2017). O valor acrescentado não agrícola cresceu mais lentamente (3,1%), mas a um nível maior do que o de 2016 (2,2%), impulsionado sobretudo pelos serviços e atividades extrativas. Em 2018, prevê-se que a taxa de crescimento real do PIB atinja 3,1%.

Evolução macroeconómica

Em 2017, Marrocos continuou a política de consolidação fiscal iniciada em 2011. O défice orçamental atingiu um valor estimado de 3,6% do PIB, em 2017, após 4,1%, em 2016, e projeta-se que seja de 3%, em 2018. Prevê-se que o comércio externo melhore, comparativamente a 2016, resultante da redução de importações de trigo devido à produção mais elevada e às restrições às importações, bem como da evolução das exportações resultantes do desenvolvimento de “novos empregos” nos setores automóvel, aeronáutico e da eletrónica. Prevê-se que o crescimento das exportações (a preços constantes) aumente de 5,1%, em 2016, para 6,6%, em 2017, e para 6%, em 2018. Apesar do aumento de 30% nos preços da energia, em 2017, o crescimento das importações atingiu 5,7%, após 7,2%, em 2016, devido a uma descida de 22% nas importações de cereais. O défice da balança corrente cifrou-se num valor estimado de 4% do PIB, em 2017, descendo de 4,4%, em 2016, devido a aumentos no investimento direto estrangeiro (mais 32% face a 2016) e nas remessas (mais 2%). A dívida pública diminuiu de 64,7% do PIB, em 2016, para 63%, em 2017, com a inflação a permanecer reduzida, num valor estimado de 0,9% para 2017.

Condições favoráveis

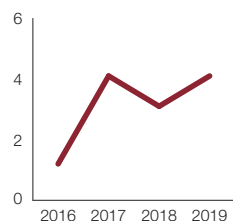
Marrocos iniciou uma implementação cuidadosa da descentralização fiscal, uma reforma abrangente do serviço público, o fortalecimento da supervisão das empresas públicas e uma melhoria da gestão das despesas sociais, de modo a proteger os segmentos vulneráveis da população. As estratégias setoriais, iniciadas no final da década de 2000, para transformar a economia e reforçar a resistência estão a resultar. Para além das condições meteorológicas favoráveis, o excelente desempenho do setor agrícola, em 2017, relaciona-se com

um aumento de 52% na utilização de sementes certificadas (1,66 milhões de quintais, após 1,09 milhões, em 2016) e com o bom desempenho de outros setores, incluindo pecuária, horticultura, fruta e pescas. O Plano Marrocos Verde, adotado em 2008, tornou possível diversificar as origens do crescimento e aumentar a produtividade agrícola, reforçando, deste modo, a resistência do PIB agrícola. Em 2017, um novo estatuto de investimentos substituiu o de 1995, transformando o Pacto Nacional para a Emergência Industrial num Plano de Aceleração Industrial. O desenvolvimento do setor automóvel, através do influxo de investimento direto estrangeiro, sociedades mistas e integração industrial local, começa a ser replicado noutros setores, incluindo o das energias renováveis.

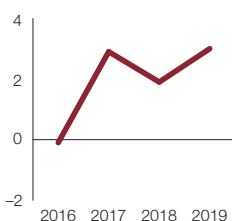
Condições desfavoráveis

Apesar de um maior crescimento do PIB em 2017, a taxa de desemprego aumentou ligeiramente, de 9,1%, em 2016, para 9,3%, com uma taxa nas áreas urbanas de 14%, comparativamente a 3,2%, nas áreas rurais. A resposta a questões sociais urgentes poderá afetar o saldo orçamental público, estimado em 3,6%, em 2017. Apesar de as perspectivas a médio prazo de Marrocos serem favoráveis, os riscos permanecem elevados e estão principalmente relacionados com o crescimento de alguns dos principais parceiros comerciais (países avançados e emergentes), o ritmo lento da criação de emprego, as tensões geopolíticas na região do Norte de África, os preços mundiais da energia e a volatilidade do mercado financeiro mundial. A possibilidade de um crescimento mais elevado e inclusivo dependerá da identificação de setores com grande potencial competitivo, da implementação de políticas para atrair investimento estrangeiro direto em setores nos quais o país beneficia de uma vantagem comparativa (setores orientados para a exportação e com maior necessidade de mão de obra) e da manutenção de uma grande parte do capital humano produzido com custos elevados no país. É também essencial melhorar o acesso ao financiamento para as pequenas e médias empresas, aumentar a qualidade do ensino superior, atribuir investimento público a locais e setores estratégicos, com maior potencial de retorno, e continuar a melhorar o contexto empresarial em enclaves de excelência. A diversificação económica de Marrocos dependerá, em grande parte, da capacidade de o governo efetuar a implementação de políticas económicas que garantam a competitividade externa. Como as vulnerabilidades fiscais e externas continuam a ser reduzidas, as condições económicas atuais oferecem uma oportunidade para dar início à transição para uma maior flexibilidade da taxa de câmbio.

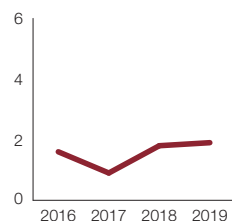
Taxa de crescimento real do PIB



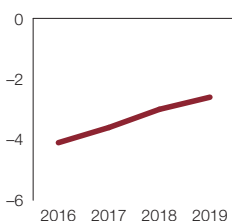
Taxa de crescimento real do PIB per capita



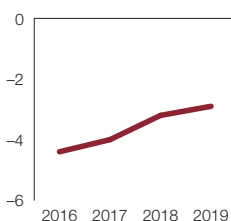
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

A economia continua a expandir-se estavelmente, com crescimento do PIB estimado em 4% para 2017, tendo subido de 3,9%, em 2016. Os serviços tiveram a maior contribuição para o crescimento, em 2016, sobretudo serviços financeiros (cresceram 5,8%), turismo (cresceu 5,5%) e tecnologias da informação e comunicação (cresceram 5,3%). O crescimento foi sustentado por um maior consumo das famílias. No entanto, o investimento continuou relativamente fraco, caindo para 17% do PIB, em 2016, muito abaixo do recente máximo de 25%, em 2012. A perspectiva económica a curto prazo é positiva. Prevê-se que a taxa de crescimento do PIB aumente para 4,2%, em 2018, e 4,3%, em 2019, devido a um maior investimento, a um aumento do turismo, e a um esperado aumento da procura externa no seguimento de um crescimento regional e mundial mais robusto.

Evolução macroeconómica

Prevê-se que o défice orçamental contraia ligeiramente para 3,4% do PIB, em 2017, de 3,7%, em 2016, e que diminua ainda mais em 2018, com implementação de medidas de consolidação fiscal por parte do governo e melhorias previstas na coleta de impostos. O Banco da Maurícia (BoM) continua a flexibilizar a política monetária – a taxa diretora (repo) baixou de 4%, em julho de 2016, para 3,75%, em setembro de 2017. A política monetária acomodática do Banco da Maurícia foi largamente considerada apropriada à luz dos persistentes baixos níveis da inflação, atingindo um mínimo de 1%, em 2016. No entanto, a inflação subiu em 2017, em consequência da previsão do aumento dos preços da energia e dos bens alimentares. O défice da balança corrente aumentou de 4,4% do PIB, em 2016, para um valor estimado de 5,8%, em 2017. Provavelmente, o défice aumentará a curto prazo, dado o aumento previsto do investimento privado e a forte componente de importação do programa de infraestruturas públicas do governo.

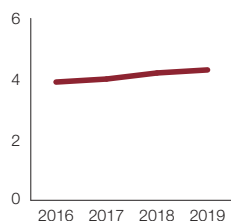
Condições favoráveis

As perspectivas de crescimento a médio e longo prazo são positivas; espera-se que impulsores chave do crescimento continuem a ter bons desempenhos. Os serviços financeiros, tecnologias da informação e comunicação, comércio a retalho e por grosso, e a transformação de produtos alimentares crescerão todos provavelmente mais de 5%. Espera-se que a economia diversifique ainda mais para outros setores de maior valor acrescentado, como os serviços de turismo médico e de ensino superior. Espera-se que um contexto empresarial favorável e as medidas favoráveis aos negócios recentemente adotadas, como a Lei de Simplificação dos Negócios, contribuam para maior crescimento de fluxos de investimento estrangeiro direto na ilha; uma melhoria prevista na procura global levará provavelmente a impulsionar as exportações de bens e serviços, assim como a entradas e receitas do turismo. Espera-se que os esforços do governo para reposicionar a Maurícia como porta de acesso ao investimento entre a Ásia e África e para diversificar ainda mais os mercados exportadores do país impulsionem a economia mundial e consolidem a posição da economia da ilha como um polo regional de serviços para África.

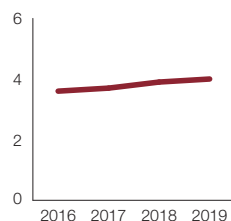
Condições desfavoráveis

Espera-se que o aumento previsto dos preços da energia e dos bens alimentares mundiais prejudique o saldo da balança corrente da economia e aumente a pressão inflacionista, com a inflação a atingir provavelmente 4,6%, em 2018. Aumentos projetados nas despesas correntes e uma reduzida base de impostos limitarão provavelmente o espaço fiscal necessário para o investimento em infraestruturas e capital humano. Outros fatores que podem limitar o crescimento da Maurícia incluem a burocracia governamental, a capacidade de inovação insuficiente e a limitação de competências, os quais dificultam o desenvolvimento económico e contribuem para o desemprego, que permanece teimosamente elevado, em 7,5%. Além disso, as restrições institucionais podem prejudicar os esforços de aumento do investimento público e melhoria da prestação de serviços públicos.

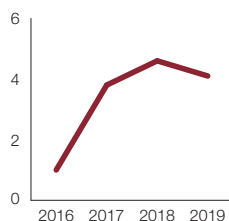
Taxa de crescimento real do PIB



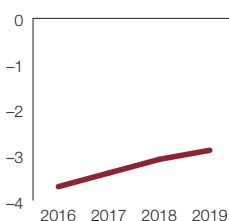
Taxa de crescimento real do PIB per capita



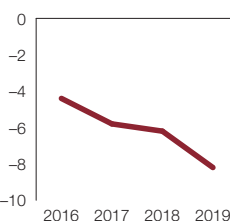
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Mauritânia

Desempenho e perspectivas económicas

A diminuição dos preços do minério de ferro resultou num crescimento mais fraco, de 0,8%, em 2014, e de 1,7%, em 2015, mas 2017 trouxe uma recuperação, com crescimento estimado de 3,6% e, previsivelmente, de 3%, em 2018, e 4,6%, em 2019, com a retoma do programa de investimento público, reformas estruturais, recuperação nos preços dos metais e exploração de depósitos de gás offshore descobertos recentemente. Em 2017, o crescimento foi impulsionado pela construção, agricultura, pescas, utilização dos solos e extração de ouro e cobre.

Evolução macroeconómica

A diminuição dos preços do minério de ferro continuou a ter influência nos indicadores macroeconómicos do país; o défice orçamental aumentou de 0,3% do PIB, em 2016, para um valor estimado de 0,6%, em 2017, e as reservas cambiais diminuiriam de 100 milhões de dólares americanos, em 2016 (equivalente a 5,5 meses de importações não extrativas), para 724,9 milhões de dólares americanos, em 2017 (equivalente a 4,2 meses de importações não extrativas). No entanto, a política de ajustamento protegeu a estabilidade macroeconómica e reduziu os desequilíbrios externos. Em 2017, a inflação conteve-se num valor estimado de 2,7% e o défice da balança corrente, enquanto percentagem do PIB, diminuiu num valor estimado de 0,7 pontos percentuais. A política de ajustamento incluiu consolidação fiscal, maior supervisão bancária, desvalorização gradual da divisa em relação ao dólar americano, cessação das transações cambiais no mercado paralelo e mobilização de recursos externos.

Condições favoráveis

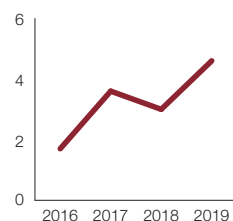
Pelo terceiro ano consecutivo, a Mauritânia registou progressos na classificação Doing Business do Banco Mundial, devido às reformas estruturais para limpeza do contexto empresarial, com vista à promoção da criação de empresas e do investimento. No relatório de 2018, o país subiu 10 lugares, para a 150ª posição, numa lista de

190 países. A Mauritânia tenciona continuar os esforços de remoção das restantes restrições ao desenvolvimento empresarial, em particular, o acesso limitado ao financiamento, o défice infraestrutural e a corrupção. Em janeiro de 2017, o país adotou uma lei de parceria público-privada. Em fevereiro de 2017, o país iniciou negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em Nouakchott, relativamente a um novo programa económico de três anos. Estes debates continuaram nas Reuniões Anuais de 2017 do Banco Mundial e do FMI, em Washington, DC, e espera-se que seja concluído brevemente um acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado.

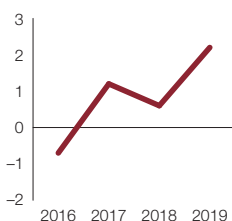
Condições desfavoráveis

O nível reduzido de diversificação das exportações torna o crescimento económico frágil e vulnerável. As perspectivas económicas permanecem dependentes de fatores externos, como preços dos produtos de base e investimento direto estrangeiro nas indústrias extrativas. São necessárias medidas para a diversificação da economia, como parte do Quadro Estratégico Nacional para o Crescimento Acelerado e a Prosperidade Partilhada de 2016–2030. Apesar de uma retoma do crescimento, o risco de instabilidade financeira permanece elevado. Em 2015–16, a desaceleração na atividade económica levou à deterioração da qualidade dos ativos bancários, limitando a capacidade de intermediação financeira. A dívida pública externa também permanece problemática. Uma mistura de endividamento elevado (68,4% do PIB, em 2017, para além da dívida passiva contraída junto do Kuwait), possível deterioração dos preços das matérias-primas, amortização do empréstimo saudita e de outros empréstimos multilaterais em 2018–22, bem como uma fraca capacidade de gestão da dívida, continua a aumentar o risco de sobre-endividamento. O desemprego juvenil permanece em 14,6%, mais elevado do que a taxa nacional, de 10,1%, e do que o desemprego de adultos, de 5,9%. Os jovens, que representam cerca de 60% da população, são os mais expostos ao subemprego, tornando-se alvos de recrutamento dos grupos terroristas do Sahel, uma situação que ameaça a segurança do país e da sub-região.

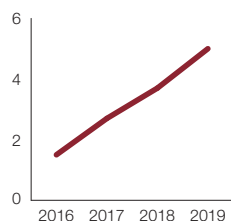
Taxa de crescimento real do PIB



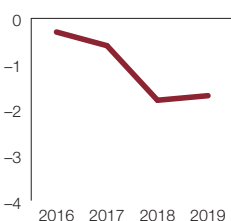
Taxa de crescimento real do PIB per capita



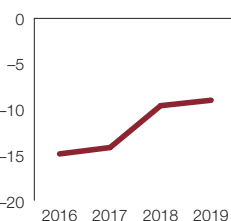
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Moçambique

Desempenho e perspectivas económicas

Moçambique precisa de recuperar da recessão económica de 2015. O declínio dos preços dos bens tradicionais de exportação, efeitos de seca persistente do El Niño, confrontos militares internos e grande decréscimo do investimento estrangeiro direto (IED) reduziram praticamente em metade os 7% de crescimento médio histórico do PIB na década passada, para 3,8%, em 2016, queda agravada pela crise de governança de 2016, levando à redução de financiamento externo e apoio de doadores. A recuperação do crescimento do PIB para um valor estimado de 4,7%, em 2017, e, previsivelmente, de 5,3%, em 2018, deve-se ao aumento das exportações de carvão e produção agrícola; outros setores deverão ficar aquém.

Evolução macroeconómica

Na crise financeira resultante da divulgação de dívidas secretas no valor de quase 10% do PIB, o rácio dívida/PIB atingiu pressupostos 125% do PIB, no final de 2016, enquanto o metical registou uma desvalorização de 40% face ao dólar americano e a inflação aumentou 10 vezes para 19,8%. Com forte política de contenção monetária do Banco Central, apoiada por maiores exportações de carvão, o metical recuperou 16% e estabilizou, e a inflação abateu para 16%, em setembro de 2017. As reservas internacionais cobriram 5 meses de exportações (2,2 mil milhões de dólares americanos). Após anos de expansão das despesas, empurrando a dívida para níveis insustentáveis, o governo incumpriu as obrigações soberanas, em janeiro de 2017, e, constringido financeiramente, está a implementar um esforço de consolidação fiscal. Prevê-se que a despesa, enquanto fatia do PIB, reduza de 33,9%, em 2017, para 30,5%, em 2018. O défice projetado para 2018 após subvenções, excluindo prestação do capital em dívida, é de 6,9% do PIB, uma redução face aos 7,1% estimados para 2017.

Condições favoráveis

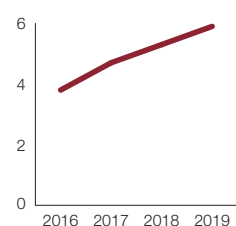
Devido à melhoria das infraestruturas e aumento dos preços internacionais, a exportação de minérios será o

principal fator de crescimento em 2017 e 2018. No final de junho de 2017, o setor mineiro registou um aumento anual de 59,4%, com forte exportação de carvão, grafite, titânio, rubis e minério de ferro. Melhores padrões meteorológicos facilitaram um crescimento de 2,2% da produção agrícola, principal sustentáculo da atividade económica. Estruturalmente, espera-se serem os influxos de IED o principal impulsionador do crescimento e que à atual fase de desenvolvimento inicial do primeiro projeto de extração de gás ao largo da costa se sigam projetos de exploração noutras áreas costeiras, elevando potencialmente o IED acima de 40% do PIB, seguindo as tendências de investimento de 2013. Progridam os preparativos para a decisão de pré-investimento nos projetos em larga escala de extração de gás natural em terra, cuja magnitude, que poderá duplicar o PIB em 10 anos, continuará a ser o principal fator positivo para Moçambique.

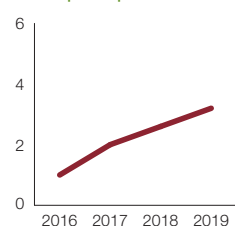
Condições desfavoráveis

Conversas com o Fundo Monetário Internacional sobre um possível novo programa de apoio pararam devido à crise; a posição fiscal é frágil e deteriora-se. Apesar dos esforços de consolidação fiscal, sem o regresso do financiamento internacional, o país tem dificuldade em financiar o seu défice continuada e internamente, recorrendo já sistematicamente ao Banco Central. O orçamento de 2018 é omissivo quanto à reestruturação dos 2,2 mil milhões de dólares americanos do incumprimento da dívida comercial soberana, que tem um rácio serviço da dívida/receita acima dos 30%. As dívidas em atraso do setor público ao privado estimam-se em mais de 500 milhões de dólares americanos (4% do PIB). O setor privado também é estrangulado pelas elevadas taxas de juro (em média, 35% por empréstimo comercial a um ano) e pela depressão do consumo privado, resultando na contração da economia real, com exceção do setor primário e alguns serviços. Apesar dos desenvolvimentos positivos do cessar-fogo permanente entre a oposição e o governo, ataques recentes de grupos terroristas recém-chegados na província norte, rica em gás, lançam dúvidas sobre o contexto de investimento.

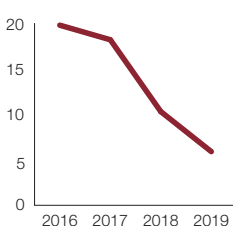
Taxa de crescimento real do PIB



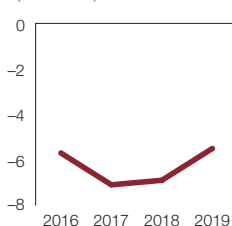
Taxa de crescimento real do PIB per capita



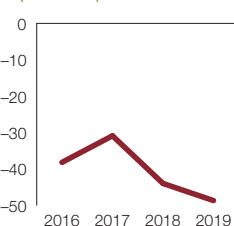
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

Após o lento crescimento de 0,2%, em 2016, a economia recuperou, em 2017, com uma taxa de crescimento real do PIB estimada em 0,8%. Os principais impulsionadores do crescimento foram a agricultura e a silvicultura— beneficiando de uma estação das chuvas favorável— extração de diamantes, eletricidade e água. O comércio por grosso e a retalho ficou aquém, refletindo a procura deprimida pelos parceiros comerciais externos, particularmente Angola. Em 2018, prevê-se que sinais continuados de uma recuperação mais forte na agricultura e na indústria mineira viabilizem 2,6% de crescimento do PIB. Espera-se um aumento na extração de urânio, com novas minas a atingir plena capacidade de produção. A pequena economia aberta orientada para os bens continuará a ser permeável a choques externos exógenos, condicionando a estabilidade macroeconómica.

Evolução macroeconómica

Políticas fiscais expansionistas estimularam o crescimento económico, aumentando o défice orçamental e a dívida pública, que, no final de 2016, era de 41% do PIB, quebrando o limite governamental de 35%. Desde então, esforços de consolidação fiscal reduziram o aumento da dívida para apenas 0,1%. A dívida pública e publicamente garantida permanecem em 46,9% do PIB, em 2017. Um considerável esforço de consolidação fiscal, em 2016/17, reduziu o défice orçamental de 6,3%, em 2016, para 3,6%, em 2017. Atividade económica lenta com menos gastos públicos atenuou as pressões inflacionistas. Consequentemente, a inflação diminuiu 0,2 pontos percentuais relativamente a 2016, para 6,5%, em 2017, impulsionada por um decréscimo na inflação dos preços dos produtos alimentares. O aumento do crédito ao setor privado abrandou de 11,7%, em 2016, para 7,3%, no final da primeira metade de 2017. Apesar da indexação do dólar namibiano ao rand sul-africano, o Banco da Namíbia reduziu as taxas de juro em 25 pontos base, para 6,75%, para promover o crescimento económico.

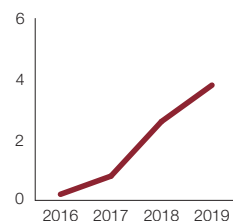
Condições favoráveis

Espera-se que a economia, fortemente dependente de parceiros comerciais, beneficie do crescimento projetado dos mercados emergentes e economias avançadas. Maior procura global de matérias-primas e melhorias nas infraestruturas mineiras, particularmente, diamantes e urânio, incentivarão o desenvolvimento do setor mineiro. Prevê-se um aumento da produção de urânio de 47,7%, em 2018, com o surgimento de uma nova mina. Além disso, com melhores padrões de precipitação a subjugar a recente seca regional causada pelo El Niño, a agricultura e a silvicultura completam o grupo dos setores de mais alto desempenho, tornando, a curto prazo, o setor primário o impulsionador do crescimento do país. Investimentos em infraestruturas, nomeadamente, em energia solar, impulsionaram a energia nacional e levaram a um declínio de 22% na importação de eletricidade, em 2017. Espera-se que o setor dos serviços beneficie, a curto prazo, do projetado melhoramento da economia angolana devido a melhores condições comerciais e à recuperação do preço do petróleo.

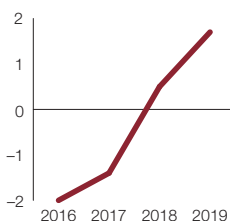
Condições desfavoráveis

O principal risco para a economia, excessivamente dependente do setor extrativo, reside na lenta recuperação da procura global de bens, afetando tanto o crescimento como a receita fiscal. Em 2017, a produção mineira era mais baixa do que o esperado devido maioritariamente ao declínio do preço internacional do urânio. A recuperação lenta de Angola, um dos principais parceiros comerciais e cliente de serviços da Namíbia, é um risco específico. O desempenho lento da economia da África do Sul é outro risco potencial. A recuperação lenta da procura privada e pública continuará a enfraquecer o setor secundário e o dos serviços. Além disso, a consolidação fiscal do governo pode enfrentar dificuldades acrescidas se a redução de influxos das receitas da União Aduaneira da África Austral persistir. A tendência de consolidação do enquadramento fiscal a médio prazo pesará negativamente sobre o investimento público, prejudicando ainda mais o setor secundário, em particular, a construção e os subsectores relacionados. O investimento e o consumo privado continuaram moderados a curto e médio prazo.

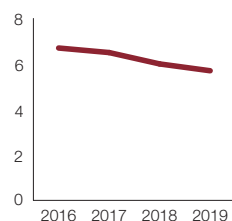
Taxa de crescimento real do PIB



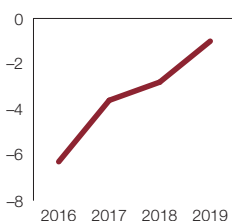
Taxa de crescimento real do PIB per capita



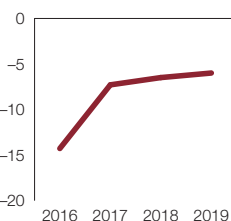
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

O crescimento económico, estimado em 5,2%, em 2017, foi maioritariamente impulsionado pelo setor secundário, nomeadamente o petrolífero, que aumentou a atividade quando as instalações da Sociedade de Refinaria de Zinder (SORAZ) atingiram a capacidade operacional máxima. Esta sociedade é propriedade conjunta da Corporação Nacional de Petróleo da China (que detém uma participação de 60%) e do governo nigerino (que detém os restantes 40%). Prevê-se um aumento do crescimento de 5,4%, em 2018, e 5,2%, em 2019, gerado pelo desempenho dos setores do petróleo e da agricultura. O desempenho do setor agrícola também deverá aumentar, em resultado de uma boa época de chuvas e da iniciativa 3N – Nigerinos Alimentam Nigerinos –, que promove a irrigação e a pecuária.

Evolução macroeconómica

A despesa com a segurança, para combater o Boko Haram e os jihadistas, aumentou o défice orçamental em 2017. Neste ano, a despesa com a segurança representou 7,4% do PIB, subindo de 5,9%, em 2016. Contudo, é provável que diminua em 2018 e 2019. O risco de endividamento do Níger mantém-se moderado. Contudo, nos últimos anos, a dívida aumentou substancialmente; o rácio dívida pública/PIB aumentou de 33,7%, em 2014, para 51,1%, em 2017, devido ao ritmo das despesas de capital e às apertadas margens orçamentais. Apesar de o principal objetivo da política monetária do Banco Central dos Estados da África Ocidental, garantir a estabilidade dos preços, ter sido alcançado, essa política tem sido pouco flexível. Não obstante a reduzida inflação entre 2014 (-0,9%) e setembro de 2017 (1,8%), o Banco Central praticamente não alterou as taxas de juro.

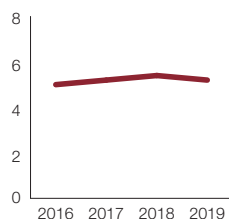
Condições favoráveis

Apesar dos constantes problemas de segurança, a situação política permanece estável. Após tentativas falhadas de golpes de Estado, a democracia está enraizada e ocorrem eleições frequentes. O aumento dos preços do petróleo e da produção deverá compensar o fraco posicionamento externo do país. O potencial do petróleo e do gás continua elevado, uma vez que bacias sedimentares cobrem 90% do país. Além de urânio e ouro, o Níger poderia utilizar as reservas de carvão para aliviar o acentuado défice energético. Só a central de Salkadamna, em fase de desenvolvimento, poderia produzir cerca de 600 MW de energia elétrica. Outra condição favorável para o crescimento é a iniciativa 3N, em curso.

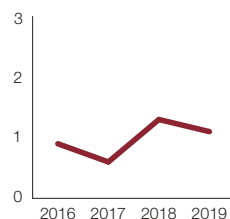
Condições desfavoráveis

Em 2018 e 2019, as principais condições desfavoráveis macroeconómicas incluem as ameaças à segurança, os efeitos das alterações climáticas e a volatilidade dos preços do urânio e do petróleo. O conflito armado com grupos terroristas criou ondas de migração de refugiados no país, assim como a deslocação interna de pessoas; o Níger sofre diretamente as consequências das crises na Líbia e no Mali. Tal como em outros países do G5 do Sahel, os desafios da segurança continuarão a pesar nas perspectivas socioeconómicas do Níger, particularmente, nas finanças públicas. Outra condição desfavorável refere-se aos indicadores demográficos; o crescimento populacional é de 3,9% e a taxa de fecundidade, de 7,1, ambos dos mais elevados do mundo. Estes indicadores representam um desafio para a segurança alimentar, a educação, a saúde e o emprego, uma vez que a procura de serviços sociais excede em muito a oferta no país.

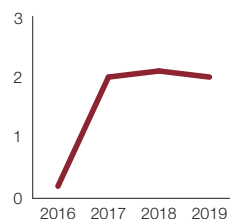
Taxa de crescimento real do PIB



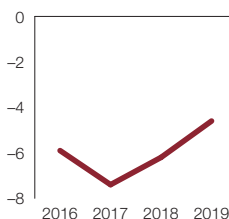
Taxa de crescimento real do PIB per capita



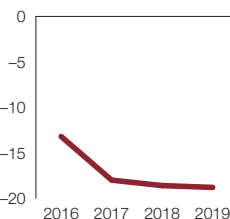
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas econômicas

A economia continuou a mostrar sinais de recuperação da recessão de 2016. Estima-se um crescimento do PIB de 0,8%, em 2017, subindo de -1,5%, em 2016. As perspectivas futuras são positivas, com crescimento projetado para 2,1%, em 2018, e 2,5%, em 2019, alicerçado no aumento do preço e da produção de petróleo e num desempenho mais forte da agricultura. O preço do petróleo recuperou para uma média de 52 dólares americanos por barril (crude Brent), em 2017, e prevê-se que atinja 54 dólares americanos, em 2018, aumentando de 43 dólares por barril, em 2016. A produção de petróleo também aumentou, de 1,69 milhões de barris por dia, no primeiro trimestre de 2017, para 2,03 milhões de barris por dia, no terceiro trimestre de 2017, após o desagravamento das hostilidades na região do delta, e espera-se que permaneça ao mesmo nível em 2018 e 2019, de acordo com as restrições à produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

Evolução macroeconômica

Em 2017, assim como em 2016, a política orçamental continuou expansionista. Apesar de a despesa total enquanto percentagem do PIB ter decaído de 13%, em 2014, para 10,3%, em 2017, as receitas diminuíram mais acentuadamente, de 11,4% para 5,6%, no mesmo período. O défice orçamental estimou-se num valor de 4,8%, em 2017, subindo de 4,7% em 2016, e projeta-se que melhore para 4,3%, em 2018, e 4,1%, em 2019, com o aumento da receita. Situado nos 14%, o desemprego continuou elevado, em 2017, o mesmo nível de 2016, e espera-se que reduza muito ligeiramente, em 2018, para 13,5%, com a recuperação a aliviar os constrangimentos nas indústrias transformadoras e agricultura.

A política monetária manteve-se contracionista em 2017 e espera-se que assim continue em 2018; as taxas de juro mantêm-se em 14% desde julho de 2016 para apoiar o naira e controlar a inflação, que permaneceu teimosamente alta e nos dois dígitos – um valor estimado

de 16,2%, em 2017, subindo de 15,6%, em 2016 –, mas projeta-se um alívio para 13,7%, em 2018, e 12%, em 2019. A liquidez de moeda estrangeira melhorou com a introdução de medidas administrativas pelo Banco Central da Nigéria desde o início de 2017. As medidas incluem um período de negócios para investidores em títulos, a preços determinados pelo mercado, e a introdução do Nigerian Autonomous Foreign Exchange Rate Fixing, que permitiu aos bancos comerciais cotar taxas de câmbio próximas das taxas dos mercados paralelos. O naira continuou estável, a cerca de 350 para o dólar americano, durante grande parte de 2017, esperando-se que reforce ligeiramente com a continuação da recuperação da economia.

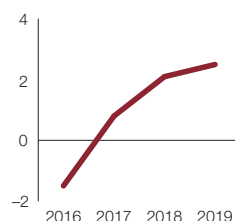
Condições favoráveis

A recuperação do preço e da produção de petróleo ajudará a impulsionar o crescimento e permitirá espaço fiscal para importantes reformas estruturais por parte do governo para diversificar a economia. A fiel implementação do Plano de Recuperação e Crescimento da Economia (2017–20) sustenta a promessa de desamarrar o país da sua dependência do petróleo. O plano centra-se em seis setores prioritários: agricultura; produção; minérios sólidos, incluindo ferro, ouro e carvão; serviços, incluindo tecnologias da informação e comunicação, serviços financeiros, turismo e indústrias criativas; construção e imobiliário; e petróleo e gás. O governo criou programas específicos para cada um desses setores e definiu potenciadores de políticas de crescimento mais amplos para ajudar a impulsionar o plano.

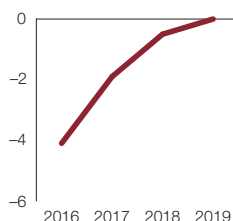
Condições desfavoráveis

A Nigéria ainda enfrenta alguns desafios, incluindo interrupções no fornecimento de energia e insegurança em algumas partes do país. Os esforços de mobilização de receitas são insuficientes; as taxas de imposto ao valor acrescentado, de 5%, são das mais baixas do mundo e, de um modo geral, a gestão das receitas deveria ser efetuada de forma mais eficiente.

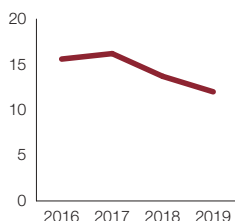
Taxa de crescimento real do PIB



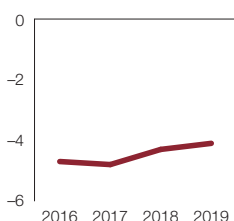
Taxa de crescimento real do PIB per capita



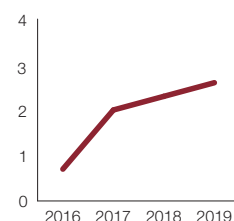
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

A taxa de crescimento real do PIB atingiu uns robustos 5,8%, em 2016, maioritariamente impulsionada pelos serviços (66% do crescimento) e indústria (19% do crescimento); a agricultura representou 15% do crescimento, o nível mais baixo em anos recentes. O crescimento dos serviços foi impulsionado pelo imobiliário (cresceu 12%) e transportes e armazenagem (cresceram 10%); na indústria, foi impulsionado pela construção (cresceu 8,2%) e fabrico (cresceu 6,2%). A taxa de crescimento real do PIB diminuiu para um valor estimado de 5% em 2017, devido ao abrandamento do crescimento do crédito causado pelos limites das taxas de juro dos empréstimos dos bancos comerciais, à seca e ao prolongado impasse político das eleições presidenciais. As previsões semestrais mostram que a economia permaneceu bastante resiliente, crescendo 4,8%. Os serviços representaram 82% desse crescimento, e a indústria, 17%; manteve-se o fraco desempenho da agricultura. Prevê-se que a economia recupere, com uma taxa de crescimento do PIB de 5,6%, em 2018, e 6,2%, em 2019.

Evolução macroeconómica

Em 2016, os princípios macroeconómicos básicos foram estáveis. As autoridades efetuaram políticas monetárias, fiscais e de taxas de câmbio prudentes. O banco central manteve as taxas de juro em 10% para fixar a inflação a um dígito (6,3%). A política orçamental foi expansionista e focou-se em financiar mega projetos de infraestruturas. Maior despesa governamental, associada à fraca mobilização da receita, aumentou o défice orçamental em 8% e o rácio dívida pública/PIB em 54%. A Análise de Sustentabilidade da Dívida do Fundo Monetário Internacional (FMI)/Banco Mundial de dezembro de 2016 coloca o país num nível baixo de stress da dívida. O défice da balança de pagamentos melhorou ligeiramente para 0,6% do PIB, no término do exercício de junho de 2017, de 1,7%, no término do exercício de junho de 2016, devido a melhorias nos saldos das balanças corrente, de capital e financeira. Este progresso aumentou as reservas cambiais em 0,8%,

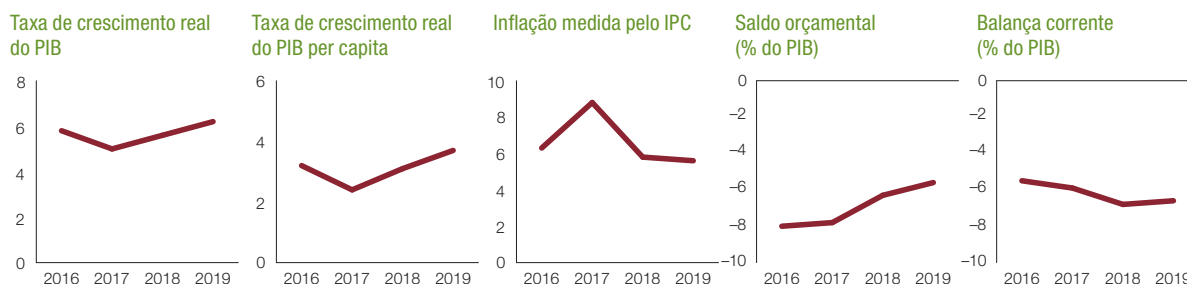
num novo máximo de 7,8 mil milhões de dólares, no final de junho de 2016. O aumento das reservas estrangeiras e o acordo cautelar com o FMI no valor de 1,5 mil milhões de dólares contribuíram para a estabilidade da taxa de câmbio. Em 2017, o desempenho económico foi heterogéneo. Provavelmente, a seca e a crise das eleições presidenciais afetaram o desempenho macroeconómico. A inflação aumentou para um valor estimado de 8,8%; o défice orçamental manteve-se alto, num valor estimado de 7,8% do PIB; e o défice da balança corrente aumentou para 5,9% do PIB. Prevê-se que a economia se torne mais forte de 2018 em diante.

Condições favoráveis

A economia do Quénia continua resiliente devido à sua diversidade; os serviços contribuíram para a maior proporção de crescimento do PIB. Espera-se que tal se mantenha dado o país continuar a ser o principal polo regional para as tecnologias da informação e comunicação e para os serviços financeiros e dos transportes. Investimentos recentes no caminho-de-ferro e nas estradas e investimentos planeados para uma segunda pista no Aeroporto Internacional Jomo Kenyatta são potenciais impulsionadores do crescimento. A estabilidade macroeconómica mantém-se, estimando-se que vários princípios básicos permaneçam saudáveis. O contexto propício aos negócios também melhorou; o Quénia subiu 12 lugares, para a 80ª posição, no relatório Doing Business de 2018 do Banco Mundial.

Condições desfavoráveis

A seca prolongada em 2016/17 afetou a produtividade agrícola e levou à elevada inflação do preço dos produtos alimentares. Atividades políticas prolongadas e o impasse das eleições presidenciais prejudicaram a atividade do setor privado. Apesar de uma análise não conclusiva, os limites das taxas de juro terão restringido a expansão do crédito, levando à redução do investimento privado. A continuação de elevadas despesas de consumo público manteve o défice orçamental perto dos 10% do PIB, enquanto a esperada maturidade da dívida pública poderá levar ao sobre-endividamento.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

República Centro-Africana

Desempenho e perspectivas económicas

A estagnação do crescimento entre 2016 e 2017 deveu-se à deterioração da segurança. Os problemas de segurança fizeram aumentar o número de pessoas deslocadas, dificultando a produção agrícola, o comércio e o investimento estrangeiro. Em 2017, a taxa de crescimento real do PIB estimou-se em 4,5%, revelando alguma recuperação económica, mas ficou abaixo do valor esperado de 5,3%. O crescimento foi impulsionado principalmente pela recuperação na silvicultura e na indústria mineira, após o levantamento de sanções internacionais, e pela vitalidade do setor terciário e do comércio. Embora o regresso de agricultores e a insegurança continuem a pesar na produção agrícola e pecuária, prevê-se um aumento da atividade económica em 2018–19 e a taxa média de crescimento anual deverá ser de pelo menos 5%. Em 2018 e 2019, o crescimento dependerá das melhorias na segurança interna, essencial para a recuperação agrícola e para a implementação bem-sucedida de planos de investimento e reformas económicas apoiados pelos parceiros internacionais.

Evolução macroeconómica

Os esforços contínuos iniciados durante o período de transição, em 2017, para a consolidação das finanças públicas, possibilitaram a promoção de mais recursos públicos, melhorando a gestão das finanças públicas. Em 2017, o saldo orçamental contraiu para um défice estimado de 0,1% do PIB, devido a maior despesa pública, nomeadamente, despesas sociais. A despesa pública excedeu 14,5% do PIB, em 2017, e as receitas internas representaram 8,9%, em 2016. Com a recuperação gradual da produção alimentar, a melhor segurança no principal corredor de transporte para o comércio estrangeiro e a estabilidade monetária na Comunidade Económica

e Monetária da África Central, as pressões inflacionistas diminuíram. Em 2017, a inflação diminuiu para um valor estimado de 3,8%, de 4,6% em 2016. As medidas para a liquidação dos atrasos no pagamento reduziram a dívida pública, permitindo que o rácio dívida pública/PIB diminísse de 44,3%, em 2016, para 38,3%, em 2017. Em 2017, o défice da balança corrente aumentou para 9,7%, de 5% em 2016, devido à redução das exportações, comparativamente a 2016; o volume de importações manteve-se semelhante.

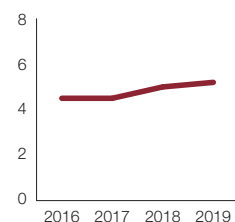
Condições favoráveis

Após três anos de difícil transição política, a condição mais favorável foi o regresso da ordem constitucional, que criou as principais instituições civis especificadas na Constituição. Outra condição favorável foi o apoio da comunidade internacional aos novos esforços dos dirigentes, com vista à promoção de uma sociedade pacífica, democrática e próspera. As reformas estruturais e económicas resultaram num progresso significativo, particularmente, nas finanças públicas.

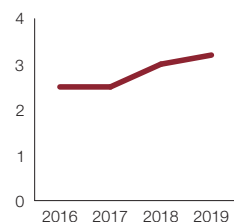
Condições desfavoráveis

A transição política subsequente à queda do regime de Bozizé, por meio da revolta do Seleka, terminou. No entanto, continuam a existir graves problemas de segurança. Apesar de a segurança na capital, Bangui, ter melhorado significativamente, as tensões intercomunitárias e os confrontos entre grupos armados ainda assolam o país. Esta instabilidade impede o acesso dos serviços públicos e das organizações humanitárias às pessoas afetadas pela crise. A economia enfrenta grandes desafios estruturais, sobretudo uma grave escassez de infraestruturas e um clima empresarial pouco atrativo para os investidores privados.

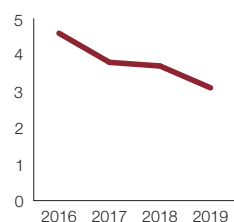
Taxa de crescimento real do PIB



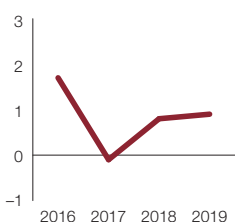
Taxa de crescimento real do PIB per capita



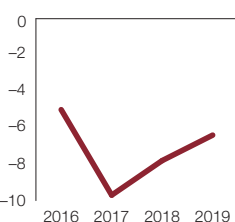
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

República Democrática do Congo

Desempenho e perspectivas económicas

O crescimento económico foi, em média, de 7,7% entre 2010 e 2015, mas, em 2016, os preços mais baixos de produtos de exportação (cobre e cobalto) e as incertezas políticas impediram o crescimento. Em 2017, estimou-se um crescimento de 3,3%, devido ao bom desempenho das indústrias extrativas e transformadoras, do setor de construção e obras públicas e do comércio. Espera-se que a recuperação continue, em 2018 e 2019, com preços crescentes dos produtos e aumento de atividade na indústria extrativa, à medida que vão começando novos projetos de exploração mineira.

Evolução macroeconómica

O abrandamento económico prejudicou as finanças públicas. As receitas do Estado (excluindo concessões) desceram de 13,6% do PIB, em 2015, para 9,4%, em 2016, causando um declínio na despesa pública para 12,8% do PIB, em 2016, de 17,3%, em 2015. A dívida externa permanece sob controlo, com o risco de sobre-endividamento identificado como “moderado”. No entanto, a dívida interna cresceu de 3,6% do PIB, em 2015, para 7,6%, em 2016. As reservas de divisa caíram de 1,4 mil milhões de dólares americanos, em 2015, para 852,1 milhões de dólares americanos, em 2016, e para 668, milhões de dólares americanos, em setembro de 2017 (ou o equivalente a 2,93 semanas de importações). O franco congolês desvalorizou 23,7% em relação ao dólar americano, em 2016, e 22,5%, no final de setembro de 2017, o que aumentou a inflação de 0,8%, em 2015, para 6,9%, em 2016, e para 42,9%, no em 2017. O défice da balança corrente era de 3,2% do PIB em 2016, e de um valor estimado de 2,4%, em 2017, prevendo-se que continue a melhorar em 2018.

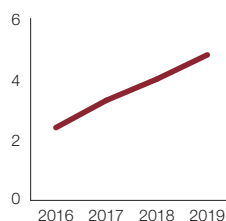
Condições favoráveis

As mercadorias desempenham um papel vital na economia da RDC. Os preços crescentes de cobre (subida de 15,8%) e ferro (subida de 87,9%), entre dezembro de 2016 e setembro de 2017, são um bom presságio para a economia; a produção de cobre cresceu 9,3%, e a de ferro, 18%. Se esta tendência continuar, em 2018 e 2019, as receitas do Estado, as reservas de divisa, a taxa de câmbio e a balança de pagamentos devem melhorar. Em 2015, o setor extrativo representava 97,5% das receitas de exportação, 24,7% das receitas do Estado e 20,9% do PIB. No setor agrícola, estão em curso múltiplos estudos de viabilidade de parques agroindustriais. Espera-se que estes parques ajudem a diversificar a economia, que depende muito do petróleo e de vários produtos minerais.

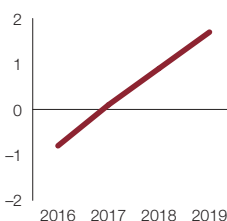
Condições desfavoráveis

Nem todas as partes interessadas estão ativamente envolvidas em conseguir ultrapassar o período de transição conducente às eleições, o que torna imprevisível a situação política na RDC. Ameaças à união nacional e à paz social levantam questões sobre as perspectivas económicas para 2018 e 2019. A segurança permanece uma preocupação premente nas zonas central e oriental do país, onde a atividade económica pode ficar comprometida se a violência continuar ou piorar. O decrescente poder de compra das famílias, causado pelo aumento dos preços dos bens essenciais e pela desvalorização do franco congolês, pode despertar uma crise social dormente. No relatório Doing Business 2018, a RDC subiu dois lugares, da 184ª para a 182ª posição, em 190 países, mas o clima empresarial do país, entre os 10 piores do mundo, precisa de grandes melhorias.

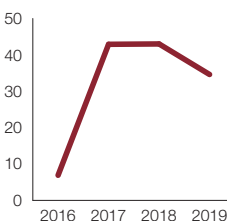
Taxa de crescimento real do PIB



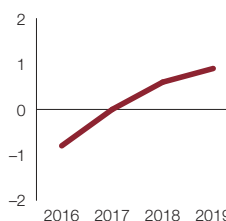
Taxa de crescimento real do PIB per capita



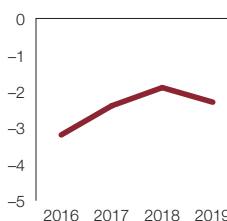
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

A taxa de crescimento real do PIB para a primeira metade de 2017 estimou-se em 2,9%, face a 8,2%, no mesmo período de 2016, devido ao fraco desempenho nos serviços e indústria. O setor dos serviços, que perfazia 46% do PIB, aumentou 6% na primeira metade de 2017, abaixo dos 9% do mesmo período em 2016, devido à contração no comércio e nos transportes. Uma recuperação estável, em 2016, e preços mais elevados dos bens, particularmente, do café e do chá, levaram a 5% de crescimento na agricultura durante a primeira metade de 2017, abaixo dos 6% do mesmo período de 2016. O setor agrícola representou 32% do PIB. O setor industrial, que representa 15% do PIB, exibiu crescimento zero nos primeiros seis meses de 2017, abaixo dos 10% da segunda metade de 2016, devido principalmente à finalização de grandes projetos de construção e fraco desempenho na mineração e extração. Houve melhoria do desempenho económico na segunda metade de 2017, prevendo-se que assim continue em 2018, devido a condições atmosféricas favoráveis e a um preço mais elevado dos bens.

Evolução macroeconómica

A política orçamental do governo para 2016/17 permaneceu centrada na eficiência da despesa pública para apoiar o crescimento e reduzir a pobreza, em linha com a estratégia de consolidação fiscal. O défice orçamental, em 2016/17, foi 1 ponto percentual mais baixo do que o projetado. Em 2016/17, o rácio imposto/PIB permaneceu estável, estimando-se em 15,6%, devido a incentivos fiscais que apoiam a campanha Feito-no-Ruanda de aumento da produção interna. Espera-se que o orçamento para 2017/18 continue a consolidação fiscal, caracterizando-se pelos gastos estáveis em desenvolvimento e crescimento gradual em despesas recorrentes, em parte, devido ao novo estatuto do professor e ao aumento dos salários. O Banco Central implementou uma política monetária expansionista na primeira metade de 2017 para apoiar o crescimento do crédito ao setor privado, que, no mesmo período, aumentou em 8,3%, levemente acima dos 8% em

2016. A inflação anual foi de 7,5%, acima dos 5,1% verificados na primeira metade de 2016, devido ao preço mais elevado dos produtos alimentares. O défice comercial reduziu devido ao aumento das exportações em resultado da melhoria da produção e dos preços mais elevados dos bens. O franco ruandês esteve relativamente estável. O risco de sobre-endividamento externo permanece baixo, apesar de ser necessária maior mobilização da receita interna para manter a estabilidade da dívida.

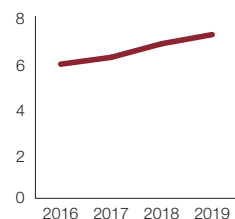
Condições favoráveis

O setor agrícola continua a ser um importante contribuinte do crescimento; espera-se que o contributo do setor da indústria aumente com os esforços de industrialização. Três fatores podem influenciar o desempenho económico. Primeiramente, espera-se que a recuperação do preço dos bens e da procura mundial aumente a receita das exportações contribuindo para a acumulação das reservas oficiais. Seguidamente, espera-se que os investimentos em curso em fertilizante, sementes melhoradas e irrigação, assim como os preços mais elevados do café e chá, impulsionem as exportações de alimentos e culturas. Finalmente, prevê-se que a campanha Feito-no-Ruanda e os investimentos em infraestruturas impulsionem a indústria.

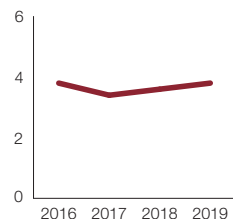
Condições desfavoráveis

O país é vulnerável ao impacto dos choques meteorológicos no setor agrícola, largamente dependente de chuva; investimento contínuo em irrigação reduzirá a dependência de chuva. Dado o país exportar predominantemente matérias-primas, qualquer flutuação no preço dos bens reduzirá os ganhos e aumentará as vulnerabilidades do setor externo. Iniciativas como a Feito-no-Ruanda procuram aumentar a adição de valor, reduzindo a vulnerabilidade à flutuação do preço dos bens. A insegurança e instabilidade na Região dos Grandes Lagos, importante parceiro comercial, colocam riscos. Espera-se que a paz regional e as medidas de segurança, inclusive à luz da União Africana e da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos, aumentem a paz e a estabilidade.

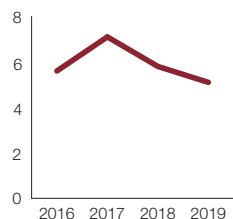
Taxa de crescimento real do PIB



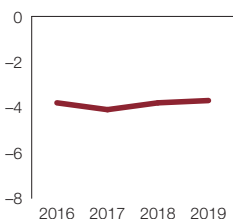
Taxa de crescimento real do PIB per capita



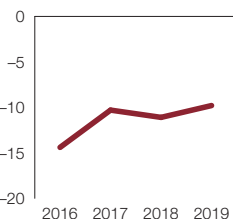
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

São Tomé e Príncipe

Desempenho e perspectivas económicas

A economia registou um crescimento acima de 4%, em 2010–15, maioritariamente impulsionada por investimento estrangeiro direto (IED) na agricultura e construção. A economia cresceu uns estimados 5,2%, em 2017, incrementada pelos serviços e pela construção. A perspectiva económica a curto prazo é positiva; o crescimento do PIB está projetado para 5,5%, em 2018, e 5,8%, em 2019, movido por investimentos em infraestruturas. Espera-se que os serviços sejam o maior contribuinte para a produção acumulada, em 2017, responsáveis por um valor estimado de 60% do PIB, seguidos pela indústria (20% do PIB) e agricultura (10% do PIB).

Evolução macroeconómica

O enquadramento económico está alicerçado num acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF) a três anos (2015–18) com o Fundo Monetário Internacional. Do lado fiscal, o governo levou a cabo reformas — um imposto sobre a prestação de serviços para não-residentes e a introdução do imposto de valor acrescentado, em 2019 — para apoiar a consolidação fiscal e reduzir a dívida. A despesa corrente continuou a dominar os gastos governamentais, apesar de um declínio de 2% em 2017 (principalmente, remunerações e salários), enquanto a receita dos impostos permaneceu moderada. Espera-se que o défice orçamental aumente de 1,7% do PIB, em 2016, para 2,1%, em 2017, e para 2,9%, em 2018, mas projeta-se um declínio para 2,6%, em 2019. A inflação declinou para um valor estimado de 5,1%, em 2017, de 5,5%, em 2016, em resultado de um decréscimo do preço dos produtos alimentares, prevendo-se que decline ainda mais, para 5%, em 2018, e 4,6%, em 2019, apoiado, desde 2010, pela indexação da dobra ao euro. Espera-se que o saldo deficitário da balança corrente (incluindo transferências) atinja 10,2% do PIB, em 2017, acima dos 5,8% de 2016.

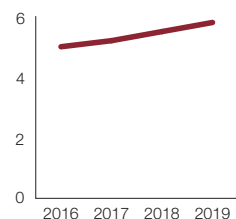
Condições favoráveis

O governo implementou reformas para melhorar a gestão financeira pública, o contexto de regulação económica empresarial e o sistema bancário. As reformas incluem o sistema judicial (criação de um centro de dados para registos e notariado); a agricultura (preparação da estratégia de irrigação); a educação (construção de novas salas de aulas); e o contexto empresarial, classificado na 169ª posição do Doing Business Report de 2018 do Banco Mundial, descendo da 162ª, em 2017. Em 2016, o governo também adotou uma Política Nacional de Emprego e implementou um mecanismo de ajuste automático do preço do combustível para assegurar a recuperação total dos custos e impedir a acumulação da dívida. O país obteve resultados tangíveis em boa governação (atingindo 60,5, em 100, no Índice Mo-Ibrahim de 2015) e na erradicação da malária (três vezes vencedor da Aliança de Líderes Africanos Contra a Malária). Espera que a produção e o acesso à energia melhorem nos próximos anos, com investimentos prometidos pelo Banco Africano de Desenvolvimento, pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Banco Mundial.

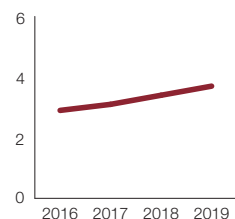
Condições desfavoráveis

A elevada dívida pública e a baixa coleta de receita, juntamente com uma reduzida base de exportação, permanecem desafios chave ao crescimento inclusivo. Infraestruturas económicas fracas — incluindo transportes, estradas, água e energia — são um grande obstáculo ao desenvolvimento inclusivo. O risco de sobre-endividamento está classificado como “elevado”, prevendo-se que a dívida pública (incluindo atrasos) atinja 97,2% do PIB, em 2017 (apesar de, em 2007, ter beneficiado de alívio da dívida à luz da Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados). Riscos cruciais também estão ligados às eleições legislativas agendadas para 2018, particularmente, o risco elevado de gastos extra-orçamentais e instabilidade política, juntamente com o aumento dos empréstimos em incumprimento no setor financeiro. A dependência da exportação de bens primários e importação de produtos alimentares e combustíveis deixa o país extremamente vulnerável a choques externos.

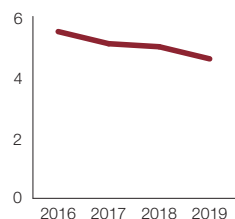
Taxa de crescimento real do PIB



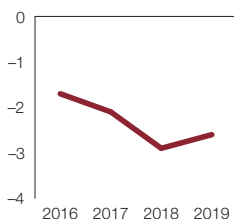
Taxa de crescimento real do PIB per capita



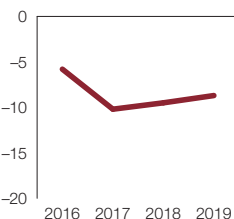
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

O desempenho económico global tem sido notável, especialmente durante a última década, apesar de alguns contratempos. A taxa de crescimento real do PIB de 5,9%, em 2016, estimada em 6%, foi principalmente impulsionada pelos setores do turismo e das pescas, que também contribuíram consideravelmente para as receitas em divisas, emprego e crescimento nos setores auxiliares. A perspectiva de crescimento a médio prazo é favorável. O crescimento do PIB estimou-se em 4%, em 2017, e, previsivelmente, em 3,4%, em 2018, resultando num aumento contínuo da taxa de crescimento real do PIB per capita; espera-se que os setores tradicionais do turismo e das pescas se mantenham os principais impulsionadores do crescimento. Em 2016, a inflação foi de -1%, devido a preços do petróleo e de outras importações mais baixos do que previsto, assim como a uma rígida política monetária.

Evolução macroeconómica

Espera-se que a inflação permaneça baixa, apesar de o aumento do preço internacional do combustível, desde 2016, e as medidas governamentais de expansão de 2017 poderem espoletar pressões inflacionistas. O aumento da despesa corrente (que subiu de 26,9% do PIB, em 2014, para uns estimados 33,5%, em 2017) foi parcialmente contrabalançando por um correspondente aumento no total da receita (de 34,5% do PIB, em 2015, para uns estimados 39,5%, em 2017) e pela continuada política de contração fiscal. Despesas de capital mais baixas do que as orçamentadas e um forte crescimento das receitas tributárias ajudaram a aumentar o superavit orçamental de 2016 em quase 1% do PIB. A posição orçamental manteve-se em superavit, em 2017, mas prevê-se que decline para um pequeno défice, em 2018 e 2019. O governo está ciente da sua política de gestão da dívida e compromisso para a redução do rácio dívida/PIB do nível atual de 64% do PIB para menos de 50%, em 2020. A disciplina fiscal, juntamente com a reestruturação eficiente da dívida na sequência da crise financeira de 2008, apoiou a estratégia de redução da dívida. Em 2016 e 2017, as reservas

brutas oficiais equivaliam a cerca de 4 meses do total de importações.

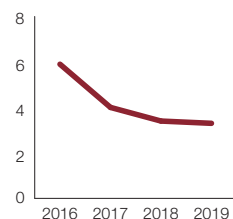
Condições favoráveis

O investimento estrangeiro direto (IED) continuou forte, particularmente na hotelaria, ajudando a financiar o défice da balança corrente e a aumentar as reservas internacionais. As chegadas contínuas e vibrantes de turistas e as maiores receitas do turismo (com crescimento de quase 20%, em meados de 2017, face ao ano anterior) foram impulsionadores chave do crescimento económico. O investimento interno privado é cada vez mais importante, particularmente para o crescimento de empreendimentos de pequena e média dimensão. A sustentabilidade desta fonte de crescimento depende de como serão abordados os desafios no acesso ao financiamento e à mão-de-obra qualificada. O governo está a abrir caminho para o crescimento liderado pelo setor privado promovendo o IED e melhorando o contexto empresarial para os investidores locais. Espera-se o aumento do investimento público, em 2018-19, com a continuação dos programas de desenvolvimento governamentais. A reintrodução do Plano de Assistência ao Desemprego, em 2017, provavelmente aumentará o emprego.

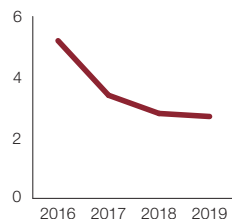
Condições desfavoráveis

Espera-se que as taxas de crescimento, em 2017 e 2018, sejam ligeiramente mais baixas do que em 2016, principalmente devido a riscos associados ao setor externo, que incluem a vulnerabilidade face aos desenvolvimentos na Europa — a origem da maioria dos turistas — incluindo o Brexit e a tendência de aumento dos preços internacionais do combustível desde o final de 2016, que poderá pressionar a inflação e a balança de pagamentos. Internamente, espera-se um abrandamento no setor da construção, entravando o crescimento. Há necessidade de atenção contínua à diversificação económica, transformação estrutural e integração regional para lidar com os principais desafios, particularmente, uma pequena economia interna, isolamento geográfico, elevado custo dos transportes, mão-de-obra especializada insuficiente e vulnerabilidade a choques externos.

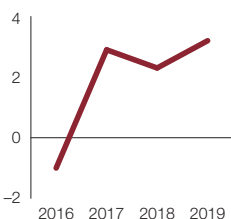
Taxa de crescimento real do PIB



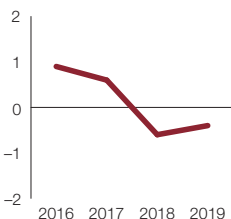
Taxa de crescimento real do PIB per capita



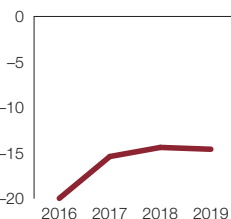
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

Prevê-se um crescimento económico, de um valor estimado de 6,8%, em 2017, para 7%, em 2018, impulsionado pelo crescimento nos setores secundário (crescimento previsto de 7,4%) e terciário (crescimento previsto de 7%). A procura é impulsionada principalmente por um aumento da formação bruta de capital fixo (que cresceu 8,9%, em 2017). Prevê-se uma diminuição do défice orçamental, de 3,7%, em 2017, para 3%, em 2018; em 2018, o saldo da balança corrente deverá diminuir para 5,2%. Esta melhoria acentuada, a partir de 2015/16, deve-se às fortes exportações, particularmente, de fosfato, amendoim e zircão.

Evolução macroeconómica

Em 2017, a política orçamental foi reforçada pela maior cobrança de receitas e pelo controlo das despesas correntes. A taxa de inflação permaneceu baixa, 1,7%, em meados de 2017, muito abaixo do limite máximo de 3% da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO). A política de taxa de câmbio baseia-se numa taxa fixa para o franco CFA, que, em 2016, valorizou em relação à naira (subindo 52,1%), à libra esterlina (subindo 20,4%) e ao franco guineense (subindo 16,3%). Em 2017, a dívida pública alcançou 62% do PIB, acima dos 59,5% de 2016. Apesar de a dívida pública ter aumentado acentuadamente, de 19% do PIB, em 2006, o rácio da dívida permanece abaixo do teto de 70% da UEMAO. Este aumento é atribuível aos grandes programas de infraestruturas, com impactos a longo prazo, que foram implementados nos últimos anos na agricultura, nos transportes e nas zonas económicas especiais. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, a dívida pública é sustentável e não apresenta riscos consideráveis.

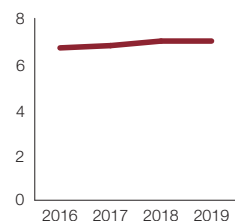
Condições favoráveis

O Senegal trabalhou para melhorar os serviços que apoiam a produção, sobretudo a energia e os transportes. Nos últimos anos, o país beneficiou dos reduzidos preços do petróleo. A produção de energia aumentou significativamente, com um aumento da capacidade instalada, de 898 MW, em 2015, para 1168 MW, em 2016, à medida que surgiram novas centrais de energia. O custo médio da produção diminuiu, de 62 francos CFA, em 2015, para 45, em 2016. Ocorrem menos interrupções de energia e a empresa nacional de eletricidade, a SENELEC, não foi subsidiada em 2016 e 2017. Graças aos recursos mobilizados pelo governo, foram construídos ou atualizados serviços de transportes e infraestruturas, com reformas e políticas relacionadas com as tecnologias da informação a facilitarem alterações substanciais. O setor mineiro tornou-se mais forte; a Grande Côte Opération e a Sabodala Gold Opération aumentaram a produção de zircão e ouro, respetivamente.

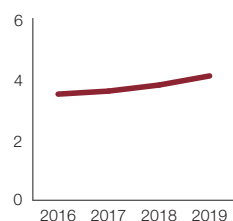
Condições desfavoráveis

Os principais desafios para o crescimento são os atrasos na implementação de reformas e os efeitos dos choques climáticos. Outra condição desfavorável é a preocupação com a segurança na sub-região. Se os preços do petróleo aumentarem substancialmente, poderão ser necessários subsídios para a eletricidade. Os objetivos de capital humano ainda não foram cumpridos, apesar dos investimentos na educação e formação. Os principais desafios incluem o aumento da taxa de conclusão da escola primária, os resultados dos exames e os horários dos professores. Devem ser tomadas medidas e ações preventivas na área da gestão de riscos e desastres. Em termos de governação local, são necessárias iniciativas para o aumento dos fundos patrimoniais e do capital de desenvolvimento atribuídos às comunidades locais e para a continuação da reforma da tributação local.

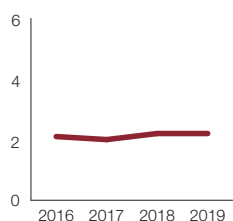
Taxa de crescimento real do PIB



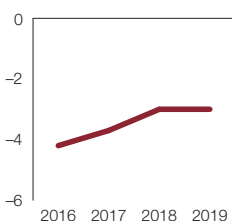
Taxa de crescimento real do PIB per capita



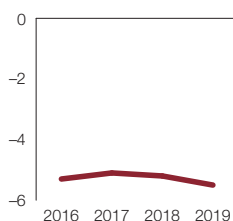
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

O setor mineiro tornou-se o principal impulsionador do crescimento, com a descoberta de minério de ferro, em 2011, o que resultou, em 2013, numa inédita taxa de crescimento de 21%. Contudo, após a tendência decrescente do preço internacional do minério de ferro e o surto do vírus Ébola, em 2014, a economia contraiu 20,6%, em 2015. O reinício de funcionamento de uma das duas companhias de minério de ferro levou à retoma da economia, com uma taxa de crescimento de 6,3%, em 2016 e uma taxa estimada de 5,7%, em 2017. A perspectiva para 2018 e anos seguintes continuará a ser complicada, devido à incerteza sobre os preços internacionais do minério de ferro. Espera-se que o crescimento do PIB seja de 6,1, em 2018, e 6,5%, em 2019.

Evolução macroeconómica

Uma menor geração de receita e substanciais necessidades de despesa, juntamente com o impacto dos dois choques simultâneos, levaram à deterioração da situação fiscal. O défice orçamental ficou em 6,5% do PIB, em 2016, e estima-se que seja de 5,8%, em 2017. Receitas mais baixas das exportações criaram escassez de reservas cambiais, o que conduziu a uma acentuada desvalorização do leone face ao dólar americano, numa média de 20%, em 2016. A repercussão desta desvalorização espoleto uma tendência inflacionista, com uma taxa média de inflação anual de 11,5%, em 2016, e estimada em 18,4%, para 2017, bem acima dos objetivos de um dígito estabelecidos pelas autoridades. Este desenvolvimento dificultou o funcionamento da política monetária durante o período de avaliação. Para conter a pressão, as autoridades monetárias adotaram uma política monetária contracionista aumentando a taxa de juro de 11%, em 2015, para 12%, em 2016, e 13%, em 2017. Segundo a mais recente análise de sustentabilidade da dívida feita pelas autoridades, o país permanece em risco moderado de sobre-endividamento. Deve evitar contrair financiamento não-concessional.

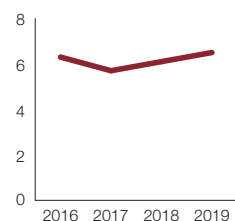
Condições favoráveis

O sucesso, embora limitado, na resolução do défice de infraestruturas de estradas, energia e telecomunicações ajudará a impulsionar o crescimento económico e a reduzir a pobreza através do desenvolvimento do setor privado e da atração de investimento estrangeiro direto. Tem também o potencial de apoiar o movimento de diversificação económica atualmente defendido pelo governo e parceiros de desenvolvimento. Em 2018, a Serra Leoa realizará as suas sextas eleições democráticas desde o fim dos conflitos, estando na 39.ª posição, em 163 países, do Índice Global de Paz de 2017. Esta paz relativa pode, contudo, ser posta à prova nos meses anteriores e posteriores às eleições presidenciais e parlamentares de março de 2018, tendo em conta a atual situação e expectativas.

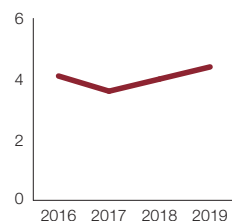
Condições desfavoráveis

A receita fiscal historicamente baixa foi exacerbada pela queda dos preços internacionais do minério de ferro e subsequente encerramento deste setor. A receita caiu de 13% do PIB não relacionado com o minério de ferro, em 2013, para 10%, em 2015. Maiores empréstimos internos são um problema, e os encargos financeiros do governo podem subir substancialmente. O ajustamento das despesas será difícil em ano de eleições, podendo fazer descarrilar a concordância com o programa de Facilidade de Crédito Alargado (ECF) do Fundo Monetário Internacional. Há indicações de que a primeira avaliação no âmbito do ECF não será completada porque o governo não reduziu suficientemente o défice orçamental. Estes desenvolvimentos poderão piorar a taxa de inflação, que revela uma tendência ascendente. A dependência das exportações de bens de primeira necessidade torna o país extremamente vulnerável a choques externos. Todos estes desafios são agravados pela ausência de boas práticas de governação, enquanto o frágil país continua a ter maus resultados na maioria das avaliações internacionais da luta contra a corrupção.

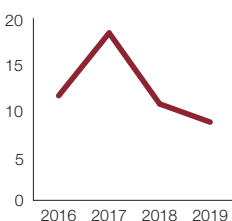
Taxa de crescimento real do PIB



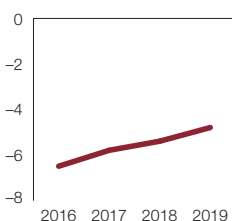
Taxa de crescimento real do PIB per capita



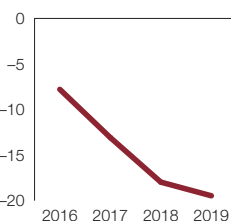
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

Nos últimos quatro anos, a taxa de crescimento real do PIB tem sido moderada, com um nível médio de cerca de 3,4%. Em 2017, abrandou para 2,4%, sobretudo devido à continuada seca, e prevê-se que recupere para 3,5%, em 2018 e 2019. Os principais impulsionadores, em 2017, foram os setores de construção, telecomunicações e serviços financeiros. Espera-se que o aumento, em 2018 e 2019, seja impulsionado por uma recuperação na agricultura, maiores investimentos no setor privado e maior segurança. Prevê-se que a inflação, contida pela dolarização e abrupta queda dos preços do petróleo, permaneça em torno de 2,7%, em 2018 e 2019.

Evolução macroeconómica

A receita nacional aumentou de 0,6% do PIB, em 2012, para 1,8%, em 2016, devido à melhor administração fiscal e maior envolvimento com o setor privado. A capacidade do governo de gerar receitas suficientes e estabilizar o ambiente macroeconómico continua a ser constringida pela reduzida dimensão da economia formal e pela capacidade limitada de cobrar impostos devido à insegurança generalizada e condicionalismos institucionais. O governo continua a depender da ajuda pública ao desenvolvimento, que foi de 21% do PIB, em 2016, e que deverá cair ligeiramente durante 2018. O volume da dívida externa, estimado em 5 mil milhões de dólares americanos, continua a acumular dívidas em atraso, impedindo o acesso a empréstimos externos, particularmente em condições favoráveis. Desde abril de 2016, a taxa de câmbio tem permanecido relativamente estável. O Banco Central não emite notas bancárias desde 1991; não controla a taxa de câmbio nem o fornecimento de moeda, impressa por entidades privadas.

Condições favoráveis

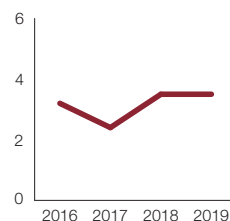
Conquistas significativas incluem a realização de eleições pacíficas, em fevereiro de 2017, nas quais foram eleitos um novo presidente e Parlamento Federal (com maior representação de mulheres e jovens), e a criação de vários

Estados Membros Federais autónomos. As principais conquistas económicas incluem o esboço do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para 2017–19, que articula plenamente reconstrução económica e prioridades de desenvolvimento. O setor privado demonstrou impressionante resiliência em áreas como telecomunicações, serviços financeiros e construção. A diáspora desempenhou um papel fundamental, investindo fundos externos e regressando com competências fundamentais. Espera-se que a estabilidade política continuada, a implementação focalizada do PND e o continuado interesse da diáspora em setores cruciais de crescimento impulsionem este último em 2018. Estão a ser implementados programas de desenvolvimento para revitalizar o setor da educação; conquistas iniciais incluem a inscrição de mais crianças na educação primária formal.

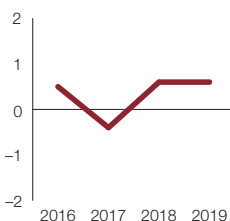
Condições desfavoráveis

Apesar do progresso, a Somália enfrenta muitos desafios securitários, políticos e económicos que restringirão o crescimento em 2018. O terrorismo continua a ameaçar a paz e a estabilidade no país e nos países vizinhos. Os esforços para resolver assuntos constitucionais têm de ser acelerados e tem de se chegar a acordo numa decisão federal que defina a alocação de poderes e decida como melhor alocar recursos económicos e receitas. As reformas do setor da segurança não progrediram tão depressa como previsto; a ameaça de pirataria continua, desencorajando aumentos de investimento externo direto e da diáspora em 2018. É necessário mais progresso em democratização, direitos humanos e estado de direito, assim como fortes iniciativas anticorrupção. A dependência da pecuária e da agricultura como principais fontes de receitas de exportação reflete a estreita base económica. A economia permanece altamente vulnerável aos choques de mercado, particularmente a flutuações de preço de bens essenciais, e ambientais. Prevê-se que a crise humanitária, exacerbada pela seca prolongada, continue em 2018 e diminua a recuperação económica. Estima-se que a taxa de desemprego abaixo dos 30 anos permaneça elevada, em 67%.

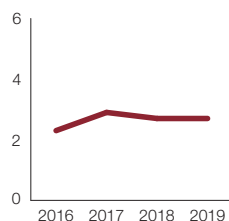
Taxa de crescimento real do PIB



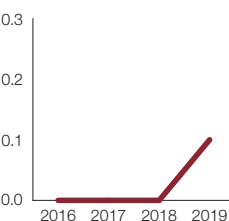
Taxa de crescimento real do PIB per capita



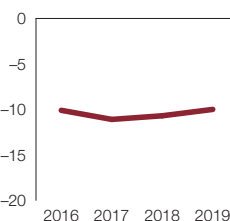
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Suazilândia

Desempenho e perspectivas económicas

Em 2017, a taxa de crescimento real do PIB estimou-se em 1%, abaixo dos 1,3% de 2016. Verificou-se um crescimento lento principalmente no comércio por grosso e a retalho e nos serviços financeiros, com resultados afetados pela redução da despesa pública por dificuldades orçamentais permanentes. Embora a produção agrícola e a transformação da mesma tenham sido impulsionadas pelas boas condições climáticas, após a seca de 2015 provocada pelo El Niño, o setor contraiu, devido à produção pecuária, que sofreu forte depauperação de efetivos pós-seca. A indústria transformadora recuperou em 2017, maioritariamente impulsionada por investimentos nos têxteis. A construção contraiu, com limitada margem de manobra orçamental, dificultando a execução de projetos públicos em 2017.

Evolução macroeconómica

Estimou-se uma taxa de inflação de 7%, em 2017, depois de um máximo próximo de 8%, em 2016, refletindo, em larga medida, a descida dos preços dos bens alimentares após níveis de pluviosidade adequados. Para proteger a paridade cambial com o rand da África do Sul, o Banco Central da Suazilândia aumentou a taxa de desconto em 25 pontos base, 7,25%, em janeiro de 2017. Apesar de uma orientação monetária restritiva, a política orçamental continua expansionista, para estimular a atividade económica. O saldo orçamental registou um défice em 2014–15, agravado acentuadamente para dois dígitos em 2016/17, após forte quebra das receitas da União Aduaneira da África Austral (UAAA) e ajuste em alta dos salários públicos. O orçamento de 2017 revelou um défice orçamental ligeiramente inferior, sobretudo por considerável aumento das receitas da UAAA. O défice é financiado por empréstimos internos, incluindo financiamento do Banco Central, e acumulação de dívidas internas em atraso, ameaçando a estabilidade do setor bancário e excluindo potencialmente o setor privado. A dívida pública, que aumentou rapidamente nos últimos anos, atingindo 19,3% do PIB em 2016, permanece sustentável. Com a prolongada política orçamental expansionista, a balança corrente deteriorou-se e

a cobertura internacional das importações pelas reservas diminuiu para 3,4 meses, no final de 2016.

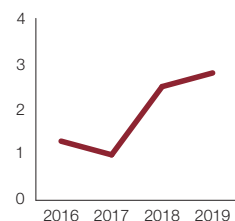
Condições favoráveis

Prevê-se uma melhoria do crescimento a médio prazo para aproximadamente 2,5%, em 2018, com recuperação contínua da produção agrícola e maior construção. A agricultura será facilitada com a conclusão do Projeto de Irrigação do Baixo Usuthu e a aceleração da produção pecuária, com reposição de efetivos pelos agricultores. As perspectivas para o setor mineiro são positivas, com recuperação dos preços internacionais dos produtos de base e aumento da produção de carvão após renovação de uma concessão de exploração. Prevê-se um crescimento da indústria transformadora com acrescida transformação de bens alimentares, refletindo maior produção de cana-de-açúcar e expansão sustentada dos têxteis, que se diversificaram com sucesso para novos mercados, em particular, na África do Sul, apesar da perda do mercado dos EUA. O crescimento interno deverá também ser impulsionado pela expansão sustentada da construção, projetando-se projetos infraestruturais, como a ligação ferroviária de Lothair.

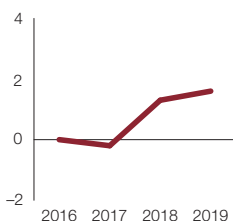
Condições desfavoráveis

Os riscos de abrandamento a médio prazo continuam a ser elevados, principalmente devido às restrições adicionais ao financiamento do orçamento, por acumulação de dívidas internas em atraso, que poderão adiar os projetos. O atraso no pagamento das dívidas poderá resultar igualmente em riscos adicionais pela deterioração da qualidade dos ativos dos bancos. Constituem outros riscos as menores receitas das exportações por procura reduzida de exportações de minério, as condições climáticas adversas e a diminuição das receitas da UAAA, devendo-se acelerar as reformas de melhoria da taxa de crescimento para estimular o investimento privado e colocar o país em crescimento sustentado. A deterioração da situação fiscal ameaça a estabilidade macroeconómica e financeira; ao Governo exigem-se esforços duradouros de ajustamento fiscal para contenção da massa salarial da função pública, dando prioridade às despesas de capital e aumentando as receitas tributárias.

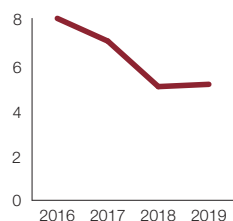
Taxa de crescimento real do PIB



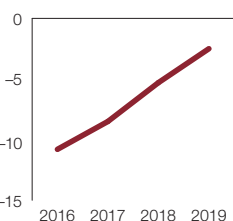
Taxa de crescimento real do PIB per capita



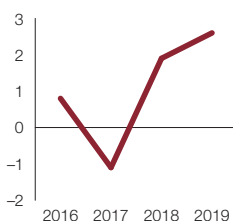
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

De 2011 a 2016, a taxa de crescimento real do PIB foi, em média, de 3,3%, abaixo dos 7,1% de 2000 a 2010. Estimou-se um crescimento de 3,5% em 2017, com menor procura interna por eliminação dos subsídios energéticos e importações mais fracas devido à desvalorização da taxa de câmbio e às sanções americanas, que foram permanentemente revogadas em outubro de 2017. Prevê-se um crescimento a médio prazo, em 2018–19, de 3,7%, em média, com consumo público e privado e reformas pós-levantamento de sanções, cujo impacto imediato impedirá o crescimento, esperando-se que recupere com maiores oferta interna e exportações a médio prazo.

Evolução macroeconómica

Apesar das quebras de receitas estimadas em 2017, a despesa pública manteve-se constante; o défice orçamental aumentou num valor estimado de 0,6 pontos percentuais, de 1,8%, em 2016, para 2,4%. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o défice real deverá ser muito maior (7,7% do PIB) porque os subsídios associados às taxas de câmbio oficiais só são registados no balanço do Banco Central. A política monetária continua a ser expansionista, acomodando as crescentes necessidades de financiamento fiscal. Maiores aquisições de ouro pelo Banco Central, representando 39% das exportações em 2017, juntamente com empréstimos à agricultura, levaram o capital de reserva a crescer de 27,5%, no final de 2016, para 52%, em junho de 2017. A inflação disparou de 17,2%, em setembro de 2016, para 35,1%, em setembro de 2017. A taxa de câmbio livre desvalorizou, apesar do ajustamento de 131% da taxa dos bancos, em novembro, e de 13%, no final de 2016. A balança corrente diminuiu, refletindo menores importações. A dívida pública externa, maioritariamente dívidas atrasadas, permanece elevada e insustentável.

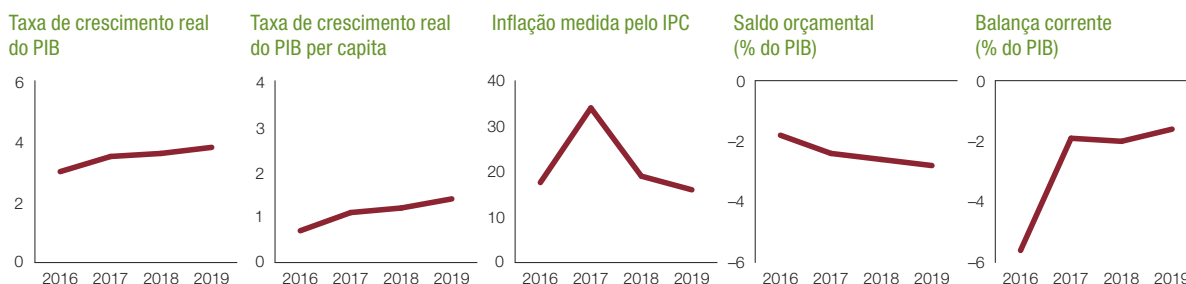
Condições favoráveis

Espera-se que o levantamento permanente das sanções económicas, após 20 anos, fortaleça a competitividade e estimule o crescimento. O FMI estimou um aumento de receita anual de 5,2% do PIB através da unificação da taxa de câmbio, dando mais margem de manobra orçamental para despesas sociais e de investimento. A taxa de câmbio

unificada aumentará também as exportações de ouro. A implementação rigorosa da taxa de câmbio e das reformas fiscais e de subvenções planeadas para 2018 potenciará a diversificação do crescimento impulsionado pelos minerais para a agricultura e a indústria transformadora. A reabilitação dos corredores comerciais transfronteiriços, melhorando os serviços nos portos marítimos do Sudão, proporcionará uma base sólida para implementar os acordos bilaterais assinados com o Chade, o Egito e a Etiópia, em 2016, para dinamizar o comércio e a cooperação regional, incluindo na segurança. Em setembro de 2017, os Estados Unidos retiraram o Sudão da lista de países cujos cidadãos estão sujeitos a restrições de viagem e, em outubro de 2017, levantaram permanentemente as sanções ao Sudão. Este desenvolvimento positivo dá nova oportunidade ao Sudão de integrar a economia mundial e impulsionar o crescimento económico através do comércio e de fluxos financeiros sem obstáculos.

Condições desfavoráveis

A resolução definitiva dos conflitos no Darfur, Nilo Azul e Cordofão do Sul é importante para profundas reformas macroeconómicas e estruturais, cruciais para o desenvolvimento sustentável do país. Sendo a taxa de câmbio e as reformas de subvenções fundamentais para a estabilidade macroeconómica, o FMI estimou que a inflação poderá aumentar significativamente, implicando medidas adicionais para melhorar a oferta e providenciar almofadas para os pobres. Reformular o contexto empresarial continua a apresentar sérios desafios. O investimento estrangeiro direto desceu nos dois primeiros trimestres de 2017, para 4,8 mil milhões de dólares americanos, abaixo dos 5,8 mil milhões nos dois primeiros trimestres de 2016. Segundo o relatório Doing Business de 2018 do Banco Mundial, o Sudão desceu duas posições, para a 170ª em 190 países; identificaram-se grandes fragilidades na proteção de investidores minoritários, acesso ao crédito e comércio transfronteiriço. A pontuação de 2016 do Sudão no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (0,490), está abaixo da média dos países de baixo desenvolvimento humano (0,497), indiciando necessidade de maiores esforços para melhorar a capacidade institucional e reduzir a desigualdade.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Sudão do Sul

Desempenho e perspectivas económicas

O Sudão do Sul é o país mais dependente de petróleo do mundo, representando o grosso das suas exportações, aproximadamente 60% do PIB, e mais de 95% das receitas do governo. O desempenho económico tem sido afetado pelas atuais condições desfavoráveis globais e pelos problemas de fragilidade do país. A acentuada queda do preço do petróleo (de 110 dólares americanos por barril, em 2014, para cerca de 50, em 2017) e a redução da produção do mesmo com a eclosão da guerra civil em curso reduziram drasticamente a taxa de crescimento. O PIB real contraiu 5,3%, em 2015, e 13,1%, em 2016, prevendo-se que desça 6,1%, em 2017.

Evolução macroeconómica

Os preços decrescentes do petróleo e a baixa produção do mesmo desde 2013/14 reduziram a receita fiscal para metade, em percentagem do PIB, resultando numa queda substancial das reservas estrangeiras e na aceleração da inflação no consumidor. Em 2016, o défice orçamental foi de 25,2% do PIB; se for novamente financiado por empréstimos do Banco Central e/ou por acumulação de dívidas em atraso, o défice continuará a alimentar a desvalorização da moeda nacional e a elevada inflação. A dívida pública bruta subiu de zero, em 2011, para um valor estimado de 15,5% do PIB, em 2017. Desde que a libra do Sudão do Sul (SSP) foi liberalizada em dezembro de 2014, a taxa de câmbio face ao dólar americano desvalorizou de 2,95 SSP para mais de 170 SSP, em outubro de 2017. Os elevados níveis de desemprego e subemprego jovem são problemáticos; mais de 50% dos jovens estão subempregados e apenas 12% da população ativa está formalmente empregada.

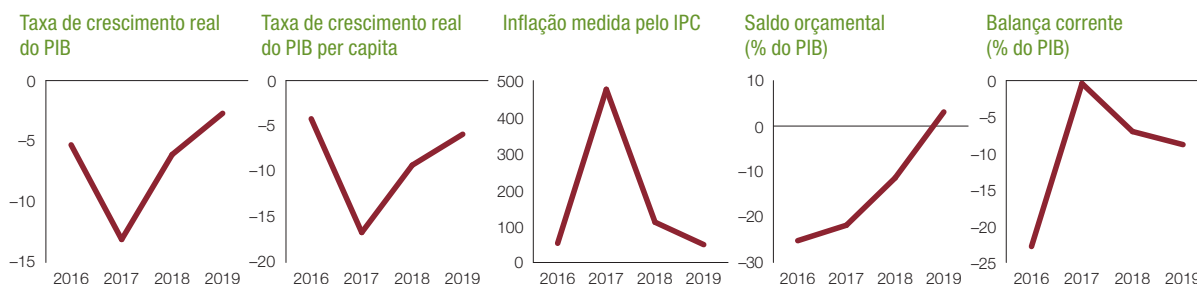
Condições favoráveis

Em agosto de 2015, as partes no conflito civil assinaram um acordo de paz, liderado pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento. Uma implementação bem-sucedida colocará o país no caminho da recuperação económica e do desenvolvimento. Os abundantes recursos naturais incluem solo agrícola fértil e

potencialmente irrigável, recursos hídricos e florestais e recursos minerais, com potencial para impulsionar a agenda de desenvolvimento económico sustentável. Apesar de 70% do terreno ser apropriado para a agricultura, apenas cerca de 4,5% está cultivado. Falta de investimento em tecnologia agrícola de alto rendimento e em insumos são as principais restrições ao crescimento da produtividade agrícola. Dada a situação do país, cercado por terra, o governo empenhou-se numa integração regional, juntando-se à maioria das organizações regionais. É provável que a qualidade de associado nas organizações facilite a recuperação, e os benefícios podem desenvolver-se rapidamente assim que a estabilidade for restaurada. A recuperação dos preços do petróleo de 30 dólares americanos por barril, em 2014, para cerca de 50, atualmente, oferecerá recursos fiscais adicionais para suavizar as restrições orçamentais, desde que sejam desenvolvidas capacidades institucionais e humanas em gestão de finanças públicas.

Condições desfavoráveis

As perspectivas económicas permanecem sombrias devido às fragilidades políticas, sociais e económicas por resolver e às prolongadas condições desfavoráveis globais. O conflito civil resultou em graves crises humanitárias e sociais e desviou recursos das necessidades de desenvolvimento. Em setembro de 2017, cerca de 2 milhões de pessoas permaneciam internamente deslocadas; mais de 1,8 milhões fugiram para países vizinhos; e 213.000 procuraram proteção das NU. Estima-se que 6 milhões de pessoas enfrentaram insegurança alimentar severa. Dado o excesso de dependência do país relativamente às exportações de petróleo bruto, pequenas alterações na produção, nos preços e na procura do mesmo podem rapidamente traduzir-se em enormes choques económicos. A prolongada guerra civil deixou o país com infraestruturas extremamente pobres e subdesenvolvidas e com limitado capital humano, crucial para promover crescimento económico e desenvolvimento sustentáveis. O país tem um dos climas empresariais e de investimento mais condicionados do mundo, segundo a classificação do relatório Doing Business de 2018 do Banco Mundial.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

O crescimento económico desacelerou no último trimestre de 2016, após uma taxa de crescimento real do PIB de, no mínimo, 7% entre 2013 e 2016. O crescimento médio nos dois primeiros trimestres de 2017 foi de 6,8% e estimou-se em 6,5% para o ano inteiro. Os principais impulsores do crescimento, em 2017, foram a construção, indústria mineira, transportes e comunicações. Prevê-se que o crescimento permaneça robusto, 6,7%, em 2018, e 6,9%, em 2019, um dos melhores desempenhos na África Oriental. A contração do défice comercial, com uma quebra nas importações superior ao declínio das exportações, deverá promover o crescimento. Prevê-se que o investimento público, em particular, com a execução em curso de projetos infraestruturais de maior envergadura, estimule o crescimento em 2017 e posteriormente. Todavia, a incerteza no contexto empresarial, associada à estagnação do crescimento do crédito ao setor privado, poderá obstar aos investimentos do mesmo.

Evolução macroeconómica

As receitas inferiores às previstas, em 2016 e 2017, resultaram num défice orçamental maior do que o esperado, 3,7% do PIB, em 2016, e 2,1%, em 2017. A despesa pública ficou 20,7% aquém do previsto, embora 8,4% acima do ano fiscal anterior. Prevê-se que o défice orçamental aumente ligeiramente, em 2018, para 4,4% do PIB. As despesas com o desenvolvimento aumentaram de 4,5% do PIB para um valor estimado de 7,2%, apesar de um desempenho abaixo do orçamento; a despesa recorrente foi contida, diminuindo de 14,6% para 12,1% do PIB. Embora os níveis da dívida pública sejam sustentáveis, os custos com o serviço da dívida aumentaram consideravelmente nos últimos anos, podendo reduzir a margem de manobra orçamental. A taxa de inflação foi perfeitamente contida em 5,3%, em setembro de 2017, prevendo-se que se mantenha na região dos 5% durante 2019. O Banco da Tanzânia flexibilizou a política monetária em 2017 para resolver os constrangimentos de liquidez e apoiar o crescimento do crédito, após descida do crescimento do crédito

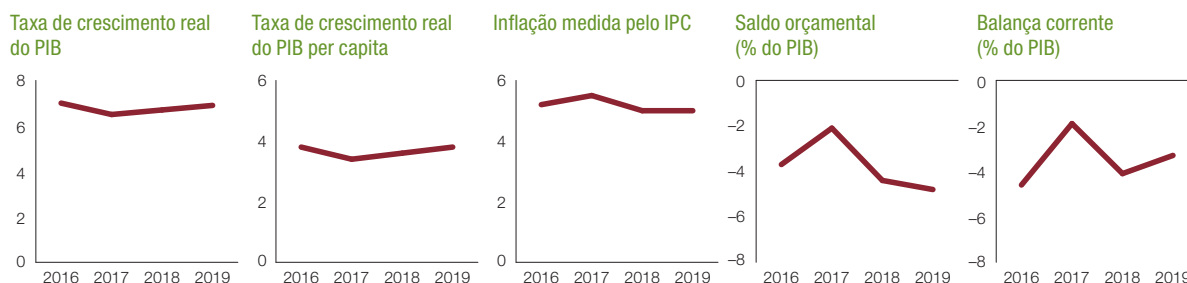
ao setor privado de 24,8%, em 2015, para 7,2%, em 2016, e para 0,3%, em agosto de 2017.

Condições favoráveis

A estabilidade macroeconómica geral continua a apoiar o crescimento. O governo fez esforços consideráveis para conter a despesa recorrente e os gastos ineficientes, incluindo redução da massa salarial do setor público e das despesas não prioritárias, aumentando em simultâneo as despesas com o desenvolvimento, sobretudo infraestruturas, para apoiar o crescimento a médio prazo. O governo redobrou igualmente esforços para melhorar a administração das receitas fiscais, combatendo a corrupção e reprimindo a evasão fiscal, numa tentativa de aumentar a margem de manobra orçamental. O Banco da Tanzânia flexibilizou também a política monetária, em 2017, para promover o alargamento do crédito, embora esta medida ainda não tenha compensado a redução dos empréstimos ao setor privado.

Condições desfavoráveis

A economia é vulnerável a riscos de abrandamento consideráveis. A incerteza no contexto empresarial, decorrente de mudanças nas políticas, nos regulamentos e na administração fiscal, poderá ter impacto no sentimento privado e abrandar o crescimento e o investimento, sobretudo no setor mineiro. O crescimento do crédito estagnou, enquanto o crédito mal parado aumentou para mais de 10%, o que poderá entrar adicionalmente o investimento privado. Se bem que as despesas públicas com o desenvolvimento aumentaram substancialmente nos dois últimos anos, a lentidão na execução de projetos de infraestruturas públicas poderá limitar o crescimento. Por outro lado, as previsões de receitas excessivamente ambiciosas nos orçamentos de Estado poderão aumentar pagamentos em atraso já elevados e prejudicar a credibilidade orçamental. Os níveis de dívida atuais são considerados sustentáveis, mas a tomada de medidas eficazes para acompanhar continuamente os custos com o serviço da dívida e assegurar financiamento adequado fomentará a sustentabilidade fiscal a longo prazo.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

Em 2017, estimou-se um crescimento económico de 4,5%, abaixo dos 5% de 2016, que previsivelmente regressarão em 2018. Em 2019, se a quantidade de precipitação continuar favorável, o crescimento poderá atingir 5,3%. A agricultura mantém-se a base da economia, representando 1,7 pontos percentuais de crescimento, em 2017. Em 2018/19, o setor terciário deverá beneficiar do aumento da capacidade do porto de Lomé, devido à instalação de equipamentos modernos de transbordo. Contudo, os protestos políticos que abrandaram a atividade económica desde agosto de 2017 podem originar uma revisão em baixa do crescimento estimado para 2017 e das previsões para 2018 e 2019.

Evolução macroeconómica

Em 2015/16, o governo contraiu um elevado volume de dívidas para financiar investimentos. A dívida aumentou, de 73,3% do PIB, em 2015, para 79,2%, em 2016, excedendo o limite de 70%, estabelecido pela União Económica e Monetária da África Ocidental. O Fundo Monetário Internacional (FMI) está a controlar esse aumento, ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) de 2017–19, com o objetivo de efetuar uma redução de 69,9%, em 2019. A política do governo para a diminuição do investimento público deverá reduzir o défice orçamental, de 9,8% do PIB, em 2016, para 4,7%, em 2019. Prevê-se que o défice da balança corrente externa melhore, de 9,7%, em 2016, para 6,8%, em 2019, através da redução das importações do governo. Em 2017, a inflação aprouximou-se do zero (estimando-se em -0,3%), o que, conjuntamente com a forte valorização do franco CFA, poderá prejudicar as exportações. O Banco Central procura uma política monetária adequada, definindo a taxa de juro de referência abaixo dos 3%.

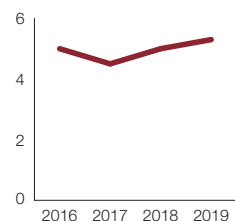
Condições favoráveis

O Togo visa estabilizar as finanças públicas através de um programa lançado, em janeiro de 2017, no âmbito da ECF. A primeira avaliação do FMI, realizada em outubro de 2017, concluiu que todos os critérios quantitativos de desempenho foram cumpridos e que as reformas estruturais estavam a ser realizadas. Em 2017, o governo começou a redução das despesas de capital, para 14%, em 2018, e 4,3%, em 2019. Estas reduções deverão acabar com os mecanismos de pré-financiamento para o investimento público através dos bancos comerciais, reduzindo assim o domínio do governo no financiamento da atividade económica. O investimento privado tornar-se-á a principal fonte de criação de riqueza, com a taxa de crescimento anual prevista a situar-se acima de 10%, entre 2017 e 2019. A aceleração das transferências de propriedades incentivará o investimento privado, cuja participação no investimento total deverá aumentar, de 52%, em 2015, para 60%, em 2017, e, posteriormente, para 62%, em 2018, e 64%, em 2019.

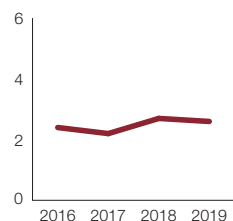
Condições desfavoráveis

Apesar de o Togo ter efetuado progressos no caminho para o desenvolvimento, a população ainda não colheu benefícios. Metade dos togoleses não tem acesso a água potável ou eletricidade e 55,1% vive na pobreza; o país dispõe apenas de um médico por cada 14.500 habitantes. A formação fornecida pelas instituições públicas de ensino superior não reflete as necessidades do mercado de trabalho e os desafios de desenvolvimento que o país enfrenta. O Togo está na 162ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano de 2016 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); de acordo com o PNUD, 51% da população vive em pobreza multidimensional. Num contexto marcado pelo ressurgimento de manifestações políticas, a organização de eleições legislativas e locais, em 2018, e um possível referendo sobre a constituição poderão dificultar a atividade económica.

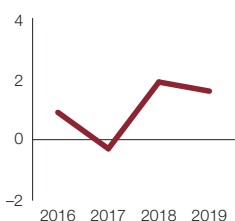
Taxa de crescimento real do PIB



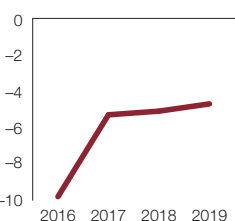
Taxa de crescimento real do PIB per capita



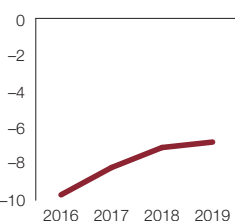
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas econômicas

Após estagnar em 1%, em 2015 e 2016, o crescimento econômico aumentou para um valor estimado de 2,2%, em 2017, devido ao bom desempenho do terceiro trimestre de 2017 (1,9% anual). Prevê-se que o PIB cresça 2,8%, em 2018, e 3,5%, em 2019, sujeito a uma aceleração de reformas estruturais, a uma forte ascensão no setor industrial, para ir ao encontro da procura externa, e à atenuação da natureza cíclica do crescimento agrícola. Alcançar esses níveis depende da capacidade do país em consolidar e sustentar o crescimento real da economia iniciado em 2017, particularmente, nas indústrias de produção e não-produção de fosfato, petróleo e gás, assim como no mercado dos serviços.

Evolução macroeconômica

Desde 2011, a Tunísia tem procurado uma revitalização econômica através de gastos públicos. Essa política tornou o consumo público e privado no principal impulsionador do crescimento à custa de investimento público (16,1% do orçamento de 2017) e levou ao aumento de desequilíbrios macroeconômicos significativos ao lançar os alicerces para um substancial déficit duplo (orçamental e da balança corrente). A sequência de défices primários, juntamente com um aumento da despesa — em particular, a fatura dos salários públicos (41% do orçamento em 2017) — aumentou a dívida pública (70% do PIB no final de 2017, acima dos 39,7% de 2010), que é maioritariamente denominada em moeda estrangeira, e levou a uma desvalorização de 104% do dinar face ao dólar americano durante o mesmo período. Esta queda acentuada alimentou a inflação ao elevar os custos das importações; o Banco Central contraiu a política monetária aumentando as taxas de juro do mercado monetário para 5,22%, em setembro de 2017, após 3,9%, em 2012.

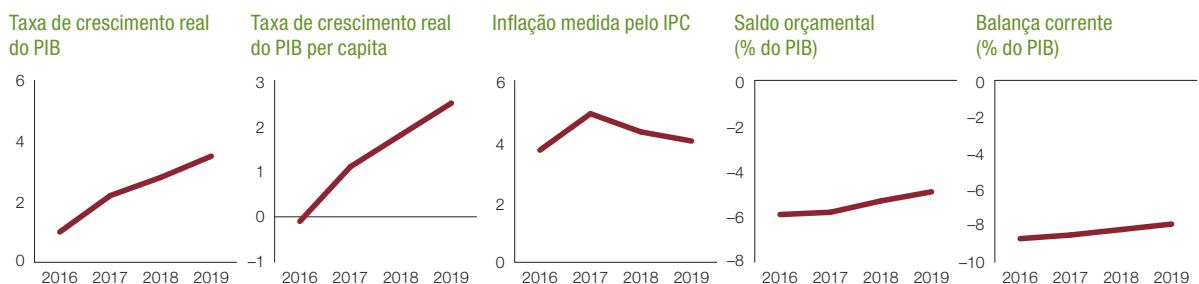
Condições favoráveis

Espera-se que vários fatores positivos apoiem o crescimento em 2017 e, subsequentemente, em 2018–19. A melhoria da situação de segurança reanimou o turismo, gravemente prejudicado, que teve um crescimento de 32%, em 2017, que, provavelmente, melhorará a balança de pagamentos e ajudará a estabilizar o dinar. A produção e as exportações de fosfatos recuperaram significativamente, e os investimentos (externos e internos) apresentam sinais preliminares de recuperação. A Tunísia também continua a beneficiar de um forte apoio da comunidade internacional. O crescimento também poderá beneficiar da continuada recuperação da zona euro, que começou em 2012, particularmente, em França, Alemanha e Espanha, e que se espera que aumente as exportações. Por último, a Tunísia pode muito bem

beneficiar dos dividendos das reformas estratégicas adotadas a partir de 2015. Essas reformas incluem a Lei de 27 de novembro de 2015, sobre parcerias público-privadas, e a de 30 de setembro de 2016, sobre o investimento como estímulo da taxa de investimento, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Estratégico para 2016–2020, que prevê um aumento de 19% do PIB, em 2016, para 24%, em 2020.

Condições desfavoráveis

Desde 2011, as contas públicas continuam a deteriorar-se. Dominados pela despesa corrente (72% do orçamento de 2017), os gastos públicos não refletem a necessidade de investimento de capital, particularmente, nas infraestruturas, necessário para manter a competitividade a longo prazo. Apesar de alguns avanços, o progresso das reformas estruturais continua limitado devido à resistência a mudanças ao modelo de desenvolvimento que suporta a economia desde os anos 1970. No entanto, o aceleração destas reformas permanece essencial para a capacidade de o país beneficiar do apoio dos parceiros de desenvolvimento e da confiança dos mercados na sua capacidade de (re)financiar a dívida. Outros fatores negativos a médio prazo são a deterioração da situação de segurança devido à crise na Líbia e a um possível ressurgimento de conflitos sociais relacionados com a reforma do setor público e o declínio do poder de compra. As vulnerabilidades macroeconômicas pioraram. A dívida pública estima-se em 70 por cento do PIB, no final de 2017, o grande déficit da balança corrente é de dois dígitos e as reservas internacionais do Banco Central da Tunísia diminuíram. Embora as autoridades competentes tenham estabelecido uma posição forte na adoção de uma lei orçamental de 2018, que visa reduzir o déficit orçamental para valores inferiores a 5 por cento do PIB, a concretização deste ambicioso objetivo fiscal não será fácil. Isto exigirá a implementação da estratégia fiscal do governo e da estratégia abrangente de reforma do serviço público. A redução dos subsídios à energia, que beneficia desproporcionalmente os agregados familiares mais ricos, e a procura de uma reforma do sistema de segurança social, ajudariam na estabilização dos défices públicos e da dívida. Outro grande desafio para os próximos anos é a eliminação dos principais obstáculos ao crescimento e à criação de emprego — incluindo a simplificação do quadro regulamentar para a resolução do crédito malparado e da gestão dos bancos públicos, o que ajudaria as pequenas e médias empresas a obter um maior acesso ao financiamento bancário. A Tunísia também deve adotar um plano de impulsionamento de novos setores com forte potencial competitivo, que também podem absorver a grande quantidade de trabalhadores especializados em situação de subemprego no país.



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

No geral, o desempenho económico continuou forte, apesar de um abrandamento da taxa de crescimento real do PIB, que se prevê de 5,9%, em 2018, após 4,8%, em 2017, e 2,3%, em 2016. Em 2018, espera-se que o aumento do crescimento económico seja principalmente impulsionado por investimentos em estruturas públicas; recuperação nos setores da produção e construção; e melhorias no setor dos serviços, particularmente nos serviços financeiros e bancários, comércio, transportes e tecnologias da informação e comunicação.

Evolução macroeconómica

O Uganda seguiu uma postura de cautelosa política orçamental expansionista para apoiar a construção de projetos de infraestruturas chave nos subsectores dos transportes e da energia, conquanto mantendo as despesas correntes sob controlo. O défice orçamental foi ligeiramente elevado, em 2016, melhorou em 2017 e prevê-se que aumente em 2018 e 2019. A balança de pagamentos deteriorou-se, principalmente em resultado de condições económicas externas desfavoráveis, incluindo o baixo preço dos bens devido ao baixo crescimento da Europa e da China e a contração das condições financeiras e monetárias mundiais. A política macroeconómica continua centrada na contenção das pressões inflacionistas, na estabilidade das taxas de câmbio e na intensificação da mobilização do crescimento dos recursos nacionais a 0,5 pontos percentuais do PIB. O Uganda continua a ter um risco baixo de sobre-endividamento. No entanto, o rácio dívida/PIB está a aumentar, projetando-se que atinja 38,6% do PIB, em 2016, e 45%, em 2020, de 34,1%, em

2014/15. A estes ritmos de crescimento, o peso da dívida cresce mais rápido do que os recursos governamentais; o rácio receita/PIB é de apenas 13,4%. No entanto, a mais recente análise de sustentabilidade da dívida do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, de 2016, atribuiu ao Uganda um risco “baixo” de sobre-endividamento.

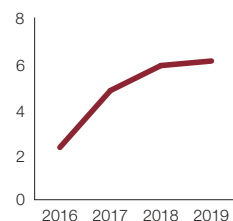
Condições favoráveis

As principais condições favoráveis nas perspectivas económicas para 2018 incluem: aumento da produção agrícola devido a melhoria das condições meteorológicas; maior fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) após emissão de licenças de exploração de petróleo; e a esperada decisão do governo de investir no desenvolvimento de infraestruturas petrolíferas no início de 2018, dada a projeção do aumento do preço do petróleo para uma média de 55 dólares americanos por barril, em 2017/18, depois de 43 dólares americanos por barril, em 2016.

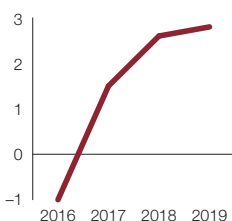
Condições desfavoráveis

Os grandes riscos externos ao desempenho económico incluem os baixos preços dos bens e procura das exportações do país nos grandes mercados; a valorização do dólar devido à prevista contração monetária dos Estados Unidos; contração das condições financeiras mundiais, o que poderá desencorajar o IED e a ajuda ao desenvolvimento; choques com efeito de contágio adverso provenientes de vizinhos regionais frágeis; e choques ambientais adversos. Os grandes riscos internos incluem a redução da mobilização da receita nacional e maiores gastos públicos em contingências, má capacidade institucional e governação e fracos sistemas de gestão financeira e de investimento públicos.

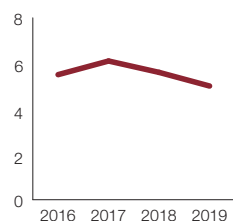
Taxa de crescimento real do PIB



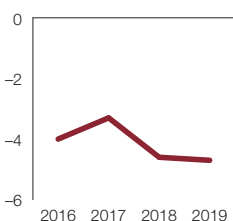
Taxa de crescimento real do PIB per capita



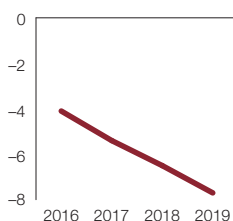
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.



Desempenho e perspectivas económicas

A Zâmbia resistiu a dois anos de precipitação abaixo da média, nas temporadas agrícolas de 2015 e 2016. Os dois períodos secos afetaram a regeneração de dois reservatórios hidroelétricos fundamentais, que perderam cerca de 50% da sua capacidade de geração, levando a significativa limitação na carga, até 12 horas. Juntamente com o baixo preço do cobre, a atividade económica decaiu para o valor mais baixo numa década, com uma taxa de crescimento do PIB de 2,9%, em 2015; recuperou para 3,4%, em 2016. Boa precipitação, em 2017, aumentou a produção agrícola e terminou a limitação de carga. Prevê-se um crescimento em excesso de 4% a médio prazo, apoiado pelo aumento da procura mundial de cobre, que impulsionou os preços em mais de 16% este ano.

Evolução macroeconómica

Os indicadores mostram melhorias durante 2016 e 2017, apesar do lento crescimento. Após um pico na inflação, que atingiu 18,2%, em 2016, e a excessiva volatilidade da taxa de câmbio também em 2016, o Banco Central controlou eficazmente os preços contraindo a política monetária. A taxa de juro monetária subiu para 15,5% e o rácio da reserva legal para 18%, reduzindo a liquidez do mercado. Após um regresso à inflação de um único dígito, em novembro de 2016, e a taxas de câmbio estáveis, o Banco Central atualizou gradualmente a taxa de juro para 11%. O agressivo programa de gastos do governo aumentou os empréstimos públicos, em 2014 e 2015, e o défice orçamental. Em 2016, o défice atingiu 6%; espera-se que diminua a médio prazo, com a implementação do Programa de Estabilidade e Crescimento do governo. A dívida pública acumulada atingiu 61% do PIB, em 2016, após 21%, em 2011. Dívida mais elevada e a desvalorização do kwacha zambiano aumentaram o serviço da dívida. Apesar dos elevados níveis da dívida, os investidores internacionais recuperaram a confiança na capacidade de o governo gerir a economia.

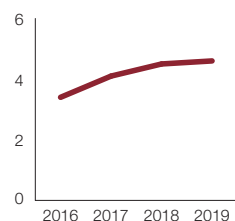
Condições favoráveis

Projeta-se que a procura de cobre pela China continue em 2018; juntamente com o défice previsto de fornecimento de cobre, espera-se a manutenção do preço ou um pequeno aumento em 2018. Desde 2016, a estabilidade do regime de tributação da atividade mineira aumentou, esperando-se que apoie o investimento e produção de cobre em 2018. Reformas energéticas em curso, impulsionadas por maiores tarifas de eletricidade, continuarão em 2018; revisões à Lei da Eletricidade e à Lei de Regulação da Eletricidade aumentarão a orientação no acesso à rede e encorajarão o envolvimento privado. Subsídios reduzidos aos subsectores da eletricidade e petróleo ajudarão a compensar alguma pressão fiscal causada por pagamento de juros mais elevados e investimento continuado em infraestruturas. Em 2016, a carteira de investidores estrangeiros regressou aos títulos zambianos, mantendo as reservas internacionais nos 2,3 mil milhões de dólares americanos e aumentando os empréstimos internos em mais de 4% do PIB, em 2017. Espera-se que os elevados empréstimos internos reduzam o crescimento do crédito privado.

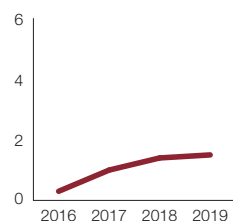
Condições desfavoráveis

A consolidação fiscal será a principal força motriz de gastos em 2018, empenhando-se o governo no cumprimento dos seus objetivos. A reclassificação, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em outubro de 2017, do país como estando em “risco elevado” de sobre-endividamento colocará desafios ao governo nos anos vindouros, esperando-se que aumente a pressão crescente sobre os juros dos empréstimos, apesar de a perspectiva de crescimento mais positiva provavelmente tenda a reduzir as taxas de juro. Se for acordado um programa de estabilização com o FMI em 2018, tal ajudará a compensar parte do efeito. O governo precisa de priorizar os empréstimos nos próximos anos, na tentativa de reconquistar a confiança dos mercados, levando à substituição do Eurobond de 2022. Projetos financiados a empresários, sem concursos transparentes, aumentaram os custos, levando os zambianos a questionar se os seus impostos têm boa aplicação.

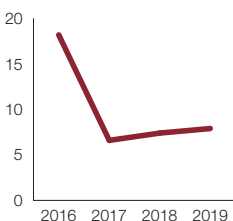
Taxa de crescimento real do PIB



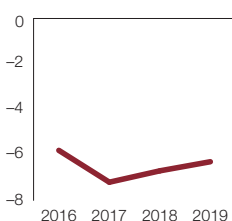
Taxa de crescimento real do PIB per capita



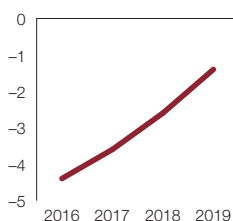
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB, base de caixa)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

Desempenho e perspectivas económicas

Prevê-se uma melhoria do crescimento económico para um valor estimado de 2,6%, em 2017, após 0,7%, em 2016, impulsionado por um forte desempenho da agricultura, indústria mineira, eletricidade e água. Em 2018, o desempenho económico será provavelmente afetado por mudanças políticas; prevê-se uma taxa de crescimento real do PIB seja de 1%, em 2018, e de 1,2%, em 2019. A economia continua a enfrentar desafios estruturais devido a elevados níveis de informalidade, fraca confiança dos investidores e a um difícil ambiente político. O país vive uma crise de liquidez, manifestação das deficiências e distorções estruturais da economia. Houve progressos na melhoria do clima empresarial, mas a governação e a responsabilização continuam problemáticas.

Evolução macroeconómica

A política orçamental é extremamente orientada para o consumo, limitando a margem de manobra orçamental para despesas de capital e sociais. A despesa total aumentou com a expansão governamental do Programa de Controlo da Agricultura e a manutenção da elevada fatura de ordenados do setor público (cerca de 19% do PIB). Com acesso limitado a influxos estrangeiros, o défice orçamental atingiu 8,7% do PIB, em 2016, após 2,4%, em 2015. As eleições de 2018 provavelmente colocarão mais pressão sobre o orçamento e o governo está a recorrer a empréstimos internos para cobrir o défice orçamental. A dívida pública nacional quase duplicou para 25% do PIB, em 2016; a dívida externa cifrou-se em 42,6% do PIB. O governo liquidou a dívida em atraso ao Fundo Monetário Internacional, estando a decorrer uma estratégia de eliminação de dívida em atraso junto do Banco Africano de Desenvolvimento e do Banco Mundial. O financiamento monetário do défice orçamental levou a um acentuado aumento na massa monetária de cerca de 24%, em 2017, alimentando a pressão inflacionista e enfraquecendo a capacidade dos bancos financiarem as atividades do setor privado.

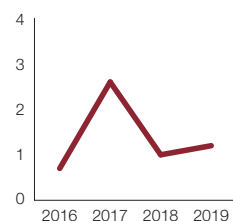
Condições favoráveis

Prevê-se que uma recuperação modesta nos preços internacionais dos bens estimule o crescimento na indústria mineira. Espera-se uma melhoria na produção energética, na sequência da esperada conclusão da construção da Estação de Extensão Kariba South, em dezembro de 2017. O crescimento da produção agrícola será apoiado pelo aumento da coordenação e financiamento do governo e do setor privado e por maior investimento no desenvolvimento da irrigação. Em 2018, espera-se um crescimento robusto do setor agrícola devido à boa precipitação e ao apoio direcionado aos agricultores. A indústria transformadora provavelmente crescerá à custa de uma política protecionista de apoio à indústria local. Essa intervenção resultou em aumentos significativos da utilização da capacidade da indústria local, de 34,3%, em 2015, para 47,4%, em 2016, antes de declinar para 45,1%, em 2017.

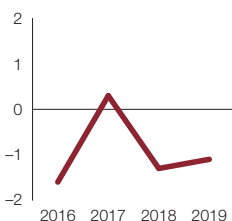
Condições desfavoráveis

Em 2016, a fraca atividade económica levou a uma descida de 6% (em termos nominais) da receita total, exacerbando a falta de liquidez. Em 2016, a introdução de notas de obrigação indexadas ao dólar viu surgir um mercado de câmbio paralelo devido à escassez de moeda estrangeira. A taxa de câmbio real continua sobrevalorizada, enfraquecendo a competitividade externa. A posição do setor externo é fraca; as reservas internacionais líquidas declinaram de 339 milhões de dólares americanos, em 2015, para 310 milhões, em 2016, equivalente a 0,6 meses de cobertura de importações. As eleições agendadas para 2018 provavelmente gerarão incertezas que entravarão o crescimento económico e o investimento. De acordo com o Relatório de Competitividade Global para 2017/18 do Fórum Económico Mundial, os fatores mais problemáticos para os negócios incluem instabilidade de políticas, regulamentação de moeda estrangeira insuficiente, burocracia governamental ineficiente, dificuldades no acesso ao financiamento, fornecimento inadequado de infraestruturas, normas laborais restritivas e administração e regulamentação de impostos ineficiente.

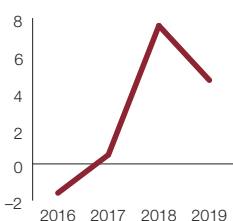
Taxa de crescimento real do PIB



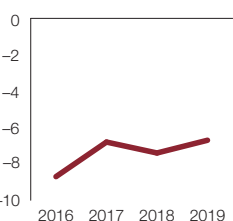
Taxa de crescimento real do PIB per capita



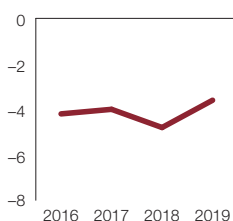
Inflação medida pelo IPC



Saldo orçamental (% do PIB)



Balança corrente (% do PIB)



Fonte: Dados das autoridades nacionais; valores de 2017 são estimativas; valores de 2018 e 2019 são previsões baseadas em cálculos dos autores.

ABBREVIATIONS

ACG	Grupo de Coordenação Árabe	IPP	Produtor Independente de Energia
ACP	Ajuda com base na produção	IPPF	Mecanismo de Preparação de Projetos de Infraestruturas
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento	ITF	Fundo Fiduciário para as Infraestruturas
AfIF	Mecanismo de Investimento em África	LHWP	Lesotho Highland Water Project
AGOA	Lei de Crescimento e Oportunidades para África	MGI	McKinsey Global Institute
AICD	Diagnóstico das Infraestruturas em África Orientado por País	MIGA	Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos
AIDI	Índice de Desenvolvimento de Infraestruturas de África	NU	Nações Unidas
ALM	Gestão de Ativos e Passivos	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
APE	Acordo de Parceria Económica	ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ASCE	Sociedade Americana de Engenheiros Civis	OIT	Organização Internacional do Trabalho
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento	OMS	Organização Mundial da Saúde
BMD	Banco Multilateral de Desenvolvimento	OSeMOSYS	Open Source Energy Modeling System
BRD	Banco Regional de Desenvolvimento	PEA	Perspetivas Económicas em África
CAF	Corporação Andina de Fomento	PIB	Produto interno bruto
CDP	Cassa Depositi e Prestiti	PICC	Comité Presidencial de Coordenação de Infraestruturas
CE	Comissão Europeia	PIDG	Grupo de Desenvolvimento de Infraestruturas Privadas
CEA	Comissão Económica das Nações Unidas para África	PME	Pequenas e Médias Empresas
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central	PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
CPD	Comissão das Nações Unidas para as Políticas de Desenvolvimento	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
DIAL	Desenvolvimento, Instituições e Globalização	PPI	Participação de privados em infraestruturas
DISCO	Distribuição para os Consumidores Finais	PPME	Países Pobres Muito Endividados
EAIF	Fundo para as Infraestruturas da África Emergente	PTF	Produtividade total dos fatores
ECF	Facilidade de Crédito Alargado	REIPPP	Programa de Compra de Energia Renovável a Produtores Independentes
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento	RONET	Ferramenta de Avaliação da Rede Rodoviária
FEM	Fórum Económico Mundial	SPV	Veículo de finalidade especial
FFEM	Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial	SSP	Libra sul-sudanesa
FMI	Fundo Monetário Internacional	TRAC	Trans African Concessions
IADM	Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral	UA	União Africana
ICA	Consórcio de Infraestruturas para África	UAAA	União Aduaneira da África Austral
IED	Investimento Estrangeiro Direto	UEMAO	União Económica e Monetária da África Ocidental
IFD	Instituições de Financiamento do Desenvolvimento	ZEE	Zona económica especial
IFI	Instituição financeira internacional		
IIFCL	India Infrastructure Finance Company Limited		